



# A forja e a pena

Técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizizes Artífices de Natal  
à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte

*Arilene Lucena de Medeiros*

**Arlene Lucena de Medeiros**

# A forja e a pena

**Técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal  
à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte**

**IFRN**  
*Editora* ■■■■■

2011

A forja e a pena - Técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte © Copyright 2011 da Editora do IFRN

**Todos os direitos reservados**

Nenhuma parte dessa publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora do IFRN.

**Conselho Editorial**

Samir Cristino de Souza (Presidente)

André Luiz Calado de Araújo

Dante Henrique Moura

Jerônimo Pereira dos Santos

José Yvan Pereira Leite

Valdenildo Pedro da Silva

Divisão de Serviços Técnicos

Catálogo da publicação na fonte.

IFRN / Biblioteca Sebastião Fernandes

A488f Medeiros, Arilene Lucena de.

A forja e a pena : técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte / Arilene Lucena de Medeiros. – Natal : IFRN, 2011.  
156 p. : il. color.

ISBN 978-85-8161-011-5

1. EFRN - História. 2. CEFET - História. 3. IFRN - História.  
Título.

CDU 377(813.2)(091)

**Diagramação:** Charles Bamam Medeiros de Souza

**Capa:** Tânia Carvalho da Silva

**Revisão Linguística:** Leonor de Araújo Bezerra Oliveira

**Fotos:** Acervo do IFRN/Comunicação Social e Eventos do Campus Natal-Central

**CONTATOS EDITORA DO IFRN**

Coordenador da Editora: Paulo Pereira da Silva  
editora@ifrn.edu.br

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol

CEP: 59015-300

Telefone: 84 4005-0763

**Presidenta da República**

Dilma Rousseff

**Ministro da Educação**

Aloizio Mercadante Oliva

**Secretário de Educação Profissional e Tecnológica**

Marco Antonio de Oliveira

---

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia****Reitor**

Belchior de Oliveira Rocha

**Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação**

José Yvan Pereira Leite

**Pró-Reitor de Ensino**

José de Ribamar Silva de Oliveira

**Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional**

Wyllys Abel Farkatt Tabosa

**Pró-Reitor de Administração**

Juscelino Cardoso de Medeiros

**Pró-Reitora de Extensão**

Regia Lúcia Lopes

**Diretora de Gestão e Atividades Estudantis**

Solange da Costa Fernandes

**Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação**

Alex Fabiano de Araújo Fortunato

**Diretor de Gestão Pessoas**

Auridan Dantas de Araújo

---

**Campus Apodi**

Marcos Antônio de Oliveira

**Campus Caicó**

Caubi Ferreira de Souza Júnior

**Campus Canguaretama**

Valdelúcio Pereira Ribeiro

**Campus Ceará Mirim**

Jose Álvaro de Paiva

**Campus Currais Novos**

Rady Dias de Medeiros

**Câmpus EAD**

Erivaldo Cabral da Silva

**Campus Ipangaçu**

Evandro Firmino de Souza

**Campus João Câmara**

Sônia Cristina Ferreira Maia

**Campus Macau**

Varelío Gomes dos Santos

**Campus Mossoró**

Jailton Barbosa dos Santos

**Campus Natal-Central**

José Arnobio de Araújo filho

**Campus Natal-Cidade Alta**

Lerson Fernando dos Santos Maia

**Campus Natal-Zona Norte**

Valdemberg Magno do Nascimento  
Pessoa

**Campus Nova Cruz**

Djeson Mateus Alves da Costa

**Campus Parnamirim**

Ismael Félix Coutinho Neto

**Campus Pau dos Ferros**

Antônia Francimar da Silva

**Campus Santa Cruz**

Erivan Sales do Amaral

**Campus São Gonçalo do Amarante**

Carlos Guedes Alcoforado

**Campus São Paulo do Potengi**

Ednaldo de Paiva Pereira



# Sumário

Prefácio	7
Apresentação	9
Pioneiros do progresso	12
Um novo começo	18
Operário ou artesão	20
Ensino industrial	26
Artefatos em vitrine	30
Vigilância e exemplo	34
Centro lítero-recreativo	42
Práticas educativas	50
Escola e trabalho	54
Herança de guerra	64
Muito além da sala de aula	70
Artes industriais e ensino técnico	76
A tradição do novo	86
Doutrinação e vigilância	102
A arte na escola	110
No campo de ataque	122
A última lição	130
Gestão democrática e expansão	144



# Prefácio

Insuperável. É assim que podemos definir este livro de Arilene Medeiros.

Aparentemente tímida, a autora inteligente e obstinada vai lá nos idos do início do século passado e pesquisa meticulosamente a vida de uma Instituição (Escola de Aprendizes Artífices de Natal), com os personagens dessa história, no seu dia a dia.

Com admirável perspicácia, vai aos detalhes já esquecidos por muitos e pelos que não viveram naquele tempo, levando-os a sentir cada passagem como se lá estivessem.

No sequencial das décadas, evoca as mudanças de prédios ocupados pela Instituição, os nomes que recebeu até chegar ao IFRN atual, os dirigentes e os muitos instrumentos legais que alteraram sua estrutura administrativa e pedagógica.

O hoje da Escola é o resultado da luta de muitos homens que se empenharam para construir uma Escola que melhorasse a vida daqueles meninos que vinham de famílias pobres à época, fundamentada na filosofia do decreto do presidente Nilo Peçanha.

“Uma escola para os filhos dos desamparados”. Esse era o mister da Escola. Inserir-los na vida com uma formação cívica e profissional. A Escola sempre foi cidadã, mantendo-se, até hoje, nesse rumo.

Arilene Medeiros foi buscar, no tempo, depoimentos de alunos, professores e servidores que atestam a vida como eles viveram na Escola e seu orgulho em ter passado por ela. Cada depoimento revive um tempo com suas conotações políticas e filosóficas. Além deste aspecto, desmistifica ideias e lança luzes sobre esse passado glorioso.

Essa é a história da Escola escrita com os relatos dos fatos cotidianos que se encontram em documentos e no dizer dos muitos que a vivenciaram. Como um dos ex-alunos e hoje ex-professor, muito me orgulho de ser um dos passageiros desta histórica caminhada.

Parabenizo Arilene Medeiros e creio que outras vertentes da vida da Escola voltarão a ser pesquisadas, trazendo, assim, para o hoje e o amanhã, as nuances de uma instituição que começou pequena e que agora é reconhecida como uma Escola na vanguarda da era *high tec*.

## Severino do Ramo de Brito

Ex-aluno da antiga Escola Industrial, com formação em Economia, foi professor da Instituição no período de 1965 a 1995 e exerceu diversos cargos de assessoria e direção, dentre os quais o de Vice-Diretor da EFRN no período de 1991 a 1995.



# Apresentação

Esta obra que só agora chega às mãos do leitor começou a ser escrita há cerca de dois anos, embora sua concepção remonte ao ano de 2003, quando, o então CEFET-RN, por meio da equipe de Comunicação Social da qual fazemos parte, iniciou a preparação para o centenário do atual IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Digo só agora porque a intenção, na época, era lançar uma publicação comemorativa ao centenário, celebrado em setembro de 2009, o que não foi possível por razões profissionais e, também, pessoais. Dentre essas razões, está o fato de esta autora ter decidido, após 15 anos de carreira no jornalismo, ingressar no curso de Licenciatura em História, abraçando uma nova profissão, motivada pelo interesse despertado pela pesquisa sobre o percurso histórico desta instituição.

Decisão providencial, porém, conflitante. Contrariando as atuais regras da metodologia da pesquisa em história, em vez de focar nossa investigação num determinado problema historiográfico, nos dedicamos à elaboração de uma narrativa longa e linear. Não nos sentimos constrangidos, portanto, em admitir a dificuldade da tarefa a que nos propusemos, dada a amplitude do recorte histórico trabalhado.

De igual modo, no curso de História estamos aprendendo que essa ciência que estuda os eventos passados (embora já se pratique uma História do Tempo Presente) não constitui o somatório dos fatos tal qual eles aconteceram, com sua objetividade e verdade universal. Enquanto área do conhecimento, a história é construída por nós historiadores, com base nas fontes que adotamos, nos nossos interesses pessoais e intelectuais, nas perguntas que fazemos ao nosso objeto de pesquisa e nas ideias que elegemos para conferir sentido à mudança do homem no tempo.

Refletindo, pois, sobre o presente trabalho de investigação e produção do conhecimento histórico, nos demos conta da motivação inicial que nos lançara no estudo acerca do estabelecimento escolar centenário representado pelo IFRN. Trata-se da existência de duas comunidades identitárias muito marcantes nesse percurso de 100 anos: uma formada por ex-alunos e servidores que ainda hoje mantém uma forte relação afetiva com a Escola Industrial de Natal e outra que guarda uma

identificação ainda maior com a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.

Nossa questão, portanto, está centrada na investigação dos fatores que propiciaram a coexistência dessas duas identidades, mesmo tratando-se de uma mesma instituição. O que fez com que cada um desses grupos sociais se identificasse com essas sucessivas fases históricas do estabelecimento escolar? Quais foram as principais experiências escolares vivenciadas por eles que marcaram sua trajetória de vida pessoal e profissional? Como se dera a transição entre uma fase e outra desta Escola? E, por último, que aspectos nessa trajetória representaram momentos de ruptura ou de continuidade?

Devemos dizer, ainda, que a memória dos atores sociais envolvidos no percurso histórico citado constitui o fio condutor da narrativa deste ensaio, uma vez que foram os depoimentos colhidos junto a ex-alunos, servidores que se encontram em exercício ou aposentados e membros da comunidade externa que nos possibilitaram captar os lugares, pessoas e acontecimentos mais marcantes na trajetória institucional dos depoentes, e a partir desses elementos, aprofundar a investigação em outras fontes de pesquisa histórica.

Não ignoramos, no entanto, que a memória, como componente da identidade de um grupo, não apenas é seletiva, como é construída na interação entre os seus integrantes. Portanto, não temos a pretensão de apresentar uma versão oficial, tampouco uma versão integral, que contemple a diversidade de pensamento dos sujeitos sociais que integram e integraram esse percurso escolar.

Acreditamos, porém, que ouvimos uma parte significativa e representativa dessa comunidade, cujos relatos agora compartilhamos com todos os que, de algum modo, se sentem parte dessa história. Certamente, muitos dos sentimentos, argumentos, percepções, ideias, explicações e representações desses sujeitos acerca da instituição a qual eles se reportam como marcantes na sua trajetória escolar e profissional encontrarão eco junto ao restante do grupo.

A despeito do recorte histórico adotado nesse livro, que atende à necessidade de abordagem dos principais marcos apontados pelas fontes orais, ao longo da pesquisa, em relação à Escola Industrial de

Natal (1942-1967) e Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1968-1998), decidimos remontar ao período que antecede a primeira fase citada, correspondente à sua instalação como Escola de Aprendizes Artífices de Natal, em 1909.

Essa opção por uma ordem cronológica linear, mais do que servir à reconstituição de cada uma das fases educacionais por que passou a Instituição, atende ao propósito de revelar os esforços empreendidos no âmbito institucional e governamental no sentido de consolidar uma Escola que nasceu voltada para a assistência social e escolar primária de menores desvalidos e se transformou em centro de referência no ensino profissionalizante de nível técnico.

Nesse sentido, a presente obra está organizada em três blocos de capítulos. Nos cinco primeiros, colocamos o leitor a par do contexto inicial de fundação da Escola de Aprendizes Artífices, sua instalação em edifício próprio, no centro da capital, a acolhida desse projeto político e educacional de ensino profissional primário pela população do Rio Grande do Norte e os desafios enfrentados pela administração do estabelecimento escolar, como a deficiência de professores e mestres devidamente qualificados, a escassez de recursos e o mau aparelhamento das oficinas escolares, problemas que foram objeto de intervenção do Serviço de Remodelação do Ensino Técnico Profissional, entre as décadas de 20 e 30.

Num segundo momento, apresentamos um retrato do cotidiano da Escola Industrial de Natal, a partir do início da década de 40 até meados dos anos 60. Trata-se de um primeiro momento de ruptura na trajetória escolar do estabelecimento no tocante à oferta de ensino e público-alvo, dada a elevação do ensino profissional primário ao nível do 1º ciclo do ensino industrial secundário e a consequente exigência do grau de escolaridade primária para os alunos matriculados.

Ao longo de sete capítulos, exploramos diferentes aspectos característicos da cultura escolar dessa fase do estabelecimento de ensino, desde as estratégias de disciplinamento nele instauradas, o incentivo às práticas de sociabilidade no âmbito interno e externo da comunidade estudantil, a relação escola e trabalho, a formação geral e profissional, até as iniciativas de aperfeiçoamento pedagógico e docente, introdução de novos métodos didáticos e mudanças curriculares no contexto da cooperação Brasil-Estados Unidos, representada pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial.

A terceira e última parte da obra, constituída de seis capítulos, aborda um segundo momento de

grandes rupturas no percurso escolar da Instituição, tanto no âmbito pedagógico, quanto administrativo. Marcada pela implantação do ensino profissional de nível técnico, em princípios da década de 60, essa nova fase representa uma primeira expansão institucional, com a mudança para nova sede e o aumento considerável das matrículas.

Nas três décadas que compõem o período analisado, investigamos o processo de implantação dos cursos técnicos e sua relação com as demandas do setor produtivo, a mudança do perfil do alunado e do corpo docente, o ingresso das mulheres nos cursos regulares, a inserção do técnico-estagiário no mercado de trabalho e os esforços de implementação de um currículo voltado à preparação do técnico-cidadão.

Por último, contemplamos, também, nessa fase, o processo de democratização escolar propiciado pelo fim da ditadura, com as primeiras eleições diretas para diretor e a fundação do grêmio estudantil, bem como as políticas internas de qualificação dos servidores, diversificação da oferta educacional e interiorização do ensino profissional, culminando com a transformação da Escola Técnica em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Para concluir essa explanação, resta-nos agradecer a todas as pessoas que nos auxiliaram na tarefa de elaboração deste livro. Em primeiro lugar, aos inúmeros entrevistados que, por meio de ricos depoimentos, transformaram esta obra num projeto coletivo. Mencionamos, em especial, o professor Brito, ícone da memória dessa Instituição, pelo assessoramento e apoio prestados ao longo da pesquisa.

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, na pessoa do professor José Yvan Pereira Leite, que sempre acreditou na nossa capacidade de produção desse trabalho e soube aguardar o resultado, sem maiores pressões, em nome do qual agradecemos aos demais gestores e colegas do IFRN que nos acompanharam nesse percurso.

Queremos manifestar, também, nossa gratidão, às companheiras da Comunicação Social, Tânia, Cláudia e Romana, pelo apoio e compreensão manifestados ao longo dos últimos anos, em função do tempo dedicado ao projeto de resgate da memória institucional, em detrimento das atividades próprias do Setor.

À equipe de Produções Multimídia do *Campus EaD*: Edson, Glácio, Isoleda e Rufino e aos ex-estagiários Bruno Gomes e Bruno Marques, parceiros na gravação e edição da maioria dos depoimentos colhidos.

À professora Érika Pegado e às bolsistas Celise, Eneida e Sâmela, que nos cederam vários depoimentos e arquivos de notícias colhidos para o livro publicado pelo grupo em 2006: “A trajetória do CEFET-RN - do início do século 20 ao alvorecer do século 21”.

Às pesquisadoras Rita Diana e Nina Sousa, pelo compartilhamento de informações e parceria no trabalho de constituição do acervo oral e documental da história do IFRN.

Às amigas e ex-estagiárias da área de História, Daiane Luz e Ana Larissa Cardoso, braço direito durante grande parte da trajetória dessa pesquisa. E, ainda, aos bolsistas e demais estagiários que nos auxiliaram no levantamento de dados, higienização de documentos, digitalização, transcrição de entrevistas e registro fotográfico: Juliana Araújo, Orquineiva, Liziane, Débora Kallynne, Sérgio Henrique, Cleidiane Vila Nova, Elaine Macedo, Josiene Santos, Pedro Lacerda, Felipe Araújo e Celso Filho.

Aos colegas servidores Assis Lourenço e Antônio Carlos, do Arquivo Permanente do Campus Natal-Central, e André, do Registro Escolar.

E, por fim, à professora Leonor Araújo, que, mesmo às voltas com sua tese de doutorado, conseguiu dedicar-se à tarefa de revisão deste livro.



ESCOLA DE APRENDIZES ARTIFICES

*As festas de encerramento do ano letivo constituíam um momento propício para a exposição pública da eficácia dos objetivos socioassistenciais da Instituição. (1913)*

# Pioneiros do progresso

## Aprendizes do trabalho, artífices da Nação

Tinha 12 anos incompletos, mas lembrava-se bem. Era fevereiro de 1910 e estava presente na primeira chamada dos alunos matriculados, procedida pelo encarregado de manter a disciplina no estabelecimento, que começara a funcionar naquele dia. Cumprida a formalidade, os alunos foram divididos em turmas, conforme a oficina escolhida.

Seu primeiro contato com os segredos de um ofício se dera na oficina de Serralheria, na qual tinha se matriculado. Essa oficina era dirigida pelo mestre Silvino Domingos da Silva, o serralheiro mecânico mais conhecido em Natal naquela época.

*Lembro-me que a minha primeira tarefa executada como aprendiz de serralheiro foi a de um marisco, conhecido mais pelo nome de “raspador de coco”. Ocorre-me à memória que mestre Silvino [...] era um homem de quase sessenta anos, magro, de estatura regular, alvo, de olhos castanhos, um pouco áspero e enérgico. Na minha humildade de aluno pobre, que o era nesse tempo, certa vez, não me conformando com uma repreensão feita pelo mestre, a qual julguei injusta, resolvi mudar de oficina, o que consegui depois de haver ponderado o ocorrido e as minhas razões ao Dr. Sebastião Fernandes. Este, por sua vez, com a sua proverbial educação, manda chamar o mestre Silvino e diz-lhe que o aluno Evaristo Martins de Souza desejava transferir-se para outra oficina, no que o mestre Silvino concordou. Assim, no dia seguinte, fui transferido para a oficina de Marcenaria, cujo mestre era o professor Joaquim de Paula Barbosa.<sup>1</sup>*

Egresso da Escola de Aprendizes Artífices de Natal, Evaristo Martins de Souza testemunhara, junto com outros 12 menores da oficina de Sapataria, 32 de Marcenaria, 33 de Alfaiataria, 23 de Serralheria e 7 de Funilaria<sup>2</sup>, os primeiros anos de fundação do

ensino profissional federal no Rio Grande do Norte, um dos 19 Estados contemplados pelo Decreto presidencial de Nilo Procópio Peçanha, datado de 23 de setembro de 1909.<sup>3</sup>

A iniciativa da União encontrara na cessão do antigo edifício do Hospital da Caridade Juvino Barreto<sup>4</sup>, construído em 1856, pelo presidente da Província Antônio Bernardo de Passos, e ocioso desde 1906 com sua transferência para o Monte Petrópolis<sup>5</sup>, a contrapartida necessária à instalação da Escola de Aprendizes Artífices de Natal. Situado à rua Presidente Passos, no bairro de Cidade Alta, o edifício sede da nova escola havia sido restaurado no final do século XIX.<sup>6</sup>

Como função inicial, caberia às escolas de aprendizes artífices a oferta de oficinas de trabalho manual ou mecânico e dois cursos noturnos obrigatórios: primário, para os alunos que não soubessem ler, escrever e contar; e de desenho, necessário ao exercício satisfatório do ofício.<sup>7</sup> No final de 1911, a recém-criada Rede de Ensino Profissional Federal já contava com 2.309 matriculados em 19 Estados da Federação.<sup>8</sup>

Em Natal, coube ao bacharel em Direito, Sebastião Fernandes de Oliveira, 32 anos, pertencente à geração dos poetas que sucederam Segundo Wanderley, dentre os quais Jorge Fernandes, seu

---

abertura da Primeira Sessão da Sétima Legislatura em 1º de novembro de 1910. Natal: Typografia d'A República, 1910, p.7-8.

3 BRASIL. Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

4 RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Presidente Alberto Maranhão. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Terceira Sessão da Sexta Legislatura em 1º de novembro de 1909. Natal: Typografia d'A República, 1909, p.9.

5 SOUZA, [1959?].

6 NESI, Jeanne Fonseca Leite. Caminhos de Natal. Natal: IHGRN, 1997.

7 BRASIL. Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909.

8 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio Dr. Pedro de Toledo, no ano de 1911. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatística 1911. p.311-312.

1 SOUZA, Evaristo Martins de. Evocando o passado de nossa Escola. Natal, [1959?]. p.1-2.

2 RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Presidente Alberto Maranhão. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na

irmão, introdutor da poética modernista natalense, a tarefa de primeiro conduzir a gestão da Escola de Aprendizes Artífices, incumbência que perduraria até maio de 1915.<sup>9</sup>

Atuando numa vertente oposta, porém semelhante à do poeta Henrique Castriciano, dedicado à profissionalização feminina e à instalação da Escola Doméstica de Natal, Sebastião Fernandes

*ou a Escola Normal, chegava a ser ridículo, insensato. [...] É doloroso verificar que numa terra como a nossa, terra na sua maioria habitada, sobretudo nas cidades litorâneas, por uma população menos que remediada, o desprezo pelos ofícios e pelas artes seja tão acentuado.*<sup>10</sup>



Os primeiros funcionários: Maria do Carmo Torres Navarro, Sebastião Fernandes de Oliveira (sentado, ao seu lado), escriturário, porteiro e mestres das oficinas (1913).

teve seu trabalho reconhecido por sua atuação no ensino profissional masculino, primário e gratuito.

*Para esse bacharel de talento [...] não foi humilhante aceitar um cargo de dirigir uma Escola de Artífices, quando esse instituto nasceu para não viver, conforme o raciocínio de então. [...] num país afetado pelo vírus da burocracia e da bacharelise petulante [...] o apelo feito aos pais para mandarem seus filhos a uma escola que não fosse o Atheneu*

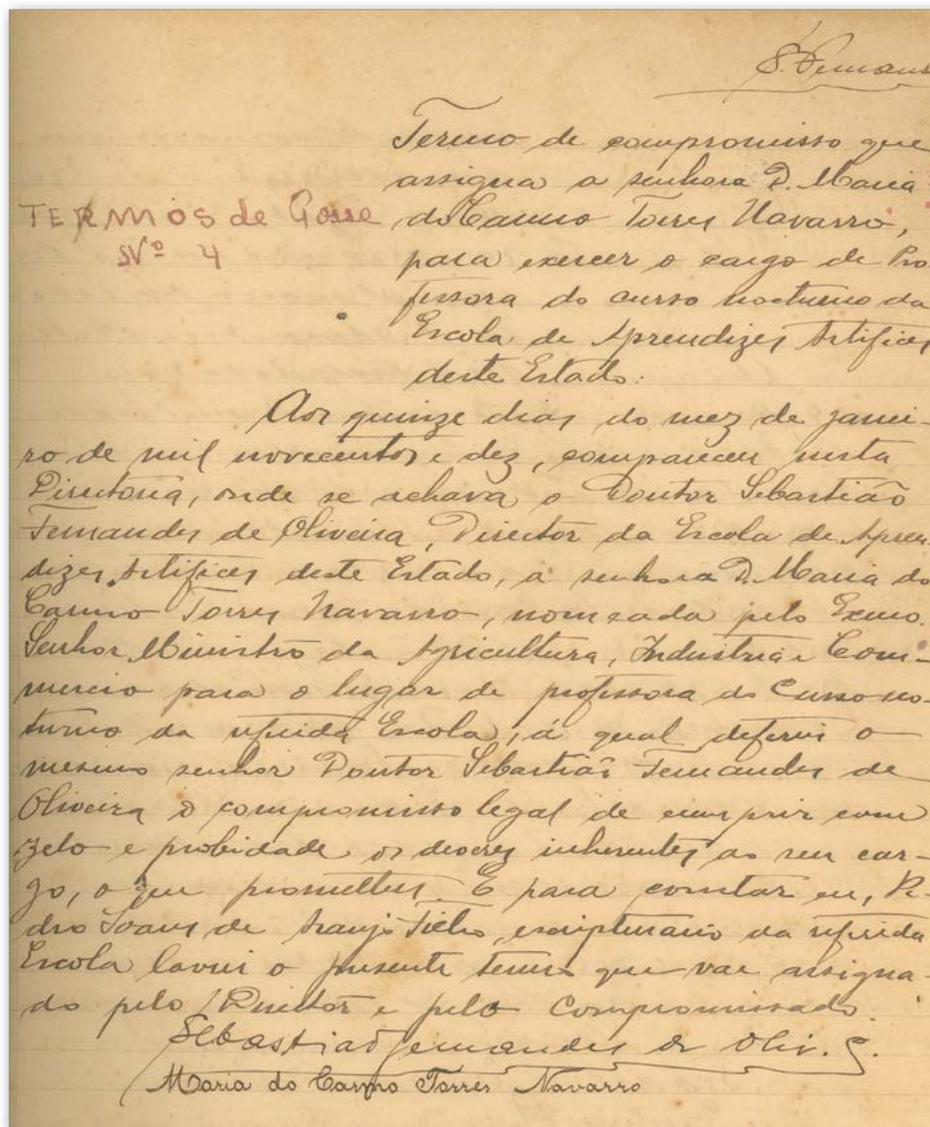
A despeito da visão preconceituosa de alguns conterrâneos, denunciada pelo cronista do jornal A República, em 1912 a diretoria da Escola de Aprendizes Artífices de Natal já reclamava da falta de acomodações suficientes no seu prédio escolar, deixando de prorrogar o período das matrículas, apesar do grande número de pretendentes.<sup>11</sup>

Graças a um aumento da demanda registrada naquele ano, a escola pudera contratar dois professores adjuntos para os cursos primário e

9 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO RIO GRANDE DO NORTE. Termos de Compromisso dos Empregados - 1909-1945. Natal, 23 dez. 1909.

10 ESCOLA de Aprendizes Artífices. A República, Natal, p.1, 5 mar. 1914.

11 O ENSINO – Escola de Aprendizes Artífices. A República, Natal, 13 jan. 1912.



Acima, Termo de compromisso da professora do curso primário, Maria do Carmo Torres Navarro (1909).

de desenho, como o previa um decreto<sup>12</sup> do ano anterior nos casos em que a frequência média no estabelecimento excedesse o número de 50 alunos.

Assim, no primeiro semestre de 1912, o escriturário Ezequias Pegado Cortez redigia os termos de posse de Maria Abigail Furtado de Mendonça e Raimundo Hostílio Dantas, contratados para dar suporte a Maria do Carmo Torres Navarro e Abel Juvino Paes Barreto.<sup>13</sup>

12 BRASIL. Decreto nº. 9.070 de 25 de outubro de 1911. Dá novo regulamento às escolas de aprendizes artífices. Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1911. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

13 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO RIO GRANDE DO NORTE. Termos de Compromisso dos Empregados - 1909-1945. Natal,

Na época, a Escola fazia das suas vantagens a melhor e mais eficaz propaganda, demonstrada pelo aproveitamento dos que a frequentavam - adolescentes admitidos dentre aqueles que não sofressem moléstias infecto-contagiosas, nem tivessem defeitos que os impossibilitassem ao aprendizado do ofício.<sup>14</sup>

A festa de premiação realizada no salão nobre do Natal Clube, no dia 11 de abril de 1912<sup>15</sup>, diante de um numeroso e seletto auditório, inaugurava um

23 dez. 1909.

14 BRASIL. Decreto n.º 7.566 de 23 de setembro de 1909.

15 ESCOLA de Aprendizizes Artífices. A República, Natal, 22 abr. 1912.

dos momentos mais esperados pelos aprendizes: a distribuição de prêmios, conforme o grau de adiantamento e aptidão dos estudantes, com recursos obtidos na venda dos artefatos produzidos nas oficinas.

Naquela noite, distribuíram-se três grandes prêmios: Rio Branco, no valor de 150 réis, concedido ao aprendiz de marceneiro Inocêncio Manoel do Nascimento; Pedro de Toledo, alcançado por Salvador Carneiro, aprendiz de alfaiate, no valor de 125 réis; e Alberto Maranhão, equivalente a 112 réis, obtido pelo aprendiz de sapateiro Elói Marques do Nascimento.

Sob a presidência do Coronel Pedro Soares de Araújo, representando o presidente da Província, e na presença do reverendo Alfredo Pegado e do chefe da Inspetoria Agrícola, Manoel Dantas, representante do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao qual as escolas de aprendizes estavam vinculadas, a solenidade de premiação contara com a entoação do Hino Nacional, pelos aprendizes, e do Hino do Trabalho, de autoria do diretor Sebastião Fernandes, musicado por José Borrajo, ambos acompanhados ao piano pela senhorita Chiquita Barros.

*Cabe a nós o futuro e a grandeza  
Desta terra imortal e sem par  
Tudo é riso, bondade e beleza  
Neste nosso país modelar.*

*Sois forte em expressão da harmonia  
Sob a terra feliz, sobre o mar  
Este grito de paz, de alegria  
Trabalhar, trabalhar, trabalhar.*

*Grande, sim, belo e grande temido  
Sempre foi e pra sempre será  
Mais feliz, respeitado e querido  
O trabalho somente o fará.*

*Vence a inércia o labor soberano  
Sejam todos um só lutador  
Só assim o país sobre-humano  
Há de ser um país vencedor.<sup>16</sup>*

Finda a solenidade, sob um céu iluminado pelos postes de energia elétrica recém-instalados na cidade pela Empresa de Melhoramentos de Natal<sup>17</sup>,

16 HINO do Trabalho para a Escola de Aprendizes Artífices de Natal. A República, Natal, 23 abr. 1912.

17 ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008.

os aprendizes saíram em desfile até o edifício sede da Escola, tendo, à frente, a banda de música do Batalhão de Segurança.

Envolvidos numa rotina diária de atividades que incluía aulas de primeiras letras, desenho e aritmética, os pequenos aprendizes, com idade entre 12 e 16 anos, atuavam entre 4 e 6 horas por dia na produção de artefatos nas oficinas da Escola.<sup>18</sup> O produto da comercialização desses artigos constituía parte da renda usada na aquisição de matéria prima e na distribuição de prêmios aos aprendizes artífices.

No final de 1912, o montante dos artefatos vendidos equivalia a 4 contos e 105 mil-réis (4:105\$), obtidos com a fabricação de sapatos, botinas, mesinhas, bancos, armários, cantoneiras, regadores, pés para bancos, parafusos, bicas de folha de flandres, máquinas para gás acetileno, suportes para escarradeiras, ternos de brim e casimira e uniformes, entre outros produtos.<sup>19</sup>

Quando as oficinas da Escola de Aprendizes Artífices de Natal foram instaladas, em 1910, o valor total do patrimônio referente aos equipamentos, às ferramentas e aos utensílios<sup>20</sup> necessários ao seu funcionamento somava cerca de 7 mil contos de réis.

A oficina de Marcenaria, a cargo do mestre Joaquim de Paula Barbosa, 57 anos, tinha um custo mais elevado – cerca de 2 contos e 500 mil réis, em função da maior quantidade de maquinário, com a vantagem de ser aproveitado para os trabalhos da oficina de Serralheria, administrada por Francisco Severo da Silva, 35 anos. Dentre os bens existentes, constavam uma máquina de serrar, outra para furar combinados, um torno de ferro para serrotes, um fogão especial para ferro de soldar, além de formões, martelos, esquadros, maçaricos de bronze, glosas para madeira e plaina de ferro.

A oficina de Funilaria, por sua vez, conduzida pelo mestre João Viterbino de Leiros, de 30 anos, tinha um torno de bancada, um fogareiro, uma mesa com resfriadeira, compassos, esquadros, escalas de aço e tesouras de cortar zinco.

Já o patrimônio da oficina de Sapataria, adminis-

18 BRASIL. Decreto n.º 9.070, de 25 de outubro de 1911.

19 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio Dr. Pedro de Toledo, dos anos de 1911 e 1912, 1 v., p.272.

20 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO RIO GRANDE DO NORTE. Livros de Bens Móveis – Oficinas de Marcenaria, Funilaria, Sapataria, Alfaiataria e Serralheria - 1911. Natal, 07 fev. 1911.

trada por Paschoal Romano Sobrinho, de 44 anos, incluía uma máquina de braço Singer, duas máquinas de colocar botões e ilhoses, 96 pares de formas de números 19 a 44, facas, martelos, carretilhas e calçadeiras de aço.

Do mesmo modo, a de Alfaiataria, a cargo do mestre José Barbosa da Silva, 38 anos, possuía três máquinas de costura, manequins números 40

a 48, tesouras, ferros de passar, jogos de régua e medidas para alfaiate.

Até 1915, poucos maquinários foram adicionados ao então existente, registrando-se, ao contrário, uma certa depreciação dos bens móveis disponíveis.

MODELO N. XXVI

*Alfaiataria*

(Designação da dependência) *Officina de Sapataria*

Quantidade	Descrição do Material	Valor
	<i>Transporte</i>	<i>15791 1/2</i>
Uma	Mobilizador de bina a 2000	2000
Dois	Ferros de bordar de aço a 2000	4000
Um	Pito para fôrca	2000
Uma	Cucorra	2000
Uma	Máquina Singer 31-29	12000
Um	Laminador de Solla	35000
Dois	Fôrmas Completas para trabalhar costado a 75000	150000
Dois	Platos - seu fl e costado a 85000	170000
Dois	Fôrmas de ferro a 2000	4000
Um	Crivatal - D. Completo	15000
Dois	Chimarras para tirar pilhotes a 2000	4000
Dois	Estantes de ferro a 5000	10000
Uma	Máquina Singer 31-29	12000
Um	Laminador de Solla	35000
Dois	Fôrmas Completas para trabalhar costado a 75000	150000
Dois	Platos - seu fl e costado a 85000	170000
Dois	Fôrmas de ferro a 2000	4000
Um	Crivatal - D. Completo	15000
Dois	Chimarras para tirar pilhotes a 2000	4000
Dois	Estantes de ferro a 5000	10000
Três	Crivates	12000
Três	Equilibrados	6000
Dois	Luças	1000
Dois	Facas	6000
		<i>2604675</i>

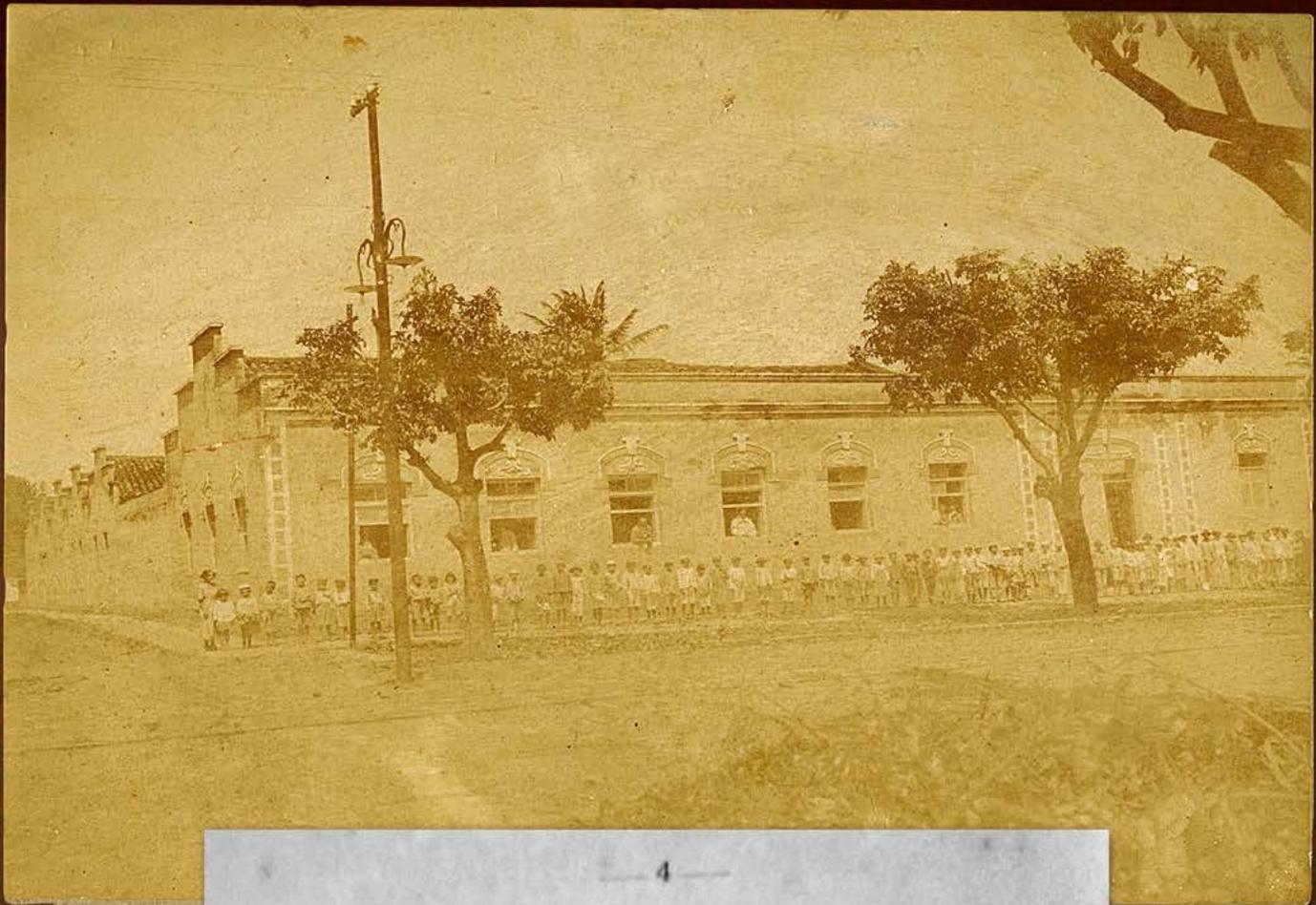
*Os bens desta dependência foram inventariados e avaliados, na data de 1916, pelo mestre Paschoal Romano Sobrinho, e o resultado do inventário foi o seguinte: ...*

*Paschoal Romano Sobrinho*  
Mestre

Acima, inventário de bens da Oficina de Sapataria, conduzida pelo mestre Paschoal Romano Sobrinho (1916).



Oficina de Marcenaria da Escola Industrial de Natal, 1953.



— 4 —

### LEI N. 338 DE 29 DE NOVEMBRO DE 1913

*Approva o acto do Governo do Estado, constante do officio n. 12.604 de 18 de Setembro ultimo.*

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte :  
Faço saber que o Congresso Legislativo decreta e eu sanciono a presente lei :

Art. 1º—É approvedo o acto do Governo do Estado, constante do officio n. 12.604 de 18 de Setembro ultimo, fazendo cessão ao da União do proprio estadual, sito á Avenida Rio Branco desta capital, para o fim especial de ser nelle installada definitivamente a Escola de Apprendizes Artifices, do Ministerio da Agricultura.

Art. 2º—Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo—Natal, 29 de Novembro de 1913—25º da Republica.

ALBERTO MARANHÃO.  
*Galdino dos Santos Lima.*

*A aquisição de imóvel próprio, no centro da capital, que passaria por reformas na década de 20, garantiu a instalação definitiva da Escola de Aprendizizes Artifices, espaço no qual permanecera ao longo de 53 anos. (1914?)*

# Um novo começo

## Da periferia ao centro

Aquele fora um dia festivo para a Escola de Aprendizes Artífices de Natal. O diretor, Sebastião Fernandes, mandara uniformizar todos os alunos, dando-lhes instrução militar, a fim de constituir um batalhão escolar. Para isso, foram construídos, na oficina de Marcenaria, espingardas e sabres de madeira, espadas e outros apetrechos bélicos.

A data coincidia com o término das sessões legislativas estaduais, razão pela qual compareceu à festa de encerramento do ano letivo de 1913 o presidente da Província do Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão, acompanhado de congressistas e representantes de sua Casa Civil e Militar.

Concluída a solenidade, o batalhão escolar e sua banda marcial estreadam em passeata pelas ruas da cidade, segundo relato do então aprendiz de marceneiro, Evaristo Martins de Souza:

*Coube-me, nesse dia, o posto de Primeiro sargento, tomando parte na Guarda de Honra da Bandeira, um pouco contramão é verdade, mas tudo era dispensado, porque era um batalhão de alunos. Nesse mesmo dia, 30 de novembro, fôra inaugurada a exposição escolar, uma das mais brilhantes constatada por todos os presentes naquela época, como também a distribuição dos prêmios aos alunos mais aproveitados naquele ano letivo. [...] Coube a mim um prêmio na importância de 21 contos e 500 reis (21\$500), que era muito dinheiro para mim, além de um estojo de desenho e uma Aritmética Progressiva do Curso Superior de Antônio Trajano.<sup>1</sup>*

A festa de encerramento do ano escolar também marcava a despedida dos alunos e funcionários do edifício no qual estavam instalados desde janeiro de 1910. Sua desocupação fora motivada pela cessão, ao Governo Federal, da escritura pública de um prédio situado à Avenida Rio Branco, n.º 743, no centro da capital, para instalação definitiva da Escola de Aprendizes Artífices de Natal.<sup>2</sup>

1 SOUZA, Evaristo Martins de. Evocando o passado de nossa Escola. Natal, [1959?]. p.3.

2 RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Presidente Alberto

O Batalhão de Segurança vinha ocupando o referido casarão desde 1909<sup>3</sup>, quando o Colégio Imaculada Conceição, que nele mantinha sua sede, fora transferido para a Avenida Deodoro da Fonseca, onde até hoje se mantém.

Entre as férias escolares de 1913 e o reinício das aulas, em 1914, a Escola de Aprendizes Artífices se instalara no antigo Natal Clube, tendo-se transportado, posteriormente, para a edificação cedida pelo governo estadual.<sup>4</sup>

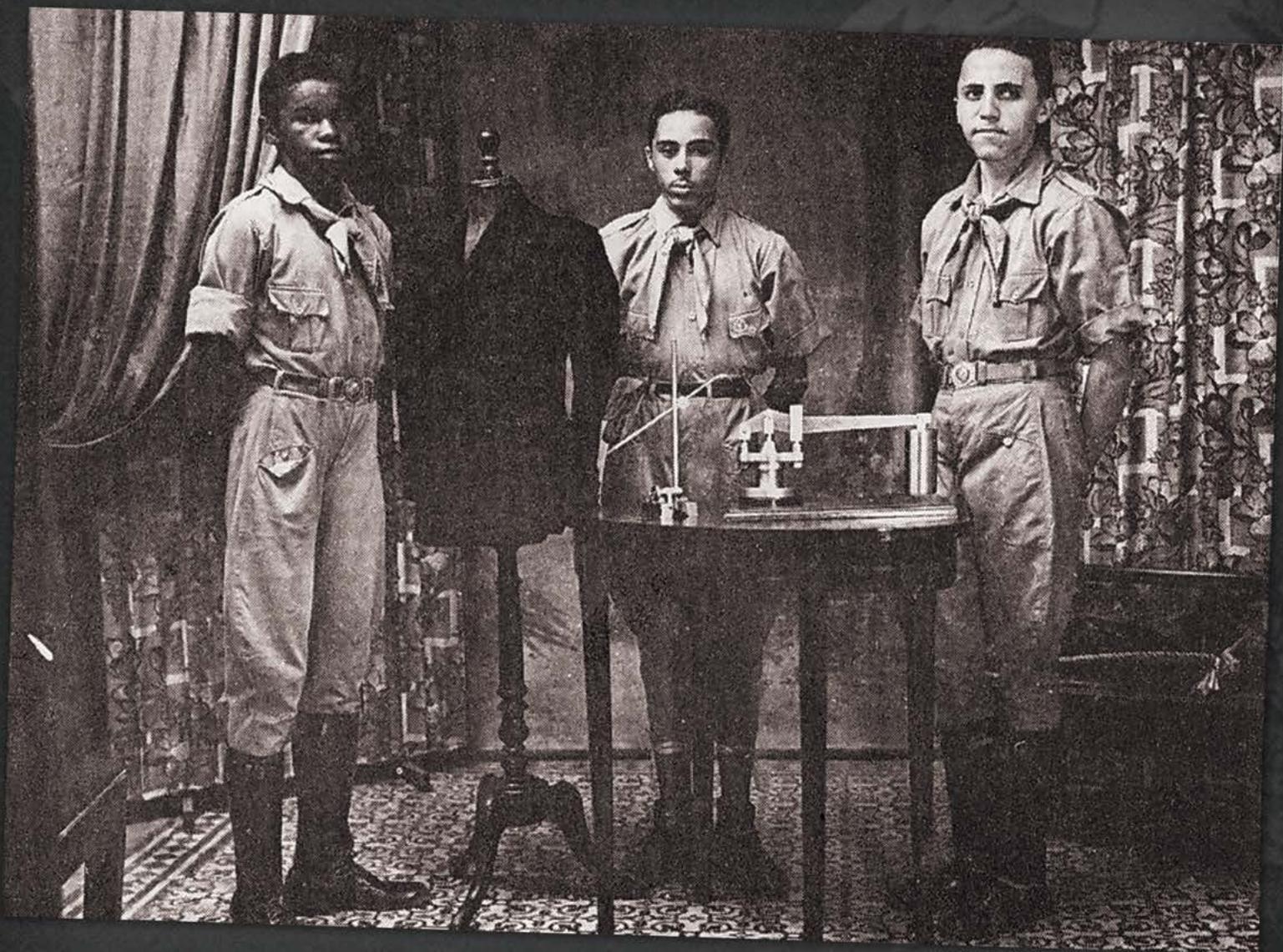
As instalações da nova sede, entretanto, necessitavam adequar-se aos fins a que agora se destinava. Em razão disso, em agosto de 1914, a diretoria da Escola, havendo obtido uma verba no valor de 14 contos e 367 mil-réis (14:367\$240), do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, abria concorrência para as primeiras obras de adaptação do edifício.<sup>5</sup>

Maranhão. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Primeira Sessão da Oitava Legislatura em 1º de novembro de 1913. Natal: Typografia d'A República, 1913. p.14-15.

3 SOUZA, [1959?].

4 Idem.

5 EDITAIS - Concorrência para as obras de adaptação do prédio destinado à Escola de Aprendizes Artífices neste Estado. A República, Natal, p.2, 03 ago. 1914.



*A produção do trabalho final nas oficinas constituía a última etapa para a diplomação dos artífices, garantindo-lhes receber as ferramentas necessárias ao exercício do seu ofício. (Década de 40)*

# Operário ou artesão?

## Do domínio da produção à especialização

Por pouco, eles não receberiam as ferramentas as quais tinham direito com a conclusão do curso. Naquele ano, a ameaça provinha do Congresso Nacional, que tardara a restabelecer as diárias a que os alunos faziam jus como membros da Associação de Cooperativa e Mutualidade da Escola de Aprendizes Artífices de Natal.

Organizadas em todas as escolas profissionais da Rede Federal, as Caixas de Mutualidade<sup>1</sup> visavam, além de conter a evasão escolar, facilitar a produção das oficinas e aumentar-lhes a renda, garantindo aos alunos as ferramentas necessárias ao seu ofício, tão logo terminado o curso.<sup>2</sup>

Graças a uma consignação de 40 contos de réis (40:000\$000) obtida pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio<sup>3</sup> em auxílio às referidas Associações, o aprendiz de serralheiro, Joaquim Francisco Carneiro, e os aprendizes de alfaiate, Francisco Leite de Carvalho, Salvador Carneiro e Antônio Gomes da Rocha Fagundes Netto puderam assistir à Sessão Solene de Assembleia Geral da Sociedade Cooperativa, às 12h do dia 7 de julho de 1916, na qual lhes foram entregues os diplomas e as devidas ferramentas.<sup>4</sup>

À ocasião, presidida pelo diretor da Escola, o juiz de Direito, Silvino Bezerra Neto, 30 anos, estiveram presentes todos os professores, mestres e alunos. Os formandos de Alfaiataria receberam como prêmio uma máquina de costura, uma tesoura, um jogo de ferro de cinco quilos, um fogareiro e uma medida. Ao aluno egresso da oficina de Serralheria, lhe foi entregue uma forja portátil, uma safra, uma marreta, um martelo, uma escala de aço e dois compassos.

1 BRASIL. Decreto nº. 9.070 de 25 de outubro de 1911.

2 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio Dr. Pedro de Toledo, dos anos de 1911 e 1912. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatística, 1912. 1 v., p.268-270.

3 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti no ano de 1916. Rio de Janeiro: Oficinas da Diretoria Geral de Estatística, 1916. 1 v., p.XXVII-XXVIII.

4 ESCOLA de Aprendizes Artífices. A República, Natal, 07 jul. 1916.



Certificado de aprendiz de Alfaiataria do aluno Francisco Leite de Carvalho (1916)

Desde que assumira a direção do estabelecimento, em abril de 1915<sup>5</sup>, o seridoense Silvino Bezerra Neto<sup>6</sup>, enfrentava, no ano letivo de 1917, os maiores desafios de sua gestão. O atraso no repasse da verba destinada à execução das obras de reparação no prédio da Escola de Aprendizes Artífices adiara o início das aulas para 2 de julho daquele ano.

Em relatório<sup>7</sup> apresentado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o dirigente informava que, mediante concorrência pública que resultara na contratação do arquiteto Francisco Cardoso de Figueiredo, foram demolidas e reconstruídas, desde as bases, duas paredes do prédio que ameaçavam desabar.

Em função dos transtornos causados pelo retardamento das aulas, a frequência reduzira-se a

5 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO RIO GRANDE DO NORTE. Termos de Compromisso dos Empregados - 1909-1945. Natal, 23 dez. 1909.

6 BEZERRA, Luiz G. M. Silvino Bezerra Neto. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-un Rosado, 2001. (Coleção Mossoroense, série C, v. 1251).

7 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO RIO GRANDE DO NORTE. Relatório referente ao ano de 1917 apresentado ao Exmo. Sr., Dr. J. G. Pereira Lima, M.D. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo diretor Bacharel Silvino Bezerra Neto. Natal: Atelier Typográfico M. Victorino, 16 jan. 1918.

55 alunos, dentre os 107 matriculados inicialmente. A despeito desses prejuízos, o diretor da Escola esforçava-se em oferecer aos alunos, para além da instrução profissional e literária cabível, constantes lições de educação moral e cívica:

*As professoras, conforme recomendação desta directoria, preleccionaram sempre, nas respectivas classes, sobre as datas nacionais, tendo, a 6 de Setembro, me parecido opportuno baixar a seguinte portaria: "O Bacharel Silvino Bezerra Neto, Director da Escola de Aprendizizes Artífices do Estado do Rio Grande do Norte: recommenda aos professores dos cursos primario e de desenho da mesma Escola, a bem da educação civica dos aprendizizes, que iniciem as aulas de hoje, ministrando aos seus alumnos uma licção de historia pátria a respeito do feito da Independência do Brasil, devendo, por occasião da mencionada licção, explicar o justo motivo das festas com que os brasileiros homenageam a passagem da gloriosa data de 7 de Setembro".*<sup>8</sup>

Ao lado do tabagismo e do alcoolismo, sobre cujos malefícios lançava incessante propaganda junto aos aprendizizes, o problema do analfabetismo constituía outra grande preocupação do diretor do estabelecimento escolar. Por isso, considerava merecedora de elogio a iniciativa do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de criar cursos noturnos de aperfeiçoamento nas Escolas de Aprendizizes Artífices, destinados aos maiores de 16 anos.<sup>9</sup>

O tema da formação do operariado brasileiro, que se tornara imperioso naquele final da década de 10 - especialmente com o estancamento do fluxo imigratório e a substituição do modelo de economia baseada na importação - já reclamava a cooperação de uma mão de obra em potencial nas Escolas de Aprendizizes Artífices do país, conforme manifestação do então diretor da Escola de Natal, Silvino Neto.

*Com a presença dos corpos administrativo e docente, dei, no dia 10 de novembro, uma ligeira explicação aos alumnos sobre a situação do Brazil em face do conflicto*

8 Idem. p.5.

9 BRASIL. Decreto nº. 13.064 de 12 de junho de 1918. Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizizes Artífices. Coleção de Leis do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 21 dez. 1928. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

*européu, demonstrando a importância da contribuição que poderão dar, si preciso, os próprios aprendizizes artífices na defesa da pátria, com o seu trabalho, que será valioso, na confecção de artefactos, como fardamentos, calçados e vários outros utensílios que a effectivação do estado de guerra reclamará com abundância. Expliquei igualmente a necessidade e relevância da instrução militar que aos mesmos alumnos estava sendo ministrada [...]. A idéia alvitrada do aproveitamento, em caso de guerra, do trabalho dos aprendizizes, é perfeitamente viável e impõe-se a sua adopção, por um lado, pela economia que se fará sobre o custo da mão de obra dos mesmos artefactos e utensílios, que, até em tempo de paz, muito pesa aos cofres da união, por outro lado pela margem que offerece a se poder deslocar das officinas particulares para as linhas de combate cerca de 1.600 adultos, que, assim, ficarão substituídos pelos alumnos das 20 escolas de Aprendizizes Artífices do paiz, calculada para cada uma destas uma média de 80 aprendizizes que possam trabalhar.*<sup>10</sup>

Para poderem atuar como partícipes desse projeto de industrialização nacional e preparar os operários requisitados pela Nação, as Escolas de Aprendizizes Artífices necessitavam, entretanto, uniformizar procedimentos, sistematizar programas de ensino, unificar a metodologia pedagógica, industrializar as oficinas e aumentar-lhes a produtividade.

Nesse contexto de entusiasmo reformista, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio cria, em 1920, a Comissão ou Serviço de Remodelação do Ensino Técnico Profissional<sup>11</sup>, cuja chefia fora atribuída ao engenheiro gaúcho João Lüderitz, à época, diretor do Instituto Parobé, vinculado à Escola de Engenharia de Porto Alegre, apontado como instituição modelo para o ensino técnico no país.

Para concretizar dita reforma, a comissão considerava que uma série de obstáculos teriam que ser transpostos no âmbito interno das Escolas de

10 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO RIO GRANDE DO NORTE. Relatório referente ao ano de 1917 apresentado ao Exmo. Sr., Dr. J. G. Pereira Lima, M.D. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo diretor Bacharel Silvino Bezerra Neto. Natal: Atelier Typográfico M. Victorino, 16 jan. 1918. p.7-8.

11 QUELUZ, Gilson Leandro. Método intuitivo e o Serviço de Remodelação do Ensino Técnico Profissional. Revista Educação e Tecnologia, v. 3, n.2, São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1036>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

Aprendizes Artífices, tais como a falta de professores e mestres qualificados, o mal aparelhamento das oficinas, a inadequação dos seus edifícios para a instalação de uma produção fabril e a oposição de alguns diretores em relação a aspectos autoritários das mudanças.

No tocante a este último ponto, a solução criada pelo Serviço de Remodelação resultara na nomeação de um corpo de inspetores, em boa parte, oriundo da Escola de Engenharia de Porto Alegre ou do Instituto Parobé, que ao longo da década de 20, revezara-se na direção das várias Escolas de Aprendizes Artífices do país.

A partir dos primeiros estudos da Comissão, resultantes das várias inspeções feitas nas escolas, tivera início a tarefa de tradução e elaboração de livros e manuais técnicos, dentre os quais constavam, na lista de material de consumo recebido pela Escola de Aprendizes Artífices de Natal, as obras: Desenho figurativo, Curso de Desenho, Trabalhos Manuais em Cestaria, Modelagem e Modelação, Empalhação e Estofaria e Cartonagens, Manuais de Artefatos de Madeira, Manual de Desenho de Máquinas e Curso de exercícios profissionais e de iniciação aos trabalhos manuais e de desenho.<sup>12</sup>

A estruturação do ensino industrial no Brasil dali em diante estaria fundamentada no conjunto de ideias e princípios apresentados no Relatório Lüderitz<sup>13</sup>, quatro anos após a instalação do referido Serviço de Remodelação.

Nesse documento, a Comissão orientava para a “necessidade de se cuidar do preparo das elites técnicas” e da educação industrial do povo:

*Primeiro, porque, nos países cultos, a capacidade produtiva do operário é atribuída à sua cultura técnica; segundo, porque a “educação do proletariado nacional é um meio de defesa da administração superior do país, contra a invasão incondicional do capital industrial estrangeiro e contra os pruridos de radicalismo, que felizmente mal se esboçam entre nós, mas tendem a avolumar-se para culminar em sedições e revoltas”; terceiro, porque pregar a simples disseminação do ensino primário, como tem sido feito, de pouco vale, pois “o que interessa, indubitavelmente ao indivíduo, como elemento social,*

12 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE NATAL. Livro de Material de Consumo. Natal, 1931-1936.

13 NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU, 1974.

*componente de uma nacionalidade, é poder produzir, não lhe bastando os conhecimentos das primeiras letras.”<sup>14</sup>*

Lüderitz defendia a aplicação de um plano racional de ensino nas escolas de aprendizes artífices, de modo a permitir aos educandos transpor as limitações da tradição artesanal pelo domínio da máquina e do trabalho industrial. Inscrevendo-se numa tendência reformadora da educação apontada como Taylorismo na escola, o engenheiro pretendia promover um maior rendimento escolar na produção das oficinas, imprimindo aos aprendizes um ritmo de trabalho industrial.<sup>15</sup>

Suas ideias inspiraram a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices<sup>16</sup>, aprovada em 1926 pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O documento trazia, como principais mudanças, a elevação de quatro para seis anos na duração dos cursos e o desdobramento de cada oficina em seções de ofícios correlatos.

O currículo proposto reservava, para as duas primeiras séries, em paralelo aos cursos primário e de desenho, a aprendizagem de trabalhos manuais como etapa pré-vocacional à prática do ofício propriamente dito, adquirida nos dois anos seguintes, podendo o aluno permanecer na instituição por mais dois anos complementares.

Com tais modificações, as oficinas de Marcenaria, Serralheria, Funilaria, Sapataria e Alfaiataria da Escola de Aprendizes Artífices de Natal seriam transformadas nas seguintes seções de ofícios, com suas respectivas especializações:

#### **Seção de Trabalhos de Madeira**

3º ano - Trabalhos de vime, empalhação, carpintaria e marcenaria

4º ano - Beneficiamento mecânico de madeira e tornearia

#### **Seção de Trabalhos de Metal**

3º ano - Latoaria, forja e serralheria

14 Idem, p.166.

15 QUELUZ, 1998.

16 CUNHA, Luís Antônio. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. São Paulo: UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000. p.73-75.

4º ano - Fundição e mecânica geral e de precisão

### **Seção de Fabrico de Calçados**

3º ano - Sapataria comum

4º ano - Manipulação de máquinas

### **Seção de Feitura do Vestuário**

3º ano - Costura a mão

4º ano - Feitura e acabamento

Anos depois, também se podia verificar, na Instituição, a existência de duas novas seções.

### **Seção de Artes Decorativas**

3º ano - Modelagem e pintura decorativa

4º ano - Estucagem, entalhação e formação de ornatos em gesso e cimento

### **Seção de Artes do Couro**

3º ano - Obras de correeiro

4º ano - Trabalhos de curtume e selaria

Quanto à composição curricular dos cursos primário e de desenho, a Consolidação prescrevia os seguintes conteúdos:

1º ano: leitura e escrita, caligrafia, contas, lição de coisas<sup>17</sup>, desenho e trabalhos manuais, ginástica e canto.

2º ano: leitura e escrita, caligrafia, contas, lição de coisas, desenho e trabalhos manuais, ginástica e canto, elementos de geometria, geografia e história pátria, instrução moral e cívica.

3º ano: português, aritmética, geometria, geografia e história pátria, instrução moral e cívica, lição de coisas, caligrafia, desenho ornamental e de escala, aprendizagem nas oficinas.

4º ano: português, aritmética, geometria, rudimentos de física, instrução moral e cívica, desenho ornamental e de escala, desenho industrial e tecnologia, aprendizagem nas oficinas.

---

<sup>17</sup> Entendido tanto como disciplina, quanto como método intuitivo de ensino, adotado na educação primária, como forma de desenvolver a inteligência da criança por meio dos sentidos.

Com relação ao tema da formação de professores para as escolas de aprendizes artífices, a solução que se impusera ao Serviço de Remodelação fora adotar a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, situada na capital da República, como local de estágio para os egressos das instituições da Rede e sede da realização de cursos de aperfeiçoamento.<sup>18</sup> Apesar de considerar excelente o nível do corpo docente da Escola Wenceslau Brás, para João Lüderitz, impunha-se a criação de, pelo menos, mais duas escolas normais, sugestão que acabara recaindo sobre os Institutos Parobé, do Rio Grande do Sul, e Lauro Sodré, do Pará.

Nesse aspecto da qualificação docente, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio já havia decretado, em 1918, a exigência de habilitação em concurso de provas práticas para o provimento dos cargos de professores e mestres, adjuntos e contramestres.<sup>19</sup>

Na Escola de Aprendizes Artífices de Natal, o jovem Evaristo Martins de Souza, 23 anos, assumiria, em 17 de julho de 1920, a função de contramestre da oficina de Marcenaria, tornando-se um dos primeiros egressos da instituição a retornar como funcionário à escola que o havia acolhido como aluno.<sup>20</sup>

---

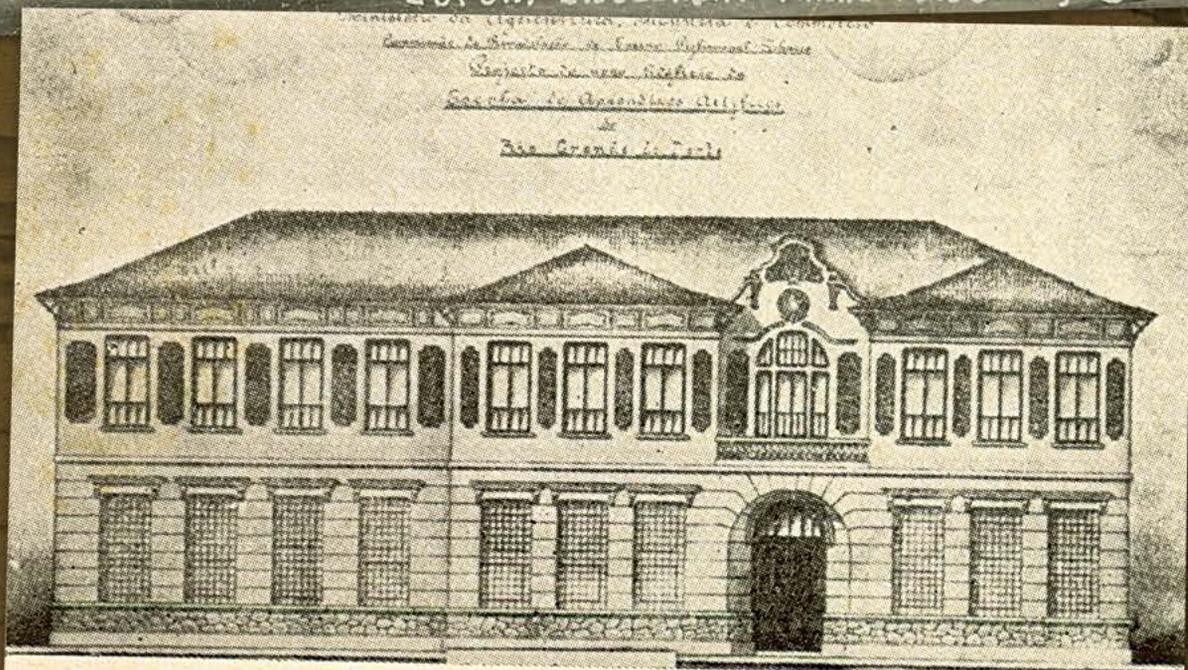
<sup>18</sup> CUNHA, 2000.

<sup>19</sup> BRASIL. Decreto nº.13.064 de 12 de junho de 1918.

<sup>20</sup> REGISTRO Funcional do Servidor. Evaristo Martins de Souza. Nomeado em 26 de junho de 1920 para o cargo de contramestre da Oficina de Marcenaria.

Quantidade	Descrição do material	Valor
	<i>A transportar.</i>	18.268,16
52 h.	Rev. tápis	416,000
53 h	Varão ao rolco	424,000
56,250	Rev. quadrado	450,000
3 <sup>h</sup> 800.	Varão redondo	(4,560) 456,000
		19.558,976
	<i>Obrás feitas</i>	
4. pps.	Monadores	4,000
	Prelha	6,000
3	Ciseadores pequenos	6,000
1	Ciseadores grandes	3,000
1 par	Sapato preto para mulher.	14,000
14	Saudalias de couro.	(77,000) 77,000
1 par	Saudalia de pauco	(5,000) 5,000
1	Grade de madeira	10,000
		6,000
3	Ciseadores pequenos	6,000
1	Ciseadores grandes	3,000
1 par	Sapato preto para mulher.	14,000
14	Saudalias de couro.	(77,000) 77,000
1 par	Saudalia de pauco	(5,000) 5,000
1	Grade de madeira	10,000
3	Saratórios de ferro.	18,000
20	Pernas de banco de ferro	162,000
2	Grades para taboleiro	8,000
2	Rejagos para portas de madeira.	32,000
1	Centro de sala	15,000
1	Coluna de madeira	5,000
2	Quadros pequenos de madeira	7,000
1	Bandeirola de ferro	12,000
1	Tamborete e assento de palha	5,000
4	Chantôes para reposteira	42,000
1	Bandeirola de madeira	50,000
2	Pernas de banco para jardim	20,000
2	Cafeteiras	36,000
15	Copos de saudalias	120,000
1	Tripes de ferro	40,000
1	Salitot. de musela nacional	14,000
1	Balca de musela nacional	14,000
4	Calções p. creancas musela nacional	26,000
	<i>A transportar</i>	44,000

Relação de trabalhos produzidos nas oficinas da Escola de Aprendizes Artífices de Natal (1930).



*A velha Escola de Aprendizes Artífices de Natal.  
Projetada pela Comissão de Remodelação do Ensino  
Profissional-Técnico.*

*A reforma do prédio escolar atendia aos ideais de cidade moderna, originários da Belle Époque, e adotados na capital da República. (Década de 30)*

# Ensino Industrial

## Uma obra de sólida e lenta construção

Dia seis de março do ano de 1924. O jornal *A República* anunciava o edital de concorrência<sup>1</sup> para conclusão das obras do prédio da Escola de Aprendizes Artífices de Natal. Iniciada em 1922, na gestão do engenheiro civil Lycerio Alfredo Schreiner, diplomado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre<sup>2</sup>, a reforma projetada pelo Serviço de Remodelação do Ensino Técnico Profissional sofrera interrupção no ano seguinte, após a implantação do novo Código de Contabilidade, que dificultara a apresentação de proponentes devidamente habilitados à concorrência pública.<sup>3</sup>

Agora, sob a administração interina do escritório Luiz Gonzaga de Carvalho, as obras, contabilizadas no valor de 126 contos de réis<sup>4</sup>, foram confiadas ao construtor Omar O'Grady<sup>5</sup>, engenheiro formado nos Estados Unidos e que, quatro anos depois, viria a ter atuação decisiva no projeto de desenvolvimento urbanístico de Natal, durante o governo de Juvenal Lamartine (1928-1930).

Conforme especificava o edital, o construtor encontraria, entre outros serviços já executados, os alicerces em granito, as paredes do andar térreo do edifício principal e, em parte, as paredes do andar superior até a altura de 1,53m, 14 janelões com esquadrias de ferro para o pavimento térreo, bem como diversas esquadrias de madeira, entre as quais a porta principal, medindo 2,00 x 4,20m, construída em quatro folhas de louro, com bandeira em semicírculo.<sup>6</sup>

1 CONCORRÊNCIA pública para a conclusão de obras da Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte, em Natal. *A República*, Natal, p.2, 06 mar. 1924.

2 BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, no ano de 1922. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p.140-141.

3 \_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, no ano de 1923. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. p.241.

4 \_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, no ano de 1924. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. p.369.

5 CARDOSO, Rejane (Coord.). 400 nomes de Natal. Natal: Prefeitura Municipal, 2000.

6 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE NATAL. Inventário de

A contratação dos serviços visava à conclusão do edifício principal, com a construção de ambientes de administração, aulas e oficinas de artes gráficas e decorativas, uma oficina de alfaiataria em continuação às existentes, reformas das instalações sanitárias, muros, aterros, nivelamento no terreno e reparos gerais nos ambientes. Para isso, fora depositado no local da obra, a fim de ser aproveitado pelo empreiteiro, todo o madeiramento para o forro, o telhado e o assoalho do prédio principal.

Em consonância com o ideal de cidade moderna originária da *Belle Époque* francesa, cujo modelo urbanístico influenciara os projetos de intervenção na capital da República, no início do século XX, também a fachada frontal do edifício da Escola de Aprendizes Artífices de Natal viria a apresentar elementos característicos dos estilos neocolonial, eclético e neorrenascentista.<sup>7</sup>

Destacava-se, em estilo neocolonial, o frontão que coroava a entrada principal do prédio. Os elementos ecléticos, adotados em maior quantidade, estavam presentes nos adornos colocados acima das janelas, nos detalhes em baixo relevo no reboco, na entrada principal em arco pleno, como também no interior da edificação, em especial, no guarda-corpo da escadaria principal e nas bandeiras que enfeitam algumas portas. O tratamento imprimido à superfície da parede externa do pavimento térreo, imitando alvenaria de pedra, caracterizava o estilo neorrenascentista.

Pouco mais de um ano após terem sido retomadas, as obras sofreriam nova paralisação em face da rescisão do contrato do empreiteiro com o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.<sup>8</sup>

Durante a administração dos dois últimos gestores comissionados pelo Serviço de Remodelação, Waldomiro Fetterman<sup>9</sup> - técnico em construções

Bens Móveis e Imóveis – 1923-1924.

7 GADELHA, Dinara Regina Azevedo. Centro de Cultura e Criatividade Liceu das Artes. 2007. 62f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2007.

8 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE NATAL. Inventário de Bens Móveis e Imóveis - 1923-1924.

9 BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Relatório apresentado ao presidente da República dos

mecânicas pelo Instituto Parobé, e Alcides Raupp Feijó<sup>10</sup> - contramestre de trabalhos em metal, procedente do mesmo Instituto, outros serviços foram executados na sede da Escola de Aprendizes Artífices de Natal.

Em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, no início de 1930, o presidente da Província, Juvenal Lamartine, prestava a seguinte informação sobre o andamento das reformas no Órgão Federal.

*Conta atualmente com um edificio de moderna construção para os serviços de administração e officinas e um conjunto de pavilhões internos em forma de L, onde se acham installadas a uzina de electricidade, as officinas de Carpintaria, Marcenaria, Forja, Serralheria, Fundição e Mecânica. [...] Em virtude da dificuldade que se encontra entre nós de se obter concorrentes para a execução de obras da natureza da que ali se estão levando a effeito, todos os serviços de conclusão das suas installações têm sido feitos administrativamente pela própria direcção da Escola. No período a que se refere esta mensagem foram empregados noventa contos de reis (90:000\$000) na construção de uma nova ala ao lado esquerdo do edificio principal, revestimentos internos e externos, colocação de fôrros além de outros trabalhos menores, todos executados no mesmo edificio. [...] Para o próximo exercício está projectada a construção de um moderno pavilhão para installações sanitárias, assim como a aquisição e montagem de machinarias modernas em todas as suas officinas e a execução de um mobiliário completo e adequado às aulas e officinas. Ficará assim completamente remodelada esta Escola, cujo papel no progresso e desenvolvimento das industrias locais, e consequentemente, na economia do Estado, é dos mais importantes.<sup>11</sup>*

### A continuidade das ações propostas pelo Serviço

Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, no ano de 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929. p.507.

10 \_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, no ano de 1922. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. p.141.

11 RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Mensagem apresentada pelo presidente Juvenal Lamartine de Faria à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da 1ª Sessão da 14ª Legislatura em 1º de outubro de 1930. Natal: Imprensa Oficial, 1930. p.63-64.

de Remodelação fora afetada, no entanto, pela instalação do Governo Provisório de Getúlio Vargas, em 1930, que extinguiu a referida Comissão substituindo-a, no ano seguinte, pela Inspeção do Ensino Profissional Técnico<sup>12</sup>, vinculada ao recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública<sup>13</sup>, para o qual foram transferidas as escolas de aprendizes artífices do país.

A situação de incerteza vivenciada pela Escola de Aprendizes Artífices de Natal, em meados de novembro de 1930, pode ser deduzida a partir do discurso dirigido pelo jurista Floriano Cavalcanti de Albuquerque, por ocasião da transmissão do cargo de diretor ao escriturário Luiz Gonzaga de Carvalho.

*De acordo com o art. 36º da Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, passo-vos a Direcção desta Escola, em virtude de ter sido exonerado da Comissão que na mesma vinha exercendo, por ato de hontem, do sr. Presidente do Estado. [...] Entrando na direcção da Escola numa phase anormal e critica, nada pude fazer que possa deixar como registro dos vinte e sete dias de minha curta direcção. [...] Em virtude da falta de escripta da Escola, escusei-me sempre de requisitar na Delegacia Fiscal a mais insignificante verba, não tendo, portanto, lançado mão de nenhum dinheiro público. Não recebi, igualmente, do ex-diretor, o Sr. Alcides Raupp, nenhuma importância, nem caderneta de Banco. Suspendi todas as despesas, excepto duas ou três por indispensáveis, como: fornecimento da merenda, de exigência regulamentar e cuja suspensão importaria na baixa absoluta da frequencia, se não mesmo no seu desaparecimento. [...] e a remoção dos acervos de areia, calça e detritos de construção, que entulhavam, na sua altura de um metro, o pateo interno da Escola, constituindo além da desagradável impressão, serio e imminente perigo para a Escola, que a menor invernia seria inundada pelas águas [...].<sup>14</sup>*

12 BRASIL. Decreto n.º 19.560 de 05 de janeiro de 1931. Aprova o regulamento que organiza a Secretaria de Estado do Ministério da Educação e da Saúde Pública. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 31 dez. 1931. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

13 \_\_\_\_\_. Decreto n.º 19.402 de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 31 dez. 1930. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

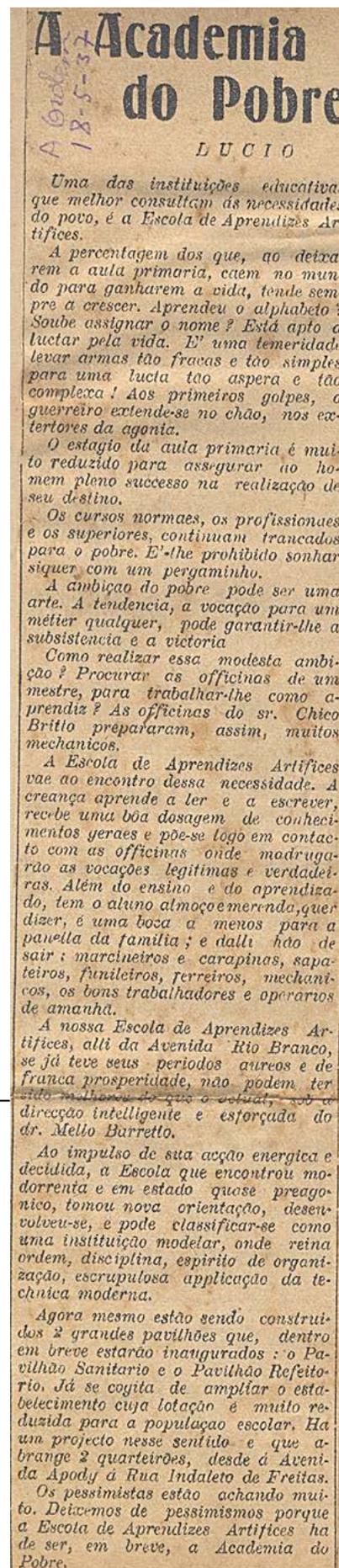
14 ALBUQUERQUE, Floriano Cavalcanti. Portaria n.º 264-Dr/EAA. Natal, 12 nov. 1930.

No decurso dos primeiros anos da década de 30, a Inspeção do Ensino Profissional Técnico pudera constatar os mesmos empecilhos relatados pelo Serviço de Remodelação, cujas reformas efetuadas nas escolas da Rede haviam sido objeto de medidas parciais, limitadas às possibilidades oferecidas pelas parcas dotações orçamentárias.

Em função do já elevado número de matrículas verificado nas 19 escolas de aprendizes artífices, em 1932, que atingira a cifra de 5.584 alunos, além do aumento da renda recolhida ao Tesouro Nacional procedente da produção nas suas oficinas, o titular da nova pasta apelava para a necessidade urgente de se prosseguir com o Programa de Aperfeiçoamento da Rede Federal de Ensino Profissional:

*Penso, Sr. Ministro, que na hora presente, de reconstrução nacional, a solução de tão importante objeto não poderá mais ser procrastinada, antes, pelo contrário, urge ser encarada com energia e sabedoria. Hoje, que cada cidadão vale o que produz, não é possível que a educação industrial continue a marchar a passos tardos. Não é possível que o Brasil, possuindo tão grande número de matérias primas, como ferro, ouro, manganês, algodão e madeiras de lei, continue a importar os artigos mais necessários ao seu consumo. Faz-se mister tratar o mais depressa possível da educação industrial do povo. Só teremos um país forte e respeitado quando a nossa indústria se mostrar, de fato, em franca prosperidade.<sup>15</sup>*

Artigo publicado no jornal católico A Ordem, em 1937, que atribui uma função assistencialista à Escola de Aprendizes Artífices



15 BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA. Relatório apresentado ao Exmo. Senhor Chefe do Governo Provisório Dr. Getúlio Dornelles Vargas pelo Ministro de Estado da Educação e Saúde Pública Washington Ferreira Pires, no ano de 1932. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934, p.69. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2302/>>. Acesso em: 18 jan. 2011.

# SEC DE Feitura



A exposição anual dos produtos fabricados nas oficinas visava mostrar o resultado prático do ensino ministrado, como o atesta o aprendiz de marceneiro, na carta ao lado. (1937)

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL  
do Rio Grande do Norte  
SECRETARIA  
Proc. N.º 504 de 1932  
de 3 de Junho de 1937  
Telopita Cuvaral

Brasília 26 de Junho  
Prezado senhor:

Fazendo votos pela saúde de V.S., venho  
respeitosamente pedir-lhe um favor.

Fui aluno dessa escola, aproximadamente  
no ano de 1932 a 1934. Optação que adquiri durante o tempo  
que estive como aprendiz! me levou a ser o que hoje sou:  
Desenhista, pintor, modelador e ao gesso ao barro; comigo o  
trabalho em qualquer máquina moderna de carpintaria, pois  
ao nosso Deus e aos capacitados professores dessa escola. —  
Lembre-me de todos! — Façam quase ressaltar o mestre Manuel  
Tracio o qual me fez conhecer a profissão. Sr. Edgar Barbosa  
como professor de português; Abel Barreto, Matemática;  
Fundamental e professor Herculio Santos, na grande e inesqueci-  
vel mestre em desenho; modelagem, escultura e pintura aprendi  
com facilidade em face a minha tendência. O professor  
Herculio, junto ao diretor do Senac, Celestino Pinheiro, que  
aproveitaram-me na cadeira de desenho, mas eu tinha pouco in-  
de: Um por menor, o mestre Manuel Tracio me apelidava de  
"leocênio", que em pouco tempo tornou-se comum em toda cidade;  
mesmo quando fui estudar no Senac. — Com esta  
o senhor tem uma perfeita ideia ao meu respeito. O favor que  
desejo, é um certificado dessa escola, conforme o meu apre-  
sentamento e grau de aprovação constante nos arquivos dessa  
Senhor, em face a longa experiência adquirida no trabalho durante  
todos esses anos, fui considerado a licenciar, e que já o faço, porém  
me pediram um certificado da escola onde estudei para minha  
própria confirmação; quando ansiosamente o gesto comprou-se  
dessa diretoria, sem mais anteriormente aproveito o ensejo  
para agradecer-lhe a minha gratidão.

Herculio dos Santos

O nomeite por menor, foi, da escola "Industrial"

# Artefatos em vitrine

## A face exposta da profissionalização

Faltava apenas um mês para se completar o ano letivo regular na Escola de Aprendizes Artífices de Natal. Desde que fora implantado, atendendo às orientações da Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices<sup>1</sup>, publicada em 1926, o currículo padrão incluía uma média de 40 horas/aula por semana.

Além de cursar o ensino primário, na terceira e quarta séries, o aluno aprendiz deveria cumprir uma carga-horária de 18 e 24 horas/aula de aprendizagem nas oficinas, sem contar as demais disciplinas do curso.

Apesar dessa extensa rotina, naquele final de outubro de 1935, as aulas foram suspensas, entre os dias 28 e 31. O motivo, justificado nos livros de chamada<sup>2</sup> do curso de Letras e da Seção de Trabalhos em Madeira, ministrados, respectivamente, pelo professor Abel Furtado Mendonça e Menezes e pelo mestre Manoel Ignácio, apontava para a ocorrência de anormalidades no Estado. Seriam tais anormalidades um prenúncio da tentativa de golpe militar que Natal iria protagonizar em seguida? Insurgida por um grupo de militares descontentes com o regime instaurado pelo governo Vargas, a Intentona Comunista eclodira em Natal em 23 de novembro daquele ano, resultando na dominação da capital e na instalação de uma junta governista denominada Comitê Popular Revolucionário. Na ocasião, o governador Rafael Fernandes e seu secretário-geral, Aldo Fernandes, buscaram asilo no Consulado da Itália, enquanto o prefeito Gentil Ferreira exilara-se no Consulado do Chile.<sup>3</sup>

O movimento teve vida curta, mas aqueles três dias renderam ao prédio da Escola de Aprendizes Artífices de Natal seu ingresso na história política do Rio Grande do Norte ao ser transformado em presídio de guerra<sup>4</sup> para cerca de 50 indivíduos que participaram da rebelião. O pedido de cessão do

prédio pelo governador, com a anuência do Governo Federal, fora justificado pela falta de acomodação nas prisões da cidade. No dia 27 de janeiro de 1936, os presos políticos seriam transferidos à Casa de Detenção<sup>5</sup>, onde ali aguardariam destino.

Procedente da Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas, onde estivera à frente da sua direção desde 1932, Antônio Carlos de Mello Barreto<sup>6</sup> assumira a diretoria da Escola de Aprendizes de Natal em setembro de 1935<sup>7</sup>, em substituição ao engenheiro agrônomo Paulo Sarmento (1931-1935).<sup>8</sup>

A atuação de Antônio Carlos no episódio da cessão do prédio da Escola para abrigar os prisioneiros da Intentona Comunista lhe rendera muita simpatia junto ao comando militar de Natal. Em mensagem encaminhada pelo comandante do 21º Batalhão de Caçadores, vinculado ao Ministério da Guerra, o tenente-coronel José Octaviano Pinto Soares lhe dirigia os seguintes cumprimentos:

*Apraz-me comunicar-vos que nesta data fiz inserir no Aditamento 310, deste Comando, a vossa patriótica e eficiente colaboração, no desempenho das múltiplas atribuições que vos foram confiadas por ocasião e após o movimento extremista, onde o vosso alto espírito de ardor cívico, intrepidez, esforço, inteligência e bravura fizeram-no credor da gratidão das autoridades constituídas pelos relevantes serviços prestados à legalidade.<sup>9</sup>*

Em abril de 1936, o governador Rafael Fernandes retribuíra a atenção dispensada por Mello Barreto com uma demorada visita à Escola de Aprendizes Artífices. Em sua companhia, estavam o senador

1 CUNHA, Luís Antônio. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. São Paulo: UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000. p.73-79.

2 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE NATAL. Livro de Chamada dos alunos do 3º, 4º, 5º e 6º anos do Curso de Desenho - 1935.

3 HISTÓRIA DO RN. Ideologias em conflito. A Intentona Comunista – Ação armada e domínio de Natal. Natal: Tribuna do Norte; Fundação José Augusto, 1997. Cadernos Especiais. Fascículo 10.

4 EIN vira presídio de guerra. A Razão, Natal, 27 jan. 1936.

5 OS PRESOS políticos sahiram da Escola de Aprendizes Artífices. A Razão, Natal, 27 jan. 1936.

6 BARRETO, Antônio Carlos de Mello. Curriculum Vitae.

7 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO RIO GRANDE DO NORTE. Termos de Compromisso dos Empregados - 1909-1945. Natal, 23 dez. 1909.

8 Idem.

9 SOARES, José Octaviano Pinto. [Correspondência enviada ao Sr. Antônio Carlos de Mello Barreto. M.D. Diretor da Escola de Aprendizes Artífices]. Natal, 24 dez. 1935.

Joaquim Inácio, o secretário geral do Estado, Aldo Fernandes, o cônego Amâncio Ramalho e o diretor do Departamento de Educação, Paulo Viveiros.

*[...] atendendo a um convite especial do director da escola S. excia passou a percorrer todas as dependências do estabelecimento, inclusive as secções de alfaiataria, marcenaria, sapataria e desenho [...]. Voltando depois ao andar superior, Dr. Raphael Fernandes recebeu dos alunos da escola de artífices uma significativa manifestação de apreço. Ali estavam reunidos todos os elementos do corpo docente da escola, os quaes recepcionaram o governador com uma prolongada salva de palmas, e entoaram em seguida o hymno nacional. Na directoria, para onde, em seguida, se dirigiram os presentes, foi servida uma taça de guaraná, recebendo, então o governador, nova homenagem, já agora do corpo docente da escola e de que foi interprete o professor Abel Furtado, agradecendo S. excia. Ao retirar-se do estabelecimento [...] foram batidas varias chapas photographicas, formando em frente do edificio um pelotão de alumnos devidamente uniformizados.*<sup>10</sup>

Um ano mais tarde, em 12 de julho de 1937, o governador retornava à Escola, agora denominada Liceu Industrial de Natal<sup>11</sup>, para presidir o ato de inauguração dos novos pavilhões, situados na ala esquerda do edificio principal, onde foram construídos uma cozinha, um refeitório e sanitários.<sup>12</sup> Em seu discurso, Mello Barreto atribuía tais melhoramentos à pessoa do ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, e ao diretor da Divisão do Ensino Industrial, Francisco Montojos. Salientava, também, a atuação do governador Rafael Fernandes na doação de um terreno limítrofe, necessário à ampliação das novas instalações escolares.

Como ocorria ao final de cada ano letivo, as exposições anuais dos trabalhos dos alunos recebiam grande contingente de visitantes e, em 1937, a

exposição do Liceu ganhara destaque na imprensa local com o relato do cronista, ex-diretor da revista cultural *Cigarra* (1928-1930) e biógrafo da escritora Nísia Floresta, Adherbal França<sup>13</sup>, que escrevia sob o pseudônimo de Danilo na Editoria de Sociais do jornal *A República*:<sup>14</sup>



Exposição de produtos das Seções de Trabalhos em Metal e Marcenaria. (1937)

*Fui visitar ontem a exposição de trabalhos do nosso Liceu Industrial. Sou recebido, à entrada, amavelmente, pelo Sr. Oscar Sales, que me leva a uma sala do pavimento superior. Uma exposição em ordem, de caráter positivamente pré-vocacional. Todas as seções separadas: mecânica, serralheria, funilaria, sapataria, marcenaria, alfaiataria e desenho.*

<sup>10</sup> ESCOLA de Aprendizizes Artífices do Rio Grande do Norte – A visita do governador do Estado àquele estabelecimento de ensino profissional. *A República*, p.1, 16 abr. 1936.

<sup>11</sup> BRASIL. Lei nº. 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 15 jan. 1937. p.1210, coluna 1. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

<sup>12</sup> ESCOLA Federal de Aprendizizes Artífices – A festa de amanhã. *A República*, Natal, 11 jul. 1937. ESCOLA de Aprendizizes Artífices – A festa de antanho. *A Ordem*, Natal, 14 jul. 1937.

<sup>13</sup> COSTA, Maria Suely da. *A Cigarra: um corpus da nossa memória cultural*. Disponível em: <<http://www.mcc.ufrn.br/portaldamemoria>>. Acesso em: 22 jul. 2009. ARRAIS, Raimundo (Org.). *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal/RN: EDUFRN, 2008.

<sup>14</sup> DANILO. No Lyceu Industrial. *A República*, Natal, 11 dez. 1937.

*O Sr. Evaristo Martins de Souza, um dos professores, presta-me informações. Começo a admirar, sobretudo, o cuidado, a precisão dos objetos. O dr. Mello Barreto me encontra nesse trabalho de curiosidade. 'A exposição já está desfalcada', diz o diretor. 'Muitos trabalhos já saíram'.*

*Começo por examinar a seção de trabalhos de metal, a mais variada, mais próxima e mais interessante. Na série de mecânica, dirigida pelo mestre Waldemar Pereira, há coisas admiráveis. Compassos de ponta, bigornas, chaves de caixa, moitões, chaves de fenda, auto-centrador, serras, todos esses trabalhos do aluno do 5º ano, Kerginaldo da Silva. Adiante, trabalhos de Antônio Costa, do 6º ano. São compassos (internos, de centro e externos), corta arruelas, grampos de arruelas, grampos de precisão, etc. Trabalhos avulsos de Irineu Martins, Wilson Eufrásio, Francisco Farias, José Moacyr, Francisco Galvão, Manoel Dias e Luiz Antônio Sipião.*

*A seção de funilaria, anexa, é do mestre João Ricardo. Ótimos trabalhos com flandre e latão, de José M. Lima, José Bertholdo, Luiz Antônio Sipião e Alberto Seabra.*

*Vou adiante. Estou defronte de peças de marcenaria. É seção do prof. Evaristo Martins de Souza. Numerosos trabalhos de torno, magnificamente acabados. Demonstrações de embutidos, porta-toalhas, capachos, bancos para faqueiros. Mais além, uma série de pranchetas, feitas de colaboração com alunos de serralheria – parte de metal, parte de madeira. Trabalhos ótimos, de elevações calculadas, pelos alunos Luiz de Souza e Wilson Eufrásio, Paulo Nobre Barreto e Antônio Galvão, Miguel Perdulino e Francisco Galvão de Faria.*

*O diretor ainda me esclarece um ponto interessante: os alunos fazem os desenhos e os orçamentos, previamente. Aprovados pelo mestre, executam. É o ensino racional, completo.*

*Na seção de calçados, a cargo do prof. Jorge Romano, há coisas surpreendentes. Alunos de 1º, 2º e 3º anos com trabalhos esplêndidos. Alpercatas acabadas com limpeza e perfeição. Sapatos sem defeitos. O dr. Mello Barreto, que conhece a fundo os trabalhos de várias escolas profissionais, me diz: - Os meninos da sua terra são de uma inteligência admirável. Produzem coisas que provocam surpresas. Este desenho, por exemplo, é uma delas. E mostra-me, ao lado, na seção de desenho do professor Hostílio Dantas, um sapato em desenho. Os alunos do prof. Hostílio tem trabalhos excelentes em dois*

*grandes quadros expostos. Esboços, a crayon. Desenhos de casas, livros, flores, altos relevos, detalhes ornamentais. O dr. Mello Barreto me mostra um desenho de máquina, do aluno Luiz Barbosa Pinto. Acho-o, como prova de exame, simplesmente admirável.*

*Resta-me uma seção – a de alfaiataria, do prof. Prudêncio Petit. Vejo trabalhos dos alunos do 3º e 4º anos, sob medidas, provas de exames. Vestuários completos. Confeções de Francisco de Souza e Galdino Costa. Ainda mais: detalhes interessantes da execução.*

*Sou levado agora a ver as oficinas do Liceu e as suas dependências. O dr. Mello Barreto vai me mostrando as novas instalações. A sala das armas, onde se acha o instrumental da banda do tiro do Liceu e as suas armas de instrução. Deixo o Liceu com uma excelente impressão do trabalho que nele atualmente se desenvolve [...].*

A referência do cronista à banda do tiro do Liceu diz respeito à Escola de Instrução Militar 271, vinculada ao comando da 7ª Região Militar do Exército Nacional, que, já funcionava na Instituição, antes mesmo de sancionada a Lei do Ensino Militar, datada de 23 de dezembro de 1937.<sup>15</sup> A Lei previa a instalação de escolas de instrução militar anexas a institutos civis de ensino, a fim de oferecer uma iniciação geral militar, incluindo a técnica do tiro. Destinava-se a habilitar alunos do ensino secundário, menores de 16 anos, a se candidatarem aos quadros de reservistas do Exército brasileiro. Em 1940, 25 candidatos se submetiam aos exames de atiradores da Escola de Instrução Militar do Liceu.

*Como nos anos anteriores a E.I.M. 271, do liceu, iniciou ontem com a presença do 2º tenente Francisco Gomes, os exames dos seus atiradores. [...] É motivo para satisfação para quantos prezam o bom princípio de ordem e cidadania, saberem que o Liceu, além das vantagens que oferece do ensino profissional, ainda anualmente dá um grande contingente de reservistas, todos aptos ao cumprimento do dever para com a pátria.<sup>16</sup>*

15 BRASIL. Decreto-lei nº. 432 de 19 de maio de 1938. Regula o ensino militar no Exército. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 31 dez. 1938. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2011. BRASIL. Decreto-lei nº. 103 de 23 de dezembro de 1937. Regula o exercício do magistério no Exército. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 30 dez. 1937. p.25824, coluna 1. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2011.

16 E.I.M. 271. A República, Natal, p. 7, 17 jul. 1940.



*O protagonismo da Escola nas festividades da Semana da Pátria revelava os princípios de ordem, civismo e disciplina adotados no estabelecimento. (1949)*

# Vigilância e exemplo

## Faça o que eu digo, faça o que eu faço

Alunos da 3ª e 4ª séries do Liceu Industrial de Natal, Pedro e Irineu Martins de Lima talvez nem sonhassem que, um dia, iriam ocupar o cargo de dirigentes da Instituição. Como tantos outros pais pedreiros, funileiros, ferreiros, carpinteiros, marítimos e sapateiros, que matricularam seus filhos nessa escola, Francisco e Maria do Carmo só esperavam que eles seguissem uma profissão.<sup>1</sup>

Irineu logo desenvolvera tendência para o desenho, disciplina na qual fora admitido como professor<sup>2</sup> alguns anos depois... ao passo em que seu irmão Pedro, além de especializar-se em forja e serralheria<sup>3</sup>, adotara o esporte como sua grande paixão, em especial, o basquete, do qual fora jogador, técnico e juiz, sendo reconhecido mais tarde por seus alunos como um dos grandes educadores daquela Instituição.

Entretanto, naquele mês de outubro de 1939, a atenção desses meninos se voltava para outro educador natalense que, a convite do diretor recém-empossado, Jeremias Pinheiro da Câmara Filho<sup>4</sup>, 27 anos, ministrava aos alunos, por ocasião da semana da criança, uma instrutiva palestra sobre a prática do escotismo no Brasil.

Ao final desta mesma manhã, dia 14, instalava-se o 1º Grupo de Escoteiros Artífices do Liceu.<sup>5</sup> A iniciativa, adotada por Jeremias Pinheiro, seguia o exemplo do professor do Grupo Escolar Frei Miguelinho, Luís Correia Soares de Araújo, fundador da Associação dos Escoteiros do Alecrim, em cuja sede mantinha, com alguma subvenção do governo do Estado, uma Escola Profissional com oficinas

de sapataria, serralheria, funilaria, marcenaria e confecções, uma sala de diversões e um cinema educandário.<sup>6</sup>

Daquele dia em diante, o grupo de escoteiros do Liceu seria presença constante nos eventos cívicos e sociais promovidos pela escola. Atendendo à convocação do Centro Líteo-Recreativo Nilo Peçanha, criado no Liceu em 15 de janeiro de 1940, os escoteiros participaram, em junho deste ano, da parada festiva pela passagem dos 75 anos da Batalha Naval do Riachuelo.<sup>7</sup>

Seu primeiro aniversário de fundação<sup>8</sup> coincidiria com as comemorações alusivas à “descoberta” da América:

*Ontem no Liceu Industrial o Dr. Jeremias P. Filho reuniu todos os alunos e professores no salão principal daquele educandário, e depois de haver discorrido em torno do acontecimento histórico de Cristóvão Colombo, ressaltou em feliz improviso os benefícios surgidos ao liceu com a implantação do escotismo em seu seio, idéia que deve proliferar em todos os recantos desta grande pátria. [...]*

*Concedida a palavra, externou-se com belíssima oração a professora Ruth Souto, dizendo aos alunos a significação do dia 12 de outubro, hoje à grande América, continente onde reina a paz e o progresso de um povo civilizado. O aluno do 6º ano, Francisco de Souza, em nome do centro lítero recreativo também falou sobre a data, sendo aplaudido por sua oração.*

*Encerrando a reunião, Dr. Jeremias congratulou-se com os presentes, terminando por saudar os escoteiros artífices por mais*

1 LICEU INDUSTRIAL DE NATAL. Livro de Matrícula de 1938/1939.

2 ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. Livro II – Termos de Posse – 1945-1960. (Nomeado por decreto datado de 04/09/1945 para a Cadeira de Desenho de Móveis).

3 REGISTRO Funcional do Servidor. Pedro Martins de Lima. Admitido por Portaria nº. 2 de 31 de janeiro de 1944 para a função de Servente Diarista; por Portaria nº. 23, de abril de 1945, é admitido como Artífice; por Decreto datado de 09 de abril de 1952 é nomeado Professor-Chefe do Curso de Serralheria.

4 LICEU INDUSTRIAL DE NATAL. Assentamento do Pessoal – 1939.

5 OS ESCOTEIROS do Alecrim visitam o Liceu Industrial de Natal – Instalado o Primeiro Grupo de Escoteiros do Liceu Industrial. A República, Natal, p.2, 14 out. 1939.

6 RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da 1ª Sessão da 12ª Legislatura pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros, em 1º de novembro de 1924. Natal: Typografia d'A República, 1924. p.38.

7 LICEU Industrial – O Centro Líteo Recreativo festeja condignamente a passagem do 75º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo. A República, Natal, p.8, 16 jun. 1940.

8 O LICEU Industrial comemora a data do Descobrimento da América e o primeiro aniversário da fundação do 1º Grupo de Escoteiros Artífices. A República, Natal, p.3, 13 out. 1940.



A quadra de esportes da Escola Industrial foi palco de grandes torneios entre as oficinas e de disputas entre as seleções de basquete do Estado (década de 40).

*uma etapa vencida, salientando o nome do Dr. Getúlio Vargas, pelos grandes feitos de aproximação das duas Américas.*

Ao lado da prática do escotismo, o incentivo ao esporte prometia marcar a gestão do engenheiro agrônomo Jeremias Pinheiro. Durante toda a década de 40, as temporadas esportivas da escola cumpriram a dupla função de promover a inclusão social dos seus alunos e de atrair, para a quadra do estabelecimento, os principais clubes e federações de vôlei e basquete potiguares.

Em várias dessas ocasiões, os certames eram arbitrados por dois dos maiores esportistas do Estado, Djalma Maranhão e Humberto Nesi, este último, campeão de vôlei, remo, tênis de mesa e futebol de campo, presidente do América Futebol Clube, diretor de árbitros da Federação Norte-rio-grandense de Desporto, diretor do Aero Clube e do Centro Náutico Potengi.<sup>9</sup>

Uma das principais disputas que os alunos tiveram a oportunidade de acompanhar ocorrera

<sup>9</sup> CARDOSO, Rejane. 400 nomes de Natal. Natal: Prefeitura Municipal, 2000.

em outubro de 1942, promovida pela Federação Estadual de Basquete, que envolvia as seleções do Náutico, Esporte, Recreativo, Olímpico, América e Andrade Neves.<sup>10</sup>

Para um estudante da Escola Industrial de Natal, o universo esportivo era tão importante que influenciava até nas escolhas profissionais. Ao ingressar na instituição naquela época, o aluno tinha que cumprir um sistema de rodízio em oficinas, nas duas primeiras séries, antes de especializar-se no ofício para o qual apresentasse melhor aptidão ou cujo desempenho o classificara entre as vagas disponíveis.

Aprovado no exame de admissão em 1957, dois anos depois, o aluno Nivaldo Calixto Torres<sup>11</sup> tivera que enfrentar a difícil decisão. Procedente de Nísia

<sup>10</sup> CONTINUAM em franco entusiasmo os preparativos para o torneio aberto oferecido a Renato Teixeira da Mota – Nenem. A República, Natal, 23 out. 1942.

<sup>11</sup> TORRES, Nivaldo Calixto. Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte: trajetória do ex-aluno e servidor. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros, Natal, 05 ago. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (30min). \_\_\_\_\_. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 14 dez. 2009. 1 gravação digital. Sonoro.

Floresta/RN, o rapaz, de 17 anos, havia se transferido para a casa de uma tia em Natal. Após concluir o primário na Escola Estadual João Tibúrcio, iniciara a preparação para os exames vestibulares na escola particular do professor Saturnino. A motivação viera por intermédio de um primo, aluno da 4ª série de Marcenaria:

*[...] eu gostava de esporte. Jogava basquete e minha estatura ajudava, 1,82m. As melhores equipes eram dos cursos de Marcenaria e Mecânica, quem sobrava ia pra Alfaiataria. [...] Marcenaria e Mecânica eram o ABC e o América aqui de Natal e a Alfaiataria era um Atlético, aquele chamado time pequeno. Então, eu escolhi por influência, mas me dei bem [...]. Eu fiz Marcenaria, quando terminei fui trabalhar, novinho, com 21 anos, [...] e com pouco tempo eu assumi uma chefia de fábrica.*

Seguindo um raciocínio oposto, porém, tendo a mesma motivação, Vicente de Paula Souza<sup>12</sup> definiu sua escolha, em 1954, aos 13 anos de idade:

*Eu optei por Sapataria porque havia entre esses cursos uma jornada esportiva, havia torneios, etc. E como eu não tinha futebol suficiente pra jogar no time de Mecânica, nem da Marcenaria, optei pelo de Sapataria, no qual eu era titular. (risos).*

Além do esporte e do escotismo, a institucionalização de um Corpo de Vigilantes na Escola Industrial de Natal representara outra prática disciplinadora criada pela administração, para conferir senso de responsabilidade aos alunos. Neste caso, por meio do controle descentralizado sobre os demais estudantes.

*Na minha época, [...] o diretor era um elemento muito autoritário, disciplinador, chamado Jeremias Pinheiro, que foi um dos pilares do crescimento da Escola, e depois dele vieram outros, como Pedro Pinheiro, Pedro Martins... Então, a disciplina na Escola era rígida e nós tínhamos um corpo de*

12 SOUZA, Vicente de Paula. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 15 jul. 2009. 1 gravação digital em minidv (16min).

*vigilantes, que eram alunos selecionados ou voluntários, que passavam a ser os líderes da turma e responsáveis pela disciplina da turma. [...] na época, o aluno indisciplinado, que cometia qualquer irregularidade, ia para debaixo da escada ou debaixo do sino e ficava por um determinado tempo em pé, de castigo. Até eu passei por isso! O chefe da disciplina dizia: 'Mande o menino pra debaixo da escada. Só sai de lá quando eu me lembrar!'. (risos)<sup>13</sup>*

A iniciativa de Jeremias Pinheiro, relatada pelo ex-aluno Laércio Severiano da Silva, perdurara ao longo das décadas de 40 e 50, chegando até aos anos 60, quando a Escola Industrial ainda mantinha em seu quadro de funcionários o cargo de inspetor de alunos, que viria a ser ocupado pelo próprio Laércio, por ocasião do seu ingresso na instituição como servidor.

Estudante do ginásio industrial nessa época, Romildo Oliveira<sup>14</sup> ainda se diverte, recordando as travessuras dos meninos da Escola Industrial:

*Quando se aproximava a época junina, a época de São João, alguns alunos levavam as bombinhas pra escola, e nós tínhamos um banheiro que ficava no térreo e lá em cima nós tínhamos outro banheiro, então o que é que alguns alunos faziam? Eles armavam as bombinhas embaixo, de uma ponta de cigarro, e na hora que a ponta de cigarro ia queimando, a bombinha explodia embaixo, e o senhor Laércio, que era o inspetor, corria pra lá e via a explosão, mas, ao mesmo tempo, eles estavam montando outra bomba lá em cima. Então, quando a bomba acabava de explodir lá embaixo, no banheiro, explodia outra lá em cima, então o inspetor ficava subindo e descendo as escadas, sem saber ao certo quem tinha feito aquilo (risos).*

O Corpo de Vigilantes, instituído no início da gestão de Jeremias Pinheiro<sup>15</sup>, que permanecera no

13 SILVA, Laércio Severiano da. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistadores: Arilene Lucena de Medeiros e Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 05 fev. 2009. 1 gravação digital. Sonoro. (30min).

14 OLIVEIRA, Romildo G. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 21 jan. 2009. 1 gravação digital em minidv (18min).

15 REGISTRO Funcional do Servidor. Jeremias Pinheiro da Câmara Filho. Nomeado por decreto presidencial em 23 de agosto de

cargo por um período de 15 anos, era composto por alunos das séries mais adiantadas, segundo critérios de desempenho e bom comportamento. Sua composição anual girava em torno de nove alunos, com um chefe e um sub-chefe que se revezavam na função num sistema de rodízio mensal.

Cabia aos vigilantes organizar a entrada e a saída dos estudantes no início e término do expediente escolar, encaminhar os retardatários ao inspetor de alunos, recolher e devolver as cadernetas de frequência, controlar as filas de acesso às salas de aula e ao refeitório e inspecionar o uso correto do fardamento, podendo também intervir nos casos de indisciplina nas proximidades do prédio da Escola.

A farda usada pelos alunos da Escola Industrial, que representava o símbolo mais importante da instituição, recebia constante vigilância sobre seu uso, como conta Antônio Fernandes de Carvalho<sup>16</sup>, ex-aluno de Marcenaria:

*[...] não era permitido arregaçar as mangas da camisa. A gravata tinha que estar sendo usada com o nó feito. Os botões da camisa completamente abotoados. [...] caso o aluno fosse visto com a farda usada indevidamente nas ruas da cidade, poderia ser chamado a atenção.*

Os vigilantes eram identificados pelo uso de um distintivo preso à manga da camisa, uma faixa azul marinho com um olho desenhado no centro. Nessa função, eles eram sempre os primeiros a chegar e os últimos a sair do estabelecimento.

A fim de auxiliar o inspetor de alunos, Plácido Juventino<sup>17</sup>, a garantir o cumprimento das normas disciplinares, o Corpo de Vigilantes funcionava ainda como um tribunal de pena para julgar os casos de indisciplina na Escola Industrial. Um sistema de multas fora criado para pontuar as faltas cometidas pelos estudantes. Os casos mais graves eram levados ao conhecimento do diretor, que fixava as punições cabíveis, as quais se davam, quase sempre, sob a forma de suspensão.

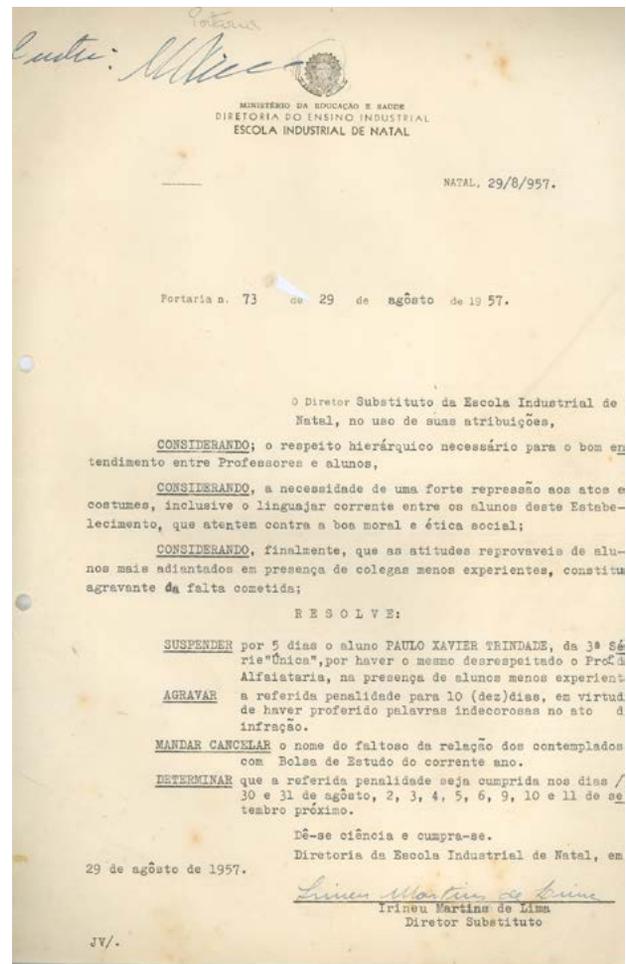
1939 para o cargo de diretor do Liceu Industrial de Natal.

16 CARVALHO, Antônio Fernandes de. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 09 e 22 out. 2010. 1 gravação digital. Sonoro.

17 REGISTRO Funcional do Servidor. Plácido Juventino de Sousa. Nomeado por Portaria n.º 28-Divisão do Ensino Industrial, de 31 jan. 1944, para a função de inspetor de alunos.



Apresentação dos alunos no Salão de Honra da Escola Industrial. Entre os estudantes, a presença de um "Vigilante". [1950?]



A suspensão constituía a pena mais frequente contra os atos de indisciplina na Escola Industrial.

*[...] dentro da Escola, a disciplina era por nossa conta. [...] a gente usava uma faixa com um olho grande no braço. E eu além de vigilante era líder de classe! Então eu era uma autoridade grande, brinca Nivaldo Calixto Torres, egresso da oficina de Marcenaria. Quando o aluno aprontava, ia pra julgamento. [...] ele teria direito à defesa de um vigilante e também teria direito a um vigilante de acusação. De vez em quando, o aluno passava uns dias em casa. (risos)*<sup>18</sup>

As irregularidades que ensejavam a suspensão dos alunos eram diversas e revelavam a quebra do comportamento exigido pela direção: desacatar um membro do Corpo de Vigilantes, abater a moral do líder de turma, elaborar cardápio depreciativo da merenda, usar palavras de baixo calão, fumar e brigar no recinto da escola, não se apresentar na parada de 7 de Setembro, badalar o sino sem permissão, burlar a vigilância da portaria e sair sem autorização, entre outras transgressões.

Tal rigor disciplinar estava relacionado ao regime de semiinternato que caracterizava o funcionamento da instituição escolar, como explica o então aluno de Marcenaria, Severino do Ramo de Brito<sup>19</sup>, ingresso em 1949:

*A educação física começava muito cedo, a partir de cinco e meia da manhã. A escola não tinha campo próprio, não tinha equipamento esportivo, então muitos exercícios eram feitos no campo do América ou lá no Centro Náutico Potengi, e também na quadra interna da Escola Industrial. [...] Depois da educação física nós íamos pra escola e nos preparávamos pra tomar café [...] servido, impreterivelmente, às 7h15min. Então, todos nos colocávamos na fila, por série, da 1ª à 4ª série, e depois os alunos de Mestria [...]. Depois do café, éramos divididos pra irmos pras aulas teóricas [...]. No turno inverso, você ia pras oficinas, aí passava a tarde toda lá. Então nós chegávamos à escola muito cedo e saíamos às 5 horas da tarde. Além do café da manhã, você tinha às 10 horas um lanche,*

18 TORRES, Nivaldo Calixto. Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte: trajetória do ex-aluno e servidor. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros, Natal, 05 ago. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (30min).

19 BRITO, Severino do Ramo de. Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – trajetória do ex-aluno e servidor. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (48 min).

*às 11h30min, o almoço, às 15h outro lanche [...]. Então nossa vida era como alunos semi-internos. Só não fazíamos dormir na escola.*

Para Severino do Ramo de Brito, essa rotina diária representava a realização do sonho de ingressar na Instituição, com a qual mantivera os primeiros contatos por ocasião de suas vindas de Nova Cruz a Natal, junto com a avó, que tinha parentes na Companhia de Navegação Loide Brasileiro. Nessas visitas à capital, tudo era motivo de empolgação: as luzes, a movimentação, o cinema, os navios atracados no porto e até o destacado prédio da Escola Industrial na Avenida Rio Branco.<sup>20</sup>

O acesso ao interior do edifício era feito pelo portal lateral, situado à rua Professor Zuza. A entrada era impreterivelmente às 7 da manhã. Por alguma razão, se o aluno chegasse atrasado, teria que se dirigir à entrada principal do prédio e se apresentar ao porteiro, que o encaminharia para um espaço existente embaixo da escada principal do edifício. Só depois que todos os alunos fossem para a sala de aula, o caso seria analisado pelo inspetor de alunos ou pelo orientador educacional.

“O inspetor Plácido era de pouca conversa, firme no cumprimento das normas [...]. Professor Irineu Martins assumia uma postura diferente, era um educador. Ele dizia: você tem que se educar, se encaminhar para as coisas boas”, lembra Antônio Fernandes<sup>21</sup>, que, na época, morava no bairro das Quintas, a uns 4 km da Escola, para onde se dirigia a pé quando não tinha dinheiro para pagar condução.

Nessa época, o sino e o relógio da escadaria principal constituíam os ícones da organização do tempo na Escola Industrial de Natal.<sup>22</sup>

*Três badaladas significavam advertência; duas badaladas, hora de se dirigir à fila; uma badalada, momento da entrada, silêncio total. Na sala de aula, nenhum aluno entrava após a chegada do professor. Quando esse entrava, todos deveriam se levantar e somente voltavam a ficar sentados após au-*

20 \_\_\_\_\_. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 03 nov. 2009. 1 gravação digital. Sonoro.

21 CARVALHO, Antônio Fernandes de. Sobre a Escola Industrial. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 09 e 22 fev. 2010. 1 gravação digital. Sonoro.

22 SOUZA, Francisco Bernardino de. Uma volta ao passado. Entrevistador: Adriana Severo. Natal, 2007. 1 gravação digital em minidv. (31min).

torização do professor. O professor Alvamar Furtado, [...] ao entrar na sala de aula, tirava o pente do bolso e fazia um gesto, como se estivesse penteando os cabelos. Este gesto significava que ao término todos deveriam ficar quietos e em silêncio, pois estaria iniciando a aula.<sup>23</sup>

A despeito da rotina e rigidez escolar, muitos ex-alunos contemporâneos desse sistema disciplinar, reconheciam e ainda reconhecem a eficácia dessa prática sobre o comportamento do estudante, ciente de seus deveres e responsabilidades.

Um exemplo pode ser constatado numa carta enviada em 1952 ao diretor da Escola Industrial, Jeremias Pinheiro, pelo ex-aluno Severino Moura do Vale, à época, escrivão e tabelião do Cartório Judiciário de Itaretama, atual município de Lajes. Ao recomendar seu filho Wildner ao ingresso na Escola Industrial de Natal, o ex-aluno solicitava:

*Caso Wildner seja admitido, peço ao amigo dar-lhe os conselhos precisos e castigá-lo de acordo com o que for necessário, como muitas vezes fui castigado aí, pelo saudoso amigo Irineu, na cafua, abaixo da escada, sem que fossem atendidos os pedidos do meu protetor Aristo.*<sup>24</sup>

Egresso da Escola Industrial, onde vivenciara intensamente o cotidiano da instituição entre 1957 e 1961, Nivaldo Calixto Torres argumenta:

*[...] aquela forma de disciplina não prejudicou, ao contrário, ela dava limite pra gente. Por exemplo, se a gente chegasse um minuto atrasado não podia entrar pela frente da escola porque estava lá Seu Plácido, de braços cruzados, parecia um urso. Nós o chamávamos de Urso Branco. A gente olhava pra cara dele e já voltava, porque ele não negociava. Então, o que faltava naquela época, a gente dizia que era diálogo, mas não era diálogo. É porque a coisa era cumprida. Eu acho que a educação tem que ser flexível, mas com limite.*<sup>25</sup>



Apelidado de “Urso Branco”, o Sr. Plácido era o funcionário mais temido pelos alunos.

23 CARVALHO, 2010.

24 VALE, Severino Moura do. [Correspondência enviada ao amigo Pinheirinho]. Itaretama, 14 jan. 1952. 1p. Carta.

25 TORRES, 2008.



Instalação do Grupo de Escoteiros do Liceu Industrial. Acima, em primeiro plano, o chefe da Associação dos Escoteiros do Alecrim, professor Luís Soares, 1939.



*A solenidade da Hora Cívica realizada aos sábados com a entoação do Hino Nacional abria as sessões quinzenais da agremiação estudantil. (Década de 60)*

# Centro Lútero-recreativo

## Incentivo à vivência cívico-cultural e esportiva

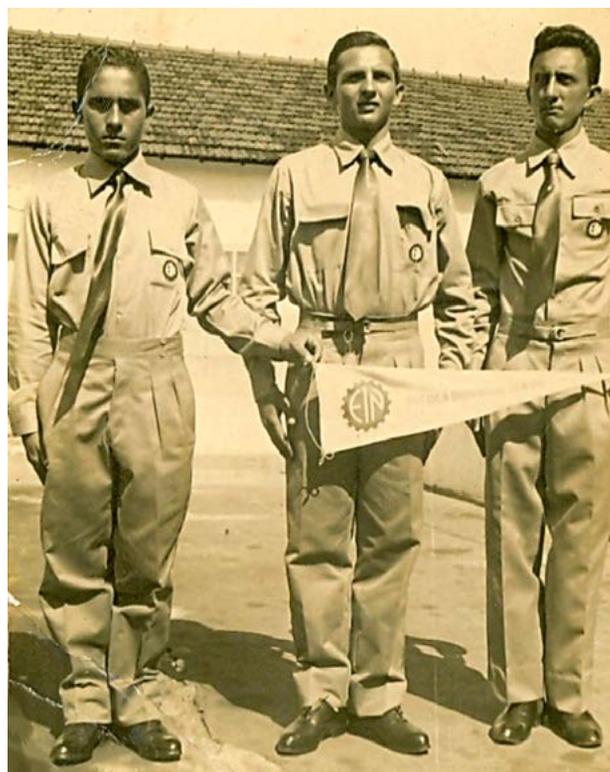
Coincidência ou não, o fato é que sua escolha para presidir o Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha recaía justamente na data do 16º aniversário da agremiação, aos 14 dias do mês de abril de 1956. Aclamado presidente<sup>1</sup> com 27 votos de maioria, a conquista obtida por Adilson de Castro Miranda, 16 anos, aluno da 3ª série do Curso Industrial Básico da Escola Industrial de Natal, não só coroava os esforços de um estrategista nato, como revelava a afirmação de uma futura liderança estudantil.

O ano anterior fora decisivo na vida do então adolescente. Líder de turma, presidente de mesa no refeitório, secretário do Tribunal de Pena do Corpo de Vigilantes, em cujas sessões aproveitava para admirar a eloquência dos colegas da 4ª série na defesa ou acusação dos alunos indisciplinados, Adilson estava certo de que um novo futuro bateria a sua porta, quando, finalmente, retribuiria a confiança nele depositada pela comunidade estudantil.

*A partir de agora maiores responsabilidades pesavam sobre meus ombros. Iniciamos uma nova gestão. Jovens idealistas foram escolhidos para me ajudar; traçamos novas metas e colocamos em execução. Todos os departamentos foram desenvolvidos, procuramos projetar o nome da Escola e do Centro diante de outras escolas e de outras entidades estudantis.<sup>2</sup>*

Natural de Goianinha, Adilson trazia na bagagem do curso primário os primeiros passos da arte de declamar. Freqüentador assíduo das reuniões do Centro Lútero-Recreativo, limitara-se, no 1º ano do Curso Industrial, a observar o meio estudantil, embora já apresentasse números de declamação e trabalhos escritos de autoria própria.

*Desde o tempo da gestão do Dr. Jeremias Pinheiro da Câmara Filho, que via em Adilson Miranda uma legítima esperança de um futuro brilhante. Por diversas vezes, assisti, nas solenidades cívicas que se realizavam na Escola Industrial, quando da época em que o então diretor reunia os corpos discente e docente para tais solenidades, o aluno Adilson de Castro Miranda. Pronunciava seu discurso, ora improvisado, outras vezes lido, ou mesmo poesias que eram declaradas com entusiasmo e eloquência. Terminada, às vezes, as solenidades, Adilson me procurava para indagar se ele havia feito bonito papel. Eu lhe respondia afirmativamente e o incentivava a continuar estudando, porque ele estava diante de largas perspectivas e somente o futuro falaria melhor do que eu, seu velho professor.<sup>3</sup>*



Adilson de Castro Miranda (ao centro), duas vezes presidente do Centro Lútero Recreativo. 1957.

<sup>1</sup> ESCOLA Industrial de Natal – Centro Lútero-Recreativo – Dia do Livro. A República, p.5, Natal, 15 ago. 1942.

<sup>2</sup> MIRANDA, Adilson de Castro. Só morrem as causas pelas quais não se morre. Natal: Centro Lútero Recreativo Nilo Peçanha, 1966. p.6.

<sup>3</sup> SOUZA, Evaristo Martins de. À Guisa de Prefácio. In: MIRANDA, Adilson de Castro. Só morrem as causas pelas quais não se morre. Natal: Centro Lútero Recreativo Nilo Peçanha, 1966. p.7.

O depoimento do antigo mestre de Marcenaria, Evaristo Martins de Souza, feito por ocasião do lançamento do livro de Adilson, dez anos depois, intitulado “Só morrem as causas pelas quais não se morre”, faz menção a um dos eventos mais regulares do calendário escolar dessa comunidade estudantil entre as décadas de 40 e 60.

A Hora Cívica tinha lugar aos sábados, pela manhã, no Salão de Honra da Escola Industrial de Natal, momentos antes das sessões do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha, ou mesmo integrando a programação matinal da citada agremiação.

A composição dessa entidade estudantil incluía um presidente, um vice, dois secretários, um tesoureiro, um bibliotecário e os diretores dos Departamentos de Excursões e Visitas, Esportes e Recreação, Atividades Cívicas e Atividades Artístico-literárias.<sup>4</sup>

A Biblioteca Nilo Peçanha, mantida pela entidade, fora inaugurada em 1942, quando a agremiação estava sob a presidência de um dos seus sócios-fundadores, o ex-aluno Pedro Martins de Lima.<sup>5</sup> Para compor o seu acervo, o então diretor, Jeremias Pinheiro, baixara portaria determinando que cada aluno e funcionário fizessem a doação de um livro à referida biblioteca.<sup>6</sup>

Nas reuniões semanais do Centro Lútero-Recreativo, após a abertura oficial feita pelo presidente do grêmio, passava-se a palavra ao diretor da Escola Industrial, que presidia a mesa de trabalhos. Oradores previamente escolhidos entre alunos, funcionários e visitantes proferiam palestras sobre temas técnicos das oficinas, datas comemorativas e biografias de vultos históricos.

Em seguida, havia o momento cultural, no qual se destacava a apresentação do Grupo Regional; depois, vinha uma parte recreacional, com charadas, jogos, perguntas de conhecimento geral e apresentação humorística; por fim, alguns informes de interesse dos sócios da entidade e a apreciação final dos trabalhos, a cargo de um professor-orientador.

Ao lado da formação cívica a que se propunha o Centro Lútero-Recreativo, suas atividades cumpriam a função de promover a sociabilidade entre os meninos da Escola Industrial e destes com membros externos à comunidade escolar, além de favorecer o desenvolvimento de diversas habilidades e

4 CENTRO LÚTERO RECREATIVO NILO PEÇANHA. Atas das Sessões 134ª a 196ª. Natal, 25 ago. 1951 - 10 maio 1958.

5 ESCOLA Industrial de Natal – Centro Lútero-Recreativo – Dia do Livro. A República, p.5, Natal, 15 ago. 1942.

6 ESCOLA Industrial de Natal – Centro Lútero-Recreativo – Dia do Livro. A República, p.5, Natal, 11 ago. 1942.

interesses artísticos, culturais e esportivos.

Dentre os atrativos das reuniões do Centro Lútero, Severino do Ramo de Brito<sup>7</sup>, aluno de Marcenaria no período de 1949 a 1953, costumava se identificar com os concursos de leitura e oratória e com a Hora Cívica, vivências que acabaram por influenciar na sua escolha para dirigir o Departamento de Atividades Cívicas<sup>8</sup>, em 1952, e, no ano seguinte, a própria presidência<sup>9</sup> da entidade.

Ingresso na Escola Industrial em meados da década de 50, Antônio Fernandes de Carvalho<sup>10</sup>, tivera a oportunidade de atuar como bibliotecário do Centro por um período de dois anos.

*Nessa função eu era responsável por abrir a biblioteca da Escola nos intervalos do almoço. Era uma grande responsabilidade. Não tínhamos autorização para realizar empréstimos. Os alunos tinham o direito de fazer leituras, mas não poderiam levar os livros. Eu almoçava mais cedo e corria pra lá. Faltando 15 minutos para o término do intervalo solicitava que todos deixassem o local.*

Mesmo sem integrar a gestão do Centro, o ex-aluno do curso industrial básico de Mecânica, João Maria Cortez, não só acompanhara a trajetória do grêmio no período de 1959 a 1963, como documentara grande parte dos eventos internos e externos promovidos pela entidade. Aos 15 anos de idade, fora presenteado pelo pai com uma máquina fotográfica Isolete II, com a qual constituía um amplo acervo de imagens do seu tempo de aluno na Escola Industrial.

Nessa época, a direção do estabelecimento, em conjunto com o Centro Lútero-Recreativo, organizava festas e excursões com finalidade cultural e recreacional. Constavam, entre os principais eventos sociais, as festas de formatura, a Páscoa, a Primeira Comunhão, os aniversários da Instituição e as festas juninas, com quadrilhas formadas na quadra de esportes do estabelecimento.

7 BRITO, Severino do Ramo de. Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 08 mar. 2010. 1 gravação digital. Sonoro.

8 SILVA, Francisco da. Ata da 141ª Sessão do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha. Natal, 08 mar. 1952.

9 CARVALHO, Isaías Maurício de. Ata da 153ª Sessão do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha. Natal, 30 abr. 1953.

10 CARVALHO, Antônio Fernandes de. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 09 e 22 fev. 2010. 1 gravação digital. Sonoro.

*Nessa escola eu fiz centenas de fotografias, dos alunos novatos, concluintes, do São João, quadrilhas, os eventos sociais que a Escola Profissional Feminina vinha pra cá curtir... o baile dançante, a Escola Doméstica, que a professora Lourdes Guilherme fazia uma ligação com os alunos daqui. [...] os memoráveis piqueniques que nós alcançamos na longínqua Ponta Negra (risos). Genipabu, Muriú, Pirangi... looonge Pirangi! Lagoa do Bonfim, uma enormidade de distância que existia naquela época! [...] Caminhão aberto, com os banquinhos de madeira, a gente sentava ali, uma viagem muito demorada! A gente não comprava nada de alimentação, a Escola dava tudo... aqueles pratos de papelão, metia farinha nas beiradas pra não derramar, né? (risos)... coisa assim, com fartura, que todo mundo se alimentava e ainda sobrava.<sup>11</sup>*

Aluno de Marcenaria, nos anos de 1954 a 1957, Misael Salustiano<sup>12</sup> retivera na memória detalhes essenciais dessas vivências cívico-educativas e recreacionais, ainda mais porque atuara como diretor do Departamento de Esportes<sup>13</sup> do Centro Nilo Peçanha, na segunda gestão do presidente Adilson de Castro Miranda:

*Tínhamos o café da manhã, enfileirados, assim como nós íamos pra sala de aula, íamos pra o Salão de Honra, que é de onde nós... acho que a maioria dos nossos contemporâneos tem muita saudade, porque eram reuniões muito importantes pra gente, e depois é que nós viemos nos conscientizar disso. Era um elemento de integração dos mais importantes na época. Sempre havendo aquele comando dos mais velhos, dos mais antigos, e sempre aquela preocupação que nos era passada pelos professores, em todas as atividades, de que nós, os mais antigos, tínhamos que estar sempre com a preocupação de passar bons exemplos pra os que estavam chegando. [...] Quando se tratava da Hora Cívica ficava muito a presença da professora Lourdes Guilherme, porque tinha o Hino Nacional, que nós ensaiávamos exaustivamente,*

11 MELO, João Maria Cortez Gomes de. Uma volta ao passado. Entrevistador: Adriana Severo. Natal, 2007. 1 gravação digital audiovisual em miniv. (31min).

12 SALUSTIANO, Misael. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 15 jul. 2010. 1 gravação digital. Sonoro. (30min).

13 ATA da 187ª Sessão do CENTRO LÍTERO RECREATIVO NILO PEÇANHA. Ata da 187ª Sessão. Natal, 05 abr. 1957.

*e apresentávamos uma interpretação de bom nível. Tinha os alunos oradores, normalmente, da 4ª série, que estavam saindo da Escola. Abordavam assuntos do momento. Assuntos cívicos, comemorativos, então isso era uma obrigatoriedade. E também uma palestra, com discurso de um professor, do qual, realmente, me marcou muito a participação do professor Alvarado Furtado, que era um exímio orador, dominava como poucos o idioma português [...]. Havia a parte recreativa, que era a parte musical, por exemplo, [...] nós tínhamos um conjunto e era aberta a participação àqueles que tivessem alguma habilidade pra se apresentar. E na época nós tínhamos uma dupla humorística que era muuito boa! Era sempre comemorada. Caial, que era Cláudio, e Sião. Os dois eram da mecânica, de séries diferentes [...].*



Grupo Regional da Escola Industrial de Natal, principal atração das sessões do Centro Littero-Recreativo Nilo Peçanha. Década de 60.

Em meio a essa variada pauta das sessões da entidade estudantil, a apresentação do Regional era imbatível. O grupo musical da Escola, formado pelos próprios alunos, com membros que se renovavam a cada ano, constituía sempre a atração principal. Sob a influência dos veículos de comunicação de massa de maior penetração da época, as rádios Poty e Nordeste, em âmbito local, Mayrink Veiga e Tupi, em nível nacional, os estilos musicais de maior predileção dos cantores eram o bolero, o tango, o samba, o choro, o fox e o baião.

*Eram muito marcantes nas reuniões do Centro Líteo a apresentação do Regional. Mas aí, na nossa época, havia aqueles cantores de uma música só (risos). Até hoje a gente dá muita risada quando se encontra [...] E tinha uns colegas de umas séries mais adiantadas que cantavam duas músicas que arrebatavam! Eu sei que uma era 'Granada'.<sup>14</sup>*

No final da década de 50, os alunos Osvaldo Garcia<sup>15</sup> e Janilson Dias de Oliveira<sup>16</sup> atuavam como percussionistas do conjunto. Janilson, que à época tocava tantã, atesta que a qualidade musical do grupo lhe rendera inúmeros convites para apresentações nas festas da sociedade natalense, principalmente no Clube América e na Escola Profissional Feminina Irmã Vitória.

Na área esportiva, o campeonato interno disputado entre as oficinas representava a iniciativa de maior repercussão do departamento de esportes do Centro Líteo-Recreativo. Sob a orientação do professor de educação física, Geraldo Serrano, os torneios incluíam modalidades individuais e coletivas. A despeito da supremacia do vôlei e do basquete, o “ping-pong”, a dama, o xadrez e o futebol de botão também tinham seus praticantes, que lotavam o corredor de acesso às salas de aula teóricas, no pavimento superior do edifício da Escola Industrial de Natal.

Mas nenhum ambiente físico da antiga Escola tivera maior representatividade em Natal do que a quadra do estabelecimento. Nas décadas de 40 e 50, o espaço fora palco de um dos maiores clássicos juvenis de basquete do Rio Grande do Norte,

segundo conta um dos ex-atletas que vivenciara a época, Misael Salustiano.<sup>17</sup>

*Uma das partes mais importantes da Escola era a competição entre as oficinas [...] Era um jogo pesado, porque a grande maioria dos jogadores de basquete da Marcenaria e da Mecânica, alguns da Arte do Couro e da Alfaiataria [...], era elementos de peso nos clubes de basquete da cidade, que na época era muito efervescente. Então, por exemplo, os quadros juvenis da AABB, do América, Santa Cruz [...], Náutico, Riachuelo [...] era de elementos da Escola. Quando entrei na Escola em 54 nós tínhamos um time básico na Marcenaria que podia jogar com qualquer time de Natal. Inclusive, a seleção norte-rio-grandense de basquete era predominantemente de alunos da Escola Industrial [...]. Tinha nomes como Moisés, Walter França, Luís Martins [...]. Olha, valia a pena, viu? Valia a pena! E o futebol também tinha muita gente boa. Então, esse era o meu mundo. Meu mundo era a bola, entendeu?*

Ao lado do basquete, a banda marcial era a segunda grande paixão de Misael. Desde a época do diretor Jeremias Pinheiro, e, posteriormente, com Pedro Pinheiro, foram muitos os esforços para manter uma banda no estabelecimento que pudesse se apresentar, principalmente, nos desfiles de 7 de Setembro, para os quais todos os alunos eram convocados.

Nessas ocasiões, a farda tinha que estar impecável e os sapatos, engraxados. A Escola Industrial distribuía um gel, conhecido como brilhantina, para os meninos arrumarem os cabelos, conforme lembra o ex-aluno Nivaldo Calixto.<sup>18</sup> Seu contemporâneo, na época, Antônio Fernandes, complementa:

*[...] durante o desfile de 7 de setembro a massa aplaudia a Escola. Era a questão da ordem, da disciplina, do prazer de estar desfilar, demonstrando civismo. Também alguns alunos de escolas particulares nos olhavam com desdém. A disputa com o Atheneu era devido à Banda Marcial.<sup>19</sup>*

---

14 SALUSTIANO, 2010.

15 GARCIA, Otávio Osvaldo. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 14 set. 2010. 1 gravação audiovisual em minidv. (25min).

16 OLIVEIRA, Janilson Dias de. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 19 ago. de 2010. 1 gravação audiovisual em minidv. (20min).

---

17 SALUSTIANO, 2010.

18 TORRES, Nivaldo Calixto. Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte: trajetória do ex-aluno e servidor. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros, Natal, 05 ago. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (30min).

19 CARVALHO, Antônio Fernandes de. Sobre a Escola Industrial. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 09 e 22 out. 2010. 1

Ata da centésima noaginta e quinta reunião do Centro Littero Recreativo "Nilo Peanha" realizada no dia 8 de Maio de 1954, no salão de honra desta Escola.

Com a presença de grande numero de alunos e alguns professores, o presidente Joviano de Carvalho deu por aberta a reunião. Passou a palavra ao 1º secretário, para ler a ata da sessão anterior. Foi aprovada sem emenda. Em seguida foram lidos pelo 1º secretário algumas circulares enviadas a este grupo. Após o Sr. Presidente deu a palavra ao comitê de honra, Prof. Alvanor Furtado, que discorreu sobre a "Escritura no Brasil". Passando a 1ª parte falou Carlos Amâncio sobre "O dia das mães". Como representante da 3ª série apresentou-se Waldemar Matos, falando sobre "A honestidade".

Dando início a 2ª parte, apresentou-se o regional da escola, cantando em primeiro lugar: Aldemir de Castro, o namora; Guardá Chusa Segundo: o trio formado por Carlos Amâncio, José Estevam e João Batista, o rasquido, "Moça bonita". Como terceiro numero ouvimos de José Pinto, a canção de Vicente Celestino "Conceição Materno", homenageando a Mãe das mães.

Ainda como quarto ultimo numero ouvimos o regional da escola cantando "Criançada". Em seguida falou o prof. Joviano Martins, que fez a critica dos trabalhos apresentados. Ainda foi facultada a palavra. Não havendo quem mais fizesse caso da mesma o Presidente deu por encerrada.

Para constar eu José Pinto que secretário a sessão lavrei a presente ata que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pelo Presidente por mim e pelos demais dirigentes.

- Presidente - Joviano de Carvalho
- Vice " - Joviano de Carvalho
- 1º secretário - Joviano de Carvalho
- 2º " - Joviano de Carvalho
- Tesoureiro - Luiz Dias da Silva
- Bibliotecário - Paulo de Souza
- Directores -
- Esportes - Paulo de Souza et al.
- Secretarias e Artistas - Joviano de Carvalho
- Ocupados e Visitas - Joviano de Carvalho
- Atividades Cívicas - Waldemar Matos

proavada sem emenda

Ata da 160ª sessão do Centro Littero Recreativo, em maio de 1954.



Desfile da Banda da Escola Industrial por ocasião da Semana da Pátria. 1958.

Ensinar a marchar constituía tarefa para o professor Serrano. Nas aulas de educação física, essa lição era imprescindível, para todos os alunos, da 1ª à 4ª série. Mas a Escola não possuía regente no seu quadro de funcionários, por isso recorria sempre aos batalhões militares da cidade para que estes disponibilizassem um soldado que pudesse ensaiar com seus alunos.

No ano de 1956, com a aquisição de novos instrumentos - caixa, tarol, surdo e bombo -, a Escola designara 19 alunos para integrar a referida banda<sup>20</sup>, entre os quais o próprio Misael Salustiano.

Além dos ritmistas, havia o grupo dos corneteiros. Antecedendo o desfile da Independência, a banda saía às ruas do centro de Natal para percorrer o trajeto e fazer seu ensaio prévio. Mas havia uma pedra no meio do caminho: o Colégio Atheneu, grande rival da Escola Industrial, brinca o ex-aluno:

*Nós desfilávamos na Avenida Deodoro. Saíamos de perto do Colégio Marista e íamos descendo. A concentração era por ali. E não podia deixar de dar uma passadinha ali pelo*

---

gravação digital. Sonoro.

20 ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. Relação dos alunos que vão participar da banda marcial. Natal, 03 ago. 1956.

*Atheneu, né, pra... (gargalhada). Você veja a ingenuidade da época! Quer dizer, a gente passava lá pra mostrar o instrumental novo, que os bambambãs éramos nós... a ponto de chegar um confronto em que uma banda passava por dentro da outra e ninguém abria pra ninguém! Nós íamos daqui, eles vinham dali, passa por dentro e... quem puder mais, chora menos! (risos).<sup>21</sup>*

---

21 SALUSTIANO, 2010.



Ensaio da Banda da Escola Industrial e formatura de alunos das oficinas (década de 40)



*A entoação constante do Hino Nacional e das canções folclóricas brasileiras era tida entre as práticas pedagógicas mais eficazes para desenvolver o sentimento patriótico nos alunos. (Década de 40)*

# Práticas educativas

## Nos embalos do canto orfeônico

Estava com 16 anos e cursava a 3ª série quando entrara em contato com ela pela primeira vez. A experiência não fora das mais tranquilas, afinal de contas, nunca havia cantado em público antes. E ainda mais ali, diante daquela mulher alta, magra, enérgica, munida de uma batuta e de um diapasão, insistindo para que ele cantasse alguma coisa!

Para piorar a situação, só mesmo a presença da turma inteirinha, meninos que estavam na iminência de ser expulsos. Convenceu-a, enfim, a deixá-lo por último, mas não conseguiu fugir da raia. Então, cantara um samba de Orlando Silva:

*Perdoai-a para Deus.  
A gente só se arrepende depois que faz.  
Você me abandonou faz muito tempo e não volta mais.  
E queres convencer que tens razão, mulher!  
Não ajoelha em meus pés. Eu não sou Deus para te dar perdão.  
Sempre te dizia, não era fantasia...  
Meu amor é diferente.  
Você nada me ouviu  
e foi embora  
e agora por que choras?  
Chora ...<sup>1</sup>*

Assim foi o teste vocal de Eufrásio Trindade da Silva, aluno da oficina de Alfaiataria, ingresso no Liceu Industrial em 1938. A experiência, descrita com a professora Maria de Lourdes Filgueira Guilherme, teria acontecido, segundo ele, no ano em que a mesma fora contratada para formar um coral.

Para o alfaiate José Tácito Pereira Rocha<sup>2</sup>, vulgo Ebenezer, a prova de fogo fora menos tensa. Nascido em lar evangélico, segundo justificara, era

acostumado a cantar nos corais da igreja. Ao seu pedido, cantou para ela uma música que chamara muito sua atenção: Meu filho, você vai ganhar uma bolsa de estudos”!

A canção fazia parte do folclore musical brasileiro, que ao lado dos hinos patrióticos, constituía o programa do canto coral popular a ser ministrado pela professora sob a denominação de canto orfeônico. Dizia assim:

*Como pode um peixe vivo viver fora d'água fria,  
Como pode um peixe vivo viver fora d'água fria,  
Como poderei viver  
Como poderei viver  
Sem a tua, sem a tua, sem a tua companhia.  
Sem a tua, sem a tua, sem a tua companhia.<sup>3</sup>*

No projeto educacional proposto pelo Ministério da Educação do Governo Vargas, o ensino do canto orfeônico caminhava lado a lado com o de educação física. Ambos surgiram pelo mesmo decreto, em abril de 1931<sup>4</sup>, e foram reforçados, três anos depois, com uma legislação que ressaltava seu valor pedagógico como uma das mais eficazes maneiras de desenvolver os sentimentos patrióticos do povot.<sup>5</sup>

Por isso, quando a Lei Orgânica do Ensino Industrial fora promulgada em janeiro de 1942, as chamadas “práticas educativas” tornaram-se obrigatórias no currículo dos cursos industriais, de mestría, técnicos e pedagógicos. A educação física, até a idade de 21 anos, e a educação musical, constituída por aulas e exercícios de canto orfeônico, até o aluno completar

1 SILVA, Eufrásio Trindade da. Sobre a Escola de Aprendizés Artífices e o Liceu Industrial de Natal. Entrevistadores: Arilene Lucena de Medeiros e Carmem Daniela Spínola D’Hora. Natal, 2006. \_\_\_\_\_. Sobre a Oficina de Alfaiataria, as aulas de educação física e o canto orfeônico. Entrevistador: Adriana Severo. Natal, 2007. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (30min).

2 ROCHA, José Tácito Pereira. Sobre a Oficina de Alfaiataria e as aulas de canto orfeônico. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros e Daianne Luz. Natal, 2006. \_\_\_\_\_. Sobre a Oficina de Alfaiataria, as aulas de educação física e o canto orfeônico. Entrevistador: Adriana Severo. Natal, 2007. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (19min).

3 Música pertencente à tradição oral.

4 BRASIL. Decreto nº. 19.890 de 18 abril de 1931. Dispõe sobre a Organização do Ensino Secundário. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 31 dez. 1931. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

5 \_\_\_\_\_. Decreto nº. 24.794 de 14 julho de 1934. Cria, no Ministério da Educação e Saúde Pública, sem aumento de despesa, a Inspeção Geral do Ensino Emendativo, dispõe sobre o ensino do Canto Orfeônico e dá outras providências. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 31 dez. 1934. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

18 anos.<sup>6</sup>

As tentativas do Ministério de implantar um programa de educação estética musical na rede educacional brasileira só ganharam reforço, porém, em 1943, após a instalação do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, originário de um projeto de grande envergadura apresentado ao ministro Gustavo Capanema pelo maestro Heitor Villa-Lobos:

*Tomo a liberdade de propor a V. Excia. a solução que segue, a qual nada mais é do que um plano de reforma e adaptação educacional da música no Brasil, para que dessa forma possa ser considerado o problema da música brasileira, como o de absoluto interesse nacional a corresponder às respeitadas e elevadas idéias de nacionalização do Exmo. Sr. Presidente da República.*<sup>7</sup>

Instalado junto à Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, o Conservatório dedicara-se à formação de candidatos ao magistério primário e secundário do canto orfeônico, ministrando conteúdos de Didática e Prática do Canto Orfeônico, Coordenação Orfeônica Escolar, Estética Musical e Cultura Pedagógica.<sup>8</sup>

Diplomada pelo Conservatório, onde tivera aulas com o próprio Villa-Lobos, Lourdes Guilherme ampliara sua atuação em Natal como professora de canto e piano nas Escolas Normal e Doméstica, no Atheneu e na Escola Industrial, na qual fora contratada em março de 1945, nela permanecendo até julho de 1968.<sup>9</sup>

Sua presença de espírito, postura e competência profissional eram traços tão fortes nessa comunidade escolar que seu nome é mencionado por todos quantos conviveram com ela no período citado. Uma das poucas mulheres, dentre as funcionárias

6 \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº. 9.494 de 22 de julho de 1946. Lei Orgânica do Ensino de Canto Orfeônico. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 27 jul. 1946, p.10.923, coluna 1.

7 VILLA-LOBOS, Heitor. Ofício ao ministro Capanema. In: SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 109.

8 SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 109.

9 GUILHERME, Joaquim. Sobre a professora Maria de Lourdes Filgueira Guilherme. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 2003. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (06min).

da Escola Industrial, que tiveram a oportunidade de substituir interinamente o diretor em suas viagens de trabalho à capital da República, como também de assessorar a direção nas ações de natureza pedagógica, cultural e administrativa.

Aluno do curso industrial básico de Mecânica, no período de 1957 a 1960, Francisco Bernardino de Souza resume, com as seguintes palavras, a imagem dessa professora diante da comunidade estudantil:

*Lourdes Guilherme era aquela mãe que quem não teve passou a ter e a segunda mãe daqueles que tinham. Ela era próxima dos alunos. Obedecíamos cegamente ao que ela dizia. Nos contatos que tinha conosco nos orientava que deveríamos nos comportar como homens. O respeito que deveríamos ter pela pátria, pelos símbolos, o Hino Nacional - que ela fazia questão de ensinar. As aulas de canto eram o locus utilizado para esta formação.*<sup>10</sup>

Embora a prática educativa do canto orfeônico não implicava necessariamente a formação de um coral escolar, as aulas ministradas pela professora Lourdes Guilherme na Escola Industrial visavam, sempre, às apresentações públicas: solenidades de diplomação, recepção a visitantes ilustres, comemorações alusivas ao aniversário da escola, horas cívicas do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha e até os desfiles de 7 de Setembro.

João Maria Cortez, aluno do ginásio industrial no período de 1959 a 1962, se recorda de uma ocasião em que Lourdes Guilherme introduzira a expressão “Estudante Industrial” em determinado hino para que os alunos o apresentassem durante o desfile da Semana da Pátria.

*Eu me lembro que ela ensaiou isso bastante com os alunos de todas as séries da escola e no desfile de 7 de Setembro todos nós que íamos na marcha cantávamos. Era uma coisa assim que não existia na época [...], era apenas marchar acompanhado da banda. Cantamos em um percurso na Avenida Deodoro com essa música ensaiada [...], praticamente todas as aulas eram pra ensaiar e ela não queria que desentoesse, entendeu? Ela olhava aluno por aluno, assim, nos olhos,*

10 SOUZA, Francisco Bernardino de. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 08 fev. 2010. 1 gravação digital. Sonoro.

*pra ver quem tava cantando certinho [...]. Eu posso até solfejar um pouco a letra. Era bem assim: Estudante Industrial/ sua missão é a maior missão / trabalhar pela verdade e por sua geração / marchar, marchar pra frente / lutar incessantemente / a vida ensinar / ideias avançar / e assim será bem maior / o seu valor varonil.<sup>11</sup>*

Apesar da predominância de cânticos folclóricos e patrióticos no repertório trabalhado com os estudantes, a música erudita também ocupava seu espaço no programa preparado por Lourdes Guilherme. Nessa época, o acervo sonoro da Escola Industrial mantinha, entre outros discos à vitrola, os clássicos de Beethoven, Bach, Grieg, Chopin, Schubert, Wagner e Strawinsky.<sup>12</sup>

Contemporâneo de João Maria Cortez no curso industrial básico, o ex-aluno Júlio Alves Hermínio considera marcante essa vivência musical proporcionada pela instituição.

*Tudo o que eu aprendi praticamente de música erudita foi nessa época. Claro que depois você se interessa e vai estudando mais, mas nessa época, só pra ter uma idéia como é que eram os exames que ela fazia com a gente: Ela ensinava todos aqueles compositores [...] e no dia da avaliação era uma coisa que a gente tremia muito. Por quê? Porque ela isolava a sala com uma divisória - na sala de aula tinha um piano -, e ela ficava por trás dessa divisória executando essas obras e a gente tinha de dizer de quem era aquela obra. Então veja que rigor a gente tinha pra aprender isso aí!<sup>13</sup>*



Ao lado do canto orfeônico, as aulas de educação física e os exercícios pré-militares constituíam as práticas educativas obrigatórias do currículo escolar. Década de 40.

11 MELO, João Maria Cortez Gomes de. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 07 abr. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (36min)

12 GUILHERME, Lourdes. Gravações que vão integrar a discoteca da Escola. Natal, 06 abr. 1951.

13 HERMÍNIO, Júlio Alves. Sobre a trajetória do servidor como aluno e professor da Escola Industrial à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 15 jul. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (29min).



*O empenho na organização das exposições dos trabalhos das oficinas cumpria um duplo propósito: dar visibilidade à função social da Escola e apresentar à sociedade os artífices por ela formados. (1950)*

# Escola e trabalho

## Uma equação de difícil solução

Era chegada a época da demonstração do aprendizado das práticas educativas. A Lei Orgânica do Ensino Industrial fora clara: no final de junho e início de setembro os trabalhos escolares deveriam versar, exclusivamente, sobre educação física e educação musical.

Naquela época, a educação física tinha como principal meta conduzir o homem ao aperfeiçoamento físico, desenvolvendo a saúde, a destreza, a força, a resistência, a coragem e a harmonia das formas. Dentre os meios empregados para atingir esse objetivo constavam exercícios de flexionamento, ginástica, jogos, esportes individuais e coletivos.

O curioso é que, na Escola Industrial de Natal, a demonstração dessas práticas educativas dava ensejo a visitas bastante apreciadas pela comunidade escolar, especialmente quando se tratava das alunas da Escola Doméstica de Natal. Quer procedessem do Atheneu, do Colégio Imaculada Conceição ou do Grupo Escolar Frei Miguelinho, as visitas, organizadas pela professora Lourdes Guilherme, visavam propiciar experiências de sociabilidade aos educandos da Escola Industrial, todos do sexo masculino. Certo dia, durante uma demonstração das aulas de educação física, ministradas pelo professor Geraldo Serrano, os alunos, ao perceberem a presença das visitas, fizeram questão de realizar os exercícios com um entusiasmo mais acentuado do que o costume:

*Me recordo que os alunos, uns 40 rapazes da minha turma, me colocaram num lençol grande pra dar uma demonstração, pra que o povo visse. Depois de balançar aquela toalha umas três ou quatro vezes, eles deram aquele impulso! Eu lembro que viajei lá por cima, quase uns 25 metros! Não sei como não vim de cabeça pra baixo, entendeu? (risos). Eu tinha até um retrato disso, mas perdi essa foto.<sup>1</sup>*

A vítima que sobrevivera pra contar essa história

<sup>1</sup> SILVA, Natanael Gomes da. Sobre a trajetória do servidor como aluno e professor da Escola Industrial à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 2003. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (29min).

foi o ex-aluno de Alfaiataria Natanael Gomes da Silva, anos mais tarde, professor da mesma oficina e da disciplina de História, na época da Escola Técnica Federal (ETFRN). Natanael ingressara na Escola Industrial de Natal em 1945, aos 16 anos de idade. Filho de uma família numerosa, perdera a mãe aos 11 anos, tão logo concluído o curso primário no Grupo Escolar João Tibúrcio, no bairro do Alecrim. Admitindo que necessitava aprender uma profissão, decidira seguir os conselhos da irmã mais velha e submeter-se aos exames de admissão.

*Nessa instituição eu fiz dois cursos. O industrial básico e o curso de mestría, que era uma complementação do ensino profissional, onde eu fui fazer o meu aperfeiçoamento numa alfaiataria no bairro da Ribeira. E eu fazia algumas atividades na própria escola. Houve época em que eu me interessava mais em fazer roupa do que propriamente estudar. Não sei se, talvez, pelo interesse de ganhar dinheiro, não sabe? [...] Mas a escola foi uma instituição marcante, onde aqueles alunos, provenientes das camadas mais, não digo assim, inferior, mas daquelas pessoas menos desprotegidas do poder aquisitivo. [...] E a escola dava uma assistência integral ao aluno. Desde a alimentação, ao próprio material didático para o aluno desenvolver suas atividades. Era calça, camisa e até sapato, vestimenta completa. Tudo isso foi muito bom [...], a minha formação foi muito boa, bem vivida!<sup>2</sup>*

A propósito da condição socioeconômica dos aprendizes, já em meados da década de 20, o engenheiro João Lüderitz, chefe do Serviço de Remodelação do Ensino Técnico Profissional, revelava sua preocupação com o baixo índice de concluintes entre os alunos matriculados na Rede Federal de Educação Profissional. Seu diagnóstico apontava como causa principal do problema a situação de pobreza da população, já que boa parte dos alunos abandonava o curso tão logo adquirisse os rudimentos da prática do ofício, empregando-se numa oficina qualquer para ajudar no sustento da

<sup>2</sup> Idem.

família.<sup>3</sup> Por outro lado, a saída do aluno da escola ao final do 4º ano, sem ter obtido uma aprovação totalmente satisfatória, constituía, de igual modo, motivo de preocupação. A esse respeito, é bastante reveladora a proposição feita, em 1918, ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio pelo então diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Natal, Silvino Bezerra Neto. Sua crítica era dirigida à legislação que regulava as Associações de Cooperativa e Mutualidade dos Alunos.

*Insisto na afirmação de que me parece necessário modificar esse Ministério a doutrina em virtude da qual o aluno reprovado no exame do 4º ano do curso primário, mas que freqüentou o 4º ano de uma oficina, sendo ou não aprovado nos exames deste, tem direito ao recebimento de ferramentas, utensílios e certificado de aproveitamento, não lhe sendo mais permitido cursar a escola. Sob o império de tal doutrina, não se sabe mais qual a finalidade dos exames, parecendo mesmo uma inutilidade e ficam as escolas de artífices destituídas da importante função que poderiam mais energicamente exercer contra o analfabetismo, uma vez que, antes de demonstrarem saber ler, escrever e contar, estivessem os aprendizes inibidos de gosar aqueles favores da lei.*<sup>4</sup>

Essa dificuldade em manter o aluno na escola até o final do seu aprendizado nas oficinas havia sido patente nos primeiros anos do ensino industrial federal. Em 1927, o presidente da província do Rio Grande do Norte, José Augusto Bezerra de Medeiros<sup>5</sup>, referindo-se à Escola de Aprendizes Artífices de Natal em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Estado, relatava:

*Máo grado o pequeno grupo de technicos fornecidos por aquelle estabelecimento às industrias do nosso Estado, grande tem sido o numero de jovens patricios que alli têm*

3 FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Educação profissional e tecnológica: memórias, contradições e desafios. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia Editora, 2006.

4 BEZERRA NETO, Silvino. Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte. Relatório referente ao ano de 1917 apresentado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Natal, 1918.

5 RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da 1ª Sessão da 14ª Legislatura pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros, em 01 out. 1927. Natal: Typografia d'A República, 1927. p. 149-150.

*recebido instrução technica capaz de lhes garantir futuro risonho. Das 2.933 matriculas verificadas naquella Escola desde a sua fundação concluíram os respectivos cursos 40 alumnos, distinguindo-se, entre elles, 4, que occupam, naquelle mesmo estabelecimento, funcções de mestre e contra-mestre de officinas.*



Desde a década de 20, o ensino industrial já se apresentava como espaço de inserção profissional do ex-aluno. Nessa oficina, vê-se a presença do mestre e do contramestre. [1946?]

Ao final de 1930, os recém-denominados Liceus Industriais<sup>6</sup> ainda conviviam com a realidade da evasão escolar no seu cotidiano. Tomando como base o livro de matrículas do Liceu Industrial de Natal, referente aos anos letivos de 1938 e 1939, é possível obter um perfil da clientela ingressa no estabelecimento e do índice de desistência verificado a cada mudança de série.

TABELA I – Alunos matriculados nos cursos diurnos do Liceu Industrial de Natal

ANO	1938	1939
1ª série	209	188
2ª série	68	57
3ª série	31	30
4ª série	6	10
5ª série	5	5
6ª série	2	3
Total	321	293

Fonte: LICEU INDUSTRIAL DE NATAL. Livro de matrícula 1938/1939. Natal/RN. (Elaboração própria).

6 BRASIL. Lei nº. 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 15 jan. 1937, p.1210, coluna 1. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 23 jan. 2008.



O diretor Jeremias Pinheiro conduz cerimônia de entrega de diplomas aos concluintes dos cursos industriais básicos. Década de 50.

Como se pode depreender da tabela I, a queda no número de matriculados é demasiado expressiva, principalmente da 3ª série em diante. Comparando-se o número de alunos que entraram na 1ª série em 1938 com os que foram promovidos à 2ª série no ano seguinte, tem-se uma perda de 73% dos matriculados inicialmente.

Da 2ª para a 3ª série o índice de evasão corresponde a 56% e da 3ª para a 4ª série, chega a 69%. Deve-se considerar, ainda, que, muito provavelmente, dentre os alunos matriculados em 1939, havia os repetentes, cujo índice não fora possível averiguar.

Situada na faixa etária dos 10 aos 17 anos, residente nos bairros do Alecrim, Cidade Alta, Rocas e Praia do Meio, a maior parte dos estudantes da época declarava-se filho de jornaleiro, militar, pedreiro, agricultor, marítimo, negociante, funileiro, pintor, sapateiro, ferreiro, serralheiro, carpinteiro, alfaiate e operário.<sup>7</sup>

Nas décadas de 40 e 50, o fenômeno da evasão persistiria, não só nas escolas industriais e técnicas da Rede Federal, como nas demais escolas profissionais equiparadas e reconhecidas pelo Ministério da Educação. Num levantamento inédito publicado

pela Diretoria do Ensino Industrial no Boletim da CBAI - o órgão informativo da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial - uma série de quadros estatísticos apontavam as disparidades entre o número total de matriculados no período de 1943 a 1952 em relação ao número de diplomados.

Para citar apenas o exemplo dos cursos industriais, ao longo desse período, dos 50.338 estudantes que se matricularam nas 25 escolas profissionais federais existentes no país apenas 3.786 se diplomaram. Na visão do Diretor do Ensino Industrial, Solon Guimarães, não seriam necessários grandes estudos para apontar os motivos públicos e notórios de tamanha evasão:

*[...] razões econômicas, infidelidade aos princípios norteadores da filosofia do ensino ministrado, julgamento ainda não superado, pela consciência coletiva, do sentido escravagista das atividades operárias. É sabido não ser no pequeno número de diplomados, relativamente ao grande coeficiente de matriculados, que deveremos buscar os artífices trabalhando na indústria, mas nos evadidos, como consequência daquelas razões acima apontadas. Os diplomados, em sua maioria, por aquela infidelidade aludida, que lhes abriu muito maiores pretensões, desviam-se das fábricas, enquanto os evadidos, em número*

<sup>7</sup> LICEU INDUSTRIAL DE NATAL. Livro de Matrícula 1938-1939. Natal, 1938.

*apreciável, por necessidade ou vocação, deixam as escolas que lhes estão dando mais teoria e letras que prática de ofícios, e vão à indústria como um imperativo de suprimento para suas imediatas necessidades ou por natural pendor para o exercício destas profissões.*<sup>8</sup>

No caso particular da Escola Industrial de Natal, um único estudo encontrado aponta a situação do aluno egresso em relação à sua ocupação profissional no mercado de trabalho, constatada por meio de dois levantamentos próprios referentes aos períodos de 1940 a 1949 e de 1950 a 1955, aplicados durante as sucessivas gestões de Jeremias Pinheiro e Irineu Martins de Lima.

TABELA II – Alunos diplomados e colocados – Escola Industrial de Natal

PERÍODO	1940-49	1950-55
Diplomados	67	120
Exercendo a função	24	10
Em outras funções	9	71
Autônomos	9	-
Prosseguindo estudos	13	26
Desempregados	9	3
Paradeiro ignorado	3	10
Total	134	240

Fontes: CÂMARA FILHO, Jeremias Pinheiro. Ofício 202 - EIN. 27 jun. 1950. LIMA, Irineu Martins de. Situação Profissional de Alunos Diplomados - Curso Industrial Básico. 17 ago. 1956. (Elaboração própria).

O primeiro dado que nos chama atenção na tabela II diz respeito à quantidade superior de diplomados no intervalo dos cinco anos da década de 50 em relação aos nove anos do período anterior. Houve, neste caso, um aumento de 66% no número de alunos formados.

Os dados colhidos pela Escola Industrial de Natal, relativos à década de 40, permitem também revelar que dos 67 alunos diplomados, 57 eram oriundos dos cursos industriais e 10 dos cursos de mestría, destinados à formação de mestres de oficinas. Além disso, do total de egressos em atividade profissional nesse período 12 atuavam fora do Estado, número que se elevou a 28 no primeiro quinquênio da década de 50.

No que se refere às áreas de formação, discriminadas somente no estudo relativo ao período de 1950 a 1955, a pesquisa constatou que os 120 aprendizes haviam se diplomado nas seguintes profissões: 49 em mecânica, 33 em marcenaria, 23 em alfaiataria e 15 em artes do couro.

Não obstante o elevado número de egressos atuando em funções distintas da sua formação, cabe ressaltar o acentuado nível de empregabilidade observado nos dois períodos analisados. No primeiro, o percentual de alunos em postos de trabalho era de 62,6%, subindo para 67,5% no intervalo seguinte, seja como autônomos ou assalariados.

A esse respeito, vale sublinhar a base essencialmente agrícola que sustentava a economia norte-rio-grandense, com sua incipiente industrialização. De acordo com o economista Severino do Ramo de Brito, na década de 40, a maior atividade industrial do Estado consistia no Curtume do Sr. João Motta, que trabalhava com beneficiamento de couro para exportação e produção de artefatos usados em animais de tração, muito comuns, nessa época, no meio rural potiguar.<sup>9</sup>

Havia também, segundo ele, a usina de beneficiamento de agave e algodão da Fazenda Zambelê, município de João Câmara, assim como algumas indústrias de tecelagem e fabricação de calçados.

Diante dessa realidade econômica, boa parte dos aprendizes diplomados pela Escola Industrial se encaminhava para a carreira militar, na qual se destacavam pela disciplina; outros montavam seus próprios negócios, embora fosse mais fácil encontrar uma oficina mecânica ou marcenaria que contratasse três ou quatro alunos, do que uma alfaiataria ou sapataria.

A decisão de dar prosseguimento aos estudos, seguida por parcela significativa dos diplomados nos dois levantamentos citados, se vira reforçada pela promulgação da Lei Federal nº. 1.076, de 31 de março de 1950, que assegurava aos alunos concluintes do ensino industrial o direito à matrícula nos cursos clássico e científico, antigos 2º grau, desde que prestassem exames das disciplinas não estudadas na sua instituição de origem.

Egresso do curso industrial básico de Marcenaria (1949-1953), a trajetória de Severino do Ramo

8 GUIMARÃES, Solon. Editorial – Estatística. Boletim da CBAI - Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, Rio de Janeiro, v. 7, n.5, maio 1953. p.1.

9 BRITO, Severino do Ramo de. Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 10 dez. 2009. 1 gravação digital. Sonoro.

de Brito enquadra-se em duas das situações anteriormente descritas.

*Depois que eu saí da Escola Industrial fui fazer um preparatório e um exame de suficiência em línguas, que não tinha na escola, pra eu ingressar no científico, no Atheneu. Quando terminei fui inicialmente servir o Exército e depois passei a trabalhar como profissional de marcenaria, numa empresa que existia em Natal. Trabalhei uns cinco a seis anos como operário [...], auxiliar de mestre e depois mestre de oficina. Mais tarde é que eu fui estudar Economia em Recife e larguei essa parte profissional.*<sup>10</sup>

Antônio Fernandes de Carvalho também optara pelo curso científico do Atheneu após concluir Marcenaria, em 1957, uma escolha que o defrontara com uma triste realidade - a representação que a sociedade natalense ainda mantinha da Escola Industrial:

*Após o término dos estudos no ginásio industrial, tentamos uma vaga no Atheneu para fazermos o científico. No contato com a diretora, esta nos disse que não podia nos receber, pois não havia carteiras suficientes. Então, decidimos nos dirigir, eu e outros colegas, para a Secretaria de Educação, para conversarmos com o secretário. Este nos recebeu nos corredores e após nos ouvir, me fez a seguinte pergunta: Você, jovem, o que faz o seu pai? Eu respondi: trabalha numa carpintaria. Ele novamente me indagou: o que você estudou? Eu lhe disse: fiz o curso de marcenaria. Ele concluiu o encontro dizendo: você que estudou na Escola Industrial é para ser operário, não para ser doutor. Para que fazer o curso científico? Você vai ser operário, nasceu para ser operário. Não posso fazer nada'. Diante desta recusa, voltamos ao Atheneu e a diretora nos perguntou se aceitávamos estudar de pé. Eu fui dizendo que sim. Resolvemos isso chegando sempre cedo ao colégio.*<sup>11</sup>

10 \_\_\_\_\_. Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – trajetória do ex-aluno e servidor. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (48min).

11 CARVALHO, Antônio Fernandes de. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 9 e 22 out. 2010.



O professor Aurélio de Castro Cavalcanti e alunos concluintes em visita técnica ao governador Sílvio Pedrosa. [1951?]



Professora Ody Freire acompanha concluintes do Curso de Mestria em visita à Central Estrada de Ferro. 1949.

Numa situação distinta, o currais-novense José do Patrocínio Moraes, prestes a concluir o curso industrial básico de Mecânica de Máquinas, em 1946, se informara de que a União estava concedendo bolsas de estudo ou auxílio financeiro a alunos das Escolas de Ensino Industrial da Rede Federal.<sup>12</sup> Não perdera tempo. Matriculara-se no Curso Técnico de Máquinas e Motores, da Escola Técnica Federal de Pernambuco, escolha que lhe garantiria sua inserção profissional até a aposentadoria.<sup>13</sup>

12 BRASIL. Decreto-lei nº. 8.598 de 08 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo ou auxílio financeiro nas Escolas de Ensino Industrial da União. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 10 jan. 1946, p.398, coluna 1. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

13 MORAIS, José do Patrocínio. Sobre a Escola Industrial de

A divulgação desse tipo de oportunidade também integrava os esforços da direção da Escola Industrial de Natal no sentido de inserir seus egressos no mercado de trabalho, como revelam alguns ofícios remetidos no final da década de 50 para o DNOCS - Departamento Nacional de Obras contra as Secas, a Estrada de Ferro Sampaio Correia, e até para a Fábrica Nacional de Motores, no Rio de Janeiro.<sup>14</sup>

*Muitos alunos seguiam a profissão [...]. Inclusive eu vivi muito tempo desses conhecimentos que eu adquiri, não somente eu como muitos alunos que foram trabalhar em algumas empresas, uns que foram pra mineração Brejuí, relata o ex-aluno, Severino do Ramo de Brito. "Os alunos que foram pra vida militar, pra aeronáutica, etc. tinham uma outra projeção porque possuíam esses conhecimentos técnicos de mecânica. Especialmente, quem ia pra área militar era o pessoal de mecânica."<sup>15</sup>*

Em função do diagnóstico elaborado pelo antigo Serviço de Remodelação do Ensino Técnico Profissional, no tocante ao problema da evasão escolar, desde 1926 as escolas estavam autorizadas a aceitar encomendas de repartições públicas, de particulares e até de seus próprios funcionários, em cujo serviço industrial poderiam ser empregados, preferencialmente, alunos e ex-alunos, diaristas, mestres e contramestres das oficinas.<sup>16</sup>

Não se sabe, ao certo, quanto tempo vigorou essa determinação, mas o fato é que no período em que estudou na Escola Industrial de Natal, entre 1957 e 1961, Nivaldo Calixto Torres afirma ter sido beneficiado pela medida.

*Eu terminei o curso de Marcenaria. Minha prova final na 4ª série foi fazer uma cristaleira, um móvel que tinha uma porta*

---

Natal: trajetória do ex-aluno. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 20 set. 2010. 1 gravação digital. Sonoro. (16min).

14 CÂMARA FILHO, Jeremias Pinheiro da. Memorando nº.35-Dr-EIN. Natal 2 set. 1953. \_\_\_\_\_. Memorando nº. 12-Dr-EIN. Natal, 14 jan. 1954. SOUZA, Pedro Pinheiro de. Ofício nº.25-Dr-EIN. Natal, 24 jan. 1957.

15 BRITO, 2008.

16 BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio Geminiano Lyra Castro no ano de 1926. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. p.254-255.

*corrediça e que servia para colocar pratos, xícaras, aquele negócio todo. E tinha que ficar prontinho, envernizado, tudo de primeira. Ou a gente fazia bem feito ou repetia tudo aquilo. [...] Eu acho que foi um momento muito prazeroso e tinha mais um detalhe, porque a gente fazia um tal de um biscate. O que era isso? Como a gente andava a pé na rua as pessoas diziam: Olha o menino da Industrial! Você sabe fazer um porta-retrato? Um secador de prato? [...] O maior biscateiro de todos os tempos foi Paulo Xavier Trindade, que hoje é médico no Hospital Varela Santiago. [...] Teve um momento que ele botou um caminhão de madeira dentro da escola [...], era simplesmente pra gente fazer biscate.<sup>17</sup>*

Paulo Xavier nascera no antigo bairro da Guarita, em Natal, no ano de 1938, tendo perdido os pais ainda criança. Para se sustentar, trabalhava num curtume, exercendo vários ofícios, entre os quais a venda de vísceras de gado na feira do Alecrim. Frequentava o catecismo da Igreja São Sebastião no intuito de ganhar ingressos para assistir aos filmes ali exibidos. Procedente da Escola Almirante Ary Parreiras, submetera-se aos exames de admissão da Escola Industrial, nela ingressando em Marcenaria, em 1954.

*A escola me deu oportunidade pra eu chegar onde estou hoje. A cultura da limpeza imposta ali me impressionava muito. A disciplina era muito aguçada [...] me conferiu um senso de organização muito grande. Havia um quadro de honra no qual figuravam os alunos que obtinham as melhores notas. Eu fazia trabalhos nos intervalos das aulas para vender e participei da banda da Escola Industrial por muito tempo.<sup>18</sup>*

Contemporâneo de Paulo Xavier no curso industrial básico da Escola Industrial de Natal, no período de 1954 a 1957, o ex-aluno Antônio Fernandes de Carvalho reforça a importância da assistência social prestada à clientela da época, tanto quanto a orientação disciplinar ministrada pelo corpo docente e administrativo.

---

17 TORRES, Nivaldo Calixto. Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte: trajetória do ex-aluno e servidor. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 05 ago. 2008. 1 gravação digital em minidv. (30min).

18 TRINDADE, Paulo Xavier. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros e Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 2007.

[...] nessa escola nós tínhamos um convívio sadio aluno com aluno. O professor sempre com aquela postura. Sempre orientando, mas sempre distante [...]. Eu não lembro nada, de alguma decepção, de alguma coisa que não fora boa pra o aluno. Aquele aluno que recebia da Escola café da manhã, um lanche intermediário, um almoço [...], recebia no começo do ano uma farda [...], livros, caderno, lápis. Aquele aluno que nas oficinas produzia e essa produção ia pra uma exposição e esse dinheiro era revertido para o aluno. [...] Não era essas coisas todas, mas ajudava. Ajudava no transporte, às vezes no cinema. Era uma escola de pobre [...]. E quando eu entrei aqui, num mundo diferente, que eu não conhecia, um mundo talvez até que me dava as coisas que eu nunca tinha tido [...], meu sonho era ensinar na Escola. Eu ainda vou ensinar nessa Escola, pensava.<sup>19</sup>

Mesmo passado uma década da implantação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, que excluía, pela primeira vez, das regras de acesso a essa modalidade de ensino a preferência pelos “desfavorecidos da fortuna”, na visão da comunidade externa, a origem socioeconômica do aluno parecia continuar a ser o requisito principal.

As cartas de recomendação de candidatos aos exames de admissão da Escola Industrial de Natal, remetidas, em 1952, ao diretor Jeremias Pinheiro, por pais, tutores e padrinhos representavam um sintoma dessa mentalidade.

Numa dessas cartas<sup>20</sup>, o remetente, morador de Natal, recomenda o filho de um amigo.

*Pinheirinho,  
Abraços.*

*O portador da presente é o jovem Fernando Augusto da Silva, primo da Ismenia e filho de um irmão de D. Adelaide que reside no Pará. O pai dele é pessoa pobre e que trouxe-o para a casa das irmãs aqui em Natal, afim de ver se educava-o. Ele pretende fazer exame de admissão para a Escola Industrial. É um menino de ótimos predicados e de comportamento exemplar. O pai dele veio pedir-me para interessar-me junto a você, no sentido de conseguir para o filho todo o seu apoio. Tratando-se de um menino bom e que neces-*

*sita educar-se, peço-lhe que faça por ele o que estiver ao seu alcance.  
Agradeço-lhe todo o seu interesse.*

Numa outra correspondência<sup>21</sup>, a senhora Ana Barbosa, de Itaretama, atual município de Lajes, intercedia em favor de uma criança cujo grau de parentesco com a mesma não fora possível conhecer.

*Ilmo. Sr. Diretor do Lisseu Industrial  
Natal-RN*

*Procuró saber se aceita um menino pobre de (?) anos, que fez o quarto ano primário. O menino é pobríssimo mas tem ideia de desenvolver a inteligência. Será uma caridade se V.Sa. aceitar o menino neste educandário. Caso aceite finesa enviar o estatuto e se é grátis e se tem hospedagem no mesmo educandário.  
Espero resposta satisfatória. Agradece*

*Ana Barbosa*

Em resposta a esta última missiva, Jeremias Pinheiro encaminhara os seguintes esclarecimentos à remetente, informando-lhe as normas de funcionamento e acesso aos cursos da instituição:

- a) O nosso Educandário tem um regime de semi-internato, isto é, o aluno entra em classe às 6 da manhã, toma café às 8 e faz as refeições às 11 horas, retirando-se do Estabelecimento às 5 da tarde.*
- b) O nosso ensino é inteiramente gratuito, bem como as refeições, assistência médica, dentária e distribuição de todo material escolar.*
- c) [...]*
- d) Esclareço-lhe, ainda, que, antes de tudo, o menino deverá submeter-se ao exame de admissão na época oportuna, para, depois de aprovado e classificado, ser, então, matriculado na 1ª série do Curso Industrial Básico.*
- e) Remeto-lhe, anexo, as instruções para o exame de admissão.<sup>22</sup>*

19 CARVALHO, Antônio Fernandes de. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Carmem Daniella Spínola D’Hora. Natal, 2003. 1 gravação digital audiovisual em minivd. (22min).

20 PINHEIRO, Genauro. [Correspondência enviada a Jeremias Pinheiro da Câmara Filho]. Natal, 14 fev. 1952. 1p. Carta.

21 BARBOSA, Ana. [Correspondência enviada a Jeremias Pinheiro da Câmara Filho]. Itaretama, 03 nov. 1952. 1p. Carta.

22 CÂMARA FILHO, Jeremias Pinheiro da. Ofício nº. 406-Dr-EIN. Natal, 6 nov. 1952.

Cartas de recomendação à parte, o ano de 1952 reservaria para o diretor Jeremias Pinheiro um desafio ainda maior: a recusa a um pedido de nomeação de funcionário sem o devido concurso de admissão.

Tudo começou quando o ex-aluno de Alfaiataria, Mário Targino de Andrade, residente em Baixa Verde, atual município de João Câmara, concluinte da turma de 1936, escrevera ao diretor do Ensino Industrial, no Rio de Janeiro, Solón Guimarães, reclamando a recompensa que lhe era de direito à época e que até aquele momento não lhe havia sido entregue: as ferramentas necessárias a sua profissão as quais fazia jus ao final do curso.

O ex-aluno justificava o pedido por se tratar de um rapaz pobre, arrimo de família e impossibilitado de ganhar o pão a falta desta. “Como não posso comprar o necessário é que pesso-lhe esta caridade e espero que o digníssimo diretor advogue a minha causa com justiça”.<sup>23</sup>

Após reiterados pedidos de Solón Guimarães para que a Escola Industrial de Natal “visse o que se deveria fazer com o aluno que, há 16 anos, espera a concessão de um prêmio que nunca lhe deram e, ainda, com paciência beneditina espera receber”<sup>24</sup>, Jeremias Pinheiro respondera-lhe, enfim, não ser favorável ao benefício requerido, uma vez que a própria legislação que lhe dera origem já havia sido revogada.<sup>25</sup>

Além disso, à sugestão para que atendesse ao pedido via Caixa Escolar dos Alunos, Jeremias explicara não achar justo nem conveniente, pela margem que daria a outros precedentes, tendo em vista serem os recursos da Caixa em questão resultantes da produção de trabalhos executados nas oficinas por alunos e ex-alunos do ano imediatamente anterior. Com estes e outros argumentos, o diretor da escola esperava ter dado o caso por encerrado.

Cerca de um ano depois, o fato chegava ao conhecimento da Presidência da República pelas mãos da esposa do referido ex-aluno.<sup>26</sup>

*Baixa Verde, em 31 de março de 1953.*

*Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas*

*Venho com a presente solicitar de V. Excia. alguns minutos de atenção. Aos 19 de novembro de 1951, enderecei-vos uma carta pedindo para V. Excia. nomeiar o meu noivo (Hoje meu esposo) Mário Targino de Andrade, como contra-mestre da alfaiataria da Escola Industrial de Natal, mas acontece que o diretor diz não haver vaga.*

*[...]*

*O Dr. Geremias disse que só colocava neste lugar quem fosse diplomado por ele e que o meu esposo podia arranjar este emprego só se fôsse por meio de política. Excia. eu não queria acusa-lo, mas, a quase dois anos o meu esposo vive sem trabalhar. Atravesando esta enorme crise, sou obrigada a valer-me de V. Excia. pois já não suporto mais passar privações e encontro-me em estado interessante sem nenhum recurso.*

*Excia., peço-vos em nome da Bandeira Brasileira e do meu filho que em breve me ha de chegar que me faça esta esmola.*

*[...]*

*Raimunda Lira*

23 ANDRADE, Mário Targino de. [Correspondência enviada ao Sr. Dr. Solon Guimarães]. Baixa Verde, 14 fev. 1952. 2p. Carta.

24 GUIMARÃES, Solon. [Correspondência enviada a Jeremias Pinheiro da Câmara Filho]. Rio de Janeiro, 4 abril 1952. 2p. Carta.

25 CÂMARA FILHO, Jeremias Pinheiro da. [Correspondência enviada ao Sr. Dr. Solon Guimarães]. Natal, 18 jul. 1952. 2p. Carta.

26 LIRA, Raimunda. [Correspondência enviada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas]. Baixa Verde, 31 mar. 1953. 2p. Carta.

ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL

TEMPO ESTIPULADO PARA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS PRÁTICOS NAS OFICINAS

ALFAIATARIA

<u>DATA INICIAL</u>	<u>QUANTIDADE DE HORAS</u>	<u>DATA EM QUE TERMINA</u>	<u>NATUREZA DO TRABALHO</u>	<u>SÉRIE</u>
16/6/952	12	18/6/952	Ponto de chulear	1a.
17/6/952	9	18/6/952	Calção simples	2a.
17/6/952	18	20/6/952	Camisa para criança	3a.
17/6/952	18	20/6/952	Calça para adulto	4a.

ARTES DO COURO

<u>DATA INICIAL</u>	<u>QUANTIDADE DE HORAS</u>	<u>DATA EM QUE TERMINA</u>	<u>NATUREZA DO TRABALHO</u>	<u>SÉRIE</u>
17/6/952	15	21/6/952	1 Par de Alpercatas	1a.
17/6/952	12	20/6/952	1 Rebenque	2a.
17/6/952	15 + 3 = 18	21/6/952	Cabeçadas c/rédia de trança	3a.
17/6/952	15 + 2 = 17	21/6/952	1 Par sapatos p/criança	4a.

MARCENARIA

<u>DATA INICIAL</u>	<u>QUANTIDADE DE HORAS</u>	<u>DATA EM QUE TERMINA</u>	<u>NATUREZA DO TRABALHO</u>	<u>SÉRIE</u>
17/6/952	9	20/6/952	1 Etagér para parede	1a.
17/6/952	9	20/6/952	1 Caixa para pó (Torneada)	2a.
17/6/952	12	21/6/952	1 Faqueiro c/tampa corrediça	3a.
16/6/952	17	21/6/952	1 Etagér entalhado	4a.

MECÂNICA DE MÁQUINAS

<u>DATA INICIAL</u>	<u>QUANTIDADE DE HORAS</u>	<u>DATA EM QUE TERMINA</u>	<u>NATUREZA DO TRABALHO</u>	<u>SÉRIE</u>
17/6/952	9	19/6/952	1 Canôco de flandre	1a.
17/6/952	12	20/6/952	1 Dobradice p/ cadeado	2a.
16/6/952	6	18/6/952	Exercício de Torneamento	3a.
17/6/952	6	21/6/952	Parafuso de 1/2" torneado	4a.

CURSO DE PREPARAÇÃO

<u>DATA INICIAL</u>	<u>QUANTIDADE DE HORAS</u>	<u>DATA EM QUE TERMINA</u>	<u>NATUREZA DO TRABALHO</u>	<u>SÉRIE</u>
16/6/952	6 + 2 = 8	18/6/952	Diversos Trabalhos	ÚNICA

Provas de aprendizagem em oficinas propostas pelos mestres Joaquim Inocêncio (Alfaiataria), Jorge Romano e Luiz Lunguinho (Artes do Couro), Evaristo Martins e Moacir Xavier (Marcenaria) e Aurélio Cavalcanti (Mecânica de Máquinas), 1952



*O acordo de cooperação executado pela CBAI a partir do Governo Vargas traria implicações técnicas e pedagógicas para o ensino industrial brasileiro entre as décadas de 40 e 60. (1942?)*

# Herança de guerra

## Cooperação brasileiro-americana no ensino industrial

Estava prestes a completar nove anos, porém, com as mudanças introduzidas em 1942, não tinha idade de ingressar como aluno na recém denominada Escola Industrial de Natal. Naquele ano, o Ministério da Educação e Saúde Pública instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, transformando as antigas oficinas em cursos industriais básicos, elevados da categoria de ensino primário para o 1º ciclo do ensino secundário.<sup>1</sup>

Em vigor desde 30 de janeiro, a lei determinava que para ser admitido num curso industrial o candidato deveria possuir educação primária completa, estar na faixa etária dos 12 aos 16 anos, e ter sido aprovado em exames vestibulares ou de admissão. Portanto, Laércio Severiano da Silva teria que esperar pelo menos três anos para vir a integrar o quadro de alunados daquela tão sonhada instituição escolar.

A despeito de sua pouca idade, a participação num evento singular vivenciado pela população natalense em plena II Guerra Mundial ficaria marcada para sempre em sua memória: os exercícios de defesa passiva antiaérea.

*Uma das advertências feitas à população era que a qualquer momento os alemães iriam bombardear Natal. Eles estavam em Dakar, na África. Avisaram que quando as sirenes tocassem, todas as pessoas, a qualquer hora do dia ou da noite, deveriam se deslocar em direção aos abrigos feitos nos principais bairros da cidade. No bairro onde eu morava, o Alecrim, havia mais de um. Um onde hoje é o Hospital do Câncer e outro na Vila Naval [...]. Numa determinada noite, de madrugada, tocou a sirene. Foi uma correria, uma gritaria, o pânico foi total! Toda gente certa de que iriam bombardear a cidade. Corremos todos para lá e horas depois avisaram por rádio que tinha sido um teste de como seria a reação da população se fosse concreto. Foi um susto! (risos)*<sup>2</sup>

1 BRASIL. Lei nº. 4.073 de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 31 dez. 1942. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

2 SILVA, Laércio Severiano da. A influência da Segunda Guerra

A entrada do Brasil no conflito mundial, ao lado dos Aliados - França, Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos -, e contra as forças do Eixo - Alemanha, Itália e Japão, fora motivada, a princípio, pela pressão norte-americana sob os países latino-americanos. O afundamento de cinco navios brasileiros por submarinos alemães em 1942 pusera fim à pretensa neutralidade do Governo Vargas, que, pelo Acordo de Washington, firmado com os Estados Unidos, cederia lugar à instalação de bases militares norteamericanas em Natal, Belém, Recife e Salvador, além de comprometer-se com os aliados no fornecimento de borracha e minério de ferro.<sup>3</sup>

A Segunda Guerra Mundial representara um período de muita efervescência para Natal. A construção da Base Aérea de Parnamirim e a circulação de milhares de soldados norteamericanos na cidade alteraram, definitivamente, os hábitos da sua pacata população, contabilizada em torno de 36 mil habitantes.<sup>4</sup>

À frente da direção da Escola Doméstica, que, à época, funcionava na Ribeira, bairro que concentrava a maior parte dos espaços de sociabilidade da capital, a professora Noilde Ramalho presenciara muitas manifestações dessa forte influência:

*Os anos de 1942, 1943 e 1944 foram de muita turbulência na cidade [...]. O regime de blecaute mudou a rotina dos trabalhos; passamos a jantar mais cedo e, em consequência, outras atividades foram modificadas. O sair à noite para o cinema, a tão agradável “sessão das moças no cinema Rex, às quartas-feiras, foi cancelado; o meio de transporte - o bonde, usava cortinas pretas para evitar a luz. [...] Na praça Augusto Severo, do lado oposto, houve a instalação do USO (clube recreativo dos soldados americanos),*

Mundial sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros e Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 05 fev. 2009. 1 gravação digital. Sonoro. (1h07min).

3 ARRUDA, José Jobson de A. PILETTI, Nelson. Toda a História – História Geral e História do Brasil. 11 ed. Ática: São Paulo, 2001. p.388.

4 MELO, Carina Mendes dos Santos; SILVA FILHO, Romero de Oliveira (org.). Centro Histórico de Natal. Natal: IPHAN, 2007.

*com o expediente estendendo-se noite adentro, com as radiolas em grande volume e muita emoção. [...] O custo de vida na cidade teve alta considerável: a alimentação, o aluguel de casas [...]. O visual da cidade sofreu alterações, a musicalidade dos cafés e bares com ritmos e melodias diferentes, os jornais e rádios a noticiar as pretensões das quintas-colunas.*<sup>5</sup>

De igual modo, a comunidade de alunos e funcionários da recém denominada Escola Industrial de Natal<sup>6</sup> também sofrera influência daquele momento histórico. Procedente do Tiro de Guerra da Escola de Instrução Militar 271, de onde saíra para integrar a Companhia Quadros do exército da capital, o jovem Joaquim Inocêncio Ferreira Filho, conluente de Alfaiataria, oficina na qual ingressara em 1939, fora testemunha ocular do período que projetara Natal no cenário nacional e internacional.

*Eu me lembro que eu era um rapaz pobre da escola de aprendizes artífices, mas eu era da elite! Eu era considerado como se fosse rico! Porque aonde estavam os rapazes de qualidade e de nome da vivência em Natal, eu estava também. Fazia parte da Companhia Quadros. Era o tempo da guerra. Eu fiquei de seis a oito meses sob as ordens do tenente Ulisses Cavalcante, que gostava muito de brincar. Um dia ele disse pra mim: Inocêncio, quer ficar rico? Você vai brigar a favor do Brasil na Itália.*

*E eu perguntei: como?*

*Ele me deu uma sola dessas de sapateiro pra eu enrolar no pescoço dos alemães. Eu disse: como é que pode, eu fazer isso com aqueles alemães com metralhadora que dava cem tiros por minuto? Então, perguntei se tinha outra saída.*

*Ele disse: é só você não ir.*

*Mas e se eu morrer, indaguei.*

*Se você morrer, vai ficar só assim: "aqui jaz os restos mortais de um soldado do 16 RI, que defendeu a pátria".*

*Aí eu disse: é melhor o senhor cair fora dessa que eu estou caindo também! (risos)*<sup>7</sup>

5 LIMA, Daladier Pessoa Cunha. Noilde Ramalho: uma história de amor à educação. Natal: Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, 2004. p.101-103.

6 BRASIL. Decreto nº. 4.127 de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as Bases de Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 31 dez. 1942. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 dez 2007.

7 FERREIRA FILHO, Joaquim Inocêncio.. Sobre o Liceu Industrial

Entre todos os eventos que mudaram a rotina de Natal naqueles tempos, os exercícios de blecaute instituídos pelo Ministério da Guerra submetiam a cidade a um regime de restrição de luz e atenção permanentes, exigindo da população calma e ordem na execução das medidas determinadas pelo comando militar. Sua influência fora direta sobre a Escola Industrial, a ponto de a Divisão de Ensino Industrial, vinculada ao Ministério da Educação, determinar, em junho de 42, que o horário de início do expediente na escola fosse antecipado pelo tempo suficiente para que alunos e funcionários chegassem às suas casas antes de iniciado o exercício de blecaute.<sup>8</sup>

Em meados de novembro, toda a comunidade escolar assistira ao curso ministrado pelos professores Ruth Souto, de Português, e Evaristo Martins, de Marcenaria, que haviam participado de um treinamento oferecido pelo Serviço de Defesa Passiva Antiaérea de Natal. Na ocasião, o mestre Evaristo falara sobre “os terríveis efeitos da aviação quando destinada a bombardear uma cidade [...] e a professora Ruth, sobre as bombas incendiárias e os meios de extinção dos incêndios por elas causados”.<sup>9</sup>

Às vésperas do reveillon, o diretor da Escola Industrial seria convocado a se apresentar na capital da República no dia 10 de janeiro seguinte. A ida ao Rio de Janeiro tinha como objetivo organizar o plano de trabalho da escola para o ano de 1943. Para isso, Jeremias Pinheiro fora instruído a levar consigo dados do histórico do estabelecimento, plantas e descrição completa dos edifícios e instalações existentes, relação do pessoal docente e administrativo em exercício, estudo da possibilidade de obtenção de terrenos anexos ao estabelecimento ou de locação de alguma casa próxima para instalação dos serviços técnicos ou administrativos, além de projeto sumário das ampliações e melhoramentos possíveis.<sup>10</sup>

Apesar do volume de informações solicitadas, mediante o curto espaço de tempo, a convocação do ministro Gustavo Capanema soava como um alento para a direção da Escola Industrial de Natal, que há apenas dois meses recebera telegrama alertando para a necessidade de contenção de despesas.

de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Ceará-Mirim, 18 fev. 2009. 1 gravação digital. Sonoro. (01h12min)

8 DIVISÃO DO ENSINO INDUSTRIAL. Circular nº. 1385. Rio de Janeiro, 09 jun. 1942.

9 ESCOLA Industrial de Natal. Curso de defesa passiva anti-aérea. A República, Natal, 12 nov. 1942.

10 BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Telegrama nº. 2514. Rio de Janeiro, 28 dez. 1942.

*Em face da situação de guerra em que se encontra o país o Sr. Presidente recomenda a máxima economia na manutenção de serviços ordinários, o que deverá refletir no orçamento de despesa do próximo exercício. Solicita enviar proposta financeira estritamente necessária para custear serviço do ano vindouro, sem importar em prejuízo para o bom andamento do ensino já organizado.*<sup>11</sup>

O estado de guerra em que se encontrava o Brasil já havia repercutido sobre a suspensão de diversos dispositivos constitucionais, entre os quais a concessão de férias dos servidores do Ministério e de licença gestante com vencimentos integrais.<sup>12</sup>

A ordem era concentrar esforços na produção nacional. Nesse intento, os estabelecimentos oficiais de ensino industrial, tanto os particulares, quanto os mantidos pela União, estados e municípios, incluindo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, criado em janeiro de 42, foram incumbidos de ministrar o Ensino Industrial de Emergência “para o fim de atender à urgente necessidade de preparação de profissionais para o trabalho nacional, especialmente para o das indústrias e empresas mais relacionadas com a defesa do país”.<sup>13</sup>

A própria Escola Industrial de Natal fora consultada sobre a possibilidade de sua oficina de alfaiataria confeccionar macacões, semanalmente, para trabalhadores da Amazônia, bem como a respeito da quantidade de pessoal que poderia ser aumentado para atender à tarefa, que correria por conta da Coordenação de Mobilização Econômica.<sup>14</sup>

A organização do Ensino Industrial de Emergência previa sua execução no decurso dos anos de 1943, 1944 e 1945, sob a coordenação e orientação de uma Comissão Nacional de caráter honorífico, sem remuneração, presidida pelo diretor da Divisão do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde,

11 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DIRETORIA DO ENSINO INDUSTRIAL. Telegrama nº. 2332 Rio de Janeiro, 13 out. 1942.

12 BRASIL. Decreto nº. 10.358, 31 ago. 1942. Declara o Estado de Guerra em todo o Território Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 31 dez. 1942. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

13 \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº. 4.119 de 21 de fevereiro de 1942. Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 31 dez. 1942. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

14 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. DIRETORIA DO ENSINO INDUSTRIAL. Telegrama n.º 2723. Rio de Janeiro, 23 dez. 1942.

Francisco Montojos, e composta pelos diretores do SENAI, João Lüderitz, e da Escola Técnica Nacional, Celso Suckov da Fonseca, entre outros membros, que tinham uma clara missão:

*Estudar as possibilidades técnicas dos estabelecimentos de ensino industrial existentes no país e determinar as condições em que cada um deles deva transformar-se em centro de produção industrial, pelo trabalho de seus docentes e alunos, uma vez que se torne premente a insuficiência fabril do país em face das excepcionais exigências da guerra.*<sup>15</sup>

As razões que teriam dado ensejo à formação dessa Comissão foram atribuídas a uma carta enviada pelo engenheiro suíço, Roberto Mange, ao Ministro da Educação, prestando contas do resultado das negociações mantidas, em 42, a mando do próprio Ministério, com o coordenador de Assuntos Interamericanos em Washington. Em seu relato, Mange informava à Capanema do interesse norte-americano em promover, no Brasil, entendimentos para que fosse posto em prática no país um novo plano visando à preparação técnica, rápida e em larga escala de mão-de-obra destinada à defesa de guerra.<sup>16</sup>

Para isso, o governo dos Estados Unidos se dispunha a fornecer “importante auxílio em materiais de instrução e instrutores especializados, e a proporcionar, se convier, estágios de treino especializado a instrutores nacionais”.<sup>17</sup>

Catedrático da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, e atuando no Brasil desde a década de 30, Roberto Mange era tido entre as maiores autoridades em ensino profissional no país, em especial pelo papel desempenhado por ele na criação do curso de formação de ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana e no assessoramento do Ministério da Educação na formulação da Lei Orgânica do Ensino Industrial.<sup>18</sup>

15 BRASIL. Decreto-lei nº. 4.983 de 21 de novembro de 1942. Dispõe sobre a Organização do Ensino Industrial de Emergência e sobre a transformação dos estabelecimentos de ensino industrial e centros de produção industrial para atender às exigências da guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 31 dez. 1942. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

16 CUNHA, Luís Antônio. Ideologia, política e educação: A CBAI (1946/1962). Disponível em: <[http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-10\\_ideologia\\_politica\\_e\\_educacao\\_falcao\\_e\\_cunha.pdf](http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-10_ideologia_politica_e_educacao_falcao_e_cunha.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2010.

17 Idem.

18 CERQUEIRA, Kleber Chagas. Educação e indústria: elementos

O plano ao qual Roberto Mange fazia alusão, e que terminou sendo elaborado por ele, deveria incluir os campos da construção naval, siderurgia, fabricação de armamentos, principalmente, manufatura de munições e construção de aviões, visando sua reparação e conservação.

*Deveriam ser organizados, na Rede de Escolas Industriais, Técnicas e de Engenharia do Brasil, à semelhança do que se vem fazendo nos Estados Unidos, com os chamados Defense Training Courses, cursos monotécnicos intensivos e de curta duração, além de assegurar rapidamente à defesa de guerra o contingente de mão-de-obra especializada e de auxiliares técnicos de que necessita para atender ao seu previsto desenvolvimento.<sup>19</sup>*

Apesar do seu empenho, o plano elaborado pelo engenheiro suíço não chegara a ser implementado. As razões do fracasso parecem ter resultado da soma da resistência do Ministério da Guerra-atribuída à falta de entendimentos prévios de Mange e Capanema com Eurico Gaspar Dutra – e, em consequência, pelo fato de Mange ter voltado suas atenções para o SENAI, entidade na qual atuava como assessor didático-pedagógico.

Caberia, portanto, naquele ano de 1943, ao próprio ministro reabrir o canal de negociação com Washington - gestão que seria iniciada quando de sua participação na I Conferência Interamericana de Diretores e Ministros de Educação, ocorrida em Havana.

O propósito do Ministério, dali em diante, seria trazer ao país uma missão norte-americana com o intuito de prestar assistência técnica à educação industrial brasileira. Em abril de 1945, os Estados Unidos atribuem a coordenação do acordo à agência *Inter American Education Foundation*. Entretanto, a cooperação só fora assinada dois meses após a deposição de Getúlio Vargas, em setembro de 1946, terminada a Segunda Guerra Mundial.

O órgão responsável por executar as ações do acordo seria a Comissão Brasileiro-americana de Educação Industrial (CBAI), vinculada, no Brasil,

à estrutura administrativa da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e coordenada pelo próprio titular da pasta: Francisco Montojos (1947-49; 1955-61), Ítalo Bologna (1949-51), Solón Nelson de Sousa Guimarães (1951-53), Flávio Penteado Sampaio (1953-55), Carlos Pasquale (1955) e Armando Hildebrand (1961-62).

*Desde 1940, como uma fase de cooperação com um aliado indispensável na luta mundial para conseguir e manter a liberdade, representantes dos EUA têm trabalhado em conjunto com líderes brasileiros e de outras nações latino-americanas no desenvolvimento de diversos aspectos do ensino, principalmente os que se referem à saúde, eficiência da produção e bem estar dos povos. Agora, no período de após-guerra, a Inter-American Educational Foundation, Inc., uma agência do governo dos EUA mantém programas de cooperação com o governo brasileiro em espécies de ensino que estão ligadas à base econômica do país. O ensino agrícola tem em vista o aumento da produção de alimentos; o industrial, a expansão de fábricas, e ambos visam um padrão de vida mais elevado. Os EUA reconhecem o princípio básico de que, quanto maior for a produção de alimentos e artigos manufaturados pelo Brasil, maior será a sua força na defesa do hemisfério e seu valor como comprador dos produtos dos EUA em tempo de paz. É vantajoso para os EUA que a sua nação irmã, abaixo do Equador, faça o maior progresso em produção, industrialização, prosperidade e padrão de vida.<sup>20</sup>*

Ao longo dos seus 16 anos de atuação, a CBAI promoveu visitas técnicas aos Estados Unidos de gestores e professores das escolas industriais federais brasileiras, cursos de capacitação administrativa e pedagógica, aquisição de equipamentos, tradução e publicação de livros técnicos, preparação de material de ensino e auxílios didáticos.

Data desse período a chegada à Escola Industrial de Natal do seu primeiro projetor de cinema, um Victor Animatophone, modelo 60, 16mm, sonoro, comprado pela CBAI no valor de 312 dólares. A medida visava modernizar os métodos de ensino

de história do ensino industrial no Brasil. Disponível em: <<http://www.asselegis.org.br>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

19 SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 1ª edição: Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984 - 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

20 EDITORIAL do Boletim da CBAI. 1947. In: CUNHA, Luiz Antônio; FALCÃO, Luciane Quintanilha. *Ideologia, política e educação: a CBAI (1946-1962)*. Disponível em: <[http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-10\\_ideologia\\_politica\\_e\\_educacao\\_falcao\\_e\\_cunha.pdf](http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-10_ideologia_politica_e_educacao_falcao_e_cunha.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2010.



As visitas técnicas aos Estados Unidos de diretores e professores das Escolas Industriais brasileiras constituíram uma das ações de capacitação da CBAI. Nesse grupo, a presença do professor da Escola Industrial de Natal, Pedro Martins de Lima, contratado para coordenar curso em Curitiba.

e desenvolver a educação visual. Para o diretor do estabelecimento, Jeremias Pinheiro, a novidade iria preencher uma grande lacuna no ensino com a prática do aforismo “mais vale uma vez ver do que cem vezes ler.”<sup>21</sup>

Com essa aquisição, a Escola Industrial de Natal passava a exibir filmes da Enciclopédia Britânica, do Instituto Nacional do Cinema Educativo, películas disponíveis na loja Carlos Lamas, instalada na Ribeira, bem como exemplares da filmoteca da CBAI, alguns dos quais traduzidos e sonorizados nos Estados Unidos, como tornear com auxílio de suporte de “fixação” e Broqueamento com tolerância”, produzidos pelo *United States Office Education* e pela *Atlas Educational Film Company*.

Na parte de acervo bibliográfico, a Escola Industrial de Natal fora contemplada com pelo menos 28 obras editadas ou traduzidas pela CBAI. Entre os títulos, figuravam, em sua maioria, livros de cultura técnica de autores majoritariamente estrangeiros: Manual do Torneiro, Notas de Tecnologia Mecânica com problemas de torno, Curso elementar de instruções

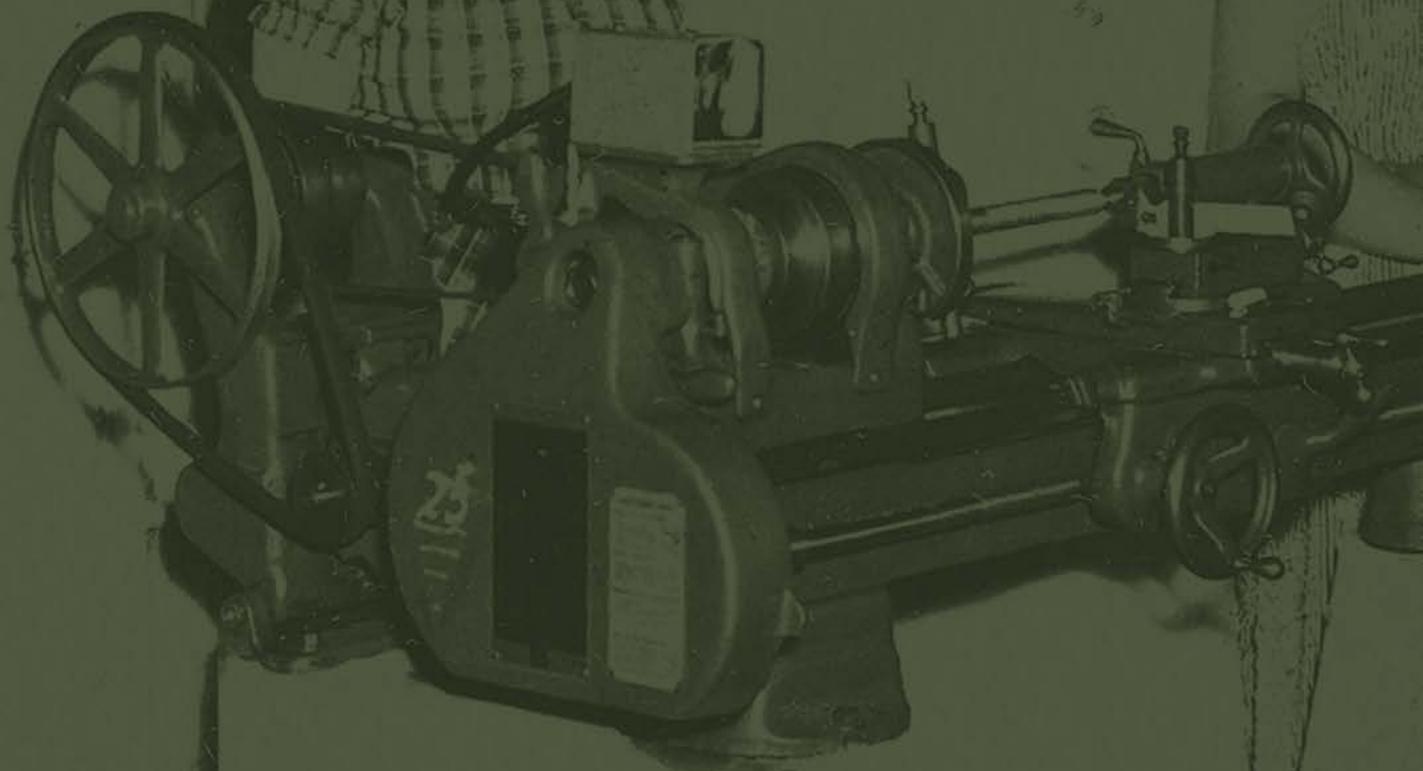
para Ensino de Aprendizes - torneiro mecânico, Técnica de Marcenaria, Fundição e Serralheria, Eletrotécnica I, Conserto de Calçados, Curso de Encadernação e Psicologia para Professores do Ensino Industrial.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> CÂMARA FILHO, Jeremias Pinheiro da. Ofício nº. 151. Natal, 01 jun. 1954.

<sup>22</sup> ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. Registro de Obras – 1948/1961 - Biblioteca Sebastião Fernandes. Natal, 1948.



*O magistério exercido nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional alcançou um novo patamar após a criação da carreira funcional de Professor do Ensino Industrial. (1948)*



# Muito além da sala de aula

## Mestres no ofício, educadores na ação

Figura de destaque no cenário intelectual da cidade, especialmente, após sua passagem como professor de Geografia do Brasil e diretor do Colégio Atheneu Norte-rio-grandense, Alvarado Furtado de Mendonça, 33 anos, vivenciava uma experiência inusitada naquelas férias escolares de julho de 1948, na Escola Industrial de Natal.

Nomeado três anos antes para a cadeira de Organização do Trabalho, Higiene e Contabilidade Industrial, pela primeira vez mantinha um contato mais próximo com a arte dos ofícios ali ministrados por meio de um estágio nas oficinas de marcenaria e alfaiataria.

Uma magnífica contribuição para o estudo e a compreensão dos problemas escolares no setor industrial, avaliava o advogado, que era formado pela Faculdade de Direito do Recife. “Valeram muito as observações sobre as condições gerais das oficinas, regulamentação higiênica, processos pedagógicos e normas de trabalho adotados pelos nossos colegas no ensino profissional”.<sup>1</sup>

A experiência fazia parte do primeiro Curso Especial de Treinamento em Oficina<sup>2</sup>, posto em prática sob recomendação da Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério da Educação, a fim de integrar os professores das disciplinas de Desenho e Cultura Geral com os professores das disciplinas de Cultura Técnica.

“Apesar das lides profissionais na Escola ocuparem o plano oposto da minha especialidade, foi boa a minha impressão”, opinara a professora de canto orfeônico, Maria de Lourdes Figueira Guilherme<sup>3</sup>, que frequentara a Seção de Estofaria do curso industrial de Marcenaria, a cargo do mestre Moacir Xavier, experiente marceneiro oriundo da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.<sup>4</sup>

1 MENDONÇA, Alvarado Furtado de. Respostas à enquete sobre o Curso Especial de Treinamento em Oficina. Natal, 15 jul. 1948.

2 CÂMARA FILHO, Jeremias Pinheiro da. Portaria nº. 36-Dr/EIN. Natal, 25 jun. 1948.

3 GUILHERME, Maria de Lourdes Figueira. Respostas à enquete sobre o Curso Especial de Treinamento em Oficina. Natal, 15 jul. 1948.

4 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO RIO GRANDE DO NORTE. Termos de Compromisso dos Empregados - 1909-1945. Natal, 23 dez. 1909. XAVIER, Moacir. *Curriculum Vitae*.

Seguindo o programa do curso, além de participar da confecção de um pufe redondo e uma poltrona de braço estofada, Lourdes Guilherme esforçara-se para relacionar esse aprendizado prático com a disciplina sob sua responsabilidade: “Como a educação é uma obra complexa, tudo que contribui para ela se relaciona entre si. O canto nas oficinas tornaria o trabalho agradável, ritmado, colaborando para que a individualização da obra em si seja socializada pela melodia entoada ou apenas solfejada pelo grupo que trabalha”, admitia, mesmo ponderando que o martelo, a plaina, o serrote, a guilhotina e a tesoura estariam muito distantes da sonoridade do seu piano e das nuances da sua palheta.<sup>5</sup>

A despeito da exiguidade do tempo em que transcorreria o treinamento, menos de 15 dias, a iniciativa provocara um entusiasmo geral nos participantes. O resultado da enquete aplicada pela diretoria da Escola Industrial de Natal atestava sua aprovação por unanimidade, tanto pela novidade, quanto pela possibilidade de conhecer as funções, nomenclaturas técnicas, o manejo das máquinas e ferramentas da prática dos ofícios, bem como por revelar o grau de dignidade de que se revestia o trabalho executado nas oficinas.

Várias razões podem ser elencadas para justificar dito estágio. Em primeiro lugar, porque a reforma do ensino industrial promovida pela Lei Orgânica de 1942 assegurava uma nova organização curricular às escolas industriais, extinguindo o ensino primário e elevando os conteúdos programáticos desse curso à categoria de disciplinas de formação geral.<sup>6</sup>

A medida visava atender aos interesses do trabalhador - deslocando o ensino profissional para o grau médio - e oferecer-lhe uma formação humanística para além da especialização profissional, que ganhava cada vez mais novas habilitações.

Para adequar-se às mudanças, a Escola Industrial de Natal protagonizaria, na década de 40, a mais significativa contratação de docentes até aquele momento, somando ao quadro funcional seis

5 GUILHERME, 1948.

6 BRASIL. Lei nº. 4.073 de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 31 dez. 1942. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

professores de Cultura Geral, dois de Práticas Educativas e oito de Cultura Técnica.<sup>7</sup>

Diante dessa conjuntura, os professores pertencentes ao antigo curso primário tiveram que assumir outras funções para ajustar-se à nova realidade. Contratados entre 1934 e 1935, Maria Angelita Marinho, Ruth Marinho Souto e Severino Joaquim da Silva adotaram, respectivamente, as disciplinas de História e Geografia do Brasil, Português e Desenho de Máquinas.

Para a cadeira de Matemática foram nomeados o engenheiro agrônomo Estélio Fonseca Ferreira e o bacharel em Direito e repórter da Imprensa Oficial, Rivaldo Pinheiro. A normalista Maria Cândida da Silva ocupara outra vaga de Português e para as disciplinas de Práticas Educativas, assumiram os postos a musicista Lourdes Guilherme, em Canto Orfeônico, e o licenciado Geraldo Serrano, em Educação Física.

Em relação às cadeiras de Cultura Técnica e Desenho, o quadro de docentes tomara a seguinte configuração:<sup>8</sup>

#### **Curso de Marcenaria**

Oficina de Marcenaria: Evaristo Martins de Souza  
Oficina de Estofaria: Moacir Xavier  
Oficina de Entalhação: Manuel Inácio da Silva  
Oficina de Tornearia: José Augusto da Silva  
Oficina de Manejo de Máquinas: Vicente Camelo da Silva

#### **Curso de Mecânica de Máquinas**

Oficina de Construção e Montagem de Máquinas: Aurélio de Castro Cavalcanti  
Oficina de Forja e Serralheria: Silas Paulino Raposo da Câmara

#### **Curso de Serralheria**

Pedro Martins de Lima

#### **Curso de Artes do Couro**

Oficinas de Correaria e Selaria: Luiz Lunguinho de

Oliveira

#### **Curso de Alfaiataria**

Joaquim Inocêncio Ferreira Filho

#### **Curso de Desenho**

Desenho de Máquinas: Severino Joaquim da Silva  
Desenho de Móveis: Irineu Martins de Lima  
Desenho Ornamental: Pedro Pinheiro de Souza e Djanira Dalva de Farias

Egresso da oficina de Mecânica da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco, o professor Severino Joaquim da Silva<sup>9</sup> escolhera, no referido Curso de Treinamento em Oficina, estagiar na seção de corte e costura do curso industrial de Alfaiataria, cujo titular era o jovem ex-aluno, e recém-contratado, Joaquim Inocêncio Ferreira Filho<sup>10</sup> – mais conhecido por “Mestre Brinco”.

A experiência de Severino Joaquim na prática dos ofícios, quando da época de aprendiz artífice, permitira ao professor-estagiário observar uma série de condições inadequadas ao trabalho na oficina de Alfaiataria, como a ausência de bancadas à altura dos alunos e a insuficiência de diversos instrumentos, como régua, tesouras, manequins, espelho em ângulo e quadros ilustrativos dos tipos de corte com seus respectivos nomes técnicos.

*Quanto à organização da oficina, achei-a regular. O professor é um rapaz bastante esforçado e possuidor de bons conhecimentos em relação à sua especialidade, não poupando esforço para bem servir no que lhe é devido. Contudo, seria bom que ele lesse alguma coisa que se relacionasse com o ensino, a fim de empregar métodos pedagógicos mais conscientes, fugindo da rotina, que às vezes é prejudicial ao desenvolvimento.<sup>11</sup>*

Outro artífice contratado havia três anos para lecionar Desenho de Móveis, Irineu Martins de Lima, natural de Fortaleza e diplomado em Serralheria pela Escola Industrial de Natal, optara por estagiar nas oficinas dos cursos industriais de Marcenaria

7 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO RIO GRANDE DO NORTE. Termos de Compromisso dos Empregados - 1909-1945. Natal, 23 dez. 1909. \_\_\_\_\_. Assentamento do Pessoal. Natal, 02 jan. 1912. ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. Livro II - Termos de Posse. Natal, 06 abr. 1945.

8 SILVA, Anália Alkmin. Escola Industrial de Natal - Ficha dos Professores. Natal, 25 set. 1952.

9 SILVA, Severino Joaquim da. Respostas à enquete sobre o Curso Especial de Treinamento em Oficina. Natal, 14 jul. 1948.

10 REGISTRO Funcional do Servidor. Joaquim Inocêncio Ferreira Filho. Nomeado por decreto de 23 de fevereiro de 1948 para a Cadeira de Corte e Costura do Curso de Alfaiataria da Escola Industrial de Natal.

11 SILVA, Severino Joaquim da. Natal, 1948.

e Artes do Couro. A oportunidade lhe servira para confirmar uma velha suspeita relacionada à deficiência de assimilação do desenho entre os alunos da Marcenaria em comparação com os da Mecânica.

*Durante esse estágio concluí que o exposto se verifica grandemente em função do próprio ofício, como tem sido ministrado. A flexibilidade dos métodos adotados, com aplicações excessivas de recursos do ofício na execução dos trabalhos, poderá bem ser o fator desse prejuízo para o ensino. Os alunos em foco criam uma espécie de relaxamento no trabalho, pela facilidade de apelar para os recursos da prática e isso vem a refletir degradante nas outras disciplinas. Geralmente eles não têm a noção exata do que seja precisão nas medidas, o que não acontece com os alunos de Mecânica, daí vindo, quero crer, esse grau de deficiência. Creio que o melhor elemento para corrigir tal defeito seria a rígida exigência da execução do trabalho pelo desenho, suficientemente detalhado. [...] Não resta a menor dúvida que o desenho é o segundo mestre, que informa a todo o momento ao artífice, auxiliando ao professor da seção na sua tarefa.<sup>12</sup>*

Os depoimentos decorrentes da enquete sobre a validade desse treinamento dão uma ideia não só das condições estruturais do ensino na Escola Industrial de Natal, como atestam uma preocupação com o nível da qualificação profissional e pedagógica dos seus docentes.

Desde a transformação das antigas oficinas em cursos industriais de 1º ciclo do ensino secundário<sup>13</sup>, bem como a criação dos cursos de Mestria, visando à formação de mestres de oficinas, o ensino industrial assumira um novo patamar no ramo da educação profissional, exigindo maior nível de conhecimento e competência pedagógica dos seus professores, mestres e funcionários. Tal reconhecimento passava, entre outros fatores, pela criação da carreira funcional de Professor do Ensino Industrial, em 1944, com registro competente no Ministério da Educação.<sup>14</sup>

12 LIMA. Irineu Martins de. Respostas à enquete sobre o Curso Especial de Treinamento em Oficina. Natal, 16 jul. 1948.

13 BRASIL. Lei nº. 4.073 de 30 de janeiro de 1942.

14 \_\_\_\_\_. Decreto nº. 17.416 de 22 de dezembro de 1944. Cria a Série Funcional de Professor do Ensino Industrial, substitui as tabelas ordinária e suplementar, de extranumerário-mensalista da



Professor Alvamar Furtado, de Organização Industrial, e professora Ody Freire, de Ciências, em atividade prática do Treinamento Especial em Oficina. 1948.

Por meio desse decreto, fora instituído o regime de trabalho de 18 horas semanais para os professores de Práticas Educativas e das disciplinas teóricas de Cultura Geral e Técnica, e de tempo integral, 40 horas, para os docentes de prática de oficina. Mas ao lado dessa carga-horária cumprida em sala de aula ou laboratórios, o corpo docente da Escola

Divisão do Ensino Industrial, do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1944. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

Industrial de Natal se responsabilizava por inúmeras outras tarefas, tanto de ordem acadêmica, quanto administrativa.

Todas as convocações diziam respeito a atividades cristalizadas no calendário escolar da instituição, sendo oficializadas por meio de portarias da direção e assinadas, abaixo do carimbo 'ciente', por cada professor nomeado para as tarefas.

Assim, no âmbito das festividades oficiais, competia-lhes prestigiar, com sua presença, as solenidades de abertura e encerramento do ano letivo, colação de grau, primeira comunhão, páscoa dos alunos, aniversário de fundação das Escolas Industriais, festa de São Pedro, dia do estudante, semana da pátria, etc.

Diplomada professora do ensino primário pela Escola Normal de Natal, Ody Freire de Oliveira ingressara em 1943 como titular da cadeira de Ciências da Escola Industrial. Sessenta e cinco anos depois, aos 90 anos de idade, ao falar da vivência na instituição, ela assim se expressara:

*Eu amava a minha Escola. Me sentia muito bem - igual como eu me sentia em casa. Éramos uma grande família. [...] Os diretores eram muito exigentes, sobretudo em relação ao controle de classe que deveríamos apresentar e a pontualidade. Mas nós éramos muito respeitadas. Quando um aluno não nos atendia, o inspetor de alunos o repreendia. Éramos sempre solicitadas para organizarmos os eventos sociais da Escola. Depois da sala de aula, parecia ser as nossas atividades mais constantes. Mas hoje a Escola cresceu muito, eu quase não a reconheço.<sup>15</sup>*

Em relação às atividades próprias da vida acadêmica, cabia também aos professores preparar e integrar as bancas examinadoras dos concursos, dos exames vestibulares para admissão de candidatos aos cursos industriais, das provas parciais e finais dos alunos, organizar e supervisionar as exposições anuais dos artefatos produzidos nas oficinas, preparar o quadro de honra para premiação dos melhores alunos ao final do ano letivo, proferir palestras cívicas nas reuniões quinzenais do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha, orientar seus

15 SILVA, Maria da Guia de Sousa. PAIVA, Marlúcia Menezes de. A mulher professora na Escola Industrial de Natal (1942-1968). p.6. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju. Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação. São Cristóvão, Aracaju : UFS, UNIT, 2008. v. 1. p. 1-10.

membros nas reuniões da agremiação, bem como os alunos integrantes do Corpo de Vigilantes.

O testemunho do bacharel em Direito e em Letras Neolatinas, professor Irineu Martins de Lima que, antes de ocupar a direção do estabelecimento (1962-1964), atuara como orientador educacional por um período de nove anos, ilustra bem o senso de dedicação e responsabilidade que os impulsionava.

*Naquela época, era interessante. [...] tinha uma equipe assim... que não tinha férias. Na época de férias, Jeremias convidava pra procurar melhorar, pra preparar o horário. [...] Passava o mês todo ali analisando, vendo quais eram as disciplinas pra não repetir no mesmo horário, pra não sobrecarregar o aluno. Por mais de uma vez, por umas duas ou três vezes, ele pegava os alunos e ia fazer uma colônia de férias na Redinha. Na época, o número de alunos era pequeno, uns 300 alunos... pegava esses alunos todinhos e passava esses 15 dias lá na praia, os professores também, acompanhando. Tudo estabelecido, programado, analisado, qual o horário do banho de mar, tudo acompanhado, o professor responsável fiscalizando, a alimentação... Sabe, isso era em benefício dos alunos e do ensino também.<sup>16</sup>*

Antecessor de Irineu na direção da Escola Industrial (1956-1962), o pernambucano de Caruaru, professor de Desenho Ornamental, Pedro Pinheiro de Souza, prestara, comovido, o seguinte depoimento, por ocasião dos 78 anos da instituição:

*A nossa Escola era uma Escola antiquada, não tinha toda a tecnologia que tem hoje. Mas o que havia era boa vontade em fazer tudo pelos alunos. O aluno tinha assistência em tudo. Antes nós tínhamos condições de fazer as coisas pelos alunos. Dávamos o café, o fardamento. Todos os sábados havia sempre reuniões, uma hora cívica, onde o aluno falava, o professor falava, cantava-se o Hino Nacional. Com o avanço tecnológico, a Escola foi avançando, e hoje é uma potência e orgulho para Natal.<sup>17</sup>*

No tocante às funções de apoio administrativo,

16 LIMA, Irineu Martins de. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Aracaju, jun. 2006. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (01h10min).

17 ETFRN. Agenda Especial – 78 anos, n. 141, Natal, 23 set. 1987.

a instituição pudera contar, pela primeira vez, na década de 40, com uma equipe de saúde para atendimento aos alunos, composta pelo médico Paulo Pinheiro Galvão, o dentista Múcio da Cunha Melo e o auxiliar de enfermagem Manoel Bezerra de Lima.

Na parte da secretaria, um grupo de escriturários-datilógrafos, em sua maior parte composto por moças com diploma de normalistas, assessorava a direção do estabelecimento, cabendo-lhes preparar os livros de chamada e matrícula, redigir portarias, atas e ofícios e auxiliar na organização das festas e solenidades oficiais.

Petronila Sales do Amaral, contratada em 1945, aos 23 anos, como servente-diarista, exercendo a função de datilógrafa na ausência da titular, testemunhara o trabalho, a dedicação e o dinamismo de gerações de professores, funcionários e diretores que se sucederam ao longo dos seus 33 anos de serviço.

*Tudo quanto era bom na Escola eu passei. Nós éramos de casa. Era muita festa, muita alegria. Éramos como se fôssemos donos da Escola. A Escola, naquela época, dava de tudo ao aluno. Até os emblemas dos bolsos das fardas dos alunos eram bordados na minha casa.*<sup>18</sup>

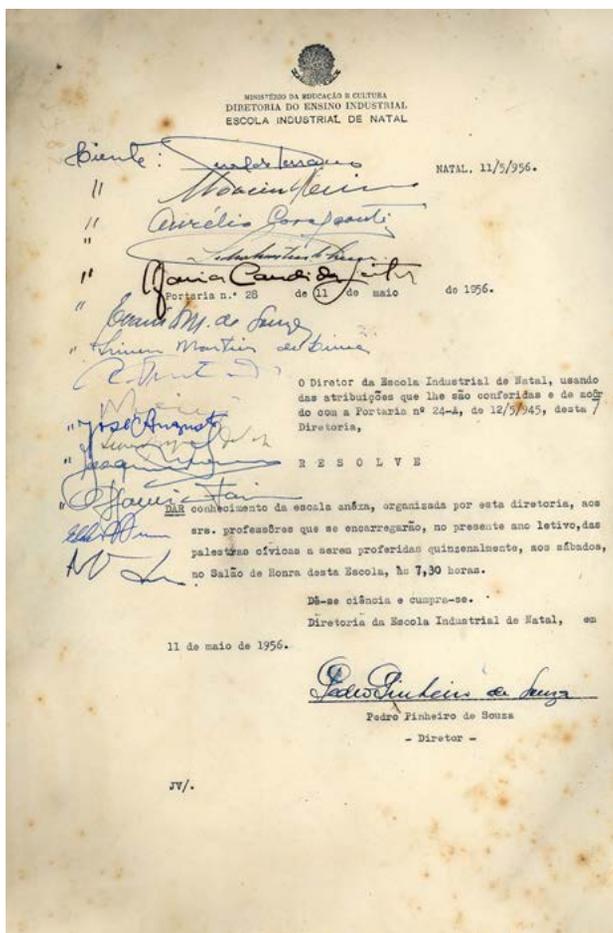


Grupo de escriturárias da secretaria da Escola Industrial de Natal. Década de 50.

18 EFRN. Agenda Especial – 78 anos, n. 141, Natal, 23 set. 1987.

Ao contrário dos ofícios burocráticos, os trabalhos de limpeza e conservação do edifício, segurança, controle de entrada e saída de material e da disciplina escolar constituíam tarefas confiadas, prioritariamente, aos homens, que exerciam as funções de servente, porteiro-contínuo, armazenista, almoxarife e inspetor de alunos. Funções cujo certificado de habilitação era conferido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938, no Governo Vargas.

Até 1959, ou seja, ao longo dos seus primeiros cinquenta anos, a Escola pudera contar com um total de 27 professores, 31 mestres de oficinas e 39 funcionários, incluindo o quadro de pessoal estável e o temporário.<sup>19</sup>



Convocação para as palestras cívicas a serem proferidas pelos professores no ano de 1956.

19 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO RIO GRANDE DO NORTE. Termos de Compromisso dos Empregados - 1909-1945. Natal, 23 dez. 1909; \_\_\_\_\_ Livro de Assentamento de Pessoal 1912-1939; ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. Livro de Termos de Posse II - 1945-1960. Natal, 1945.

# ESCOLA TÉCNICA



*Um grupo de ex-alunos formados no Magistério em Artes Industriais pela CBAI, no Paraná, teria papel decisivo na transição do ensino industrial básico para o ensino técnico, implantado na década de 60. (1964)*

# Artes industriais e ensino técnico

# 12

## Do despertar de vocações à profissionalização

Jovens, solteiros, com idade entre 20 e 25 anos. Alguns, cursando o ensino médio; outros, inseridos em pequenas fábricas ou no comércio local; outros, ainda, conciliando estudo e trabalho. Juntos, eles formavam um grupo de 10 pessoas com algo mais em comum: um bom desempenho escolar e o currículo de ex-alunos da Escola Industrial de Natal.

Egressos, em sua maioria, dos cursos industriais de Mecânica de Máquinas e Marcenaria, esses jovens se defrontavam, naquele momento, com o desafio lançado pela diretoria da Escola Industrial que lhes renderia, mais tarde, a alcunha de “Turma de Curitiba”.

Antônio Fernandes de Carvalho, diplomado em Marcenaria, conta que havia sido aprovado para o 3º ano do Científico no Atheneu e trabalhava na área do comércio quando fora convidado pelo então diretor da Escola Industrial para participar de uma entrevista visando uma seleção para um curso de formação de professores do ensino industrial.

*Foi convidado um grande número de alunos. Eles conheciam as aptidões e postura de cada um. Dentre estes alunos, foram escolhidos 10: eu, Vicente Paula, Venâncio Nogueira, Nivaldo Calixto, Ailton Barbosa, Álvaro Paulino, Paulo Xavier e Francisco Bernardino. O Estado também enviou um grupo, entre eles estavam Janilson Oliveira e Luiz Tomaz de Aquino, ex-alunos que mais tarde viriam a fazer parte do quadro de professores da Escola. [...] O curso provocou uma mudança na vida da gente. Eu nunca havia pensado ser professor. A partir do momento que fomos selecionados, as mudanças já começaram a acontecer nas nossas cabeças. Durante o curso, eu passei a me espelhar nos meus antigos professores da Escola Industrial e naquela responsabilidade que a Escola havia me colocado na cabeça.<sup>1</sup>*

O convite consistia numa estadia de 10 meses na capital paranaense, com bolsa de estudo, para

1 CARVALHO, Antônio Fernandes de. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 09 e 22 out. 2010. 1 gravação digital. Sonoro.

cursar o Magistério em Artes Industriais, ministrado por professores e técnicos brasileiros e norte-americanos contratados pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI).

Dois anos antes, o governo de John Kennedy (Estados Unidos) havia lançado, no contexto da Guerra Fria, um programa de ajuda econômica e técnica para a América Latina. A Aliança para o Progresso constituía um plano de cooperação decenal, orientado ao desenvolvimento econômico, social e político, financiado pela Agência Norte-americana de Desenvolvimento Internacional – USAID.<sup>2</sup>

Delineado na Carta de Punta del Leste, em agosto de 1961, o programa incorporava um Plano Decenal da Educação, implementado, no Brasil, por meio dos Acordos MEC/USAID. A iniciativa da CBAI fora inserida nesse Acordo e visava qualificar professores para atuar na rede pública de todo o país no 1º ciclo do ensino médio, denominado ginásio industrial ou ginásio orientado para o trabalho.

Instituídos no governo de Jânio Quadros, os ginásios industriais foram adotados por seu sucessor João Goulart e mantidos pelos demais governos militares nos anos 60, até meados da década de 70. A medida integrava o esforço de reorientar a educação brasileira para o atendimento das necessidades do sistema produtivo brasileiro, em franca expansão.<sup>3</sup>

Fundamentava-se na crítica ao caráter predominantemente acadêmico ou propedêutico do ensino médio, que não contribuía com a preparação de operários habilitados para os vários ramos da produção, requeridos pela indústria nacional.

Nessa perspectiva, constituindo um ciclo intermediário entre o curso primário e o 2º ciclo do

2 ÁVILA DE MATOS, Eloiza Ap. Silva. O programa Aliança para o Progresso: o discurso civilizador na imprensa e a Educação Profissional no Paraná – Brasil. In: XI Simpósio Internacional Processo Civilizador, Anais, 11, 2008, Buenos Aires. Universidade de Buenos Aires, 2008, p.359-367. Disponível em: < <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais11/artigos/38%20-%20Matos.pdf> > . Acesso em: 26 jan. 2011.

3 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. A Educação nas mensagens presidenciais (1890-1986), v.2. INEP: Brasília, 1987. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001499.pdf> > . Acesso em: 30 jan. 2011.



O ginásio industrial introduziu os idiomas de inglês e francês no currículo escolar. Com isso, a Escola Industrial resolve incentivar o aprendizado com a instalação do Grêmio de Francês, por iniciativa da professora Espedita Medeiros (1962).

ensino médio, o ginásio industrial se caracterizava por uma feição pedagógica orientada para o despertar de vocações, permitindo ao educando o contato com as oficinas de artes e ofícios, mas sem a preocupação de formar artífices. A meta seria despertar e desenvolver as aptidões do estudante a fim de facilitar-lhe as escolhas profissionais futuras, seja pela continuidade dos estudos em nível secundário e superior, seja pela profissionalização técnica e inserção no campo de trabalho.

Em sua organização curricular, o ginásio industrial deveria oferecer, em cada série, um mínimo de três disciplinas obrigatórias, dentre as quais Português, Matemática, Francês ou Inglês, e duas optativas. O tempo de ocupação do aluno poderia variar de 33 a 44 horas semanais, sendo de 6 a 12 dedicadas a atividades práticas em oficinas de Artes Industriais.<sup>4</sup>

No ano seguinte à assinatura do Acordo MEC/USAID, a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte também firmava um convênio com a agência norteamericana para colocar em prática o Programa Cooperativo de Educação, a ser executado entre 1963 e 1965.<sup>5</sup>

4 BRASIL. Decreto nº. 50.492 de 25 de abril de 1961. Complementa a Regulamentação da Lei nº. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, dispondendo sobre a organização e funcionamento de ginásio industrial. Diário Oficial da União: Brasília, 25 abr. 1961, p.3844, coluna 1. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2007.

5 BRITO, Arlete de Jesus. A USAID e o Ensino de Matemática no Rio Grande do Norte. Bolema, Rio Claro (SP), ano 21, n.30, 2008, pp. 1-25. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/1778/1566>>. Acesso em: 29 jan. 2011.

Dentre as atividades planejadas, constavam o desenvolvimento do ensino técnico por meio da construção de ginásios industriais e escolas agrícolas e a seleção de candidatos ao magistério industrial, a fim de participar de treinamento em outros Estados. Dessa forma, além dos egressos encaminhados à Curitiba pela Escola Industrial de Natal, outros ex-alunos foram recrutados pelo órgão estadual.

O curso de Magistério em Artes Industriais tinha como sede o Centro de Pesquisa e Treinamento de Professores para o Ensino Industrial, instalado na Escola Técnica Federal do Paraná, para onde a Comissão Brasileiro-Americana havia se transferido em 1958, com uma vasta biblioteca, maquinários e equipamentos gráficos para produção de material didático, após funcionar 12 anos no edifício do Ministério da Educação, na capital da República.

Atuando de modo articulado com a Diretoria do Ensino Industrial do MEC, a CBAI, que havia se instalado no país desde meados da década de 40, promovia reuniões de diretores das escolas industriais da rede federal e cursos de aperfeiçoamento de professores sobre temas administrativos e pedagógicos.

Numa primeira fase, a CBAI concentrara sua atuação no Rio de Janeiro, embora organizando cursos de férias em diferentes capitais. Até janeiro de 1951, em torno de 50 diretores haviam feito curso e viajado aos Estados Unidos - incluindo Jeremias Pinheiro da Câmara Filho, diretor da Escola Industrial de Natal -, e cerca de 600 professores tinham sido treinados nas áreas de organização e normas do ensino industrial, gestão, legislação, supervisão escolar, didática, orientação e prática de ensino em oficinas.<sup>6</sup>

A partir de 1957, sua atenção se voltara para o Centro de Treinamento de Curitiba, que funcionou até 1965. Os cursos ofertados desde então apresentavam um caráter predominantemente industrial, tendo a eletricidade como a principal novidade. Os primeiros egressos da Escola Industrial de Natal a frequentar o programa foram Alcir Veras da Silva, Isaías Maurício de Carvalho e Barroso Leite de Medeiros, em 1960, José Maria Pinto e Kerginaldo Barbosa, em 1961.<sup>7</sup> O professor de Serralheria, Pedro Martins de Lima, participara do Programa como técnico brasileiro da cooperação

6 CUNHA, Luiz Antônio. FALCÃO, Luciane Quintanilla. Ideologia, política e educação: a CBAI (1946-1962). Disponível em: <[http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-10\\_ideologia\\_politica\\_e\\_educacao\\_falcao\\_e\\_cunha.pdf](http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-10_ideologia_politica_e_educacao_falcao_e_cunha.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2010.

7 ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. Registro de Empregado.

Brasil/Estados Unidos.<sup>8</sup>

No campo editorial, a atuação da Comissão Brasileiro-Americana esteve centrada na publicação do Boletim da CBAI - informativo difusor da ideologia do industrialismo, que atingiu o número de 150 edições entre 1947 e 1961-, e na tradução e produção de 124 livros técnicos e didáticos, sendo 11 de Cultura Geral, 22 de Educação Industrial, 28 de Cultura Técnica e 19 de Didática para Oficinas, além de 44 títulos avulsos.

A defesa pela implementação de mudanças nas políticas educacionais, a orientação educacional e vocacional, a introdução de elementos vocacionais no currículo do ensino secundário e a melhoria e modernização das bibliotecas e técnicas pedagógicas foram temas centrais da política institucional do órgão.

A Comissão Brasileiro-Americana teve influência decisiva também na introdução do método de treinamento TWI (*training within industry*) nas escolas industriais brasileiras, fundamentado nos princípios do taylorismo e adaptado do sistema fabril para o ambiente escolar.

Um exemplo do papel cumprido pela CBAI na difusão dos princípios de racionalização científica entre os professores do ensino industrial brasileiro pode ser constatado nas recomendações feitas pelo técnico norteamericano, Walter Jones, na obra “Problemas de educação industrial”, publicada no Brasil em 1947:

*Saliente perante seus alunos o fato de que na indústria, via de regra, não se tolera falta de ordem e indisciplina [...] Estabeleça limites máximos de tempo para cada tarefa. [...] É tão importante conseguir a frequência dos alunos quanto obter rapidez na produção. [...] O padrão máximo a desejar deve ser tão alto quanto o que a indústria requer. O instrutor deve estar em dia com os requisitos exigidos para o trabalho industrial, para que possa preparar seus alunos segundo os padrões convenientes. [...] Quando for oportuno e hábil, explore a rivalidade e o espírito de competição entre os alunos. Faça com que eles procurem melhorar os seus recordes.*<sup>9</sup>

8 LEMBRANÇA da 1ª Turma de Professores Formados pela CBAI – 1960. (Livro de formatura que relaciona os diretores da CBAI, professores, técnicos e formandos).

9 AMORIM, Mário Lopes. “O máximo rendimento com o mínimo de esforço”. A introdução de métodos racionais na formação de professores das Escolas Técnicas e Industriais através das publicações

Nessa perspectiva de orientação da produção nas oficinas, redução de desperdício de material e de esforço humano, a CBAI incentivava a adoção das Séries Metódicas, que consistiam numa sequência de operações planejadas, das mais simples às mais complexas, a fim de obter o máximo de rendimento e eficiência.

Essas instruções constituíam o principal diferencial dos métodos a serem aplicados pelos professores responsáveis pelas cadeiras de Prática de Oficina nos ginásios e escolas industriais do país a partir daquele momento. E nesse aspecto, os egressos da Escola Industrial de Natal captaram bem a lição.

Antes de receber o convite para integrar a “Turma de Curitiba”, o ex-aluno de Marcenaria (1952-1956), Kerginaldo Barbosa de Oliveira, havia optado por prosseguir seus estudos secundaristas num curso técnico de contabilidade, em função do difícil acesso ao ensino colegial clássico. Também havia trabalhado três anos de almoxarife, num batalhão de construção civil.

*[...] lá em Curitiba foi dado todo um planejamento de Plano-Programa de sequência lógica e aprendizado. Já aqui na Escola não era assim. O professor pegava uma peça e, vamos dizer assim, ensinava a fazer. Ele não tinha uma sequência lógica de aprendizado, dando a parte teórica e a parte prática na hora. A parte tecnológica era dada à parte, sobre ferramenta e tal, mas não era associada ao trabalho. Já o Plano-programa tinha, vamos supor, primeira coisa: aplainar; segunda, riscar, depois serrar, cortar, tinha uma sequência de modo que o aluno fazia a primeira sequência, a segunda, até uma determinada operação, até uma determinada peça, um determinado corte ou um determinado desenho. E o antigo não, era pra fazer e pronto. Ele chegava com o gabarito e riscava, não tinha... a gente não sabia o porquê daquilo.*<sup>10</sup>

A formação adquirida no curso de Magistério em Artes Industriais fora a oportunidade que lhe faltava

da Comissão Brasileiro-americana de Educação Industrial (CBAI). III Congresso Brasileiro de História da Educação, Anais. Curitiba, PUCPR, 7-10 nov. 2004. p.6. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/112.pdf>>. Acesso em: 29/01/2011.

10 OLIVEIRA, Kerginaldo Barbosa de. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 20 jul. 2010. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (38min).

para desenvolver o seu potencial de professor da cadeira de Prática de Oficina. Ao retornar ao Rio Grande do Norte após o final do curso, Kerginaldo não só fora contratado pela Escola Industrial, em substituição ao seu antigo mestre, Evaristo Martins de Souza, que estava se aposentando, como atendera ao convite do governador Aluísio Alves, junto com o colega José Maria Pinto, para dar sequência à implantação de ginásios industriais nos Institutos Kennedy e Padre Monte, em Natal.

Os investimentos aplicados em treinamento de professores representavam apenas uma parte do programa de desenvolvimento do ensino industrial, que constituía um ramo de ensino estratégico para o país desde a política industrialista do Estado Novo.

Nos dois períodos da presidência de Getúlio Vargas, a *Inter-American Education Foundation* e, posteriormente, o *Institute of Inter-American Affairs* haviam representado o aparato oficial da cooperação de assistência técnica entre Brasil e Estados Unidos.<sup>11</sup>

No governo Juscelino Kubistchek (1956-1961), intensifica-se o processo de industrialização do país pautado pelo capital estrangeiro e, paralelamente, a destinação de recursos para os serviços de assistência técnico-pedagógica ao magistério do ramo industrial, aquisição de equipamentos, obras de construção e adequação dos edifícios escolares.

Em suas mensagens anuais dirigidas ao Congresso Nacional na abertura das sessões legislativas, Juscelino manifestava a insatisfação com o crescimento das matrículas nos cursos de grau médio propedêutico, em detrimento da procura pelos ramos de ensino industrial, técnico, agrônomo e comercial.

*[...] o curso secundário atual, acadêmico e verbalista, não cuida de formar o educando, servindo, quando muito, para possibilitar-lhe o acesso às escolas superiores. Ao cabo de longo percurso, os egressos dos colégios, que não logram matrícula nas academias, ficam desajustados e se lançam à aventura de qualquer trabalho de pouco proveito social e limitados horizontes. [...] O próprio programa do Governo, de explorar as riquezas naturais do País, está na dependência, pois, de operários e técnicos bem preparados*

11 CUNHA, Luiz Antônio. FALCÃO, Luciane Quintanilla. Ideologia, política e educação: a CBAI (1946-1962). Disponível em: <[http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-10\\_ideologia\\_politica\\_e\\_educacao\\_falcao\\_e\\_cunha.pdf](http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n7/numero7-10_ideologia_politica_e_educacao_falcao_e_cunha.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2010.

*para manejar os instrumentos e aplicar as técnicas da produção altamente especializada e mecanizada de nossos dias.[...] Nas escolas industriais estão mal equipadas e funcionam algumas em prédios adaptados, impróprios e velhos; as novas construções estão paralisadas ou prosseguem muito lentamente, por falta de recursos orçamentários suficientes. Indispensável é, portanto, que se execute, desde logo, um plano de larga envergadura, no setor do ensino industrial...*<sup>12</sup>

O plano a que o presidente fazia referência dizia respeito ao Projeto de Lei 501/55, que pretendia conferir à Rede Federal de Ensino Industrial uma organização administrativa descentralizada e uma flexibilidade curricular ajustável à realidade da força de trabalho e potencial fabril de cada região.

Prevista, ainda, o PL que as escolas industriais e técnicas pudessem prestar uma assistência direta à indústria por meio de cursos intensivos e de pequena duração para operários, com o propósito de introduzir métodos mais eficientes e corretos na supervisão de serviços, seleção para empregabilidade, relações humanas no trabalho, etc.

A proposta se concretizaria quatro anos mais tarde, com a publicação da Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ano do cinquentenário das instituições da Rede Federal de Ensino Profissional, que foram apresentadas com personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira.<sup>13</sup>

Em sua última mensagem de governo, Juscelino Kubistchek acentuava que os recursos orçamentários globais aplicados ao ensino industrial teriam ascendido de 143 milhões de cruzeiros, em 1955, a cerca de 1.1 bilhão, em 1959. Neste último ano, por intermédio da CBAI, haviam sido empregados 58 mil dólares em escolas técnicas de quatro estados da federação.<sup>14</sup>

12 KUBISTCHEK, Juscelino. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, na abertura da sessão legislativa em 1956. In: MEC/INEP. A Educação nas mensagens presidenciais (1890-1986), v.II. INEP: Brasília, 1987. p.258-259. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001499.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

13 BRASIL. Lei nº. 3.552 de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 17 fev. 1959, p.3009, coluna 1. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 23 jan. 2008.

14 KUBISTCHEK, Juscelino. Mensagem apresentada ao

Ao longo do quadriênio, afirmava ele, teriam tido prosseguimento os trabalhos de construção e ampliação das novas sedes das Escolas de São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Curitiba, Florianópolis, Pelotas, Cuiabá, Salvador, Maceió e Teresina.<sup>15</sup>

Uma das maiores repercussões da Lei 3.552/59 dizia respeito à instalação de um colegiado superior, formado por representantes da comunidade externa, que ficaria responsável pela administração do estabelecimento escolar, cabendo ao diretor uma função estritamente executiva.

O debate em torno dessa mudança geraria uma mobilização por parte dos funcionários estáveis da Rede, que discordavam do novo mecanismo de contratação de pessoal, a ser nomeado pelo colegiado, por prazo não superior a três anos, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em carta dirigida às escolas congêneres, os funcionários da Escola Industrial de Aracaju, ao mesmo tempo em que reconheciam a necessidade da reforma, a fim de adaptar o ensino industrial ao desenvolvimento das indústrias, convocavam os colegas a tentar mudar alguns dispositivos do projeto por meio da bancada parlamentar dos seus Estados.

*Causou-nos desagradabilíssima surpresa a notícia de que o Projeto 501/55, após haver transitado na Câmara dos Deputados, onde não sofrera emendas, encontra-se no Senado para receber igual apoio dos Srs. Parlamentares daquela Casa do Congresso. Não desconhecemos a ameaça aos nossos direitos que é o referido Projeto, de vez que, apesar de funcionários públicos civis da União, ficaremos subordinados a um Conselho constituído de elementos estranhos ao ensino industrial, como se até aqui, nós dedicados servidores, não viéssemos correspondendo à alta finalidade de nossas Escolas. Tamanho atentado à nossa reputabilidade funcional e aos nossos direitos feridos não pode ficar sem um grito de protesto e de apelo aos Srs. Representantes do Povo. Resolvemos, por isso, e já enviamos aos Srs. Senadores por nosso Estado e o mesmo faremos aos Srs.*

Congresso Nacional pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, na abertura da sessão legislativa em 1960. In: MEC/INEP. A Educação nas mensagens presidenciais (1890-1986), v.II. INEP: Brasília, 1987. p.258-259. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001499.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

15 Idem.



Instalação do Conselho de Representantes da Escola Industrial de Natal, em 1962. Presença de membros do Conselho de Professores.



Oficinas de Artes Industriais – Madeira e Artes Gráficas. Professores Maria Alves de Lourdes e Pedro Bandeira de Moura. 1967

*Deputados, as emendas aos respectivos artigos nos termos da cópia junta, esperando idêntica atitude da parte dos prezados colegas.*<sup>16</sup>

A composição do Conselho de Representantes das escolas técnicas e industriais constituía uma das principais preocupações dos funcionários, que defendiam a presença de três docentes da escola

<sup>16</sup> FUNCIONÁRIOS da Escola Industrial de Aracaju. Carta aos Servidores da Rede Federal de Ensino Profissional. Aracaju, [1955-58?].

entre os seis membros da comunidade, propostos pelo governo.

*Esse Conselho Regional, se constituído de elementos estranhos à metodologia do ensino profissional, poderá influenciar para o desvio da finalidade a que se propõem as Escolas, quer por se não achar familiarizado com o mecanismo de um estabelecimento que requer uma dupla assistência, técnica e cultural, quer pela tendência regionalíssima de servir às injunções político-partidárias.*<sup>17</sup>

Na versão final da lei, admitia-se a presença de apenas um representante eleito entre os professores do estabelecimento escolar, que se somava a um educador externo ao quadro de pessoal da escola, ao menos dois industriais e, sempre que possível, um profissional do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), um professor de Escola de Engenharia ou técnico de educação dos quadros do MEC.

Para assessorar a instituição escolar no âmbito didático-pedagógico, a legislação determinava a criação de um Conselho de Professores, de caráter consultivo e deliberativo, eleito entre seus pares, presidido pelo diretor-executivo e formado por, no máximo, seis professores de Cultura Geral, 10 das cadeiras de Prática de Oficina dos cursos industriais, e 20 de disciplinas específicas dos cursos técnicos, podendo admitir a presença, em suas sessões, de um membro do corpo discente, maior de 18 anos.<sup>18</sup>

A conclusão das obras da nova Escola Industrial de Natal, iniciadas no final da década de 40, bem como a ampliação de suas vagas e cursos, constituíam as principais metas fixadas por seu Conselho de Representantes, empossado no dia 15 de fevereiro de 1961, na gestão do professor Pedro Pinheiro de Souza, sob a presidência do empresário Luiz Carlos Abbott Galvão.<sup>19</sup>

Contratado como assessor técnico do referido Conselho, o advogado, e, mais tarde, proprietário da Gráfica RN Econômico, Marcelo Fernandes, filho do primeiro diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Natal, convivera cerca de três anos com o empresário:

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> BRASIL. Lei nº. 3.552 de 16 de fevereiro de 1959.

<sup>19</sup> CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ETRN. Relatório da Administração de Luiz Carlos Abbott Galvão como presidente do Conselho de Representantes da ETRN – 1961/1974. Natal, 18 out. 1974.

*Luiz Carlos era membro de uma família tradicional muito conhecida no Rio Grande do Norte. Ele tinha um irmão diplomata, Fernando Abbott Galvão [...], era irmão do meu grande amigo, Solón Abbott Galvão, professor dos mais ilustres na área de odontologia, [...] um outro irmão também professor de odontologia, Clemente Galvão, e Frederico Abbott Galvão, que foi deputado federal e secretário de Estado nos anos 60, 70. Então, Luiz Carlos vem daí. Empresário bem sucedido, dono da maior serralheria que eu conheci em Natal, do Rip Driver, de atendimento de lanches, num estilo avançado, e do bar O Casarão. [...] Era uma figura de vanguarda, sempre voltado para os negócios diferentes, os negócios novos, preocupado com o êxito dos seus negócios. Tão interessado quanto foi à frente do Conselho da Escola Industrial.*<sup>20</sup>

Coordenada pelo novo diretor executivo, Irineu Martins de Lima, a comissão composta por ele, Rivaldo Pinheiro e Pedro Martins de Lima elaboraria o Regimento Interno da instituição, providência das mais importantes tomadas em 1961 ao lado da nomeação do primeiro Conselho de Professores da Escola Industrial de Natal: Joaquim Inocêncio Ferreira Filho, Pedro Martins de Lima, José Augusto da Silva e José Vasconcelos de Góes, representantes das disciplinas de Cultura Técnica; Rivaldo Pinheiro, Lourdes Guilherme e José Bonifácio, de Cultura Geral.<sup>21</sup>

Na reunião do referido Conselho, realizada em 10 de julho de 1962, o assunto em pauta era a notícia anunciada pelo diretor do Ensino Industrial, Armando Hildebrand, sobre o aumento considerável de escolas do gênero a serem criadas em todo o país com a instalação dos ginásios industriais. No próprio Rio Grande do Norte já haviam sido criados os ginásios de Ceará-Mirim, Currais Novos e Pau dos Ferros. O professor Irineu Martins afirmava, ainda, que a Escola Industrial de Natal poderia manter, no futuro, dentro de uns cinco anos, cursos profissionais voltados para formação de técnicos.

Suas previsões, contudo, pareciam ter sido antecipadas pelas circunstâncias. A discussão sobre o desenvolvimento do ensino industrial estivera

---

20 OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Sobre o Conselho de Representantes da Escola Industrial de Natal e a administração de Luiz Carlos Abbott Galvão. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 24 ago. 1910. 1 gravação digital audiovisual em miniv. (29min).

21 SOUZA, Pedro Pinheiro de. Portaria nº. 53-Dr-EIN. Natal, 10 nov. 1961

muito efervescente no segundo semestre daquele ano, sobretudo, por ocasião do 1º Encontro de Professores de Ensino Industrial de Natal, organizado pela Coordenadora de Ensino, professora Lourdes Guilherme, com participação de representantes das escolas do Nordeste, e do 1º Seminário de Politização do Estudante Secundarista, eventos sediados pelo estabelecimento escolar.

Aproveitando a passagem dos 53 anos de fundação das Escolas Industriais e técnicas, a direção da Escola Industrial de Natal oferecera um jantar à imprensa local, ocasião que se fizera propícia ao anúncio das iminentes mudanças.

*A Escola atualmente tornou-se muito mais conhecida. Achamos que nessa reunião (com a imprensa) houve oportunidade para que todos conhecessem as transformações pelas quais passou a nossa Escola no sentido de atingir a finalidade a que se destina. O aluno passará a desfrutar de maior conceito na sociedade porque estuda numa Escola bem aparelhada no setor técnico e que dispõe de um corpo docente especializado. [...] No próximo ano a fluência vai ser maior [...]. Teremos possibilidade de atender o maior número possível de alunos e para isto havemos de encontrar solução. A Escola não poderá funcionar no novo prédio no ano que se avizinha, ainda que tenhamos verba, em virtude da multiplicidade de trabalhos que impedem a conclusão da mesma dentro de pouco tempo. Devemos criar o curso técnico estudando as normas de possibilidade.*<sup>22</sup>

Intensificam-se, a partir daquele instante, as viagens do diretor e do presidente do Conselho de Representantes a Brasília e ao Rio de Janeiro em busca de verbas e orientações. Em audiência com Armando Hildebrand, eles foram avisados de que estaria havendo estudos para um convênio com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), recém-criada, que possibilitaria maiores recursos para a construção da nova Escola. A maior dificuldade, segundo Irineu Martins, seria encontrar professores para cursos especializados.

“Com referência aos cursos técnicos procuramos ver como deverão funcionar. Não há dificuldade [...]. Deve-se visar mercado de trabalho. Teremos que fazer estudos, levantamentos e depois apresentá-lo para a devida aprovação”, disse Irineu na reunião do

---

22 CONSELHO DE PROFESSORES DA ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. Ata de reunião. Natal, 20 set. 1962. p.20.

Conselho de Professores. “Precisamos saber quais os cursos que devemos criar, dispensando os que exigirem um equipamento muito oneroso por falta de verba e de espaço”, completou.<sup>23</sup>

O Plano Trienal de Educação do governo João Goulart (1963-65) previa utilizar melhor os recursos ociosos, diversificar as modalidades de ensino e ampliar as matrículas da rede nacional de escolas técnicas e industriais, que não alcançavam 30 mil alunos, apesar de representar o mais alto custo anual por aluno do ensino brasileiro.<sup>24</sup>

Para isso, deveria ser executado um plano que proporcionasse cursos técnicos para graduados em ginásios comuns e cursos vespertinos e noturnos de capacitação profissional para pessoal da indústria, sem exigência de formação acadêmica, entre outras iniciativas.

Criado dois anos antes, o Grupo de Expansão do Ensino Industrial (GEEI), mantinha, entre suas atribuições, a impressão e distribuição de recursos didáticos, entretanto, suas finalidades apontavam para a elaboração de planos de expansão dessa modalidade de ensino.<sup>25</sup>

A tarefa incluía desde reformas e construção de prédios e oficinas escolares, à orientação e assistência às escolas técnicas, industriais e aos ginásios industriais, mantidos por Estados e municípios, bem como a integração desses sistemas por meio de convênios de cooperação.

O Plano Trienal parecia enfatizar, entretanto, a implantação de uma rede nacional de 600 ginásios industriais e 230 colégios modernos, distribuídos, prioritariamente, entre os 1.500 municípios brasileiros que não contassem com qualquer estabelecimento escolar de nível médio.

Resulta, provavelmente, desse investimento, a diminuição das dotações orçamentárias às escolas técnicas e industriais, na parte não referente ao pessoal, naquele início da década de 60, forçando, no caso da Escola Industrial de Natal, a sacrificar a verba destinada à alimentação dos alunos.

---

23 CONSELHO DE PROFESSORES DA ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. Ata de reunião. Natal, 07 nov. 1962. p.25.

24 GOULART, João. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, João Goulart, na abertura da sessão legislativa. 1963. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. A EDUCAÇÃO nas mensagens presidenciais (1890-1986). Brasília, INEP, 1987. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001499.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

25 BRASIL. Decreto nº. 50.809 de 17 de junho de 1961. Cria no Ministério da Educação e Cultura o Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 17 jun. 1961, p.5458, coluna 2. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

A despeito do corte de verbas, o ano letivo de 1963 ficaria marcado pela instalação de seus primeiros cursos técnicos: Estradas e Mineração, que funcionavam de segunda a sexta, das 18h às 22h, e aos sábados, pela manhã, com as aulas práticas.<sup>26</sup>

Seu quadro docente era composto por seis professores de Cultura Geral e três de Cultura Técnica. A farmacêutica-bioquímica, Joana D'arc Barreto de Andrade ministrava Ciências; para a disciplina de Português, fora contratado o bacharel em Direito, licenciado em português e francês, com especialização em Literatura Francesa pela Sorbonne/Paris, Francisco das Chagas Pereira; para Matemática, o contador René Correia da Silva; História, o educador e Secretário Municipal de Educação do governo Djalma Maranhão, Moacyr de Góes; Inglês, Ruy Xavier Bezerra, advogado, com diploma de proficiência pela Universidade de Michigan/Estados Unidos; Química, Aleixo Prates; Desenho, Pedro Pinheiro de Souza; Geologia, Otávio Santiago e Topografia, o primeiro diretor e professor da Escola de Engenharia de Natal, engenheiro civil Fernando Cysneiros.<sup>27</sup>

Enquanto transcorriam as aulas, a diretoria executiva e o Conselho de Representantes tentavam solucionar o problema financeiro que cada dia mais se agravava com o corte de gratificações e a suspensão do almoço dos alunos da 1ª série. “Está havendo entre os alunos um pouco de falta de compreensão”, ressentia-se o diretor, explicando que o fato ia de encontro ao grande sacrifício dos professores. “Talvez seja por efeito do suprimento que houve este ano em todos os setores e que atingiu em cheio os alunos, que estavam habituados a ter de tudo e viram-se de repente com quase nada materialmente”.<sup>28</sup>

A medida repetia-se no ano seguinte, justificada por um movimento iniciado no sul do país que defendia que as escolas industriais deveriam deixar de ser restaurante para ser escolas. Em Natal, a solução encontrada para o problema foi estabelecer o funcionamento dos cursos industriais em apenas um turno, restringindo as despesas apenas ao lanche.

Na contramão da restrição orçamentária, as matrículas da Escola Industrial de Natal elevaram-se a 574 alunos, em 1964, com 488 estudantes matriculados nos cursos industriais e 86 nos cursos técnicos. O problema da falta de espaço fora contornado suprimindo-se o Salão de Honra, o salão de recreação e parte do refeitório.<sup>29</sup>

---

26 CONSELHO DE PROFESSORES DA ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. Ata de reunião. Natal, 05 dez. 1962.

27 \_\_\_\_\_. Ata de reunião. Natal, 23 abr. 1963.

28 \_\_\_\_\_. Ata de reunião. Natal, 04 mar. e 30 jun. 1964..

29 \_\_\_\_\_. Ata de reunião. Natal, 04 mar. 1964.

A grande novidade daquele ano letivo, além da posse do novo diretor, Pedro Martins de Lima, fora a instalação das oficinas de Artes Industriais, com a contratação de professores recém-formados pelo Centro de Treinamento da CBAI: Nivaldo, Welton, Bernardino, Antônio Fernandes, Paulo Xavier, Vicente, Venâncio, Ailton e Francisco Fernandes.<sup>30</sup>

Para Nivaldo Calixto Torres, a oportunidade que lhe confiara o professor Pedro Martins fizera toda a diferença em sua vida pessoal e profissional. Sua contratação lhe garantiria montar uma estrutura para trazer sua família do interior para Natal e educar seus irmãos.

*Pedro Martins me informou que eu iria cuidar da estruturação do curso de Eletricidade. Para tanto, me levou a uma sala que era da antiga oficina de Alfaiataria, onde só existiam máquinas de costura. Então, me disse: “você é que vai construir”. Tinha um colega, Welton Correia, que havia feito um curso de eletricidade na Paraíba e tinha certa experiência em telefonia. Então, eu pude contar com ele. Aí eu comecei a fazer prancheta, material didático, tudo na marcenaria, tudo começou na marcenaria. Foi assim que mais tarde surgiu o curso técnico de Eletrotécnica, inicialmente, como curso básico no ginásio industrial. Eu fui, então, seu primeiro professor, e Sebastião Názaro, que era do transmissor da Rádio Poti, o segundo, atuando na parte de eletrônica.<sup>31</sup>*

Com o retorno do curso de Magistério em Artes Industriais, a “Turma de Curitiba” recebera a incumbência de estruturar os novos laboratórios da Escola. Nessa época, os cursos de Alfaiataria e Artes do Couro já haviam sido extintos, permanecendo apenas o ginásio industrial em Marcenaria e Mecânica de Máquinas.

Ao longo da década de 60, pelo menos 22 professores formados no curso de Magistério da CBAI, em Curitiba, lecionariam Artes Industriais na Escola Industrial de Natal, cujo programa curricular, aprovado pelo Conselho de Professores, em 1968, incluía atividades com cerâmica, artes gráficas, madeira, eletricidade, metal e desenho, desenvolvidas nas oficinas de Eletricidade, Marcenaria e Mecânica de Máquinas.<sup>32</sup>

30 \_\_\_\_\_. Ata de reunião. Natal, 04 mar. e 30 jun. 1964.

31 TORRES, Nivaldo Calixto. Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte: trajetória do ex-aluno e servidor. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros, Natal, 05 ago. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (30min).

32 CONSELHO DE PROFESSORES DA ESCOLA INDUSTRIAL

Diferente da trajetória escolar do grupo, constituído por egressos da própria instituição, Maria Alves de Lourdes, contratada em 1967, procedia da Escola Normal de Mossoró, onde recebera o convite da Secretaria Estadual de Educação para fazer o curso de Artes Industriais, no Estado de São Paulo, em 1958.

De volta a Natal, iniciara sua atividade docente na Escola Estadual Isabel Gondim, na Ribeira, assessorando, posteriormente, a Escola Estadual Manoel Vilaça e o Instituto Padre Monte, e ministrando cursos para professores que não tinham essa formação.

A oportunidade de integrar o quadro docente de Artes Industriais da então Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIFRN)<sup>33</sup> surgira aos 30 anos de idade, ao participar de um concurso no qual também foram aprovados os professores Aécio Flávio, Pedro Bandeira, Sebastião Názaro e Luiz Tomaz de Aquino.

*Quando eu cheguei para me inscrever foi aquela surpresa, porque até então não existia mulheres ensinando nas oficinas. Foram logo me dizendo: no processo de seleção terá aula de eletricidade, madeira, vão lhe apertar, pois terá que ensinar estes conteúdos. [...] O concurso constou de uma prova escrita e prova de desempenho. Na minha prova prática o tema sorteado foi eletricidade, fazer uma instalação monofásica [...]. Era necessário fazer o desenho mostrando as fases da instalação monofásica, como iria usá-la, como seria a sua instalação... Quanto ao conteúdo sobre madeira, desenhar uma peça. Fui aprovada. Neste concurso, fui a única mulher a participar. Foi assim que eu cheguei a esta Escola.<sup>34</sup>*

FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Deliberação n.º 13/68– CP/EIFRN. Natal, 18 abr. 1968.

33 BRASIL. Lei n.º. 4.759 de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 24 ago. 1965, p.8554, coluna 2. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 07 jan. 2009.

34 LOURDES, Maria Alves de. Sobre as oficinas de Artes Industriais da Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 19 mar. 2010. 1 gravação digital. Sonoro.



*A transferência da Escola para as novas instalações no bairro do Tirol, em 1967, representou um marco no processo de expansão dos cursos técnicos, da ampliação das matrículas e do crescimento da estrutura física e de pessoal da Instituição. [1971?]*

# A tradição do novo

## De Escola Industrial à Escola Técnica Federal

Aquele fora um longo dia festivo para a comunidade escolar e seu entorno. Às seis da manhã, o toque da alvorada e uma salva de 60 tiros anunciaram o que viria a ser o ponto culminante das festividades do Jubileu de Diamante da instituição.

Depois da missa campal celebrada pelo Arcebispo Metropolitano, Dom Nivaldo Monte, o plantio de uma árvore simbólica, um café festivo e uma Corrida de Pedestrianismo, a recepção oferecida às 8 da noite coroaria as comemorações iniciadas uma semana antes.

A presença da “velha guarda” conferia o peso da tradição: a primeira professora do curso primário, Maria do Carmo Torres Navarro, o mais antigo mestre de oficinas, Evaristo Martins de Souza e um dos primeiros concluintes, Antônio Fagundes da Rocha Neto.

O comparecimento em peso das autoridades civis, militares e religiosas, dos representantes das classes empresariais e dos estabelecimentos de ensino médio e superior, atestava o prestígio alcançado pela escola, que, a partir daquele momento, se consolidaria na nova sede, inaugurada há dois anos, no bairro de Morro Branco.

*Se em algum momento for sentida a transmissão de grandiosidade, isto se deverá apenas ao fato de querermos fazer um relato honesto, sincero, e que as palavras usadas foram as únicas que puderam dar o verdadeiro sentido do que vem acontecendo com a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. [...] Estamos reunidos nesta data, movidos pela energia crescente e sempre renovada, transmitida através de 60 anos de intenso desenvolvimento da ETRN. Aprendemos a identificá-la como um dos orgulhos deste Estado. Asseguramos-lhe uma invejável posição entre suas similares da rede federal do ensino técnico, como consequência de fervorosa devoção de abnegados homens públicos. E lhe confiamos a difícil tarefa de abrir os horizontes para a era tecnológica que ora presenciamos.<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> ETRN. Discurso proferido pelo presidente do Conselho de Representantes, industrial Luiz Carlos Abbott Galvão. Boletim Informativo Comemorativo do 60º Aniversário da ETRN, Natal, 23 set. 1969, p.7.

Assim iniciava o discurso proferido por Luiz Carlos Abbott Galvão, que presidira o Conselho de Representantes da ETRN, de 15 de fevereiro de 1961 a 18 de outubro de 1974, e que traçara, dentre suas principais metas, a conclusão das obras das novas instalações da Escola Industrial de Natal.<sup>2</sup>

Sua vocação apontava para o empreendedorismo, mas segundo sua esposa, dona Dinah Martins Galvão<sup>3</sup>, Luiz Carlos queria mesmo era ser engenheiro. Membro de uma família de cinco irmãos, um deles assumira a carreira de diplomata, o outro se dedicara aos cargos políticos e os outros dois seguiriam a profissão de dentista, herdada do pai.

Motivações de ordem familiar e circunstancial o conduziram a atuar na iniciativa privada, uma opção para a qual, decerto, muito contribuíra a formação técnica em contabilidade adquirida no ensino secundário, cursado no Colégio Imaculada Conceição.

Na adolescência, prestara serviços aos americanos, no tempo da Segunda Guerra. Mais tarde, empregara-se no Banco do Povo, optando, em seguida, por montar seu próprio negócio: um laboratório de venda de próteses dentárias. Com a experiência adquirida no ramo comercial, decidira fundar a maior e mais promissora fábrica de móveis e esquadrias de Natal daquela época, a Cotilda.

Já estabelecido no ramo industrial, ingressara no setor de serviços, nos segmentos restaurante-bar e panificação, criando espaços de lazer e sociabilidade até então inéditos em Natal, como um serviço de drive-in e um ambiente com música ao vivo.

Foi no decorrer da fase industrial da trajetória profissional de Luiz Carlos que seu caminho se cruzara com o da Escola Industrial de Natal. Aos 35 anos, um colegiado formado pelo empresário Messias Dionísio dos Santos, pelos engenheiros Antônio Ramos Tejo e Milton Dantas de Medeiros,

<sup>2</sup> CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ETRN. Relatório da Administração de Luiz Carlos Abbott Galvão como presidente do Conselho de Representantes da ETRN – 1961/1974. Natal, 18 out. 1974.

<sup>3</sup> GALVÃO, Dinah Martins.. Sobre a atuação do empresário Luiz Carlos Abbott Galvão à frente do Conselho de Representantes da ETRN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros e Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, mar. 2011. 1 gravação digital. Sonoro. (17min).

pelo professor Alvamar Furtado de Mendonça e pelo educador, Dom Nivaldo Monte, o elegera para presidir o Conselho de Representantes da Escola Industrial, instituído por força de lei no Governo Juscelino Kubistchek, sem ônus para os cofres públicos.

*Conquanto já fosse o ensino técnico profissional uma expressiva realidade no Brasil encontrei esta Escola ainda mal acomodada em suas modestas instalações da Avenida Rio Branco, contida por estes e outros fatores apenas no ciclo ginasial do ensino secundário, com uma matrícula limitada a 181 alunos, aos quais nela se ministravam tão somente elementares habilitações profissionais não condizentes com as necessidades do mercado de trabalho de nossa terra e que, por isso, frustravam vocações que não se podiam revelar. Enquanto isso, uma gigantesca estrutura de cimento, armada para a construção da nova sede, e na velha sede, uma ponderável estrutura ociosa, atestavam o atraso em que esta casa se mantinha em face das suas congêneres.*<sup>4</sup>

Quando de sua posse na presidência do Conselho, a Escola estava sob a direção do professor da disciplina de Desenho, Pedro Pinheiro de Souza. No ano seguinte, o Conselho passa a diretoria executiva às mãos do bacharel em Direito e orientador educacional, professor Irineu Martins de Lima, que, pouco tempo depois, é nomeado, pelo Ministério da Educação, interventor na Escola Industrial de João Pessoa.

Durante seus afastamentos, seu irmão Pedro Martins de Lima assumia a direção interina da unidade, efetivando-se de vez na função em junho de 1964, com a transferência definitiva de Irineu para Brasília, designado para o cargo de Supervisor das Escolas Industriais da Rede Federal, por indicação de Jeremias Pinheiro da Câmara Filho, que ocupava a pasta há mais de dois anos.

A despeito da curta convivência com Luiz Carlos à frente da administração da Escola Industrial de Natal, Irineu Martins fixara sobre ele uma forte impressão:

*Ele tinha uma visão industrial muito ampla, que procurava aplicar na escola. Por isso, a*

4 CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ETRN, 1974, p. 2.

*escola cresceu muito, porque muitas vezes ele não obedecia rigorosamente às orientações do Ministério, dizendo que aquilo não dava certo. Fazia, tinha coragem. Depois ia lá em Brasília e confirmava aquilo que ele estava querendo. [...] Ele não se prendia àqueles entraves da legislação, não concordava com aquilo, achava que tinha que crescer e tal. Então isso fazia com que a escola deslançasse. E os diretores geralmente estavam de acordo com ele, principalmente, porque era ele que nomeava, que contratava... [...] Tudo que tinha de novo ele procurava levar pra escola... queria que a escola fosse atuante, participante.*<sup>5</sup>

É preciso lembrar que a legislação que instituía o Conselho de Representantes nas escolas da Rede Federal de Ensino Industrial também lhes abria amplas perspectivas de atuação mediante a autonomia didática, financeira e administrativa.<sup>6</sup> Além disso, o país vivenciava uma política de nacional-desenvolvimentismo, na qual o ramo do ensino industrial assumira importância estratégica, orientando-se no sentido da ampliação da capacidade de atendimento das escolas da rede e da qualificação profissional de mão de obra para as atividades produtivas do país.<sup>7</sup>

Ante às mudanças que se evidenciavam, a Escola Industrial de Natal vivenciaria, sob a tutela do Conselho de Representantes, “todo um processo de adaptação física e humana de sua estrutura na perspectiva da transformação de uma tradicional mentalidade de serviço público para uma dinâmica atividade empresarial”, como atestara a pessoa do seu presidente:

*Durante quatro anos estivemos debruçados sobre o problema de transformar uma estrutura devassada em um novo organismo capaz de acompanhar e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da nação brasileira. Analisamos acuradamente o instrumento legal que nos confiara a ingente tarefa. Pesquisamos os recursos humanos*

5 LIMA, Irineu Martins de. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Aracaju, jun. 2006. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (54min).

6 BRASIL. Lei. nº. 3.552 de 16 de fevereiro de 1959.

7 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. A Educação nas mensagens presidenciais (1890-1986), v.2. INEP: Brasília, 1987. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001499.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

*de que dispúnhamos. Identificamo-nos com as carências de espaço vital para que a instituição pudesse crescer e evoluir, segundo a demanda crescente registrada nos anos subsequentes à nossa posse.*<sup>8</sup>

Concluído tal diagnóstico, a 2 de abril de 1965, Luiz Carlos Abbott Galvão, acompanhado do diretor da Escola, Pedro Martins de Lima e do conselheiro Osório Bezerra Dantas, é recebido pelo presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, na primeira das três audiências que tivera com o chefe do Executivo.

“Foi um momento de muita expectativa para todos nós e de muita coragem dele. O clima no país era de medo, de indecisões. O novo governo militar, ditatorial, mas nem isso amedrontou Luiz Carlos”, lembra dona Enilda de Sá Leitão, que fora contratada em março de 1964 para secretariar a diretoria executiva da Instituição.

*Monsenhor Walfredo era o governador, coitado, de saudosa memória. Sofreu, ele pressionando a oportunidade dessa visita. Eu acho que até Monsenhor Walfredo teve receio de tentar obter essa audiência. Mas conseguiu, e ele (Castelo Branco) acreditou em Luiz Carlos e prometeu recursos. Estes recursos foram concedidos com muita dignidade, ele não falhou em nada que prometeu.*<sup>9</sup>

Enquanto isso, uma readequação feita nos ambientes do prédio da Avenida Rio Branco permitira que a escola pudesse aderir ao Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial (PIPMO)<sup>10</sup>, lançado pelo Governo João Goulart, dois anos antes.

Com essa medida, a Instituição alcançava, em 1965, a matrícula de 898 alunos, 222 dos quais treinados com recursos do PIPMO em cursos de curta duração nas mais diversas áreas: tornearia mecânica, instalações elétricas e hidráulicas, reparo

8 EFRN, 1969, p.10.

9 BRITO, Maria Enilda de Sá Leitão. Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte: trajetória da servidora. Entrevistador: Arlene Lucena de Medeiros. Natal, 2003. 1 gravação digital audiovisual em miniv. (20min).

10 BRASIL. Decreto nº. 53.324 de 18 de dezembro de 1963. Aprova o Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra Industrial e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 dez. 1963, p.10757, coluna 2. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.



Monsenhor Walfredo Gurgel, governador do RN, em visita às obras da Escola Industrial, 1966



Audiência de Luiz Carlos Abbott Galvão com o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, 1966

de aparelhos eletroeletrônicos, soldador, eletricista, etc.<sup>11</sup>

Entretanto, as responsabilidades que se somavam impediam, cada vez mais, que a solução para o crescimento da demanda residisse na ampliação ou adaptação do antigo prédio. Tornara-se imperiosa a conclusão da nova sede, situada numa área de 90 mil m<sup>2</sup>, desapropriada pelo governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra, em 1947, ao custo de 810 mil cruzeiros<sup>12</sup>, recursos oriundos do Programa de Desenvolvimento do Ensino Industrial.

O novo edifício fora projetado por técnicos do Ministério em 1949, com capacidade para 600 alunos, e as obras tiveram início em dezembro do mesmo ano.<sup>13</sup>

“Existia a estrutura de concreto aqui do prédio, mas estava parada a construção. Não andava, já muita coisa deteriorada e aí o presidente do Conselho conseguiu recursos pra refazer o projeto. Não aquele projeto original, que tinha vindo do Rio de Janeiro, do MEC”, explica o professor Severino do Ramo de Brito, economista, que fora incumbido por Luiz Carlos de gerenciar a nova construção.<sup>14</sup>

Instalava-se, assim, em novembro de 1965, sob o regime de administração direta, o Escritório Técnico-Administrativo, responsável pela contratação da Construtora Joaquim Victor de Holanda & Cia e da PLANARC Arquitetos Associados, comandada por Dirceu Victor de Holanda e João Maurício de Miranda, que relata:

*Seu Joaquim Victor veio pra Natal trazido por Gentil Ferreira, em 1937, pra construção do Grande Hotel, ali na Ribeira. Então essa construção da escola tinha sido iniciada por ele, mas estava abandonada há não sei quantos anos. Então Luiz Carlos convidou a PLANARC pra adaptar a escola daquela*

11 CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ETEFRN. Quadro do Movimento Geral de Matrículas 1943-1974. In: \_\_\_\_\_. Relatório da Administração de Luiz Carlos Abbott Galvão como presidente do Conselho de Representantes da ETEFRN – 1961/1974. Natal, 18 out. 1974.

12 3º OFÍCIO DE NOTAS. Certidão da Escritura. Natal, 20 out. 1948.

13 GURGEL, Rita Diana de Freitas. A Escola de Aprendizizes Artífices de Natal: República, Educação e Trabalho (1909-1942). Tese (Doutorado em Educação – UFRN). Natal, 2007.

14 BRITO, Severino do Ramo de. Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – trajetória do ex-aluno e servidor. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 2008. 1 gravação digital audiovisual em miniv. (48 min).

*época, lembra João Maurício. Ele esboçou um programa, dizendo o que queria e nós acrescentamos a isso a área esportiva, que é o campo de futebol com arquibancadas, e o centro médico. Aquele estacionamento na frente foi projeto nosso, aquelas árvores foi projeto de paisagismo da PLANARC, o pórtico principal de entrada e a saída lateral.*<sup>15</sup>

O professor de Geometria Descritiva da escola,



Armando Hildebrand (MEC/DEI) em discurso de inauguração da nova Escola Industrial de Natal, 1967

Luciano Rocha Coelho, à época, contratado pela PLANARC para fazer o projeto das instalações elétricas e hidráulicas do edifício, conta que Luiz Carlos, numa estratégia por obter um respaldo maior, assegurara ao presidente Castelo Branco que inauguraria a nova escola ainda no seu mandato. “Aí foi montada uma equipe com uma missão quase impossível”, recorda-se o engenheiro.

Segundo ele, o que havia era a estrutura de concreto armado, sem qualquer fechamento de alvenaria. E tanto o Conselho de Representantes, quanto a equipe do Escritório Técnico, tiveram que enfrentar dois desafios: a retirada de posseiros da área e a adaptação do projeto arquitetônico às determinações do Ministério.

“O terreno era plano. Aí os dirigentes da escola disseram ao MEC que o projeto dos arquitetos do Ministério não se adaptava ao terreno. A resposta foi absurda: adaptem o terreno ao projeto. Aí fizeram...”

15 MIRANDA, João Maurício de. Sobre a construção da nova Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 2009. 1 gravação digital. Sonoro. (29min).

aterraram a outra parte”, testemunhara Luciano, que seis anos depois, receberia a incumbência de dirigir o estabelecimento escolar.<sup>16</sup>

O fato é que, no dia 11 de março de 1967, a nova Escola Industrial foraz inaugurada com a presença do diretor do Ensino Industrial do MEC, Armando Hildebrand, que proferira a aula inaugural, do Supervisor da Rede Federal, Irineu Martins de Lima, autoridades locais e regionais. A programação inaugural duraria uma semana e incluiria a abertura das instalações aos visitantes, exposição de trabalhos dos alunos, desfile alegórico da antiga à nova sede e transmissão de palestras radiofônicas sobre ensino industrial.<sup>17</sup>

Contando com uma área coberta de 8.360 m<sup>2</sup>, o edifício compreendia um bloco principal com 22 salas de aula, duas salas de desenho, auditório para 140 alunos, biblioteca, cozinha, refeitório, cantina, salas de administração e oficinas de Mecânica, Marcenaria e Artes Industriais.

Na parte de infraestrutura, uma rede de alta tensão com 13.600 volts, 810 metros de rede de esgoto, um poço e um reservatório de água com capacidade para 186 mil litros, uma rede telefônica interna, compreendendo uma central com 67 aparelhos e um sistema de sonorização ambiente instalado nas dependências da administração complementavam a logística do edifício.<sup>18</sup>

Por ser distante 4,2 km da antiga sede, a transferência causara um certo clamor entre os funcionários, que em sua maioria residia nas imediações do prédio da Avenida Rio Branco. Dona Petronila, por exemplo, morava no Baldo, próximo à Praça Tamandaré. Seu trajeto a pé para o trabalho levava menos de um quilômetro.

*Na época, minha mãe era funcionária e eu frequentava muito a Escola Industrial. Nós não tínhamos com quem ficar, então nossa mãe levava a gente pra escola, conta o professor Erivan Sales do Amaral. Eu lembro bem que no dia que encerrou as atividades na Rio Branco ela chorou muito porque dizia que a escola ia pro fim do mundo.*<sup>19</sup>

16 COELHO, Luciano da Rocha. Sobre a construção da nova Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 26 ago. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (22min).

17 ESCOLA Industrial. Inauguração é hoje. Diário de Natal. Natal, 11 mar. 1967. Terceira Página.

18 Idem.

19 AMARAL, Erivan Sales do. Trajetória do ex-aluno e servidor da Escola Industrial à Escola Técnica Federal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 08 jun. 2008. 1 gravação digital audiovisual

O professor da oficina de Eletricidade, Nivaldo Calixto Torres, também se recorda que essa transição fora um momento de muita lamentação. “[...] Porque nós nos situávamos no centro de Natal. E em 67 aqui era deserto”, justifica. “Então teve gente que disse que ia pedir demissão porque não ia trabalhar dentro dos matos. [...] O meio de transporte era difícil. [...] A Escola aqui, muito grande [...], a gente se assustou com essa dimensão”.<sup>20</sup>

Marion Paiva da Rocha, professora de Matemática, ingressara na Instituição em 1968, depois de ocorrida a mudança para o prédio novo. Ela diz que morava no Alecrim e que já possuía carro, de modo que não tinha dificuldades de chegar à escola. “Sobrava espaço. Era uma estrutura muito grande para a Natal daquela época. Existia muito terreno sem construção. Era um mundo. Era uma realidade que você dizia: isso não vai encher nunca”, recorda. “O espaço onde a escola foi construída na década de 60 era o fim da cidade. Aliás, a cidade terminava na faculdade de odontologia”.<sup>21</sup>

Aos 12 anos de idade, Clóvis Dantas Ferreira, também fora admitido em 68 como aluno no ginásio industrial, cursando, em seguida, o técnico em Mineração, testemunhando os anos iniciais da nova sede.

*A estrutura física da escola era composta apenas do prédio central, caixa d'água, casa de força e uma quadra descoberta, com tabela para jogos de basquete e rede para voleibol. Não tinha campo de futebol gramado, todo o terreno era bastante arenoso, o que dificultava muito jogar bola. Em volta da Escola, não havia muro, a delimitação do terreno era feita de estaca de pau e arame farpado. [...] Lembro-me da construção da sede do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha, uma pequena casa em madeira e dentro, dois jogos de totó, dois tabuleiros de xadrez, dama e outros jogos.*<sup>22</sup>

Nesse mesmo ano, tomaria posse à frente da

em minidv. (21min).

20 TORRES, Nivaldo Calixto. Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte: trajetória do ex-aluno e servidor. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros, Natal, 05 ago. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (30min).

21 ROCHA, Marion Paiva da. Sobre a atuação das professoras na Escola Industrial de Natal. Entrevista. Entrevistadora: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, ago. 2009. 1 gravação digital. Sonoro.

22 FERREIRA, Clóvis Dantas. Comentários sobre a Escola Industrial. Natal, 10 out. 2006.

diretoria-executiva da instituição, o jovem professor João Faustino Ferreira Neto, 25 anos, substituindo Pedro Martins de Lima, que assumira a Interventoria da Escola Técnica Federal da Bahia.

A indicação do nome de João Faustino resultara de uma consulta aos funcionários mais antigos, ratificada pelo Conselho de Representantes, conforme o confessara Luiz Carlos Abbott Galvão por ocasião da posse dele<sup>23</sup>, ocorrida em março de 68.

Seu ingresso no quadro de professores, na disciplina de Matemática, se dera em 1963, ocasião em que ainda cursava a antiga Faculdade de Pedagogia de Natal e presidia a União Estadual dos Estudantes (UEE).

O novo diretor possuía conhecida militância estudantil em Natal, tendo atuado, desde a fase secundarista, na Juventude Estudantil Católica (JEC), e, posteriormente, na Juventude Universitária Católica (JUC), ambos orientados pelo Padre Antônio Soares Costa.

Antes de assumir a direção do estabelecimento, João Faustino se desdobrava entre as inúmeras classes nas quais lecionava, não só na Escola Industrial, mas no Colégio Imaculada Conceição, Colégio Santo Antônio (Marista), Seminário São Pedro, Colégio Nossa Senhora das Graças, mantido pela “Campanha Nacional de Escolas da Comunidade” (CNEC), e até na “Campanha De pé no chão também se aprende a ler”, extinta após o golpe militar de 64.

Exercia, também, em substituição à professora Elza Sena, o papel de orientador educacional dos alunos e do Centro Littero-Recreativo Nilo Peçanha. Nessa função, sugerira ao antigo diretor um convênio da Escola Industrial com o Centro de Psicologia Aplicada (Cepa), vinculado à Faculdade de Filosofia de Natal, uma parceria que visava obter um conhecimento mais adequado do comportamento dos alunos e avaliar a tendência vocacional de cada um. “A Escola, por suas características, necessitava daqueles serviços. Os alunos precisavam de orientação profissional, assim como os egressos dos cursos técnicos que estavam em funcionamento”.<sup>24</sup>

Com seu afastamento dessas funções, em 1968, João Faustino convida a pedagoga Nazira Abib Oliveira Vargas, que havia conhecido no Movimento de Educação de Base de Natal (MEB), para dar uma

23 FAUSTINO, João. A Escola que vivi - memórias de um educador. Natal, 2008.

24 Idem. p.77.

nova dinâmica ao serviço de orientação educacional e profissional da ETRN, principalmente, naquele ano, em que uma reforma no currículo do ensino técnico implantaria uma primeira série comum, a fim de dotar o educando de uma base científica geral, antes da opção pelo curso desejado.

Nascida em Niterói/RJ, Nazira chegara a Natal em 62 atraída pela efervescência dos movimentos de educação popular instalados no Estado e na capital: as Escolas Radiofônicas criadas pela Arquidiocese, a “Campanha Dé pé no chão também se aprende a ler”, implantada pelo prefeito Djalma Maranhão, e o próprio MEB, no qual atuara até 1965.

Apesar de não dispor de muitas informações sobre o trabalho realizado anteriormente na Escola Técnica, ela trazia na bagagem de conhecimentos a experiência de trabalho do Sistema Vocacional de São Paulo, que tinha uma visão diferente da abordagem assistencialista e limitada, comumente posta em prática nos estabelecimentos escolares.

*Era necessário inicialmente conhecer os possíveis aliados. No Serviço Social eu pude contar com a assistente social Maria Duarte, minha companheira do período do MEB, o que facilitou a integração dos dois setores. Em relação aos professores, era um universo não identificado. Quanto aos alunos, a partir dos trabalhos em grupo que passamos a desenvolver, o conhecimento sobre eles foi sendo adquirido. [...] No início não havia uma equipe de orientadores, eu iniciei sozinha, mas pouco tempo depois houve concurso e novos orientadores foram contratados. Neste grupo estavam: Otávio Tavares, Salonilde, Eleika Bezerra e Antonio Pio. Na nossa visão a Orientação Educacional seria uma ação integrada dentro e fora da escola. Trabalho direto com os alunos, professores, aberto à comunidade, integrado com o Serviço Social.*

25

O conhecimento das condições de aprendizagem dos alunos e o planejamento de ações capazes de levá-los a enfrentar as dificuldades existentes foram as prioridades assumidas pelo grupo, cujas estratégias resultaram na criação da campanha de recuperação dos alunos e no sistema de monitoria, em que os estudantes com dificuldades de aprendizagem ensinavam aos colegas.

25 VARGAS, Nazira Abib Oliveira. Sobre a atuação das mulheres servidoras na Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 11 mar. 2010. 1 gravação digital. Sonoro.



Instalação das máquinas e equipamentos recebidos do Leste Europeu, 1969.

*O fato é que quando começamos a analisar os gráficos do desempenho dos alunos, apareceram disciplinas com 70%, 80% e até 90% dos alunos com dificuldades. [...] Não imaginávamos que os gráficos provocariam outras análises, que chegaria aos docentes. [...] Na Escola de Natal não havia um projeto pedagógico que articulasse todos os professores. Eram profissionais com várias visões de sua docência.<sup>26</sup>*

A despeito das limitações iniciais das novas instalações da Escola Técnica, em Morro Branco, em 1969 registrou-se um aumento de matrículas na ordem de 90,6% sobre o ano anterior, correspondendo à elevação de 22,2% no número de turmas.<sup>27</sup>

Como relatara Luiz Carlos Abbott Galvão, depois da inauguração do novo prédio, “os eventos se sucederam com um efeito multiplicador surpreendente”.<sup>28</sup> Em junho de 1968, a então Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIFRN)<sup>29</sup> fora transformada em Escola Técnica Federal (ETFRN).<sup>30</sup>

O MEC proporcionara o atendimento às metas prioritárias de investimento em obras e equipamentos, através de programas específicos

26 Idem.

27 FERREIRA NETO, João Faustino. ETFRN - Encontro de Avaliação – Conclusões. Natal, 1969.

28 ETFRN, 1969, p.11.

29 BRASIL. Lei nº. 4.759 de 20 de agosto de 1965.

30 \_\_\_\_\_. Portaria Ministerial nº. 331 de 16 de junho de 1968.

e saldos de divisas de transações comerciais com países do Leste Europeu. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) financiara equipamentos nacionais e importados, adquiridos com isenção do pagamento de taxas e melhoramentos dos Portos e da Marinha Mercante.<sup>31</sup> Por sua vez, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) investira na construção das oficinas e laboratórios.<sup>32</sup>

João Faustino se recorda que, à época, o Brasil havia feito um acordo com o Leste Europeu no sentido de receber equipamentos em troca do ressarcimento de débitos contraídos por aqueles países na compra do café nacional.

*[...] Então nós recebemos aqui um laboratório completo de Geologia, o que existia de melhor no mundo. Recebemos as melhores máquinas de mecânica, como também os melhores equipamentos para o curso de Estradas [...]. Fizemos os laboratórios de Edificações, Mecânica e Eletrotécnica, os três grandes galpões que estão aí. E isso permitiu que os cursos que seriam aparentemente teóricos, tivessem uma conotação muito prática.<sup>33</sup>*

Mas havia outra questão por resolver, destaca João Faustino: a inserção do aluno no estágio curricular obrigatório, pré-requisito essencial para a diplomação do profissional de nível técnico. O problema é que o mercado de trabalho local para absorção dos técnicos de Estradas e Mineração ainda era incipiente.

*[...] eu saía daqui numa Kombi, que era o carro oficial destinado ao transporte do diretor, com o motorista João Batista [...]. Quem me acompanhava sempre nessa história era o professor Brito. Íamos visitar as empresas que podiam receber estagiários. [...] Então, por exemplo, fomos à Paraíba, que estava com um grande programa de rodovias [...],*

31 \_\_\_\_\_. Lei nº. 5.388 de 21 de fevereiro de 1968. Provê sobre a isenção do pagamento das taxas de Melhoramentos dos Portos e Renovação da Marinha Mercante, dos equipamentos importados pelo Ministério da Educação e Cultura, nas condições que especifica. Diário Oficial da União, Brasília, 22 fev. 1968, p.1641, coluna 2. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

32 ETFRN, 1969.

33 FERREIRA NETO, João Faustino. Sobre a trajetória do servidor da Escola Industrial à Escola Técnica Federal do RN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 19 dez. 2007. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (44min).

*estive com o governador, com o diretor do Departamento de Estradas e Rodagem e com as empresas que estavam construindo, e conseguimos colocar uma ou mais dezenas de alunos naquele cenário. Contato permanente com as mineradoras do Pará, Roraima, Amazonas [...]. O aluno sozinho ir buscar o estágio era impossível, ele não era nem recebido por um diretor ou por um chefe de departamento numa empresa maior. Tinha que ir o diretor da escola. Eu fiz esse trabalho e fazia sempre e vi que os alunos conseguiam se afirmar profissionalmente.*<sup>34</sup>

O impacto de tais transformações seria sentido na própria estrutura organizacional da Escola Técnica, que se mantivera a mesma por sucessivas gerações. Constatada a necessidade de uma reforma administrativa, Luiz Carlos Abbott Galvão traçara quatro diretrizes com vistas a obter uma organização mais dinâmica, eficiente, funcional e tecnicamente estruturada: divisão racional do trabalho, departamentalização, descentralização coordenada e delegação de atribuições.<sup>35</sup>

Para subsidiar dita reforma, uma série de diagnósticos fora encomendada a diversas equipes de trabalho. O organograma aprovado em 1972, que se sobrepunha aos anteriores, continha uma estrutura macro formada por dois órgãos de Formulação de Políticas (o Conselho de Representantes e o Conselho de Professores), dois de Administração Superior (a Presidência do CR e a Diretoria Executiva), dois de Atividades-meio (as Divisões de Finanças e de Administração) e um de Atividades-fim (o Departamento de Ensino e Educação).<sup>36</sup>

Ao apresentar esse projeto de Reforma Administrativa, o grupo-tarefa, presidido pelo chefe da Divisão de Administração, Marcondes Mundim Guimarães, o Assessor de Planejamento e Controle, Severino do Ramo de Brito e o chefe do Departamento de Promoção Sócio-educacional, Josué Gonçalves, chamava a atenção para o fato de que tais mudanças extrapolariam a simples alteração do organograma:

*Exigirá a participação e a aceitação de todos, porque vai mudar o comportamento das pessoas. O princípio de maior importância nesta reforma é o da confiança. É preciso confiar*

34 Idem.

35 ETRN, 1969.

36 ETRN. Projeto Reforma Administrativa. Natal, 1972.

*nas pessoas. Haverá muitas delegações de competência para as tomadas de decisões, dentro do sentido da descentralização. Integramo-nos nesta filosofia para que o nosso trabalho busque uma causa comum.*<sup>37</sup>

De acordo com pesquisa feita pela Assessoria de Organização e Métodos Administrativos da ETRN em cumprimento às etapas técnicas de implantação da Reforma Administrativa, no 2º semestre de 1968 a instituição contava com 229 servidores, sendo 132 administrativos (57,6%) e 97 docentes (42,4%). Havia uma predominância de pessoal do sexo masculino (76,9%) e uma formação majoritária no ensino secundário (45,7%), contra 32,7% no nível universitário.<sup>38</sup>

No Encontro de Avaliações realizado ao final de 69, evidenciara-se a necessidade de cursos de atualização pedagógica para o pessoal docente, encarregados do setor de disciplina e orientação educacional, além de cursos de relações humanas para servidores da Escola e de liderança para os alunos-representantes de turmas.

*O professor é diretamente responsável pela consecução dos objetivos de educação integral que a ETRN se propõe a dar a seus alunos. Entretanto, para que possamos cobrar esta responsabilidade, é necessário que se lhes deem incentivos e estímulos, para que, motivados, possam melhor executar suas tarefas. A atualização didática e o aperfeiçoamento pedagógico são condições indispensáveis para que a Escola Tradicional Estática, passiva, se transforme, de fato, na Escola Nova, dinâmica e ativa. [...] Não se concebe, nos dias dos computadores, das comunicações por satélites, da televisão em cores, da conquista espacial, uma aula simplesmente expositiva, sem a participação direta do aluno, discutindo, interrogando, interpretando, experimentando, descobrindo.*<sup>39</sup>

Para os que viveram esse período na trajetória da ETRN, a exigência no cumprimento das tarefas do dia a dia constituía a principal característica

37 Idem.

38 ETRN/Assessoria de Organização e Métodos Administrativos. Pesquisas sobre Recursos Humanos. I – Relatório Estatístico Resumo. Natal, 1969.

39 ETRN. Treinamento do Pessoal. Doc. 2. Natal, 1970.

organizacional da instituição, como relembra a professora Marion:

*Havia a grande preocupação de fazer a escola funcionar de maneira satisfatória. [...] Tinha uma Coordenação de Ensino sob a responsabilidade da professora Isaura Pinheiro -, ela era craque em ensino, Inalda, Selma Pereira, pessoas preparadas. [...] A Escola era a primeira em tudo: esporte, material, desfiles, exposições. [...] Rigidez nos horários. Você tinha sempre muitas turmas. O professor não ficava com a caderneta, um funcionário ficava na sala entregando e recebendo as cadernetas. Nelas, eram registradas a frequência e os conteúdos ministrados durante as aulas.<sup>40</sup>*

A funcionária Meselemias do Nascimento Idalino, que ingressara ainda no prédio da Avenida Rio Branco, destaca que muito trabalho fora realizado por todos para que a Escola pudesse ter a organização necessária. Ela afirma que Luiz Carlos personificava o próprio Conselho de Representantes. Era presença constante na Escola e decidia sobre as grandes e pequenas coisas.

*Havia um controle rígido do horário que cada um deveria cumprir. Controle sobre a qualidade do trabalho desenvolvido. Se não realizava um bom trabalho, na época de Luiz Carlos era dispensado. Ele dizia claramente à pessoa e ficava extremamente agitado quando se deparava com uma atividade feita de forma ruim.<sup>41</sup>*

A partir de 1969, visando atender a uma política de diversificação do ensino técnico, a Escola implantara os cursos de Edificações, Eletromecânica (desmembrado, depois, em Mecânica e Eletrotécnica<sup>42</sup>), Geologia e Saneamento. Como membro integrante do Conselho de Professores, Jairo Fabrício Alves, professor de Desenho, fizera parte da comissão de estruturação desses cursos:

40 ROCHA, Marion Paiva da. Sobre a atuação das professoras na Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, ago. 2009. 1 gravação digital. Sonoro.

41 IDALINO, Meselemias do Nascimento. Sobre a atuação das mulheres servidoras na Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 26 ago. 2009. 1 gravação digital. Sonoro.

42 CONSELHO DE PROFESSORES. Deliberação n.º 32/70-CP/ETFRN. Natal, 14 out. 1970. CONSELHO DE REPRESENTANTES. Resolução n.º 102/70-CR/ETFRN. Natal, 22 out. 1970.

*A gente fez uma pesquisa sobre as necessidades do mercado na época. A construção civil estava já em expansão porque tinha o BNH fornecendo financiamento e havia uma necessidade muito grande de técnicos de Edificações. A PETROBRÁS começou a entrar no Rio Grande do Norte, com necessidade de técnico de Geologia, [...] e tinha o problema do saneamento básico. [...] O curso de Eletrotécnica também, pela expansão da COSERN e a interiorização da eletrificação.<sup>43</sup>*

Tal impulso na criação dos cursos técnicos remontava ao período da instalação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, no início da década de 60. O professor Severino do Ramo de Brito atesta que havia uma ligação muito forte da Escola com a estatal. Por ter trabalhado para o órgão na sua época de estudante universitário, numa pesquisa sobre a agroindústria canaveira do Nordeste, seus conhecimentos permitiram que ele participasse ativamente do encaminhamento de técnicos da ETFRN para estágio naquela empresa, como outros colegas, que mantinham contatos com empresas e instituições.

*A partir de 67, 68, 70, os alunos começaram a ser encaminhados para projetos no sul do país, projetos de grande magnitude [...], construção de estradas, hidroelétricas, como a CHESF, FURNAS, a Usina Atômica de Angra dos Reis. Então isso criou certa possibilidade nas famílias de ver os seus filhos irem trabalhar nesses grandes projetos.<sup>44</sup>*

Em agosto de 1971, o Ministério da Educação promulgara a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>45</sup>, que tornara obrigatória a habilitação profissional no ensino secundário, e a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino fundamental.

43 ALVES, Jairo Fabrício. Sobre a trajetória do servidor da Escola Industrial à Escola Técnica Federal do RN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, jun. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (50min).

44 BRITO, Severino do Ramo de. Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – trajetória do ex-aluno e servidor. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (48 min).

45 BRASIL. Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 ago. 1971, p.6377, coluna 1. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

No mês anterior, a União havia autorizado o Ministério da Fazenda a contrair empréstimos, no valor de 50 milhões de dólares, junto à Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), destinados ao financiamento parcial de um Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental e Médio.<sup>46</sup>

Antecipando-se às orientações da LDB, a ETRN lançou, em 1970, o Projeto Extensão<sup>47</sup>, abrindo suas oficinas de Mecânica de Máquinas, Eletricidade e Rádio, a uma turma de 71 alunos da 3ª e 4ª séries do Ginásio Professor Severino Bezerra e do Ginásio Profissional Feminino Irmã Vitória, vinculados ao Instituto Padre Monte.

Criados pelo Governo Estadual com pretensões de estabelecimentos industriais, os ginásios apresentavam profundas carências de ferramentas e equipamentos em suas oficinas de Artes Industriais. A experiência pioneira de integração entre os Sistemas de Ensino Estadual e Federal contava com a interveniência do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra Industrial (PIPMO), e pretendia, da parte da ETRN, otimizar sua estrutura física ociosa, e do lado do Instituto Padre Monte, complementar o aprendizado técnico dos seus alunos.

No final de novembro de 1970, o Conselho de Representantes da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte decidira pela extinção gradativa do ginásio industrial, num prazo de três anos, propondo, em contrapartida, a diversificação dos cursos técnicos, que teriam sua matrícula ampliada e estimulada em atendimento às solicitações do mercado de trabalho.<sup>48</sup>

À época, o ginásio respondia por 80% da matrícula na instituição, com 1.515 alunos, contra 394 dos cursos técnicos, o que absorvia 70% dos recursos destinados à Autarquia, aplicados nas oficinas de Mecânica de Máquinas, Marcenaria, Eletricidade e Artes Industriais. Quatro anos depois, o número de matriculados nos cursos técnicos atingiria o patamar de 97% do total das matrículas, com 2.232 estudantes no ensino técnico e 65, na 4ª e última

série do ginásio industrial.<sup>49</sup>

O Projeto Extensão intensificara-se nos anos subsequentes com os convênios de Intercomplementaridade nos cursos de 2º grau<sup>50</sup>, por meio dos quais a ETRN ministrava a parte de formação especial do currículo aos alunos encaminhados pelos demais Sistemas de Ensino.

Os cursos tinham carga horária total entre 405 e 615 horas e habilitavam os candidatos a atuar como Auxiliar Técnico em Desenho de Arquitetura, Desenho de Instalações Elétricas e Hidráulicas, Desenho Mecânico, Eletricidade, Laboratorista de Solos e Pavimentação e Topógrafo de Estradas.<sup>51</sup>

Frequentaram os cursos em regime de Intercomplementaridade alunos provenientes do Marista, Salesiano São José, Imaculada Conceição, Colégio das Neves, Escola Estadual Anísio Teixeira e Instituto Padre Monte.

Professores contemporâneos daquele momento de crescimento da ETRN são unânimes em afirmar que a implantação dos novos cursos técnicos trouxera consigo o início de um processo de elitização da clientela escolar.

Ao entrar na antiga Escola Industrial de Natal, na Avenida Rio Branco, em março de 64, contratada para lecionar Português, a professora Maria Selma da Câmara Lima Pereira, especialista em Língua e Literatura Francesa, fora advertida da importância de se dar aos alunos, vindos de famílias humildes, certas lições de etiqueta sobre como se sentar, pedir por favor e levantar a mão ao solicitar alguma coisa ao professor.

Após a transferência do prédio e a posse do professor João Faustino, Selma Pereira fora convidada a integrar a equipe de assessores pedagógicos da nova gestão. A partir daquele momento, começara a constatar a mudança de percepção da sociedade natalense em relação à Escola Industrial, vista até

46 \_\_\_\_\_. Decreto nº. 68.770 de 17 de junho de 1971. Autoriza a contratação de operação de crédito externo para financiamento parcial de um Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Fundamental e Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 18 jun. 1971, p.4667, coluna 1. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

47 ETRN. Projeto Extensão. Natal, 1970. Doc. 4.

48 CONSELHO DE REPRESENTANTES. Resolução n. 109/70-CR/ETRN. Natal, 05 nov. 1970.

49 \_\_\_\_\_. Quadro do Movimento Geral de Matrículas 1943-1974. In: \_\_\_\_\_. Relatório da Administração de Luiz Carlos Abbott Galvão como presidente do Conselho de Representantes – 1961/1974. Natal, 18 out. 1974.

50 ETRN/GINÁSIO SALESIANO SÃO JOSÉ. Convênio que celebram entre si, para Intercomplementaridade, nos cursos do 2º Grau. Natal, 13/outubro/1972. ETRN/COLÉGIO SANTO ANTÔNIO. Convênio que celebram entre si, para Intercomplementaridade, nos cursos do 2º Grau. Natal, 1974. ETRN/COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO. Convênio que celebram entre si, para Intercomplementaridade, nos cursos do 2º Grau. Natal, 23 mar. 1976. ETRN/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA/RN. Convênio que celebram entre si, para Intercomplementaridade, nos cursos do 2º Grau. Natal, 04 abr.1976.

51 BRITO, Severino Ramo do. Portaria nº. 118/79 – GD/ETRN. Natal, 14 maio 1979.

então como a “escola para os meninos pobres”.

*A criação dos cursos técnicos e o que o Leste Europeu mandou de laboratórios para a nova Escola – de mecânica e de edificações. [...] Então, os “filhos de papai” que queriam fazer algum curso da área das engenharias vinham para a Escola. [...] Experiência do meu filho mais velho que é arquiteto. Ele diz que a maior aula de vida que teve foi na Escola Técnica, porque lá conviveu com gente de todos os níveis, e como ele tinha coisas na vida que não dava valor e outras pessoas não tinham.*<sup>52</sup>

A presença mais efetiva da classe média na instituição, com o aumento dos cursos técnicos, também é confirmada pela professora Marion Paiva da Rocha, sendo mais visível, segundo conta, no curso de Edificações, mais procurado por quem pretendia ir para a Universidade cursar Engenharia Civil. No entanto, ela ratifica que ainda se tratava de uma clientela oriunda de famílias pobres.

*[...] Havia a preocupação com uma boa formação, pois quando esse menino concluía a Escola ele tinha praticamente um emprego garantido. Era uma questão de sobrevivência daquela família. Não existia mão de obra qualificada. Terminar um curso técnico significava estar muito bem.*<sup>53</sup>

Natural de Santa Cruz, José Gilson de Oliveira morava com os avós em São José do Campestre quando decidira se submeter ao exame de admissão para o ginásio industrial, em 64. Concluído o ginásio, ingressara de imediato no curso técnico de Estradas, escolha que lhe oportunizara fazer parte do primeiro grupo de 11 estudantes selecionados pelo Programa Integração Aluno-Escola<sup>54</sup>, que consistia na concessão de bolsas de trabalho nas unidades administrativas da instituição.

*Àquela época a Escola era uma das*

52 PEREIRA, Maria Selma da Câmara Lima. Sobre o trabalho das professoras na Escola Industrial e Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 17 ago. 2009. 1 gravação digital. Sonoro.

53 ROCHA, 2009.

54 AZEVEDO, Arnaldo Arsênio. Portaria n.155-sDr. Natal, 31 out. 1969.

*grandes instituições do Estado, junto com o Atheneu. Ela oferecia como opção para os filhos de trabalhadores a perspectiva de profissionalização a curto prazo, opção que não era oferecida pelo estudo acadêmico convencional [...]. Então a opção ficava limitada para aqueles que não tinham condição de pagar uma escola particular. Entre o Atheneu e a Escola Industrial, e de certa forma orientado pelos meus pais, fui atrás de um curso que depois de pouco tempo me permitisse ganhar dinheiro. E é isso que todo rapaz pobre do interior busca como caminho mais curto. [...] Minha opção por Estradas de certa forma já direcionou a Engenharia Civil, e ingressei na Universidade em 1972 depois de cumprir o programa de estágio curricular obrigatório.*<sup>55</sup>

O grupo de bolsistas era composto por alunos da 2ª e 3ª séries dos cursos de Estradas e Mineração, selecionado entre 34 inscritos, por critérios baseados no rendimento escolar, em necessidades de ordem financeira, aptidões, capacidade e atitudes pessoais.

A iniciativa constituía uma ação do Setor de Pesquisa e Serviço Social da ETFRN, cuja política priorizava uma assistência mais educativa e menos paternalista, incluindo a inserção do aluno nas diversas programações da Escola, como a alfabetização de adultos da comunidade-bairro do entorno da ETFRN, cursos para os pais e a realização, anual, do Seminário de Difusão do Ensino Industrial.<sup>56</sup>

Gilson Gomes de Medeiros, graduado em Química, fora aluno da última turma ingressa no ginásio industrial, em 1970. Cursara a oficina de Eletricidade e, tal qual Gilson Oliveira, também verticalizara sua formação dentro da ETFRN, diplomando-se técnico em Geologia.

*A grande maioria dos alunos da Escola era de classe média baixa ou de classe baixa. Era o pessoal mais pobre [...]. E a situação financeira da minha família ... eu não tinha mais pai, minha mãe vivia de uma pensão. Então era difícil ter uma escola boa que não fosse particular. E a Escola Técnica era um caminho natural para quem queria ter uma formação boa e gratuita. [...] Eu*

55 OLIVEIRA, José Gilson de. Sobre a trajetória do ex-aluno e servidor na Escola Industrial e Técnica Federal do RN. Entrevistador: Celise de Lima Marinho. Natal, 29 ago. 2005.

56 ETFRN. Divisão de Assistência Escolar e Social/ Setor de Pesquisa e Serviço Social. Projeto Integração Aluno-Escola. Avaliação (trimestral). Doc. 7. Natal, 1970.

*cheguei a estudar o curso primário numa escola privada. Quando eu quis vir para cá, falei para alguns colegas meus: 'Vocês não querem ir estudar lá comigo? É muito bom!. Ai alguns falavam com a família e depois diziam assim: 'Minha mãe não quis porque lá é muito misturado'. [...] Ai eu vim pra cá porque precisava ter uma formação boa e aqui tinha essa condição. E fazer o técnico foi uma consequência. Eu já estava aqui dentro e decidi continuar.*<sup>57</sup>



Ministro do Trabalho, Júlio Barata, em visita à ETRN para assinatura de convênio das bolsas do PEBE, 1972.

Nos primeiros anos da década de 70, o Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE)<sup>58</sup>, financiado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, iria contribuir para ampliar ainda mais a capacidade de atendimento da Escola Técnica através de cursos preparatórios Pró-técnico gratuitos, destinados a trabalhadores sindicalizados e seus dependentes, que estivessem cursando ou que já tivessem concluído a 8ª série do ensino fundamental.

De acordo com o professor Severino do Ramo de Brito, que, à época, assessorava a direção geral da ETRN, nesse período, Natal já contava com cerca de 10 sindicatos, que envolviam os ramos da construção civil, de marcenarias e serralherias, dos portuários, da indústria metal-mecânica, e, em

57 MEDEIROS, Gilson Gomes de. Sobre a trajetória do ex-aluno e servidor na Escola Industrial e Técnica Federal do RN. Entrevistador: Celise de Lima Marinho e Sâmela Azevedo de Araújo. Natal, 26 ago. 2005.

58 BRITO, Severino do Ramo de. Sobre o Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE). Natal, 13 maio 2011. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. 1 gravação digital. Sonoro. (48min).

maior quantidade, do segmento de confecções. O primeiro convênio firmado entre a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte e o Ministério do Trabalho para fins da concessão de bolsas do PEBE ocorrera em 1967, na própria ETRN, com a presença do então ministro Tarso Dutra.<sup>59</sup>

A iniciativa, criada ainda no governo do Marechal Castelo Branco, visava propiciar, às classes trabalhadoras, “reais oportunidades de ascensão na escala social e econômica”.<sup>60</sup> Havia diferentes modalidades de bolsa dentro desse programa. O PEBE 7 concedia, anualmente, 205 bolsas de estudo, no valor individual de 480 cruzeiros, aos candidatos que quisessem intensificar seus estudos visando aumentar suas possibilidades de habilitação dentro das vagas existentes nos exames classificatórios para ingresso nos cursos técnicos da ETRN.

Nessa época, não havia reserva de cotas na instituição, o que favorecia a entrada dos candidatos melhor preparados, como os que frequentavam as aulas presenciais do PEBE, as quais funcionavam à noite, das 19 às 22 horas.

Em 1979, do total de 783 alunos ingressantes no 1º ano dos cursos técnicos da ETRN, 30% correspondiam à clientela oriunda do Pró-técnico. Dentre esses, 24% pertenciam aos grupos D e E, classificados como não carentes segundo os critérios de caracterização socioeconômica da clientela ingressa na ETRN, realizada em conjunto, pela Coordenadoria de Orientação Educacional e pelo Setor de Pesquisa e Serviço Social.<sup>61</sup>

De acordo com a assistente social Maria Duarte, os grupos sociais caracterizados como de classe média passaram a participar do processo seletivo para ingresso nos cursos técnicos da ETRN na medida em que se divulgava o aumento do número de alunos aprovados no vestibular da Universidade Federal.

59 BRASIL. Decreto nº. 57.870 de 25 de fevereiro de 1966. Institui o Programa Especial de Bolsas de Estudo para Trabalhadores Sindicalizados e seus Dependentes (PEBE). Diário Oficial da União, Brasília, 28 fev. 1966, p.2172, coluna 2. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

60 BRANCO, Humberto de Alencar Castelo. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, na abertura da sessão legislativa, 1967, p.388. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. A Educação nas Mensagens Presidenciais (1890-1986), v.2. INEP: Brasília, 1987. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001499.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

61 CARVALHO, Maria Araújo Duarte de; SALES, Maria Dulce Dantas; SILVA, Rosane Maria Menezes Calife da. ETRN / DPAD / Coordenadoria de Orientação Educacional/Serviço Social. Comportamento de Entrada da Clientela Ingressa em 1979. Natal, 10 set. 1979.

*Esses alunos buscavam, sobretudo, os cursos de Edificações e Eletrotécnica, que para eles lhes garantiam uma melhor base para chegar aos cursos de engenharia. Eles não queriam os cursos de Saneamento nem de Estradas, diziam que eram cursos para peões. No processo de caracterização realizado pelo Serviço Social identificamos os alunos de melhores condições naqueles dois cursos.*<sup>62</sup>

Constatava-se, dessa forma, um processo lento, mas contínuo de elitização da clientela escolar da ETRN, como o demonstrava uma análise comparativa da caracterização socioeconômica dos alunos ingressantes entre 1974 e 1977. Nesse período, a presença dos grupos carentes e intermediários (A, B e C) diminuíra de 74,6% para 65,2%.<sup>63</sup> Em 1978, esse índice baixara para 62,8%, e, no ano seguinte, atingira 58%<sup>64</sup>, situação que, segundo o Setor de Serviço Social refletia a necessidade de mudanças nos critérios de seleção de candidatos.

A partir de 1976, depois de ter matriculado, no ano anterior, no curso de Edificações, a estudante Nelma Sueli Marinho de Bastos, filha de pai militar transferido do Rio de Janeiro para Natal, a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte decidira romper com a tradição, permitindo a inscrição de mulheres nos exames de seleção para ingresso nos seus cursos técnicos.

Naquele ano, entre os 1.504 inscritos, que disputavam as 500 vagas oferecidas no 1º ano do ensino técnico, 607 eram do sexo feminino, tendo sido aprovadas 129 candidatas, o equivalente a 26% da clientela ingressante.<sup>65</sup>

Ao que tudo indica, a inserção de meninas nos cursos regulares da ETRN se dera sem maiores dificuldades. Algumas adaptações de ordem logística tiveram que ser feitas para atender à nova clientela, como a ampliação dos banheiros, por exemplo. Mas até o alvoroço inicial por parte dos meninos se concentrara nos primeiros dias da novidade. “Só nas

primeiras semanas, como era uma coisa nova, mas como eu sempre digo que a escola técnica é uma escola de vanguarda, então aquilo ali [...], tudo se tornou comum. Tudo que fosse uma coisa diferente, a escola logo incorporava”, avalia o arquiteto Marconi Grevi, professor de desenho na época.<sup>66</sup>

A naturalização desse processo se devia, na visão dele, à já costumeira frequência de mulheres nos cursos de Intercomplementaridade. O mesmo devia ocorrer com o curso preparatório Pró-técnico, financiado pelo PEBE 7.

De qualquer modo, a influência da entrada das meninas nos cursos técnicos não passara totalmente despercebida. Tanto a professora de Matemática, Marion Rocha, como a servidora Meselemias Idalino foram unânimes em constatar uma mudança no comportamento dos rapazes. “A chegada das meninas foi entusiasmante. Havia uma expectativa para que isso ocorresse. Muda as relações”.<sup>67</sup> “Eles passaram a se arrumar mais, ficaram mais cordiais”.<sup>68</sup>

Ingressa no curso técnico de Geologia em 1978, a professora de português, Leonor de Araújo Bezerra Oliveira, viu-se numa situação bem diferente do colégio de freiras do qual procedia, uma escola exclusivamente feminina. Mas como seu desejo de estudar na ETRN superava qualquer obstáculo, adaptara-se com muita facilidade.

*Era muito legal porque quando eu entrei aqui eu tinha 14 anos, e naquela época a gente era muito infantil, eu pelo menos sempre fui muito infantil (risos). E a gente se relacionava com os meninos como se fossem irmãos, eles protegem a gente, eles tinham o maior cuidado, não deixavam a gente fazer esforço além do que devia entender? Então, tinham assim um carinho muito grande pelas cinco meninas da sala e uma proteção muito bonita, e assim, respeitavam muito a gente.*<sup>69</sup>

Em relação ao perfil socioeconômico dos colegas de turma, embora reconheça que já não se tratava do mesmo público que frequentara o ginásio industrial,

62 CARVALHO, Maria Araújo Duarte de. Sobre a atuação das mulheres servidoras na Escola Industrial e Escola Técnica Federal do RN. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 11 mar. 2010. 1 gravação digital. Sonoro.

63 CARVALHO, Maria Araújo Duarte de; SALES, Maria Dulce Dantas; SILVA, Rosane Maria Menezes Calife da. ETRN / DPAD / Coordenadoria de Orientação Educacional/Serviço Social. Comportamento de Entrada da Clientela Ingressa em 1977. Natal, 26 dez. 1977.

64 \_\_\_\_\_. Comportamento de Entrada da Clientela Ingressa em 1979. Natal, 10 set. 1979.

65 ETRN/COPLAN. Informações de uma década – 1967/1976. Efetivo de alunos, Diplomados e Estagiários. Natal, nov. 1977.

66 GREVI, Marconi. Sobre a trajetória e atuação do servidor da Escola Técnica Federal do RN. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 10 fev. 2009. 1 gravação digital audiovisual em miniv. (24min).

67 IDALINO, 2009.

68 ROCHA, 2009.

69 OLIVEIRA, Leonor de Araújo Bezerra. Sobre a trajetória e atuação da ex-aluna e servidora da Escola Técnica Federal do RN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 09 jun. 2008. 1 gravação digital audiovisual em miniv. (31min).

para Leonor, na sua época de aluna, a elitização ainda não se mostrava tão evidente. “A minha turma, por exemplo, eu acho que 90% dos alunos eram de famílias extremamente carentes. Havia, assim, um ou outro que tinha uma condição social um pouco melhor, mas não havia essa elitização ainda não, como hoje a gente percebe”.<sup>70</sup>

Para a engenheira elétrica Renata Carla Tavares dos Santos, que entrara no curso de Edificações em 1982, a convivência com pessoas de diferentes classes sociais representaria a experiência mais marcante do seu tempo de aluna na Escola Técnica. Oriunda de um colégio de freiras, Renata já tinha um irmão que cursava a ETEFRN, e, além do mais, desejava adquirir uma profissão.

*Eu comecei a ver que existiam pessoas que frequentavam a escola que tinham necessidades que eu jamais imaginei. [...] não ter o que comer em casa, não ter como vir pra escola e ter que vir a pé [...]. E isso foi importante, conviver com pessoas que eram diferentes de mim, porque eu tinha uma certa condição, meu pai me dava tudo! [...] Hoje eu vejo o mundo de outra forma [...], aprendi a respeitar as diferenças.<sup>71</sup>*

Uma década depois, a mesma experiência fora sentida pela jornalista Cledivânia Pereira, que saíra de uma escola privada religiosa para ingressar no curso técnico de Edificações da ETEFRN. Segundo ela, logo que chegou percebera uma separação muito nítida entre o grupo conhecido por “patricinhas e mauricinhos” e o grupo dos demais estudantes. E, embora se confundisse com o grupo das “patricinhas”, procurava se colocar numa posição intermediária. Uma vivência, que duraria de 1990 a 1994, e que ela considera um divisor de águas na sua vida pessoal e profissional.

*Eu costumo relacionar a escola com um mundo pequenininho, um Brasil pequenininho, que aqui você encontra toda diversidade. [...] Mas, assim, essa mistura fazia com que a gente conhecesse o mundo de verdade, os problemas de todo mundo, e isso foi muito marcante pra mim. Hoje eu enxergo o mundo diferente, conheço o*

70 Idem.

71 SANTOS, Renata Carla Tavares dos. Sobre a trajetória e atuação da ex-aluna e servidora da ETEFRN. Entrevistador: Celise de Lima Marinho. Natal, 2005.

*mundo, não me assusto com muita coisa, e acho que as pessoas são importantes por elas mesmas, não por onde elas moram, ou pelo que elas fazem da vida. Eu acho que quem me deu essa visão, que eu acho fundamental pra mim hoje, foi a escola.<sup>72</sup>*

Para a cantora e compositora Rejane Luna, que fez Construção Civil na ETEFRN, de 1997 a 2000, e que cursara seu ensino fundamental na Escola Estadual Floriano Cavalcanti, diversidade social presente na instituição representa sua marca registrada.

*Isso aqui é um universo onde você tem desde o rico, o pobre, um estrangeiro que vem fazer intercâmbio, então, assim, você se sente vislumbrado com esse universo, e ao mesmo tempo por ser pequeno, mas tão grande. [...] Então isso eu acho que foi fundamental até pra o que eu sou hoje, eu diria até tudo que sou hoje eu agradeço à escola. Eu acho que eu não seria o que sou e não teria as projeções que tenho ainda pro futuro se não fosse passar pelo período que eu passei aqui.<sup>73</sup>*

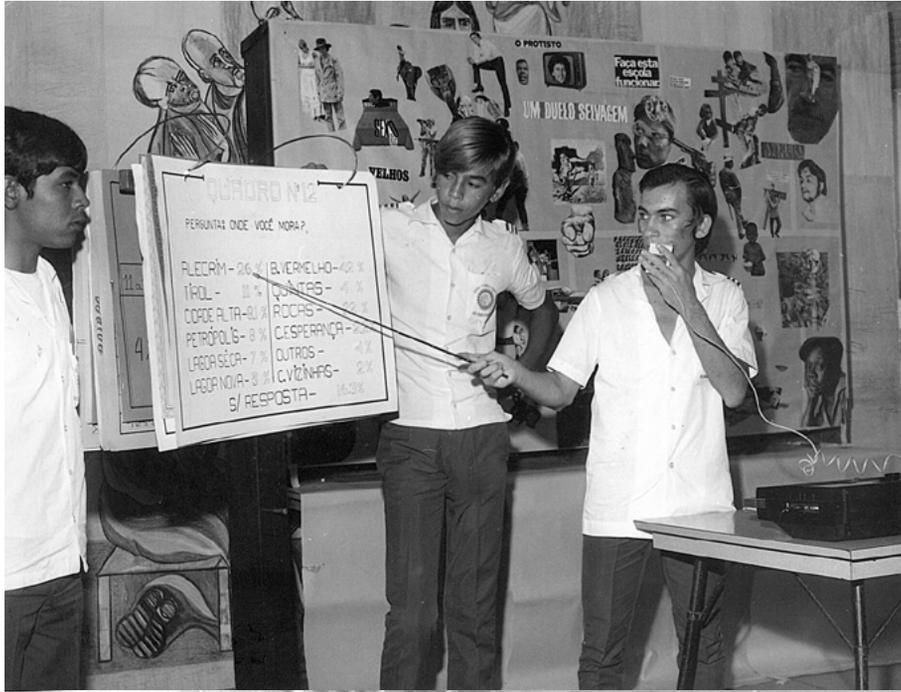
Ex-integrante da Banda de Música da ETEFRN, a ex-aluna assinala ainda o valor da assistência escolar e social prestada ao aluno, que lhe dava condição de permanecer das sete da manhã às dez da noite na escola, como foi o seu caso, e poder se dedicar à diversidade de atividades que ela oferecia.

*Eu acho que tudo que eu precisava encontrava aqui, desde uma assistência médica, um carinho, um apoio de um professor, de um amigo [...]. Tem uma coisa que eu acho muito importante e é válido dizer, é que o CEFET, na época, ETEFRN, [...] ela não só educa, ela cuida do aluno. [...] A gente se sente muito acolhido aqui, e isso trouxe força, vontade de crescer, vontade de ir adiante, então isso trás segurança, que é muito importante.<sup>74</sup>*

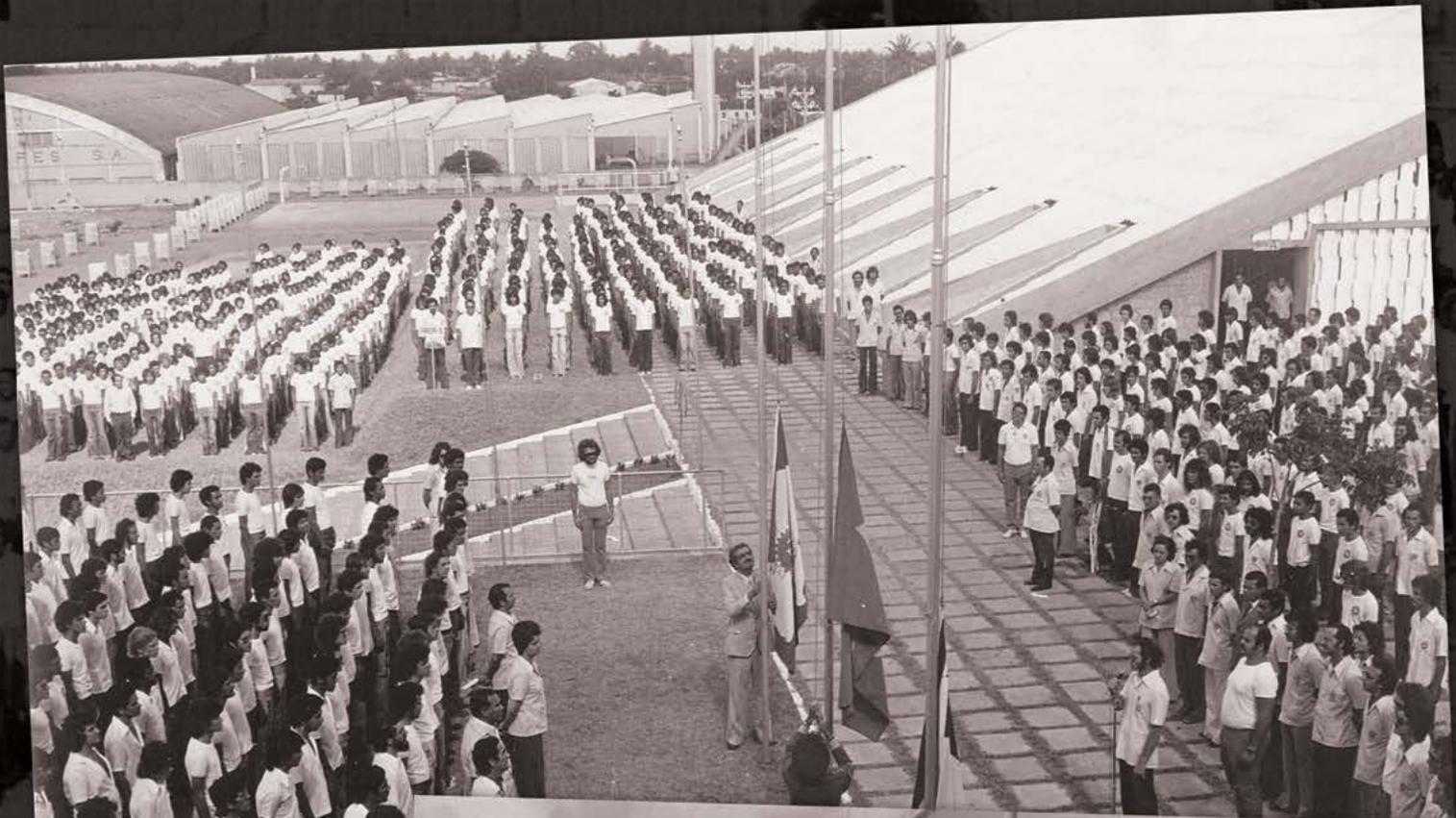
72 PEREIRA, Cledivânia. Sobre a trajetória da ex-aluna da ETEFRN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 26 jun. 2009. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (25min).

73 LUNA, Rejane. Sobre a trajetória da ex-aluna da ETEFRN. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 19 jan. 2009. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (12min).

74 Idem.



Trabalho "Eu e os outros", apresentado pelos alunos do ginásio industrial, sob orientação do Serviço Social, 1969



*A solenidade de hasteamento da Bandeira, uma vez por semana, e as comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil, integravam o calendário dos eventos cívicos incentivados pela Escola nas décadas de 70 e 80. (1974/1972)*

# Doutrinação e vigilância

## Cotidiano escolar em tempos de ditadura

Se apresentava tendência natural para a politização ou se se tornara produto do meio, ninguém poderá afirmar, mas o fato é que a trajetória escolar do ex-aluno do ginásio industrial, Luiz Gonzaga Cortez, esteve marcada, do início à “quase conclusão” do curso, pelo envolvimento, direto ou indireto, com o movimento estudantil. Ao ingressar na Escola Industrial de Natal em março de 1964, o aluno presenciara a cena que teria sido a primeira manifestação política do alunado daquele estabelecimento desde sua fundação.

Tudo acontecera nos primeiros dias de abril, por volta das 13 horas, início das aulas do turno vespertino. Como de costume, ele se dirigia à escada lateral do edifício, único acesso permitido às salas de aula teóricas, localizadas no 1º andar do prédio da Avenida Rio Branco, quando percebera a agitação. Do meio da escadaria, o estudante Marcos Pedrosa conclamava os colegas a sair às ruas em passeata contra o golpe que depusera o presidente João Goulart e instaurara a ditadura militar no país. Sob vaias e aplausos, a passeata terminou sendo abortada diante dos apelos da professora de francês, Espedita Medeiros.

*Dona Espedita era uma senhora baixinha, gordinha e muito simpática perante o alunado. Ela ficou no meio da escada e discursou também, mas contra o que Marcos tinha dito: ‘Vocês são uns meninos, não vão se meter com tropas do Exército que estão ocupando as ruas da cidade. Não adianta vocês saírem às ruas. Voltem pras salas de aula que é muito melhor.’<sup>1</sup>*

Luiz Gonzaga se recorda que, depois do golpe, os alunos notaram a ausência de vários colegas, professores e funcionários. Um dos mais queridos era o professor João Faustino Ferreira Neto, que “ensinava Matemática com uma didática agradável”. Tempos depois, ele retornaria às atividades, passando, também, a exercer a função de orientador educacional, “tendo sido, nesse período, o primeiro

professor a dar aulas sobre educação sexual na Escola Industrial”.<sup>2</sup>

Aluno da Faculdade de Pedagogia de Natal, João Faustino fora contratado em 1963, mesmo ano em que havia sido eleito presidente da União Estadual dos Estudantes Universitários (UEE), por sua conhecida militância na política estudantil. Na fase secundarista, atuara na Juventude Estudantil Católica (JEC), entrando, posteriormente, na Juventude Universitária Católica (JUC), movimentos que tinham como orientador o Padre Antônio Soares Costa.

Diante da conjuntura de liberdade vigiada imposta pela ditadura, o movimento estudantil na Escola Industrial ficara silenciado durante todo o ano de 64, segundo Luiz Gonzaga, silêncio que só seria quebrado pela publicação do jornal *Evolução*, de sua autoria, datilografado em folhas de ofício coladas sobre cartolina e fixado em mural.

“Foi muitas vezes riscado e rasgado pelos alunos mais radicais, que colocavam um R gigante na frente do título, o qual, por suas posições neointegralistas, ficou queimado e sem condições de circular”, admitiria o ex-aluno 24 anos depois, quando, já exercendo a profissão de jornalista, publicara uma série de reportagens especiais sobre o movimento estudantil de Natal, no antigo jornal *Dois Pontos*.<sup>3</sup>

Em 1966, quando cursava a 3ª série do ginásio industrial, Luiz Gonzaga decidira aceitar a sugestão dos colegas e candidatar-se à presidência do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha, tendo sido apoiado pelo inspetor de alunos, Adilson de Castro Miranda, ex-presidente da entidade e ex-militante da Juventude Estudantil Católica.

*Adilson era funcionário e conhecido pelos seus discursos retóricos que fazia em todas as solenidades cívicas da Escola. [...] lidava, diariamente, com mais de 600 alunos. Era pau pra toda obra. Mexia com tudo, conversava, advertia e orientava os alunos.*

1 CORTEZ, Luiz Gonzaga. Golpe de 1964: o povo não foi contra os militares. Disponível em <<http://www2.uol.com.br/omossoroense/200403/especial.htm>>. Acesso em 30 set. 2008.

2 \_\_\_\_\_. Escola Técnica: três expulsos sem o AI-5. *Dois Pontos*. Natal, 30 jul. a 05 ago. 1988. Caderno Dois. p.6-7.

3 Idem.

[...] Por uma ironia dessas da história, dirigi o grêmio com certa liberdade e desagradei a Adilson e à direção da Escola. Cometi erros. Por exemplo, editei um jornal cujo nome era Manda Brasa, influenciado por uma música de Roberto Carlos, que estava no auge. Depois corrigimos o erro e editamos o Mensageiro Industrial.<sup>4</sup>

Sob o lema “Deus, pátria e família”, a gestão de Luiz Gonzaga Cortez à frente do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha fora marcada pela publicação dos dois jornais citados, que traziam, como epíteto, a expressão “porta-voz dos alunos da Escola Industrial”. A primeira edição saía em junho de 66, com quatro páginas, e a segunda, em setembro, num total de oito páginas, com textos de vários colaboradores, entre eles, José Ginane de Medeiros, Jurandir Bezerra de Oliveira, Rubens de Azevedo Maia e José Gilson de Oliveira.

Em seu editorial, o “Manda Brasa” deixava bem claras as pretensões dos redatores: “[...] prometemos lutar em defesa dos nossos interesses, pela revolução democrática de 31 de março, pela democracia e a nossa fé cristã e jamais dormiremos na luta contra o comunismo ateu, internacional e totalitário”.<sup>5</sup>

A paixão de Luiz Gonzaga por foguetes e astronáutica se fizera refletir na política editorial dos dois jornais. Vários artigos enfatizavam a corrida espacial pela conquista da Lua, protagonizada pela União Soviética e os Estados Unidos, que se encontravam em plena Guerra Fria, como também noticiavam a recente instalação, em Natal, do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, destinada ao rastreamento e lançamento de foguetes de sondagem nacional e internacional.<sup>6</sup>

O interesse pelo assunto o levaria a construir e lançar pequenos foguetes na praia do Forte, em Natal. Cerca de 12 lançamentos foram feitos, em 1965, com mísseis de 36 cm de comprimento por 3,5 cm de diâmetro, que chegavam a atingir 80 metros de altura. Posteriormente, ele partira para a construção de foguetes de 1m por 3,5 cm

de diâmetro, alcançando altitude recorde de 180 metros.

A iniciativa resultara na criação de um departamento inédito no Centro Lútero-Recreativo, o de Promoções Científicas, que, por sua vez, prestava apoio à recém-fundada Sociedade de Estudos Astronáuticos (SEA), cujas reuniões tinham lugar aos sábados, na Escola Industrial, chegando a contar com mais de 30 associados.

Nas eleições seguintes do Centro Lútero, fora derrotado pela chapa encabeçada por Ednaldo Pimentel, candidato de Adilson, que tinha como vice, o aluno José Gilson de Oliveira.

Passado o episódio, Luiz Gonzaga começara a participar das reuniões do que viria a ser o embrião da JEC na Escola Industrial, que contava com palestras proferidas por padres da congregação redentorista do bairro de Morro Branco. “[...] não se falava de comunismo, socialismo, nada, falava só de lutar pelo estudante, lembrando aspectos de liberdade, preceitos cristãos, solidariedade, nada de baixar o pau na esquerda, nem na direita, nem de contestar o regime”.<sup>7</sup>

O fato é que ele e o amigo Jurandir Bezerra passaram a ter atuações mais constantes junto ao movimento, o que teria desagradado à direção da Escola Industrial e seu Conselho de Representantes.

*Um dia de setembro de 67, eu, Jurandir e outro aluno fomos surpreendidos pelo convite da direção da escola para comparecer à sala do presidente do Conselho, Luiz Carlos Abbott Galvão, um cidadão temido pelo alunado por causa da sua carranca e um tremendo óculos escuros. Luiz Carlos foi curto e grosso: não permitiria subversão dentro da escola e que nós só tínhamos uma opção, renunciar a qualquer atividade política ou a exclusão do quadro do corpo discente. Todos julgaram-se inocentes de qualquer atividade subversiva [...]. No final da conversa, Luiz Carlos disse, taxativo: Eu não quero subversão aqui e vocês estão expulsos.*<sup>8</sup>

4 Idem, p.7.

5 CENTRO LÚTERO RECREATIVO NILO PEÇANHA. Editorial. O Manda Brasa, ano I, n.1, Natal, jun. 1966. p.1.

6 CORTEZ, Luiz Gonzaga. Brincando com Foguetes. O Manda Brasa, ano I, n.1, Natal, jun. 1966. p.2. ; CENTRO LÚTERO RECREATIVO NILO PEÇANHA. A conquista da Lua. O Manda Brasa, ano I, n.1, Natal, jun. 1966. p.2. ; \_\_\_\_\_. Base de Lançamentos de Foguetes em Barreira do Inferno. O Manda Brasa, ano I, n.1, Natal, jun. 1966. p.1.

7 CORTEZ, Luiz Gonzaga. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 30 set. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (38min).

8 CORTEZ, Luiz Gonzaga. Escola Técnica: três expulsos sem o AI-5. Dois Pontos. Natal, 30 jul. a 05 ago. 1988. Caderno Dois. p.6-7. \_\_\_\_\_. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 30 set. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (38min).

Em novembro do mesmo ano, a expedição de uma guia de transferência<sup>9</sup> pusera fim à trajetória deste aluno na Escola Industrial de Natal, antes mesmo da promulgação do Decreto-lei n.º 477/69, que disciplinava as infrações cometidas por alunos, professores e empregados de estabelecimentos de ensino públicos e privados, que, supostamente, representassem subversão da ordem instaurada pela ditadura.

O que nem Luiz Gonzaga Cortez, nem a direção da escola poderiam prever era que, no ano seguinte, repercutiria no país o movimento político e social de maio de 68, caracterizado por forte atuação estudantil. A manifestação ocorrida na época e que culminara na morte do estudante Edson Luiz, baleado numa tentativa de invasão da polícia militar ao restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro, causara comoção nacional.

Diante do fato, os alunos da então Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIFRN), já instalados no edifício recém-inaugurado da Avenida Salgado Filho, seriam agora os atores de uma nova mobilização.

Eleito pelo presidente do Conselho de Representantes para a diretoria executiva da Escola Industrial, o professor João Faustino Ferreira Neto enfrentaria, na ocasião, um dos mais irônicos desafios de sua gestão: desmobilizar uma greve geral dos alunos que queriam participar da Missa de Sétimo Dia do estudante Edson Luiz, na antiga Catedral de Natal.<sup>10</sup>

João Faustino conta que, ao chegar ao trabalho às 7 e meia da manhã daquele dia, a escola já estava ocupada por líderes estudantis de outros colégios da capital. Sua primeira atitude, que considera comandada pelo bom senso, fora negociar a ida de uma representação estudantil, em troca da suspensão da greve geral.

*Naquela época, o acesso à Catedral se dava pela Praça Padre João Maria, junto da qual ficava o Quartel General, onde hoje funciona o Memorial Câmara Cascudo. Muito bem. A rapaziada dentro daquele ônibus, aquele entusiasmo e tal... o motorista entrou na onda*

9 ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Guia de Transferência de Luiz Gonzaga Cortês Gomes de Melo. Natal, 29 nov. 1967.

10 FERREIRA NETO, João Faustino. Sobre a trajetória do servidor da Escola Industrial à Escola Técnica Federal do RN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 19 dez. 2007. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (44min).

*deles e chegou com a buzina de ar comprimido lá em cima, parou na igreja. Lá no Quartel General, estavam o comandante da Base Naval e acho que o brigadeiro da Aeronáutica [...]. Os alunos voltaram da missa nos mesmos ônibus (eram dois), e à tarde, quando eu chego à escola, recebo a convocação de um tenente para ir ao QG. Chegando lá, eu historiei o ocorrido, disse que a decisão havia sido fruto de uma negociação e tal, mas que naquele momento a escola estava funcionando integralmente, nenhuma aula havia sido suspensa, e todos os alunos se encontravam em sala de aula. Resultado: 'volte pra sua escola que o senhor vai ficar sendo observado'.<sup>11</sup>*

A partir das manifestações de maio de 68, intensificam-se as ações do governo federal no sentido do combate à subversão e às ideologias contrárias ao regime. O Ato Institucional número 5 (AI-5) representaria o principal instrumento de repressão no país, podendo ser usado para decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, para suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos, cassar mandatos eletivos, demitir, aposentar ou colocar em disponibilidade empregados de autarquias e empresas públicas ou de sociedades de economia mista, entre outras possibilidades.<sup>12</sup>

No âmbito das instituições de ensino, os mecanismos de controle e doutrinação do regime se fizeram sentir por meio de diferentes intervenções, tanto no currículo escolar, quanto na gestão administrativa.

No primeiro caso, a estratégia escolhida fora a inclusão obrigatória da disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) no currículo das escolas de todos os graus e modalidades de ensino. Na esfera burocrática, os governos militares implantaram, na máquina administrativa federal e estadual, as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI ou ASI), que passaram a integrar, obrigatoriamente, a estrutura organizacional das instituições.

Cabia a tais agências de informação, por meio da emissão de planos de busca e relatórios confidenciais, efetuar o controle sobre as contratações de pessoal, a vigilância sobre as

11 Idem.

12 COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO. Ato Institucional nº. 5 de 13 de dezembro de 1968. Diário Oficial da União, Brasília, 13 dez. 1968, p.10.801, coluna 1. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

manifestações estudantis, a aplicação das punições previstas na legislação (Decreto 477/69) e a gestão da circulação de propaganda contrária e a favor do regime, entre outras atribuições.

A propósito da atuação da AESI dentro da esfera de ação da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, o professor Severino do Ramo de Brito afirma desconhecer que tenha havido perseguições, demissões ou qualquer outra iniciativa no sentido do cerceamento ideológico dos indivíduos que compunham essa comunidade escolar.

*Pra ser muito sincero, eu nunca tomei conhecimento desse negócio. [...] Agora, eu sei de tudo da Universidade. Conheço todas as figurinhas. Ela tinha uma área reservada, que era lá onde é o Distrito Naval. Tinha-se até medo de passar lá pela porta, porque se pensava que ia ser chamado (risos). [...] Da escola, se alguém foi chamado eu não sei, não me lembro que ninguém tenha sido convocado pra depor. Ela existia só por uma determinação legal, mas acho que nunca se produziu uma linha.*<sup>13</sup>

Instituída pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, no final do governo do presidente Artur da Costa e Silva (15/3/67-31/8/69), a Educação Moral e Cívica visava ao culto da Pátria, dos símbolos, das tradições, instituições e dos grandes vultos da história do país.

Considerada uma modalidade de prática educativa, a formação da consciência moral e cívica dos alunos deveria perpassar todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de “hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra classe e orientação dos pais”.<sup>14</sup>

Numa de suas primeiras mensagens presidenciais, o general Emílio Garrastazu Médici (30/10/69-15/3/74) revelava as verdadeiras intenções do governo:

13 BRITO, Severino do Ramo de. Sobre a influência do Regime Militar na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, o estágio dos alunos e as Bolsas PEBE. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 13 maio 2011. 1 gravação digital. Sonoro. (48min).

14 BRASIL. Decreto-lei nº. 869 de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no país e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 set. 1969, p.7769, coluna 4. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

*No campo moral, os esforços dos niilistas concentram-se na tentativa de destruir, especialmente pelo ridículo, os valores fundamentais em que se assentam as nossas tradições: a família, o culto dos antepassados, a dignidade do sexo, a fé em Deus e a crença de que o Homem foi feito à imagem e semelhança do Criador. Tentam os marxistas revolucionários uma revisão da História, para substituir, no altar da Pátria, os nossos heróis pelo anti-herói, como forma de agressão ao cerne da sociedade. Por isso, o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, é peça de alta significação no quadro do ensino brasileiro, restaurando a antiga e saudável prática de apresentar aos jovens, no seu aprendizado de cidadania, os pró-homens de nossa nacionalidade, ao mesmo tempo em que se lhes fortalece a crença nos superiores princípios da demo-cracia brasileira.*<sup>15</sup>

Na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), o auxiliar de disciplina, Damião Fernandes dos Santos, formado em Ciências Econômicas, com registro de professor de História, havia sido nomeado pelo diretor João Faustino, desde agosto de 68, para lecionar o curso de Organização Social e Política Brasileira, em caráter experimental, nas turmas do ginásio industrial.<sup>16</sup>

A partir de abril de 1969, ele assumiria também as aulas de Educação Moral e Cívica, tendo em vista que os professores de História do estabelecimento estariam “totalmente sobrecarregados com as tarefas próprias de suas disciplinas”.<sup>17</sup>

Os professores de História Anaíde Dantas e Natanael Gomes, contemporâneos da época de implantação dessas disciplinas, haviam sido convidados por Damião a ministrar um curso de Doutrinas Políticas para a juventude. Segundo Natanael, Damião Fernandes tinha um perfil “meio de esquerda”.

“Nós estamos em um período difícil e você vem querendo nos convocar pra dar um curso desse! Com que finalidade? Porque algum objetivo tem

15 MEDICI, Emílio Garrastazu. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, na abertura da sessão legislativa em 1971. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. A Educação nas Mensagens Presidenciais (1890-1986), v.2, p. 414. INEP: Brasília, 1987. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001499.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

16 FERREIRA NETO, João Faustino. Portaria n. 167-Dr/ETFRN. Natal, 08 ago. 1968.

17 GALVÃO, Luiz Carlos Abbott. Portaria n.10/69-CR. Natal, 09 set. 1969.

que ter!”, questionara ao colega. “Tu fica pra lá! não vamos montar esse curso não, porque de qualquer maneira, o momento não é oportuno pra estar doutrinando a juventude, quando se está prendendo gente aí a toda maneira”, advertira.<sup>18</sup>

O receio da professora Anaíde Dantas também se justificava em função de uma experiência com os militares, quando de sua participação na Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, implantada pelo prefeito de Natal, Djalma Maranhão, cassado pelo regime, em 1964. Ela chegara a ser convocada duas vezes para depor numa Comissão de Inquérito por sua proximidade com o prefeito.

*É claro que eu não podia me soltar, por causa que a gente tinha que seguir a disciplina do MEC. Mas eles (os alunos) forçavam a gente. Queriam que a gente dissesse alguma coisa. Só que a gente não podia dizer. [...] A gente seguia o livro OSPB, Organização Social e Política, dali não podia passar, mesmo que não concordasse. A gente não concordava, ultimamente não concordava, mas o negócio era grosso. E ninguém queria perder o emprego.*<sup>19</sup>

Como parte da formação cívica do alunado, em novembro de 1969, a EFRN instituiu o dia cívico, com hasteamento da Bandeira Nacional às 6h45min das segundas-feiras. À ocasião, deveria comparecer um professor, de preferência de História ou de Educação Moral e Cívica, um Auxiliar de Disciplina, e um grupo de, no mínimo, 100 alunos, de ambos os turnos.<sup>20</sup>

Antes do hasteamento, caberia ao professor ou a um aluno, previamente orientado, explicar os objetivos da solenidade. Na década de 70, a cerimônia de hasteamento fora transferida para as quintas-feiras, e o dia cívico passara a ter periodicidade mensal, com a palestra de reflexão sob a responsabilidade das turmas dos cursos técnicos.<sup>21</sup>

Quanto ao movimento estudantil, depois da publicação do Decreto-lei 477/69 e do AI-5, que

18 SILVA, Natanael Gomes da. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Celise de Lima Marinho, Eneida Lima Torreão e Sâmela Azevedo de Araújo. Natal, 2005.

19 DANTAS, Anaíde. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 01 jul. 2010. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (35min).

20 AZEVEDO, Arnaldo Arsênio de. Portaria n. 159-sDr. Natal, 10 nov. 1969.

21 EFRN. Centro Cívico Escolar Nilo Peçanha - Calendário Cívico-Escolar 1976.

lançavam na clandestinidade as organizações de natureza política surgidas no interior dos estabelecimentos educacionais, o governo militar reeditara o Decreto de inclusão da disciplina de Educação Moral e Cívica nos currículos para autorizar o incentivo à criação dos Centros Cívicos, sob a assistência de um professor-orientador.<sup>22</sup>

No âmbito da EFRN, a medida teria gerado uma “dispersão de lideranças e entrelaçamento de atividades” entre as diretorias do Centro Littero-Recreativo Nilo Peçanha, existente na instituição desde 1940, e o Centro Cívico Escolar, recém-fundado, razão pela qual o Conselho de Representantes decidira, em 1972, pela extinção da antiga agremiação, determinando que o Centro Cívico assumisse as funções da entidade extinta.<sup>23</sup>

Formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, a professora Miriam Celeste Mesquita, natural de Araruna/Paraíba, ingressara na EFRN em meados da década de 70, passando a lecionar OSPB e em substituição à professora de francês, Espedita Medeiros, que estava se aposentando, na orientação do Centro Cívico Escolar Nilo Peçanha.

*Eu mesma, como orientadora, convocava as turmas em sala de aula para o dia cívico. Os professores dessa época realmente cooperavam muito bem. [...] os alunos cooperavam até chegar na época do finzinho da ditadura, quando eles já estavam se manifestando. Até que acabou a ditadura e eles tomaram minha sala, que era lá na área de lazer. [...] Havia atividades de Educação Cívica e Recreativa, Artística e Cultural, que abrangia o Coral, a Banda de Música, o Atelier de Artes e Teatro, e o Grupo Folclórico. Cada um tinha seu professor, mas eu coordenava aquilo tudo.*<sup>24</sup>

De acordo com Miriam Mesquita, a atuação do Centro Cívico Escolar estava voltada para a melhoria

22 BRASIL. Decreto nº. 68.065 de 14 de janeiro de 1971. Regulamenta o decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do país e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 jan. 1971, p.362, coluna 2. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

23 COELHO, Luciano Rocha. Portaria nº. 56/72-CR-EFRN. Natal, 13 jul. 1972.; CONSELHO DE REPRESENTANTES. Resolução nº. 73/72-CR-EFRN. Natal, 31 ago. 1972.

24 SILVA, Miriam Celeste Mesquita e. Sobre a atuação da Coordenação de Atividades Artísticas e Cívico-Recreativas da EFRN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 25 nov. 2010. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (34min).

das condições de permanência do aluno menos favorecido economicamente na instituição, desde a volta da alimentação, suprimida em meados da década de 60, à doação de fardamento e uniformes para atletas carentes.

Aluno do ginásio industrial e, em seguida, do curso técnico de Geologia, Gilson Gomes de Medeiros relembra outros aspectos da entidade estudantil:

*[...] o Centro Cívico era para os alunos, tinha eleição, aquela coisa toda, mas sempre era uma coisa com um professor para controlar, para dirigir, para evitar excessos. E os alunos tinham que seguir naquela linha. Inclusive, o Centro Cívico não tinha habilidade na política no sentido de protestar, não. Era até mais de louvar a Revolução, os feitos da Revolução. [...] Chamava-se, inicialmente, Centro Littero Recreativo Nilo Peçanha. Era a parte de literatura e a parte de recreação. Depois virou Centro Escolar, mas manteve a característica de ter essa parte sempre voltada mais para a congregação dos alunos, de envolvê-los em atividades cívicas, mesmo. [...] Como eu gostava de escrever um pouco, me envolvi com o pessoal do jornal, para colaborar com os artigos.*<sup>25</sup>

O jornal do Centro Cívico chamava-se Comunitec e, em determinada época, fora assessorado pelas professoras Espedita Medeiros, Nalva Ramos e Crisán Siminéa. Além deste canal de comunicação, outras publicações avulsas devem ter circulado na ETRN nas primeiras décadas dos anos 70, ao ponto de a diretoria executiva designar uma comissão para promover as medidas necessárias à sua unificação.<sup>26</sup>

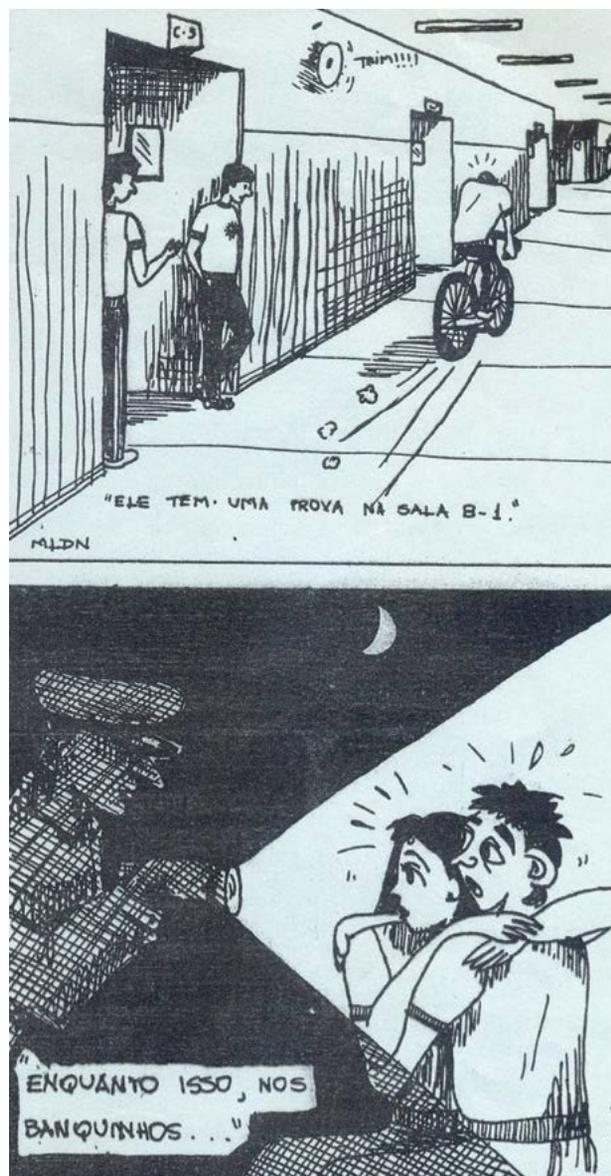
A iniciativa atendia nada mais, nada menos, do que as recomendações expedidas pelo MEC no intuito de “moralizar” as publicações do Ministério e dos órgãos a ele vinculados, que estariam se prestando mais à “promoção social ou à obtenção de vantagens materiais do que aos próprios interesses da Administração”.<sup>27</sup>

Diante do apelo, tão logo iniciado o ano letivo de

<sup>25</sup> MEDEIROS, Gilson Gomes de. Sobre a trajetória do ex-aluno e servidor Gilson Gomes de Medeiros. Entrevistador: Celise de Lima Marinho. Natal, 26 ago. 2005.

<sup>26</sup> AZEVEDO, Arnaldo Arsênio de. Portaria n. 242/74-Dr. Natal, 22 ago. 1974.

<sup>27</sup> SOUSA, João Laurentino de. Situação atual das publicações oficiais periódicas na área do Poder Executivo. Revista de Biblioteconomia, Brasília, v.4, n.1, jan./jun. 1976. p.189. Disponível em: <<http://www.eadistancia.com.br/OpenConference/harvester-2.0.1/harvester-2.0.1/index.php/record/view/8419>>. Acesso em: 22 ago. 2010.



Seção de humor do Informatec, jornal do Centro Cívico Escolar Nilo Peçanha, 1984.

1975, a direção da ETRN, na pessoa do professor Arnaldo Arsênio de Azevedo, lançava as normas para os serviços editoriais da instituição a serem seguidas a partir daquele momento:

*Além do Boletim de Serviço, não será admitida na Escola qualquer outra publicação periódica, salvo o jornal editado pelo Centro Cívico Escolar, sob orientação e supervisão do Setor de Controle das Atividades Discentes (SCAD) [...]. Toda e qualquer matéria do jornal será previamente submetida pelo SCAD a um professor da disciplina de Português, para a correspondente correção, ao Assessor de Segurança e Informações e ao Assessor de Relações Públicas, para o exame de inconveniências, acaso nela existente [...]. O jornal não poderá circular mais do que quatro vezes por ano, devendo sua*

*matéria ter cunho literário e recreativo, com motivações decorrentes dos próprios programas curriculares, referentes à cultura geral, à cultura técnica, à cultura cívica e aos esportes, não sendo vedada a introdução de matérias que tenham por objetivo integrar a Escola à comunidade.*<sup>28</sup>

O disciplinamento editorial das publicações no âmbito interno das instituições visava, em última instância, facilitar o controle do intercâmbio nacional de informações promovida pelo movimento estudantil no país.

Num dos comunicados emitidos aos órgãos federais integrantes da rede de informações do governo no Rio Grande do Norte - Quartel General da 7ª Brigada, Catre, Polícia Federal, DOPS, CHESF, DRT e ETFRN - a Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFRN dizia ter recolhido vários panfletos, de origens diversas, enviados aos Diretórios Acadêmicos daquela instituição. Ao final do comunicado, o titular da AESI/UFRN comentava:

*Apesar das correspondências focalizarem problemas internos das comunidades universitárias, apresentam, todavia, um ponto em comum, que é o interesse em transmitir aos estudantes de outras Unidades da Federação os seus "problemas", cujas soluções não estariam nas mãos dos destinatários. A intensificação de missivas desta natureza leva-nos a acreditar que exista um movimento de âmbito nacional, coordenando uma campanha de divulgação de suas bases, que seria a precursora de uma ação mais objetiva de movimentação da classe estudantil, nos moldes dos anos 67/68.*<sup>29</sup>

A preocupação do Ministério da Educação era que os estudantes brasileiros estariam sendo alvo das estratégias do Movimento Comunista Internacional, que vinha se utilizando de todos os meios e expressões artísticas para "aliciar os estudantes incautos em favor da subversão organizada, o que constituiria uma das etapas iniciais de catequização marxista da classe estudantil".<sup>30</sup>

O ofício confidencial do MEC instruía as instituições de ensino a usar de sabedoria e prudência ao discernir os eventos e as formas de arte usados pelo esquema comunista encampados

28 AZEVEDO, Arnaldo Arsênio de. Portaria nº. 29/75/GD-ETFRN. Natal, 25 fev. 1975.

29 MEC/UFRN/AESI. Informação n. 057/75-ASI/UFRN. Natal, 25 jul. 1975.

30 GONÇALVES, Edmar de Oliveira. OF/CONF/AESI/DEM/ N.º 300/74. Brasília, 29 jan. 1974.

por diretorias ou entidades estudantis ilegais, alguns das quais com fins de arrecadação de renda destinada a organizações subversivas.

Como exemplo de artistas a serviço da subversão na área estudantil, o MEC nominava Chico Buarque de Holanda (que, em 1972, teria realizado mais de 100 apresentações para público universitário), Nara Leão, Luiz Gonzaga Júnior, Caetano Veloso e Gilberto Gil.

Subordinada, à época, ao então Departamento Nacional do Ensino Médio, entre maio e junho de 73, a ETFRN fora submetida a uma verdadeira sabatina de questões que sondavam desde os reflexos das atividades estudantis na instituição, o uso de substâncias entorpecentes, o valor atribuído à disciplina de Educação Moral e Cívica pelos docentes e discentes, o engajamento da escola no programa de desenvolvimento nacional, até a observância dos valores espirituais e morais da nacionalidade.<sup>31</sup>

Num desses inquéritos, coube ao professor Antônio Fernandes de Carvalho, no exercício do cargo de diretor, proceder à elaboração das respostas a tais indagações:

*O respeito pelos valores morais, cristãos e democráticos, bem como o apreço pelo sentido dos laços familiares é a tônica do nosso programa de educação através dos princípios da Educação Moral e Cívica, ressaltando a nossa comunidade escolar das influências negativas de qualquer natureza. [...] Não se evidenciam falhas na prevenção e repressão à inobservância dos preceitos morais que contribuam para o descenso gradual dos princípios morais. [...] As medidas de censura prévia aplicadas nos estabelecimentos de ensino que podemos alcançar são adequadas, sim, para coibir as publicações e apresentações estudantis de caráter erótico ou pornográfico. [...] Há uma consciência generalizada e plena do sistema, de modo que não se registram tentativas de meios para burlá-lo.*<sup>32</sup>

31 \_\_\_\_\_. Ofício Confidencial nº. 301/73-AESI/DEM/MEC. Brasília, 30 maio 1973. ; \_\_\_\_\_. Ofício Confidencial nº. 302/73-AESI/DEM/MEC. Brasília, 31 maio 1973. ; \_\_\_\_\_. Ofício Confidencial nº. 303/73-AESI/DEM/MEC. Brasília, 05 jun. 1973. ; \_\_\_\_\_. Ofício Confidencial nº. 304/73-AESI/DEM/MEC. Brasília, 08 jun. 1973. ; \_\_\_\_\_. Ofício Confidencial nº. 306/73- AESI/DEM/MEC. Brasília, 12 jun. 1973. ; \_\_\_\_\_. Ofício Confidencial n.309/73- AESI/DEM/MEC. Brasília, 19 jun. 1973.

32 CARVALHO, Antônio Fernandes de. Ofício n. 577/73-Dr/ETFRN. Natal, 16 jul. 1973.



*A fundação do Coral Professora Lourdes Guilherme, em 1975, abriu o caminho para a vivência cultural dos alunos da Escola nas diversas manifestações artísticas, com destaque para a música, o teatro, a dança e as artes visuais. (1975)*

# A arte na escola

## O salto criativo na formação estética do educando

Um encontro cujo contexto não poderia ter sido diferente. Ela pianista, ele, coralista e instrumentista. Em ambos, uma paixão incomum pela música e uma vocação comum para o ministério religioso e educativo.

*Eu conheci a professora Lourdes Guilherme porque eu preparei uma opereta, no meu tempo de Seminário, quando eu estava ainda no ginásio, e foi ela a pianista que acompanhou o desenrolar do drama, meio cantado, por isso o nome opereta<sup>1</sup>, “Marcos, o pescador”. Era o título da opereta. E ela ficou assim, com a minha imagem na memória dela, porque foi eu quem ensaiei, eu era um menino de ginásio. Preparei toda a opereta, a minha parte e a parte dos demais atores, os seminaristas. Quando ela veio para os ensaios finais, já encontrou tudo certinho. Quando eu terminei os estudos, a professora Lourdes Guilherme soube que eu estava pra receber o presbiterato na antiga Catedral e foi assistir.<sup>2</sup>*

Pouco tempo depois, ele receberia o convite dela para substituí-la nas aulas de canto da antiga Escola Industrial de Natal, pois estava afônica, com um problema nas cordas vocais. “Aos poucos, ela foi me orientando: faça mais isso, faça mais aquilo, é melhor tomar um repertório mais nesse sentido, e menos nesse outro, e tal”.<sup>3</sup> Resultado: ela começou a se encaminhar para a aposentadoria e ele para adquirir um tempo mais estável na Escola Industrial.

Como fruto mais duradouro daquele encontro resultara, nada mais, nada menos, que o Coral Professora Lourdes Guilherme, fundado pelo Padre Pedro Ferreira da Costa, em maio de 1975. A trajetória de vida desse regente esteve marcada pela música, desde a infância, quando tocava trompete já no 3º ano primário. “Inicialmente a minha mãe

não permitiu que eu estudasse música com medo de eu vir a me tornar um boêmio, depois ela cedeu”, brinca Padre Pedro.<sup>4</sup>

Sua ordenação sacerdotal se dera aos 24 anos, após uma jornada de cinco anos no Seminário Menor, em Natal, e mais sete, em Fortaleza, onde cursara Filosofia e Teologia, e tivera a oportunidade de lecionar música, tocar harmônio, ensinar canto gregoriano e reger o coral do Seminário Maior.<sup>5</sup>

O desafio de formar o coral da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte partira do diretor da época, o professor Arnaldo Arsênio de Azevedo. Naquele ano, a escola recebera o convite para participar do II Encontro Nacional de Corais das Escolas Técnicas, o ENCORET. Padre Pedro conta que o diretor o chamou e, em tom de brincadeira, impôs como condição para sua permanência na Escola, a preparação de um coro para aquele festival.

*Nos reunimos pela primeira vez no dia 10 de maio. O festival ia ser em novembro. Então fizemos peças de Palestrina<sup>6</sup>, peças mais difíceis, e coisas mais simples, folclore do Rio Grande do Norte, misturado com repertório conhecido internacionalmente e tal. E isso dava um trabalho enorme, porque era tudo de memória. A turma não sabia ler partitura de música. Era trabalho intenso, mas havia o grande estímulo, que era se preparar para uma viagem a Curitiba, no Paraná. E eu dizia: olha, a nossa participação nesse festival será o primeiro passo para a história do nosso coral. [...] Mas no final das contas o coral tirou o primeiro lugar. E a partir daí desencadeou-se primeiro lugar que não acabava mais!<sup>7</sup>*

Nos dois anos seguintes em que passou afastado cursando o mestrado em Roma, de 1976 a

1 Tipo de teatro musicado, de caráter leve, incluindo diálogos cantados.

2 COSTA, Pedro Ferreira da. Sobre sua atuação como regente do Coral Professora Lourdes Guilherme. Programa CEFET em Foco – Quadro Destaque da Semana. Natal, 2006.

3 Idem.

4 COSTA, Pedro Ferreira da. O Expressinho - Informativo da ASETFRN, Natal, ano III, n. 13, nov. 1985. Coluna Encontro Marcado, p. 2.

5 Idem.

6 Compositor italiano de música religiosa, Giovanni Pierluigi da Palestrina (1525-1594).

7 COSTA, 2006.

1978, o substituíra o professor de música da UFRN, Glênio Manso Maciel.

*Eu fiquei muito cheio de dúvida, porque eu nunca tinha trabalhado, assim, com coral grande. Um coral masculino, um coral já com um nome próprio. Daí, foi difícil dar essa resposta, mas ele insistiu muito e eu findei aceitando. E foi interessante [...]. Eu não tinha muito trabalho disciplinar com os coralistas, não. Eles eram muito agradáveis. Muito bagunceiros, mas muito obedientes também! (sorri) Eu fui muito feliz durante o período que eu passei na EFRN! O coral gostava muito de cantar e cantava todo tipo de música, da renascença, música sacra, e adentravam o popular brasileiro.<sup>8</sup>*

As primeiras viagens, os primeiros concursos, os primeiros títulos. Tudo está registrado na memória do professor Gilson Gomes de Medeiros, ex-aluno do curso técnico de Geologia e cantor do Coral Professora Lourdes Guilherme desde o primeiro ensaio. Uma vivência, aliada à dedicação posterior à música, que o credenciara a reger o coro anos depois, quando do afastamento definitivo do Padre Pedro Ferreira, em 1987, atendendo a um convite da então diretora da EFRN, professora Luzia Vieira de França.

*Uma das pessoas que foram mais importantes para mim foi o regente do Coral, Padre Pedro. Porque a gente teve uma convivência muito longa. [...] Eu fui coralista dele aqui e na Universidade, no Madrigal, então, acaba aquela pessoa passando mais informações, mais valores, e ele era, além da parte musical, um educador, que me deu muitas informações importantes para minha formação humana. E cultural também, na área de música, na área de arte. A gente aprendeu muito com ele.<sup>9</sup>*

Mas a atuação de Padre Pedro não se restringira ao coral. Músico com experiência em trompete, gaita de boca, órgão, realejo, saxofone, bombardão e

8 MACIEL, Glênio Manso. Sobre sua atuação como regente do Coral Professora Lourdes Guilherme. Programa CEFET em Foco – Quadro Destaque da Semana. Natal, 2006.

9 MEDEIROS, Gilson Gomes de. Sobre a trajetória do ex-aluno e servidor na Escola Industrial e Técnica Federal do RN. Entrevistador: Celise de Lima Marinho e Sâmela Azevedo de Araújo. Natal, 26 ago. 2005.

flauta doce, por determinado período, na década de 70, seus conhecimentos musicais foram canalizados para a regência da banda marcial da Escola, uma categoria do tipo fanfarra, cuja composição instrumental básica é formada de cornetas e tambores.

Seguindo a tradição da antiga Escola Industrial de Natal, a banda regida por Padre Pedro apresentava-se, sobretudo, nos desfiles cívicos da Semana da Pátria, e era composta por integrantes do sexo masculino. Isto é, até o momento em que as alunas reivindicariam sua inclusão.

Uma das protagonistas desse “movimento” fora a estudante do curso técnico de Geologia, Leonor de Araújo Bezerra Oliveira. Desde os sete, oito anos de idade, já sonhava em ingressar na instituição, uma vez que costumava frequentá-la na companhia do pai, o professor de inglês e assessor jurídico Ruy Xavier Bezerra.

A oportunidade surgira em meados da década de 70, quando a direção decidira abrir seus cursos regulares para a entrada de meninas. Assim, de 1978 a 1980, Leonor pudera, enfim, concretizar o desejo de vestir a tão sonhada bata azul. A meta seguinte seria entrar para a Banda Marcial.

*A gente morria de vontade de tocar na banda. Fizemos algumas tentativas, mas quando a gente chegava pra falar com padre Pedro ele dizia: Não pode! A banda historicamente é masculina. Ai a gente contestava: Mas a escola já é mista, por que não tem mulher na banda? Então, ele perguntava: Mas vão tocar o quê?’ Uma das colegas disse que ia tocar prato e a gente resolveu tocar flauta. Então por pressão nossa foi colocada a flauta na banda e feita uma música especialmente pra nós. O primeiro ano que a banda saiu com menina tocando foi em 1979, com a gente tocando lá a nossa flautinha.<sup>10</sup>*

Como toda concessão gera precedente, seis anos depois, Padre Pedro iria se defrontar com a mesma reivindicação. Desta vez, em relação ao coral.

*As alunas, ouvindo o ensaio do coro masculino, manifestaram à direção da escola a possibilidade de elas também fazerem parte do coral! E eu ofereci uma certa*

10 OLIVEIRA, Leonor de Araújo Bezerra. Sobre a trajetória e atuação da ex-aluna e servidora da Escola Técnica Federal do RN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 09 jun. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (31min).

*resistência. Não era por nada. O argumento meu era que, no Brasil, são muito poucos os corais de vozes iguais, quer sejam todas vozes femininas, quer sejam todas vozes masculinas. Então eu queria manter, pelo menos, assim, essa raridade!*<sup>11</sup>

A questão é que já circulava, entre os defensores da entrada de mulheres no coral, o contra-argumento de que ele obtinha as primeiras colocações por ser um coro diferente, exclusivamente masculino, peculiaridade que chamava a atenção dos jurados. A polêmica não se estendera muito. Em abril de 1984, o coral se tornara misto.<sup>12</sup>

“Num festival nacional, não de escolas técnicas, um festival nacional de corais, [...] nós tivemos a nossa participação. Eu disse: vamos ver qual é a nova performance [...] participando com um coral da mesma natureza. E o coral tirou em primeiro lugar!”<sup>13</sup>, constata o regente. Tratava-se do IX Festival Maranhense de Coros (FEMACO), que acontecera em São Luís, em outubro de 1985.

Se a conquista surpreendera o mestre, para a coralista Cláudia Virgínia Souza Muniz, 16 anos na época, o título soara como a felicidade plena, afinal de contas, era apenas seu segundo ano no grupo. Nele, aprendera a arte de cantar e compartilhar sentimentos.

*Esse aspecto foi o que mais me completou como ser humano, testemunha a ex-aluna de Estradas, que considera Padre Pedro um lapidador de almas. Era alquimista também, porque conseguiu transformar o coral da Escola, a princípio, composto por adolescentes, alguns sem nenhum conhecimento musical, que considero pedras brutas, em coralistas com vozes afinadíssimas. Enfim, transformou-nos em diamantes.*<sup>14</sup>

Acompanhado pela professora Miriam Celeste, coordenadora do Núcleo de Atividades Artístico-Culturais, e do motorista da escola, João Batista, a equipe da qual fizera parte Cláudia Virgínia

conhecera o país de norte a sul, desde Olinda, em Pernambuco, onde participara do IV São Bento Arte Coral (84), até Mato Grosso do Sul e Ponta Porã, no Paraguai (86). Mas de toda a vivência no coro, a coralista não tem dúvida: o FEMACO representou o momento mais marcante de sua vida.

*Na nossa ingenuidade, nunca imaginávamos que seríamos vencedores. Na hora em que o apresentador anunciou o vencedor, ninguém foi ao palco de tanto surpresa. [...] Despertamos, então, para o ocorrido, e comemoramos muito pelas ruas de São Luís do Maranhão, atrás do Boi-Bumbá, madrugada afora. [...] Eu achava, na época, que o que tinha me feito feliz tinha sido o vencer, porém depois de 26 anos, tenho consciência de que fui feliz só pelo fato de ter feito parte do coral e me apresentado no festival. O ganhar foi a consequência de todos os nossos esforços.*<sup>15</sup>

O Coral Professora Lourdes Guilherme e a Banda Marcial representaram as primeiras atividades artísticas extracurriculares implantadas na ETFRN após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1971, que tornara obrigatória a inclusão da disciplina de Educação Artística no currículo dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.<sup>16</sup>

Além de padre Pedro, entre os anos de 1970 a 94, o trabalho com a arte na educação dentro da ETFRN fora protagonizado pelos professores Walfredo Pereira Brasil, Thomé Filgueira, Severino Fernandes da Costa Neto (China), Isolda Trigueiro de Lima, Francisco Farias de Carvalho e Marcos Aurélio de Lima. Da leitura dos diários de classe da disciplina de Educação Artística desse período, verifica-se um esforço de apresentar o conteúdo mais abrangente possível, desde a História da Arte às suas diversas escolas e modalidades, com ênfase para as artes plásticas, a música e o teatro.<sup>17</sup>

Ao lado do estudo da arte como objeto de conhecimento na disciplina de Educação Artística, outras atividades, além do coral, propiciavam um fazer artístico aos alunos da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, como o Grupo de Teatro Laboratório, dirigido pelo professor Walfredo Brasil, e, mais tarde, pelo servidor Luiz de França Ribeiro, e

11 COSTA, 2006.

12 ETFRN. Coral da ETFRN agora é misto. Informativo Interno, Natal-RN, ano V, n.71, 16 abr. 1984.

13 COSTA, 2006.

14 MUNIZ, Cláudia Virgínia Souza. Sobre a atuação da ex-aluna como coralista do Coral Professora Lourdes Guilherme. [mensagem pessoal]. Recebida por arilene.lucena@ifrn.edu.br em 31 maio 2011.

15 Idem.

16 BRASIL. Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971.

17 ETFRN. Diários de classe de Educação Artística: 1974-1988.

o Grupo de Dança Folclórico, do qual esteve à frente a professora Isolda Trigueiro.

O apoio à formação de conjuntos musicais entre os alunos e a montagem de peças teatrais foram algumas das iniciativas encampadas também pelo Centro Cívico Escolar Nilo Peçanha, e, posteriormente, pelo Grêmio Estudantil Djalma Maranhão, que tiveram destacada atuação nos eventos artístico-culturais nas décadas de 70 e 80, notadamente, na organização do Festival de Música Popular Brasileira da EFRN, promovido pelo grupo de professores de Comunicação e Expressão.<sup>18</sup>

Amante das histórias em quadrinhos, o professor Walfredo Brasil era um conhecido incentivador desse tipo de produção artística. O chargista e funcionário do setor de criação e arte da TV Universitária, Ivan Cabral, tivera contato com ele quando cursava o técnico em Geologia, no qual ingressara em 1978.

*Ele foi a pessoa que aglutinou esses jovens que estudavam aqui e nos colocou em contato com o pessoal mais antigo, o pessoal que já lidava com quadrinhos desde o início da década de 1970. Então, ele era essa pessoa articuladora e motivadora. [...] Como ele morava no mesmo bairro que eu morava, então, eu tinha muito contato com ele fora da sala de aula, onde ele me passava muitas informações, me dava muito material. Então, foi através desse convívio aqui, que eu pude me encaminhar para essa área realmente de produzir quadrinhos, humor e charge.<sup>19</sup>*

A época de aluno vivenciada por Ivan Cabral na EFRN fora marcada pela oficialização, em 1979, do Atelier de Artes, vinculado à Subcoordenadoria para os Componentes Curriculares do Artigo 7º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 5.692, atendendo à “necessidade de dinamizar na Escola as atividades de natureza cultural, artística, comunitária, assistencial e recreativa”.<sup>20</sup>

18 \_\_\_\_\_. Conjunto Musical do Centro Cívico ganha novos equipamentos. Informativo Interno, Natal, ano VI, n. 93, 10 abr. 1985. ; \_\_\_\_\_. Festival MPB/ETFRN abre a IV Semana de Comunicação. Agenda, Natal, n. 18, 09 maio 1986. ; CENTRO CÍVICO ESCOLAR NILO PEÇANHA. Participar ainda é o melhor negócio. Informatec, Natal, ano I, n. 01, 03 fev. 1981.

19 CABRAL, Ivan. Sobre a trajetória do ex-aluno da EFRN. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 18 nov. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (22min).

20 GUIMARÃES, Marcondes Mundim. Portaria nº. 239-Dr/ETFRN. Natal, 30 ago. 1979.

Seu primeiro orientador, o artista plástico Thomé Filgueira, iniciara esse trabalho dois anos antes, quando o então Departamento de Pedagogia e Apoio Didático, chefiado pelo professor Jairo Fabricio Alves, destinara oito horas semanais da sua carga-horária da disciplina de inglês para o Atelier de Artes.

*Uma das metas que o Centro Cívico Escolar Nilo Peçanha ainda não conseguiu alcançar foi a instalação de um Atelier de Artes. Temos feito várias gestões nesse sentido, porém, até agora, não obtivemos êxitos. A EFRN dispõe de grande potencial artístico entre seus alunos, necessitando, todavia, que tal potencial seja corretamente explorado e incentivado. [...] dentro do nosso quadro docente, temos um artista de grande experiência e renome, que se propõe a colaborar com o CCENP, assumindo a responsabilidade de instalação, organização e funcionamento do Atelier de Artes. Trata-se do professor Thomé Filgueira, pessoa de reconhecida capacidade no meio artístico e cultural do Estado, tendo, inclusive, participado de uma Bienal no Museu de Artes Modernas de São Paulo, afora inúmeras exposições coletivas e individuais realizadas no RN.<sup>21</sup>*



Atelier de Artes Plásticas, década de 80.

Contratado pela EFRN em abril de 1970 para lecionar inglês<sup>22</sup>, Thomé possuía certificado de

21 ALVES, Jairo Fabricio. Memorando n.º 64/77-DPAD-ETFRN. Natal, 14 jul. 1977.

22 EFRN. Registro de Empregado. Natal, abr. 1970.

proficiência pela Universidade de Michigan/USA e vivenciara cinco anos de docência (1963-68) na primeira escola de inglês da capital, a antiga Sociedade Cultural Brasil Estados Unidos (SCBEU).<sup>23</sup>

A partir da década de 80, o Atelier de Artes da ETRN ganhara reforço com a chegada do professor Francisco Farias de Carvalho, recém-licenciado em Artes Plásticas pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo. Em sua estreia à frente do setor, Farias preparara, com suas turmas de Educação Artística, uma grande exposição de bico de pena, que se estendera da área da gráfica, até o final do corredor da Área de Lazer da ETRN. “Foi uma exposição extremamente concorrida e a partir daí, as pessoas começavam a acreditar no trabalho que a gente começou a fazer no Atelier.”<sup>24</sup>

De 1980 a 1988 foram realizadas 13 exposições de pintura, que passaram de uma periodicidade semestral para anual. Havia também alguns trabalhos de pirogravura e bico de pena.<sup>25</sup>

*As exposições eram temáticas, e quando não se trabalhava um tema, a gente trabalhava várias escolas, como impressionismo, expressionismo, modernismo, e assim o aluno passava a ter uma informação técnica de como se executa um trabalho artístico, desde a parte geométrica em si, até a parte da figuração, tendo como base uma escola temática, uma escola de arte, onde a que mais se sobressaía era o impressionismo, uma vez que os alunos tinham uma tendência a gostar mais dessa escola.*<sup>26</sup>

Embora não fosse seu objetivo principal, o Atelier de Artes da ETRN acabara revelando talentos que se projetaram no cenário cultural de Natal. Técnicos que fizeram da arte sua forma de expressão e meio de vida, como o próprio Ivan Cabral, que, por meio do contato com a prática da Educação Artística firmara sua relação com o desenho e a ilustração.

---

23 INSS. Certidão de Tempo de Serviço de Thomé Soares Filgueira. Natal, 06 mar. 1991.

24 CARVALHO, Francisco Farias de. Sobre a atuação do servidor à frente do Atelier de Artes da ETRN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 07 abr. 2009. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (15min).

25 ATELIER DE ARTES DA ETRN. Fôlderes das Exposições (1980-1988).

26 CARVALHO, 2009.

*Eu creio que é algo assim sutil, invisível, mas marcante. [...] O atelier era uma casa aberta [...]. Qualquer folga que a gente tinha de aula, intervalo, corria pro atelier. [...] Tinha muitos artistas ali também, alunos participando. E a gente olhava os estilos de um e de outro [...]. Eu achava aquilo muito precioso, como quem diz assim: a hora que você quiser, a gente tá aqui pra você'. [...] Era uma coisa muito interessante você chegar e ter a liberdade de pegar, experimentar tintas e testar materiais diversos num ambiente de muita liberdade. [...] havia aquela interação, muito informal, mas não desorganizada no sentido negativo, informal por ser livre, aquela coisa bem gostosa. O pessoal vinha pro atelier não porque era obrigado, mas porque queria, corria pra cá como sendo um refúgio ali pra dar vazão à criação.*<sup>27</sup>

O ambiente do atelier e seu envolvimento na área de cultura do grêmio estudantil da ETRN também contribuiriam para a definição profissional da artista plástica Sayonara Pinheiro, aluna de Edificações no período de 1983 a 1986.

*Comecei com pintura no atelier, com Farias, [...] e depois organizamos, junto com o grêmio, era época da retomada dos grêmios [...], um festival, uma mostra de cultura, onde eu acho que foi minha primeira instalação. [...] E aí nunca mais eu parei. A escola tem essa coisa, de interferir mesmo na vida da gente. Eu passava o dia inteiro na escola e pela manhã eu fazia atletismo também. Então eu ficava direto na escola, já almoçava aí e uma parte da minha vida foi aí.*<sup>28</sup>

Atuando profissionalmente com arte contemporânea há mais de 20 anos, desde sua estreia no Grupo Oxente de Intervenção Ambiental, Sayonara especializou-se em Belas Artes, na Bélgica, e elegeu as cidades e suas problemáticas como o foco de suas produções.

*Eu sempre tive essa coisa da construção da pessoa, como que ela vive no ambiente dela, dentro e fora da casa dela. E também da lin-*

---

27 CABRAL, 2008.

28 PINHEIRO, Sayonara. Sobre a trajetória da ex-aluna da ETRN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 26 maio 2009. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (10min).

*guagem da construção da arquitetura, essa comunicação que ela cria a partir dela [...]. Então, por isso também que eu fiz Urbanismo [...] e depois me aprofundei mais na pesquisa sobre a cidade, o comportamento da cidade. E a partir daí vou dando visibilidade a essa problemática. Eu trabalho com intervenção urbana, com instalação.<sup>29</sup>*

Em meados da década de 80, mais precisamente em 1985, o grupo da disciplina de Educação Artística ganhara novo reforço com a contratação de Marcos Aurélio de Lima, profissional que focara seu fazer docente na criação e manutenção da Banda de Música da ETRN, uma iniciativa que perduraria por 13 anos ininterruptos.

Vivia-se um momento de popularização do rock nacional e no âmbito da ETRN havia certa pressão dos estudantes pela diversificação do repertório apresentado pela banda escolar. Marquinhos, como se tornara conhecido entre os alunos, recebera sua formação na Escola de Música da Universidade Federal, por meio da qual vivenciara uma experiência em orquestra sinfônica, sax e clarinete.

Num trabalho de sensibilização da direção geral da Escola Técnica, nessa época, ocupada, interinamente, pela professora Luzia Vieira de França, pouco a pouco conseguira autorização para compra de novos instrumentos, como trombones, trompetes, saxofones, tubas, guitarras, clarinetes etc.

*A questão é que com esse novo modelo de banda [...] foi ficando mais complexo. Os alunos foram necessitando também da leitura da partitura. Então eu comecei a dar aulas de teoria musical. [...] Eu tinha que fazer os arranjos da banda. Cuidar do fardamento da banda. [...] A novidade foi colocar esse repertório mais diversificado, que atendia e que fazia com que a banda chegasse a lugares onde antes não era solicitada a ir. Festas onde antes ela não estava inserida, como no caso da colação de grau.<sup>30</sup>*

Em função desse repertório mais diversificado e popular, com músicas que os alunos cantavam no

---

29 Idem.

30 LIMA, Marcos Aurélio de. Sobre a atuação do servidor como regente da Banda da ETRN. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 25 nov. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (28min).

seu dia a dia, a Banda de Música da ETRN atraía cada vez mais os estudantes e a comunidade externa, da qual chegavam inúmeros convites para apresentações na capital e no interior do Estado. Até o número de componentes tivera que ser reduzido de 70 para 50, a fim de comportar o grupo no ônibus escolar.



Banda de Música da ETRN sob regência do maestro Marcos Aurélio de Lima, anos 90.

*Conheci muitos alunos, pessoas especiais, aprendi também com os alunos no convívio com eles, aprendi sobre o amor. A música é uma linguagem universal que une as pessoas, que toca o coração das pessoas. [...] Na banda eu tinha mais contato com os alunos do que na sala de aula normal. [...] Quer dizer, virou uma espécie de irmandade e tem um mistério na banda que faz isso. [...] Nós passamos a viajar também juntos, não de vez em quando, mas cada vez com mais frequência.<sup>31</sup>*

Segundo o maestro, o grupo tinha uma agenda bastante apertada. Na semana, aproveitavam-se os horários vagos, como o intervalo do almoço ou o final da tarde, para os ensaios gerais. No meio dos turnos matutino e vespertino ocorriam as aulas de teoria musical e de práticas individuais por modalidade de instrumento, sopro e percussão. Alguns dias da semana eram reservados aos exercícios de ordem unida, visando atender à necessidade da banda de presidir os desfiles dos pelotões escolares quando solicitado, sobretudo pelas prefeituras do interior.

---

31 Idem.

*Houve um período em que até com guitarra, violão e teclado a gente trabalhava. [...] Nós tiramos de dentro da banda um grupo chamado Grupo de Metais, em que a gente unia os instrumentos de sopro à guitarra, à bateria, ao teclado, ao contrabaixo. E fazendo um trabalho desse passa a ser algo que não é um professor que tem que estar à frente, tem que ser uma equipe, porque é uma escola. É uma escola dentro de outra escola.<sup>32</sup>*

Para muitos ex-alunos que integraram o grupo as viagens representaram um dos aspectos mais significativos dessa vivência, recorda-se a jornalista Cledivânia Pereira, técnica em Edificações, que participava da equipe de percussão, tocando atabaque.

*A gente viajou muito pelo interior e levava o nome da escola. Era um orgulho pra gente. Éramos superrespeitados. Em alguns encontros, quando dizia assim: a “Banda da ETRN”, nós éramos a atração principal.<sup>33</sup>*

Dentre todas as atividades das quais participara no seu tempo de estudante, de 1990 a 1994, a banda era a sua predileta, apesar da atuação como atleta da seleção de vôlei, da frequência ao Atelier de Artes e da militância no grêmio e no centro acadêmico do curso.

*Eu acho que por uns três anos eu fui da banda. Quando sai da Escola eu ainda vinha tocar de vez em quando aqui e tenho o maior carinho pelo grupo, pelo maestro Marcos, que é uma pessoa assim, que eu adoro! [...] Eu adoro música e acho que aprendi a selecionar meu gosto musical a partir da banda. E o grupo da banda pra mim é especial. Eu não participo de muitas comunidades no Orkut, mas o que me levou a entrar no Orkut foi reencontrar os amigos com os quais eu tinha perdido o contato.<sup>34</sup>*

Assim como o Atelier de Artes, a banda também

---

32 Idem.

33 PEREIRA, Cledivânia. Sobre a trajetória da ex-aluna da ETRN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 26 jun. 2009. 1 gravação digital audiovisual em miniv. (25min).

34 Idem.

fizera seguidores na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. O saxofonista Fábio Isaac que o diga. Atuando como músico profissional há quase 15 anos, o técnico em Mineração já tocava na noite natalense, antes mesmo de concluir o curso, em 97. Desde 2000, estuda música, trabalha em orquestras, regência de bandas e sala de aula, como professor licenciado.

*A banda da ETRN foi fundamental, porque eu iniciei aqui, eu encontrei a ajuda que eu precisava pra estudar, pra me indicar os caminhos certos, onde eu ia estudar, onde me aprofundar. [...] Não sabia nada de música. [...] Foi aqui, através do maestro Marquinhos, e assim fiz muitos amigos que estão na música também profissionalmente até hoje.<sup>35</sup>*

Fábio Isaac ainda se surpreende ao lembrar as circunstâncias que o puxaram, literalmente, pelo braço, para fazer o teste da banda. A amiga insistente chamava-se Afra. Escolhera o trompete, mas por falta de vaga, restara-lhe disputar um único sax com outros quatro colegas. Um mês de estudos depois, conseguira a vaga e o instrumento o conquistara.

Para ele, as viagens com o grupo lhe permitiram conhecer seu próprio Estado e, ainda sem saber, prepará-lo para a rotina da profissão que abraçaria em seguida. “Eu nunca tinha saído de casa pra viajar sozinho sem a família, e eu comecei a viajar e isso dava mais segurança pra gente [...]. Já foi acostumando tanto a mim quanto a minha família”.

<sup>36</sup>

Com o afastamento do professor Marcos Aurélio para cursar pós-graduação em São Paulo, a banda passara a funcionar esporadicamente, devido à falta de outro professor de música na ETRN. A regência do grupo ficara na dependência da contratação de estagiários por tempo determinado. O próprio Fábio Isaac passara por essa experiência durante um período de seis meses, em 2001, numa das tentativas da instituição de dar continuidade a essa atividade artística.

*Quando eu falo da banda eu falo rindo porque foi só coisa boa [...]. Mas assim, a parte mais legal mesmo pra mim foi na colação de grau de 2000, no Machadinho. Esse*

---

35 ISAAC, Fábio. Sobre a trajetória do ex-aluno da ETRN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 14 jul. 2009. 1 gravação digital audiovisual em miniv. (22min).

36 Idem.

ano, que eu regi a banda, foi pra mim o prêmio mais forte. Tinha muitas conversas com Marquinhos também que nunca saíam da minha cabeça. Mas ia ter a colação e não ia ter a banda pra tocar, e a banda era algo assim que não podia faltar nas cerimônias de colação. Tinha música que a gente tocava que todo ano tinha que ter, que já era a cara da banda! Aquela Emoções', de Roberto Carlos (risos). [...] Como a banda tava parada, eu tive que ligar pros meus amigos antigos que tocavam comigo e a gente fez um grupo muito bom e ensaiou [...]. E a última música foi Emoções. Era o momento em que os formandos que faziam parte da banda iam abraçar os familiares. Um momento bem emocionante!<sup>37</sup>

Em meio às oportunidades de expressão artística oferecidas aos alunos da Escola Técnica, a dança também ocupava espaço nesse ambiente escolar, pelo menos desde 1980, com a criação do Grupo Folclórico da ETEFRN, coordenado por Isolda Trigueiro, contratada como “professor-colaborador” da disciplina de Educação Artística.<sup>38</sup>

Licenciada em Geografia e Estudos Sociais, Isolda já lecionava Noções de Folclore e Cultura Popular em diversas escolas do Estado e do município de Natal, dentro do Plano Estadual de Cultura, implementado pela Fundação José Augusto.<sup>39</sup> Nos três anos anteriores à sua admissão na ETEFRN, também tivera a oportunidade de coordenar o grupo folclórico “Paña, paña”, ligado ao Núcleo de Arte e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.<sup>40</sup>

É ainda na década de 80 que a dança surge na ETEFRN como possibilidade de vivência no âmbito da educação física. Uma das primeiras experiências nesse sentido ocorrera por intermédio da ginástica rítmica, comandada pela professora Rita Maria Simões Santos, que, ao deixar a instituição, em 1981, é substituída por Teresinha Elizabet Portella Ximenes, licenciada em Educação Física e especialista em Ciências do Esporte.<sup>41</sup>

Aluna do curso de Estradas, a jornalista Andréa Ramos, que entrou na ETEFRN aos 15 anos de idade,

---

37 Idem.

38 GUIMARÃES, Marcondes Mundim. Portaria nº. 51/80-GD/ETFRN. Natal, 24 fev. 1980.

39 GURGEL, Deifilo. Declaração – Fundação José Augusto. Natal, 20 maio 1980.

40 JASIELLO, Franco. Declaração - MEC/UFRN/Núcleo de Arte e Cultura. Natal, 22 maio 1980.

41 ETEFRN. Registro de Empregados. Ficha da servidora Teresinha Elizabet Portella Ximenes. Natal, 25 mar. 1981.

em 1987, ainda teve oportunidade de participar da experiência e diz que, embora não tenha seguido a profissão técnica, incorporara um legado de formação humanística para o resto de sua vida.

*Eu hoje não danço mais, mas eu aprendi a dançar na Escola. Eu fazia parte do grupo de jazz [...] e isso me ajudou muito. Não só me ajudou na expressão corporal, como me ajudou muito a vencer a timidez. Então foi muito marcante pra mim naquela época, aquele grupo, que se apresentava no ginásio da Escola. A gente tinha que ter toda uma descontração, e tal, e isso me ajudou a vencer a timidez, sem dúvida.*<sup>42</sup>

Ao ingressar no quadro de professores, em 1994, Karenine de Oliveira Porpino fora presenteada com o Grupo de Dança da ETEFRN, até então dirigido por Teresinha Ximenes. Bailarina, coreógrafa e especialista em dança/educação física, a proposta de Karenine para o grupo visava integrar os alunos que nunca tinham tido vivência na dança a partir de suas próprias experiências e de seu repertório motor. “Todas as coreografias eram discutidas em grupo. Elas surgiam de temáticas que eram significativas para aquele grupo de alunos que compunham o elenco”, assinala Karenine.<sup>43</sup>

Nessa perspectiva, uma de suas primeiras iniciativas fora a criação do Grupo de Dança Popular, que trabalhava com o referencial da cultura popular brasileira, tendo por base diversas linguagens que possibilitavam retratar o cotidiano. Assim, em 1996, o grupo estreava o espetáculo “Populesco, composto por cinco coreografias - uma das quais chamada Varal, produzida a partir da observação do trabalho das lavadeiras, e outra intitulada ZZZ e WC”, que tinha um aspecto cômico e abordava um pouco dos gestos cotidianos de acordar, levantar, de ir para o banho.

*Eu acho que o grupo se caracterizava por um perfil muito juvenil (risos). Quando eu falo muito juvenil, não é só porque eram alunos de escola, mas por ser composto não necessariamente por bailarinos que transitavam*

---

42 RAMOS, Andréa. Sobre a trajetória da ex-aluna da ETEFRN. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 03 nov. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (10min).

43 PORPINO, karenine de Oliveira. Sobre a atuação da servidora como coreógrafa do Grupo de Dança da ETEFRN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 31 ago. 2010. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (22min).



Espectáculo “Sol, suor e sabão”, com o Grupo de Dança da ETFRN, anos 90.

*as escolas de formação em dança. E era um grupo também que a linguagem corporal traduziu um perfil, digamos assim, muito alegre. Então, geralmente, as coreografias eram muito reconhecidas por ter uma certa ludicidade, por tratar de temas que eram bem do contexto daqueles jovens, porque tinham uma energia, uma vibração muito fortes.[...] Então o trabalho foi feito nesse sentido, de tá trazendo uma linguagem que tinha a cara deles mesmo.*<sup>44</sup>

Na metodologia do trabalho adotada por Karenine, o grupo participava de todas as fases da composição dos espetáculos, desde o trabalho de pesquisa, concepção das coreografias, montagem de cenários, escolha de trilha sonora, confecção de figurinos até a *performance* propriamente dita. Funcionava como uma espécie de oficina e mantinha uma interface com outros atores e grupos artísticos da escola e da cidade. O resultado era apresentado, sobretudo, nos eventos da própria instituição, mas também em bairros de Natal e cidades do interior.

*A função estética de um grupo de dança eu penso que não se dá dentro só do próprio grupo [...]. Você poder decidir esteticamente o que fazer em grupo, ter possibilidade de experimentar seu corpo para criar algo que seja artístico, que seja estético, poder apreciar, experimentar, isso é de um valor importante na formação estética dos indivíduos ou do grupo. [...] Mas a partir do momento que você apresenta, que chama o público pra*

44 Idem.

*apreciar, você leva outros modos de ver que não é necessariamente aquele que o sujeito está acostumado a ver, você leva a possibilidade do sujeito se sensibilizar, reconhecer o seu próprio corpo, a dança que tá no corpo do outro [...]. Então isso também era um ponto muito forte pra nós que fazíamos o grupo.*<sup>45</sup>

Egressa do curso técnico de Edificações, a professora de Arte, Suely Gleide Pereira de Souza Andrade, participava do Grupo de Dança Popular desde sua formação. A despeito da correria do dia a dia, dividindo-se entre a ETFRN, o curso de Magistério na Escola Estadual Varela Barca, e as aulas que ministrava na Escola Degrau, a ex-aluna sempre arranjava um tempo para frequentar os encontros e ensaios do grupo.

Como fruto desse esforço, pudera integrar ao menos dois espetáculos, o de estreia do Grupo de Dança Popular, em conjunto com o Grupo de Dança Contemporânea, intitulado “Dançantes”, que retratava a Festa de Santos Reis, e “Os Elementais”, que reunia dança, música e teatro numa produção sobre os quatro elementos da natureza – água, terra, fogo e ar.

A combinação vivida por Suely entre o exercício do magistério, a habilidade no desenho técnico e a experiência com arte-educação no grupo de dança, a levaria a se graduar em Educação Artística e a especializar-se em Ensino da Arte.

*Quando a gente participa de um grupo de dança que se apresenta na escola a gente já se sente importante, então como aluna eu sentia que era dada essa importância. E como profissional a gente sabe que o conhecimento não vem só de forma teórica. Ele também é sensitivo [...] A questão assim de valorizar o popular, as manifestações culturais da minha cidade, do meu Estado, foi um ensinamento que ficou pra o resto da vida, e também o próprio contato com o meio, com os profissionais de dança [...], pessoas que estavam ligadas à pesquisa. Isso me ajudou muito [...]. Hoje eu procuro ler muito sobre o assunto, sobre dança, arte popular, cultura popular, porque eu herdei isso dessas professoras, de Karenine principalmente.*<sup>46</sup>

45 Idem.

46 ANDRADE, Suely Gleide Pereira de Souza. Sobre a trajetória da ex-aluna da ETFRN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 08 out. 2010. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (21min).

Paralelamente à criação do grupo de dança, surge na ETRN o grupo de teatro Falas e Pantomimas, fundado pelo professor de História, Artemilson Lima, e coordenado, de 1995 a 2003, pela professora de Arte, Maria Isabel Dantas. Sua proposta de trabalho assemelhava-se ao de Karenine Porpino, no sentido de propiciar aos integrantes não apenas uma vivência de atuação teatral, mas de produção da obra artística como um todo.



Espectáculo Édipo, com o Grupo de Teatro Falas e Pantomimas, década de 90.

A peça de estreia intitulava-se “Irene não sabe das coisas”, uma adaptação do texto de Pedro Bloch, que tratava da entrada na adolescência e seus conflitos; em seguida, veio “Édipo”, uma das maiores montagens do grupo, derivada da tragédia grega de Sófocles; depois viria o espetáculo “O pagador de promessas”, adaptado da peça homônima de Dias Gomes. Diversos outros esquetes também foram produzidos pelo grupo, como “O casamento”, “O diálogo”, “Do real ao ideal” e “A cobra vai fumar”.

O ator, diretor teatral e professor de Arte, Abraão Lincoln, encontrou no grupo Falas e Pantomimas a oportunidade de aperfeiçoar uma tendência artística que remontava aos 9 anos de idade, na época do ensino primário, cursado no Colégio Nossa Senhora do Carmo, em Nova Cruz.

Seu ingresso no curso de Eletromecânica, em 1995, coincidia com a chegada em Natal, da professora Isabel Dantas, transferida da recém-inaugurada Unidade de Ensino da ETRN em Mossoró. O envolvimento no grupo lhe permitira encenar personagens marcantes na história do Falas e Pantomimas e direcionar seu futuro profissional para a área de artes cênicas, na qual se graduou.

“Foi essa experiência que desencadeou uma série de processos de vivência, de escolha de vida mesmo, pra que eu pudesse atuar nessa área”<sup>47</sup>, admite Abraão, que desenvolveu diversos trabalhos como ator que marcaram sua trajetória profissional, como a participação na peça “Bye, bye, Natal”, dirigida por Racine Santos, em várias edições do Auto de Natal, promovido pela Capitania das Artes, e no filme “For All Trampolim da Vitória”, entre outros.

*Nós acreditamos que a arte cumpre um papel fundamental nessa formação do cidadão, porque ela ajuda você a ter uma visão melhor sobre tudo que existe na sociedade. O ser humano vive na coletividade e necessita interpretar as imagens [...], fazer a leitura do mundo ao seu redor, e a arte ajuda nesse sentido, a compreender tanto o campo da visão crítica sobre as situações que existem no cotidiano, como te ajuda a se tornar um ser humano mais sensível diante de todas as situações que nos ocorrem no dia a dia.*<sup>48</sup>

Dentre todas as atividades artísticas ministradas na ETRN o Coral Professora Lourdes Guilherme fora o único que não sofrera interrupção. O músico André Luiz Muniz de Oliveira sucedera o professor Gilson Gomes na regência do grupo durante o período de 1991 a 1993. Dali em diante, o coral seria assumido pela professora de Arte, Ana Judite de Oliveira Medeiros.

Com tantos anos de estrada, apesar do caráter rotativo, próprio dos grupos artísticos formados na escola, o Coral sempre tivera um público cativo. São pais, amigos e familiares que se encantam com o trabalho e ecletismo do grupo, cujo repertório contempla desde a música sacra, erudita e regional ao cancionário popular, nacional e estrangeiro.

Atuando na sua área de especialização, a professora Ana Judite sente-se realizada ao trabalhar com educação musical, canto coral, técnica vocal e participação em eventos. Nos últimos anos, foram inúmeras as viagens e apresentações culturais, em Natal, no interior e em outros Estados.

Uma atração que não pode faltar nas solenidades de colação de grau da instituição, o Coral Professora Lourdes Guilherme realiza, ainda, dois concertos especiais por ano: o de aniversário de fundação

47 FRAZÃO, Abraão Lincoln Rosendo. Sobre a trajetória do ex-aluno da ETRN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 10 ago. 2010. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (16min).

48 Idem.

da Rede Federal de Educação Profissional, em setembro, e o concerto natalino.

*As características que eu vejo nesse coral é que os coralistas são muito amáveis, eu tento ser muito amável com eles, então isso é uma troca, é um reflexo. Se eles se sentem bem, se sentem amados, eles trocam isso também, e aí não só pra mim ou por eles mesmos, mas pelo trabalho. Se sentem orgulhosos de fazer parte de um trabalho que já tá há muito tempo existindo, se sentem valorizados e isso é uma marca, com muito prazer e alegria, com muito orgulho. [...] A princípio, o aluno é muito encantado, mas depois vai percebendo como aquilo contribuiu independente dele ser um grande músico ou um artista, mas ele vai ser uma pessoa melhor, um profissional melhor.*<sup>49</sup>

Como componente curricular obrigatório, o ensino de arte vem se mantendo na instituição aliado a um fazer artístico propiciado pela participação dos alunos em atividades de música, com o Coral Lourdes Guilherme e a Camerata de Flautas, de teatro, por meio do projeto de artes cênicas, que contempla o grupo de teatro Falas e Pantomimas e o Festival de Teatro Cortinas, e de artes visuais, com a retomada do atelier de artes.

Para a professora Elane Fátima Simões, o ensino de arte tem uma importância muito grande na vida do ser humano e, dentro da escola profissionalizante, ele contribui para a formação do técnico cidadão.

*Como o homem está dentro da escola, a arte também tem que estar. E a arte mexe com novas formas de ver, ela muda o homem, porque você começa a pensar que o mundo pode ser diferente. Na verdade, a arte proporciona essas relações. E a arte na escola tem esse papel, de fazer os alunos mais críticos, de pensar o mundo de uma outra forma.*<sup>50</sup>



Apresentação do Coral Professora Lourdes Guilherme, década de 90.

49 MEDEIROS, Ana Judite de Oliveira. Sobre a atuação da professora como regente do Coral Professora Lourdes Guilherme. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 03 ago. 2010. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (20min). ; \_\_\_\_\_. Sobre o Coral Professora Lourdes Guilherme. Programa CEFET em Foco - Quadro Destaque da Semana. Natal, 2006.

50 SIMÕES, Elane Fátima. Sobre o Núcleo de Arte do CEFET-RN. Programa CEFET em Foco - Quadro Destaque da Semana. Natal, 2006.



*A prática esportiva vivenciada pelo aluno da Escola Técnica marcou uma época de conquistas de medalhas e troféus e de muita integração entre os cursos, possibilitada pelos Jogos Internos da Instituição. (1972/1982?)*

# No campo de ataque

## Na vitória ou na derrota, tudo pelo esporte

Tarde de estreia no estádio Castelão. Em campo, 27 delegações representando as Escolas Técnicas Federais de todo o país no desfile de abertura dos VII Jogos Brasileiros do Ensino Médio. A cidade inteira se preparara, junto com a anfitriã, para sediar os nove dias de competições que iriam projetar a Escola Técnica Federal do Rio Grande no cenário esportivo local, regional e nacional.

Os VII JEBEM, realizados em Natal, no período de 09 a 17 de dezembro de 1972, constituíram, senão o primeiro, um dos maiores eventos esportivos estudantis do Estado, numa época em que os Jogos Escolares do Rio Grande do Norte (JERNs) estavam apenas no começo.

A candidatura da ETRN fora proposta por seu Conselho de Representantes, instalado em 1962, e que desde então procurara incentivar a prática esportiva na instituição por meio da ampliação do quadro de professores de educação física, que, até 1974, aumentara de um para 12 profissionais.

Data desse período a contratação de Sebastião Cunha e José Maria Pinto (1962), Luiz Carlos Teixeira de Barros (64), Ferdinando Teixeira, Augusto Serrano, Jorge Moura, Francisco Martins de Lima (1967), Pedro Galvão do Amaral (69) e Oliveira Gomes da Silva (72).

Dona Enilda de Sá Leitão de Brito, que secretariava a diretoria executiva da ETRN desde 64, fora partícipe e testemunha da intensa preparação que antecederia o evento, a fim de que a Escola pudesse sediar a competição.

*Nós fomos muito motivados pelo entusiasmo de Luiz Carlos, de tal forma que se trabalhou sem hora extra. Uma equipe de professores trabalhava dia e noite para que o JEBEM fosse realizado sem onerar os cofres públicos. Porque as coisas não eram fáceis naquela época [...]. Então tomou-se a iniciativa de fazer hospedar todas as equipes porque [...] a situação de recursos das escolas da Rede era uma só [...], as escolas tinham as dificuldades que nós tínhamos. E eles (a equipe) trabalharam fazendo 1000 beliches dentro da própria escola.*<sup>1</sup>

Contratado dois anos antes como professor de Desenho Arquitetônico do curso de Edificações, o arquiteto Marconi Grevi, autor das logomarcas dos cursos técnicos, recebera a tarefa de projetar os uniformes dos atletas da ETRN e da banda marcial da instituição, que abria o desfile do pelotão e era considerada a “menina dos olhos” do presidente do Conselho, Luiz Carlos Abbott Galvão.<sup>2</sup>

Dada a visibilidade do evento, começava ali, no Estádio Humberto de Alencar Castelo Branco, recém-inaugurado, uma história de conquistas protagonizada pela ETRN, que se tornaria invencível em quaisquer das disputas esportivas de que participasse. “Muitos troféus, muitos troféus! Houve derrotas, houve perdas, mas de um modo geral a escola sempre era imbatível”, atesta Dona Enilda.

A disciplina de educação física só se tornara obrigatória no currículo escolar a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971<sup>3</sup>, mas tanto a ginástica quanto a prática esportiva na ETRN remontavam à década de 40, e durante, quase 15 anos, tiveram como único instrutor o professor Geraldo Serrano, licenciado em educação física, em 1944, pela Universidade do Brasil / RJ.<sup>4</sup>

A partir da instalação do Conselho de Representantes na Escola Industrial de Natal intensificaram-se as contratações de pessoal, permitidas sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Assim, em 1962, o professor Sebastião Cunha<sup>5</sup>, licenciado pela referida universidade, integrava-se ao quadro docente da Escola Industrial e transferia as atividades esportivas da quadra do antigo estabelecimento, na Avenida

---

Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte: trajetória da servidora. Entrevistadora: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 2003. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (20min).

2 GREVI, Marconi. Sobre a trajetória e atuação do servidor da Escola Técnica Federal do RN. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 10 fev. 2009. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (24min).

3 BRASIL. Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971.

4 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE NATAL. Termo de Compromisso dos Funcionários – 1909-1945.; SERRANO, Geraldo. Curriculum Vitae.

5 ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. Livro de registro de ata das sessões do Conselho de Professores. Natal, 17 abr. 1962.

1 BRITO, Maria Enilda de Sá Leitão. Da Escola Industrial de

Rio Branco, para o terreno das futuras instalações da Escola Técnica, em Morro Branco.

*Ali onde é o estacionamento era o campo de futebol e a pista de atletismo onde eu trabalhava. Lá no prédio antigo só tinha voleibol, basquete e educação física. E aqui tinha atletismo, tinha futebol [...]. Eu não podia tomar conta de tudo. Então eu tive que fazer o esporte que açambarcasse o maior número de meninos [...]. Atletismo era ao redor do campo. Pegava a turma todinha e fazia uma gincana. A turma em fila, o de trás correndo, passando em linha reta de tudinho, quando chegava lá na frente o outro começava. Aí todo mundo correndo na pista. Então eu botava 200 alunos de uma vez só. <sup>6</sup>*

Tião, como ficara conhecido, vinha de uma longa vivência esportiva, iniciada no atletismo, em Caicó, sua cidade natal. Praticava salto com vara e corrida de três mil metros com obstáculos. A vinda para Natal em 46 lhe abriu os caminhos do esporte, passando a jogar voleibol pela Casa do Estudante, que ajudara a fundar, e basquete pela equipe da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB).

Depois de retornar do Rio de Janeiro, onde fizera seu curso superior, Tião fora contratado pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, oportunidade que lhe permitira transformar os antigos Jogos Ginásiais nos JERNS, que, a partir de sua criação, em 1970, tornaram-se o maior dos eventos esportivos escolares do Estado.

No ano seguinte à sua entrada na Escola Industrial de Natal, o professor de Artes Industriais, José Maria Pinto, diplomado pela Comissão Brasileiro-americana de Educação Industrial (CBAI), se transferia para a área de educação física, dedicando-se às modalidades de basquete e futebol.

Sua história de amor com o esporte tivera início desde a época de aluno do curso industrial básico em Artes do Couro (1954-1958), de cuja oficina viera a se tornar um dos poucos atletas a integrar a seleção de basquete da antiga Escola. Como atleta e dono de uma estatura de 1,84m, José Maria Pinto diz ter feito parte de uma das melhores equipes de basquete do Rio Grande do Norte, colecionando, entre outros títulos, o de tetracampeão de Natal e bicampeão Norte-Nordeste.

<sup>6</sup> CUNHA, Sebastião. Trajetória esportiva do professor da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do RN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros e Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 06 nov. 2008. 1 gravação digital. Sonoro. (64min).

*Meu fraco mesmo era o esporte. Depois eu fiz Educação Física. Fui o primeiro professor a dar aula aqui neste prédio<sup>7</sup>. Eu, o falecido Luiz Carlos de Barros e Sebastião Cunha. A educação física era realizada aqui. [...] Como coordenador de basquete, nós ganhávamos quase tudo. Quem mandava aqui era a gente! <sup>8</sup>*

Mas antes de atingir o período áureo das conquistas de medalhas no esporte, a ETRN tivera que preparar muito terreno! Literalmente! Quem conta é o treinador de futebol, Ferdinando Teixeira, contratado para o grupo de educação física em 1967.

*Eu já era professor do Estado. Já tinha um vínculo precário com o Estado. Era professor do Instituto Padre Monte. Entrei aqui com 21 anos de idade, bem jovem. Mas foi um aprendizado muito forte, porque foi na inauguração desse prédio. E não tinha estrutura nem perto do que se tem hoje. Isso aqui era areia, não tinha muro, era cerca, o gado invadia às vezes. Chegava no outro dia de manhã a gente tinha que limpar algumas partes do campo que o gado tinha pastado à noite. (risos) Tinha um grupo de professores muito bom, muito dedicado, muito aplicado. Nós chegamos aqui a Escola não tinha nenhuma história em jogos escolares, só em atletismo e nós começamos a trabalhar e com poucos anos depois era um adversário extremamente a ser enfrentado era a Escola Técnica, em todas as modalidades. <sup>9</sup>*

A construção do estádio de futebol da ETRN com suas pistas de atletismo fora iniciada ainda na gestão do professor João Faustino Ferreira Neto, que exercera a diretoria executiva da instituição de março de 68 a abril de 71. Ao assumir o cargo, uma de suas primeiras providências fora substituir a antiga farda daqui, que constituía a marca do aluno da Escola Industrial, por uma calça azul com friso vermelho e blusa branca, contendo o símbolo da nova escola.

Sua iniciativa visava elevar a autoestima dos

<sup>7</sup> Ele se refere ao atual Campus Natal-Central do IFRN, inaugurado em março de 67.

<sup>8</sup> PINTO, José Maria. Trajetória esportiva do ex-aluno e professor da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do RN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, mar. 2011. 1 gravação digital. Sonoro. (35min).

<sup>9</sup> TEIXEIRA, Ferdinando José Araújo. Programa CEFET em Foco. Quadro A caminho do centenário. Natal, 2009.

estudantes e apagar os resquícios da representação da escola voltada para os meninos das camadas sociais mais humildes. Nesse sentido, o investimento no esporte também servira ao propósito de firmar a imagem da escola plural e pedagogicamente forte que se desejava obter.

*Lembro-me que na primeira disputa de Jerns a escola não teve quase presença. Os meninos entraram em campo com uma camisa surrada, como nós chamamos, a cor era preta e branca. Eu digo: isso não pode acontecer. Uma escola como essa tem que melhorar isso! Aí eu pedi autorização ao Conselho para ir à Super Bol, que era uma fábrica do Rio exclusiva na venda de equipamentos esportivos. Comprei o que existia de melhor [...]. Foi a primeira vez que se usou roupão aqui, que se viu bola de borracha pra basquete, que até então era de couro. Depois disso, eu digo: a escola tem que ser campeã. [...]. Começamos a preparar os nossos atletas. Chamei os cozinheiros e disse: vamos fazer aqui uma concentração. Nossos atletas vão ficar hospedados e com toda alimentação da escola [...]. Chamei o setor médico: durante uma semana vocês vão cuidar desses atletas, fazer todos os exames, o que for preciso! E montamos aqui um pequeno alojamento e concentramos os nossos atletas. Resultado: ganhamos tudo e foi uma festa pra escola.*<sup>10</sup>

Atento às oportunidades de obtenção de recursos para a escola, e encorajado pela criação da Loteria Esportiva Federal<sup>11</sup>, que destinava 30% da renda líquida para aplicação em programas de educação física e atividades esportivas, em novembro de 1971, o presidente do Conselho de Representantes da ETFRN, Luiz Carlos Abbott Galvão, enviava ao general Emílio Garrastazu Médici um memorial descritivo<sup>12</sup> propondo a construção de um parque poliesportivo na instituição, composto de estádio de futebol e atletismo, ginásio coberto e parque aquático.

10 FERREIRA NETO, João Faustino. Da Escola Industrial à Escola Técnica Federal do RN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 19 dez. 2007. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (44min).

11 BRASIL. Decreto-lei nº. 594 de 27 de maio de 1969. Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 maio 1969, p.4521, coluna 4. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

12 GALVÃO, Luiz Carlos Abbott. Memorial apresentado ao Exmo. Sr. General Emílio Garrastazu Médici. DD. Presidente da República. Natal: MEC/ETFRN, 17 nov. 1971.

A proposta, que, segundo Luiz Carlos, partira da iniciativa da diretoria do Centro Lútero-Recreativo Nilo Peçanha, acolhida, de bom grado, pelo Conselho de Representantes, fundamentava-se no número irrisório de instalações esportivas existentes no Rio Grande do Norte, que, à época, já contava com uma população de um milhão e 600 mil habitantes. O diagnóstico, efetuado em junho de 1970, mostrara que das 41 instalações esportivas distribuídas entre Natal e o interior, a maioria mantida por entidades privadas, 87,8% não ofereciam condições adequadas de utilização, além de contemplar apenas cinco ginásios, uma piscina, sete campos de futebol, uma praça de atletismo e 27 quadras.

Com a construção de um parque esportivo próprio, o Conselho de Representantes da ETFRN pretendia, assim, complementar a formação geral e técnica ministrada aos alunos, como também ampliar o trabalho de integração com a comunidade, abrindo as instalações esportivas do estabelecimento ao público escolar da cidade, do Estado ou da região.

*Entendemos que a educação física ou o esporte, como fatores de educação integral, é tanto mais importante quanto mais inseridos no binômio – necessidade funcional do indivíduo mais interesse legítimo da sociedade – e este estabelecimento, consciente de quanto vale no seu meio, não somente pretende continuar conjugado a este contexto, como ambiciona, realmente, prover todos os meios que concorrem para situá-lo, cada vez mais, no lugar de efetivo promotor de afirmação comunitária. E para a concretização total deste objetivo, entendemos de suma importância a conclusão do nosso plano de instalações desportivas. Eis porque ousamos apelar para V. Excia., cujo alto espírito de brasilidade vem tentando, com êxito, recompor o mapa físico do Brasil, reintegrando nele a faixa esquecida do Nordeste.*<sup>13</sup>

O destaque conferido à prática esportiva nas aulas de educação física da ETFRN encontrava respaldo na própria legislação<sup>14</sup>, que atribuía a essa atividade regular do currículo a tarefa de despertar,

13 GALVÃO, 1971, p.3.

14 BRASIL. Decreto nº. 69.450 de 01 de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 03 nov. 1971, p.8826, coluna 3. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

desenvolver e aprimorar as potencialidades físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando. Com isso, pretendia-se possibilitar-lhe o emprego útil do seu tempo de lazer, a prática da sociabilidade e de hábitos saudáveis, além de estimular tendências de liderança entre os alunos.

Para isso, o currículo deveria contemplar três sessões semanais, de 50 minutos cada, destinadas às aulas de educação física. Para efeito de assiduidade na disciplina, considerava-se, também, atividade curricular, a participação do estudante em competições esportivas oficiais de âmbito local, nacional e internacional, bem como nas suas fases preparatórias.

A fim de aferir o alcance dos objetivos propostos pela disciplina, em 1977 a ETRN implantara o Sistema de Avaliação da Educação Física, submetendo os alunos a um exame de suficiência física ao início e final do semestre, de modo a detectar o progresso obtido pelo educando.

Os exames de suficiência constavam de três modalidades de exercícios: apoio de frente sobre o solo com flexão e extensão dos braços, para os meninos, e teste de Burpee<sup>15</sup>, para as meninas; salto com flexão das pernas alternadas; e corrida de 50 metros rasos, para ambos os sexos. Os testes permitiriam verificar a força, resistência, velocidade, agilidade, destreza e, ainda, medir as qualidades motoras básicas para a prática dos desportos em geral.<sup>16</sup>

Dessa forma, além da ginástica escolar, grande parte do currículo da disciplina compunha-se de momentos para a prática das diversas modalidades esportivas, intitulada, pelos professores, de desportiva generalizada. Em geral, se ministravam duas modalidades por semestre.<sup>17</sup>

De acordo com o professor Sebastião Cunha, a desportiva generalizada consistia na aplicação da ginástica ao esporte. “Era aí que a gente descobria os atletas. Quando o aluno entra aqui, ele vem sem preparo físico algum. Então a gente tinha que prepará-lo fisicamente pra ele poder se dedicar ao esporte”.<sup>18</sup>

---

15 Executado em quatro passos: agacha-se com os braços esticados à frente, joga-se os pés juntos para trás, esticando as pernas, executa-se uma flexão, retorna-se os pés para a posição de agachamento, fica-se de pé, e pula-se com os braços esticados para cima.

16 ETRN. DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E APOIO DIDÁTICO. Sistema de Avaliação de Educação Física. Natal, 1977.

17 ETRN. Diários de Classe de Educação Física – 1974-1989.

18 CUNHA, 2008.

Consoante com a observação de Tião, o chargista Ivan Cabral relata que, quando cursava Geologia, entre 1978 e 1981, fora incentivado por um professor de educação física a dedicar-se ao atletismo, sugestão que aceitara e que lhe fizera despertar para uma área que ainda não havia descoberto.

*Como todo aluno, a gente praticava a Educação Física, assim, de forma automática, sem maiores preocupações. Mas eu lembro que um dia eu dei uma carreira um pouco mais rápida do que o normal, e, de repente, o professor disse: ‘Olha, você vai procurar o professor Tião e vá praticar atletismo, você tem potencial. Vá lá!’. Puxa! Você se sente, assim, orgulhoso, eu corri mais do que meus colegas. Consegui fazer sei lá, uns cem metros em quantos segundos a menos do que a maioria. E, para ele, já seria algo que me encaminharia, e me encaminhou para esse treinamento mais específico. Foi lá que conheci o professor Tião, que era de Educação Física e também de Atletismo. E lá a gente passou por um treinamento intensivo, muito diferenciado. Foi um momento em que eu me empolguei muito. Cheguei a participar de pentatlo. Embora não tenha sido medalhista, mas, assim, [...] com essa fase aí, eu pude me motivar, me descobrir, cuidando mais dessa área.*<sup>19</sup>

Se para muitos estudantes, a ETRN possibilitava o primeiro contato com o esporte, para outros, a motivação para ingresso na Escola Técnica residia justamente na chance de prosseguir na vivência de uma prática esportiva iniciada anteriormente.

Membro da equipe infantil de futebol de campo do Instituto Padre Monte, no bairro das Rocas, em Natal, coordenada pelo professor Ferdinando Teixeira, ao concluir o ginásio em Artes Industriais, em 1970, Getúlio Marques Ferreira não pensara duas vezes antes de decidir cursar Eletrotécnica (1971-73) na ETRN.

*Eu era atleta também do Padre Monte, e o treinador que era do infantil lá, era do juvenil daqui da Escola [...]. Eu vim porque sabia que a Escola era uma das melhores; segundo porque eu já fazia Eletricidade lá e vim fazer Eletrotécnica aqui; e terceiro porque dava*

---

19 CABRAL, Ivan. Sobre a trajetória do ex-aluno da ETRN. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 18 nov. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (22min).

*continuidade ao time de futebol que nós tínhamos. Viemos quase quatro ou cinco praca, e fomos campeões sete vezes aqui!*<sup>20</sup>

Durante o tempo em que treinara as equipes de futebol de campo e salão da Escola Técnica, Ferdinando Teixeira afirma ter conquistado 10 títulos nos 11 campeonatos estaduais escolares de que participara (JERNS). Mais do que as disputas, a dificuldade maior residia na escolha dos atletas, dada a imensa procura pela modalidade.

*Nós deixávamos os avisos nos corredores: tal dia haverá o primeiro treino de futebol. O problema é que tinha gente demais. Cinco horas da manhã, imagine como era, dava muito trabalho da gente selecionar esse povo todo. E eu sempre fui muito disciplinador, muito exigente. Muito mesmo! Não era pouco. Porque eu me autodisciplinava demais, eu me cobrava demais também. E a disciplina interna da escola era muito forte, muito rígida. A gente tava acostumado a ver aqui, por exemplo, no começo, 50 alunos recebendo transferência por indisciplina, no final do semestre. E na educação física, que ele não podia faltar. [...]. Eu acho isso importante, porque dá uma formação diferente ao aluno, ocupa o aluno. Os professores eram orientados, nós tínhamos treinamento em relação a isso, pra gente começar a participar da formação do jovem. Ele não era só um atleta, ele também era um homem, e isso também foi sendo trabalhado.*<sup>21</sup>

No início dos anos 70, constituía prática comum nas escolas de Natal recrutar bons atletas para suas seleções entre alunos matriculados em outras instituições de ensino. O professor Jorge Moura utilizara-se dessa estratégia para atrair o aluno do CPU, Nilson Cavalcanti Pinto, que matriculado em Mecânica, pudera, completar e reforçar a equipe de voleibol da instituição com vistas aos Jogos Estudantis Brasileiros do Ensino Médio, em 72.

Dez anos depois, o atleta e treinador, tricampeão brasileiro de futsal, voltaria à ETFRN como professor substituto de Ferdinando Teixeira, que se afastaria

20 FERREIRA, Getúlio Marques. Sobre a trajetória do ex-aluno e servidor da ETFRN ao CEFET-RN. Entrevistador: Celise Marinho. Natal, 29 ago. 2005.

21 TEIXEIRA, 2009.

por seis meses para disputar o cargo de deputado estadual. Ciente do caráter provisório da vaga ocupada, e do compromisso da escola para com os Jogos Brasileiros que se avizinhavam, Nilson Pinto fizera da preparação do time de futsal da ETFRN o passaporte definitivo para sua contratação.<sup>22</sup>

Foram quatro meses de trabalho intensivo: treinos táticos, condicionamento físico e jogos amistosos contra os times do América Futebol Clube, da Alpargatas Confeções do Nordeste e da Associação dos Funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (AFURN).<sup>23</sup>

*Era um sonho meu ficar na escola. Passei a treinar de segunda a sábado. Três horas de treinamento, praticamente, por dia, isso para o time ser campeão, para ver se aparecia uma vaga aqui para eu continuar na escola. Ganhamos todos os jogos da fase classificatória. Na final, perdemos pra Bahia, de 2 a 1. [...] Voltando para cá, meu compromisso estava cumprido [...] E Marcondes renovou o meu contrato por mais um ano [...]. Para vocês terem uma ideia de como era o investimento em esporte na escola, nós viajamos daqui para Goiás em um avião levando em torno de 80 a 90 atletas. Um avião fretado só para a escola! Cada aluno recebeu, na época, um paletó completo, inclusive o calçado. E ainda tinha uma diária.*<sup>24</sup>

O resultado maior desse investimento se fizera sentir na construção do parque poliesportivo composto por piscina semiolímpica, campo de futebol e ginásio de esportes, os dois últimos inaugurados em setembro de 1975 com um jogo amistoso dos servidores solteiros contra os casados e uma partida de basquetebol.

No ano seguinte à entrega dos equipamentos citados, a ETFRN lançava o evento que marcaria a vivência esportiva do aluno na instituição - os Jogos Internos, cujas cerimônias de abertura reuniam cerca de quatro mil pessoas e constituíam o ponto culminante da festa para todos que participavam de sua organização.

22 PINTO, Nilson Cavalcanti. Sobre o esporte e as aulas de educação física na ETFRN. Entrevistador: Bruna Lobato. Natal, 11 nov. 2008. 1 gravação digital. Sonoro. (38min)

23 ETFRN. Diário de Classe de Educação Física – Turma Futebol de Salão 1982.2. Natal, 1982.

24 PINTO, 2008.



Desfile dos cursos de Geologia e Edificações nos XII Jogos Internos, 1987.

Contratado pela ETRN em julho de 67, o funcionário José Borges da Silva, o popular Borjão, dedicara metade dos seus 30 anos de serviço na instituição ao setor de educação física. Desempenhara as funções de roupeiro, massagista, treinador, chefe de delegação e tudo o mais o que estivesse ao seu alcance.

*Todo mundo se envolvia com o esporte, nos jogos internos, nos Jerns. Eu trabalhei 15 Jerns [...]. Os jogos internos, naquele tempo, era fervoroso mesmo! O pessoal brigava, no bom sentido, pra organizar os jogos. Os cursos, os professores, todo mundo se envolvia, era uma festa muito grande! Jogos internos, você lotava isso aqui. O ginásio da escola era pequeno!*<sup>25</sup>

25 SILVA, José Borges da. Programa CEFET em Foco. Quadro A caminho do centenário. Natal, 2009.

Palco de acirradas disputas, rico em alegorias, performances teatrais, shows de dança e ginástica, o desfile das delegações dos cursos técnicos da ETRN representava o momento mais esperado do acontecimento, servindo tanto à consagração do esforço despendido por alunos, professores e funcionários, quanto à integração da comunidade estudantil.

Conquistar o Troféu Desfile significava atender aos critérios de melhor alegoria técnica, harmonia, criatividade, mensagem cultural, uniformidade, disciplina e cronometragem. Entre as principais temáticas que forneciam o enredo para a composição das solenidades de abertura destacavam-se a realidade social brasileira, os desastres naturais e os avanços da ciência e tecnologia.<sup>26</sup>

A propósito deste último tema, em 84, o desfile de Eletrotécnica chamara a atenção do público ao apresentar Ranjoc, um robô construído por um aluno do curso para simbolizar o avanço da eletrônica. Em 86, a representação da ameaça nuclear apareceria no desfile de Mecânica e, em 88, um ano após o acidente radioativo com a cápsula de Césio 137, em Goiânia, os cursos de Mineração e Eletrotécnica encenariam os riscos da energia nuclear e defenderiam o uso das fontes energéticas renováveis.

Na disputa das modalidades individuais e coletivas, nenhum curso era páreo para os meninos de Eletrotécnica, campeão geral na categoria masculina por sete vezes consecutivas.<sup>27</sup> Formado por turmas majoritariamente masculinas, Mecânica também não deixava por menos, segundo Aguinaldo Pires, aluno do curso no período de 87 a 91.

*Nos três anos e seis meses que eu passei na escola me envolvi em alguns eventos que a escola oferecia, tanto culturais, quanto esportivos. Por exemplo, eu desenvolvi o xadrez, inclusive chegando a competir, joguei vôlei [...]. Mecânica tinha uma grande tradição no futebol, no basquete e no handebol, então pra mim era o melhor curso e era quem se dava melhor nesse período dos jogos. A torcida era muito vibrante. O curso fazia realmente a diferença, apesar de ser composto em sua maioria por homens, infelizmente.*<sup>28</sup>

26 ETRN. Agenda, 1983-1988. (Boletim informativo da ETRN)

27 \_\_\_\_\_. ETRN abre com sucesso X Jogos Internos. Informativo Interno, Natal, 09 jul. 1985, ano VI, n.97.

28 PIRES, Aguinaldo. Sobre a importância da ETRN na vida do ex-aluno. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 08 jun. 2008. 1 gravação digital em minivd. (06min).

Na categoria feminina, sobressaíam-se Edificações, Saneamento e Estradas, cursos marcadamente caracterizados pela presença das meninas. Técnica em Edificações, Ana Márcia Melo Teixeira vivenciara os jogos internos da ETRN de 1981 a 1983:

*Foi uma época da minha vida muito boa. [...] A primeira vez que eu joguei basquete foi aqui, e no primeiro ano que eu fiz basquete fui convocada pra seleção do Rio Grande do Norte. [...] E nos jogos internos, teve ano de eu ganhar três medalhas de ouro, quer dizer, muito gratificante. [...] Hoje eu mostro pros meus filhos e digo: olha aqui o que é garra! (risos)*<sup>29</sup>

Já nos cursos de Mecânica e Eletrotécnica, dada a condição numericamente inferior das meninas, não lhes restava alternativa senão competir, simultaneamente, em três ou quatro modalidades. Estudante de Mecânica, entre 84 e 87, Kátia Correia Torres disputara basquete, handebol, vôlei, atletismo e xadrez.

*De todas as atividades que a escola oferecia pra gente, a que mais me marcou foram os jogos internos [...] porque era um momento realmente de confraternização. [...] E o mais marcante nesse processo é que, até então, nos desfiles, que eram as aberturas onde todos os cursos realmente brigavam pela pontuação, pela vitória, por sair realmente vitoriosos, Mecânica sempre saía por último. Saía por último porque era um curso que tinha o maior número de meninos. Então, as meninas dificilmente conseguiam ter uma participação mais efetiva, e ficava aquela coisa muito pesada. Até que chegou um colega nosso e resolveu inovar por completo essas aberturas [...], e aí começamos a fazer desses desfiles verdadeiros palcos teatrais [...]. Agora, o jogar é o que era o mais interessante. [...] Para mim foi realmente sempre um desafio e foi a parte que eu mais gostei de tudo.*<sup>30</sup>

A partir de 1986, mudaram-se as regras do

29 TEIXEIRA, Ana Márcia Melo. Sobre a trajetória da ex-aluna e servidora na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 02 set. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv (15min).

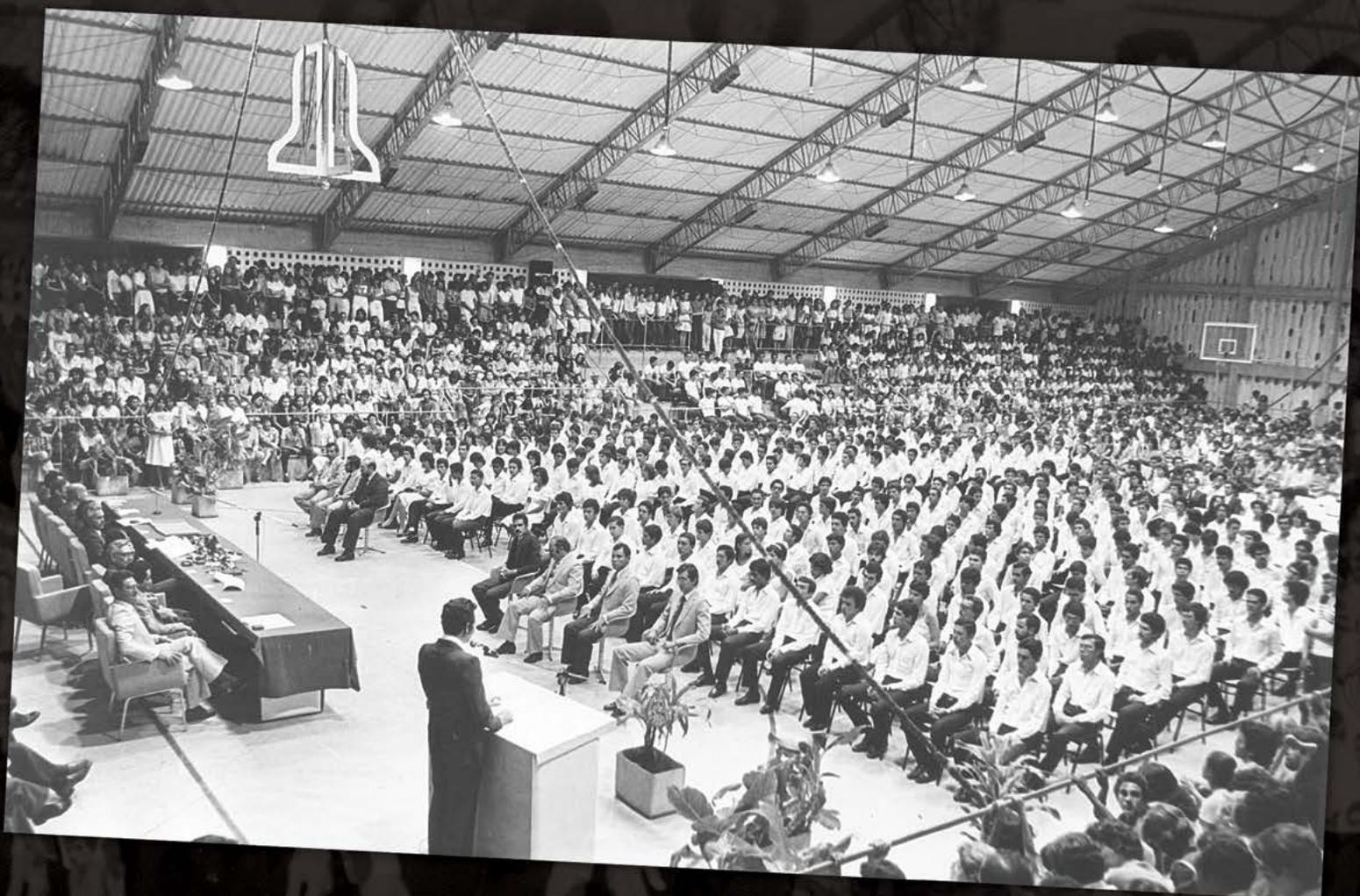
30 MARQUES, Kátia Correia Torres. Sobre a trajetória da ex-aluna e servidora da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 09 set. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (17min).

jogo. Os cursos deixaram de competir entre si para disputar os títulos das diferentes modalidades. Com isso, quebrava-se a hegemonia dos tradicionais vencedores e equilibrava-se o resultado geral das competições.<sup>31</sup> Nesse ano, Geologia apontara como o grande vencedor no basquete feminino; Edificações obtivera o 1º lugar na natação masculina e feminina e Mecânica conquistara a primeira colocação no basquete, voleibol, handebol, atletismo e futebol masculino.



Vibração da torcida dos Jogos Internos da ETRN, 1984.

31 ETRN. Agenda, Natal, n.19, 13 maio 1986.



*Numa política de incentivo à absorção dos concluintes pelo mercado de trabalho, o Serviço de Integração Escola-Empresa conseguiu inserir os egressos nas diversas empresas do ramo profissional de atuação da Escola, em todos os Estados da Federação. (1982?)*

# A última lição

## O estágio como prática para o exercício profissional

Ao iniciar o curso industrial básico de Mecânica de Máquinas, na Escola Industrial de Natal, em 1959, a principal perspectiva de trabalho que se apresentava, naquele momento, ao aluno João Maria Cortez<sup>1</sup>, era o ingresso nas Forças Armadas Brasileiras: Marinha, Exército ou Aeronáutica.

Muitos dos alunos diplomados no mesmo curso já haviam seguido esse caminho, com bastante êxito. Mas, a partir de 1963, um novo horizonte de formação profissional se oferecia aos concluintes do então ginásio industrial e, com ela, a possibilidade de inserção num contexto mais amplo do mercado de trabalho.

Naquele ano, começavam a funcionar os primeiros cursos técnicos da Escola Industrial de Natal, Estradas e Mineração, em atendimento especial às demandas regionais de mão de obra qualificada para os programas prioritários de industrialização propostos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada no final da década de 50, com sede em Recife.

É nesse contexto de crescimento da economia nacional que se dera a colocação dos primeiros técnicos da Escola Industrial no campo de estágio, a partir de 1966. Nesse ano, o aluno João Maria Cortez terminava o curso técnico de Mineração, no qual havia ingressado após a conclusão do ginásio. Em 1967, cumpriria a carga horária obrigatória de estágio na SUDENE, em Recife, empresa da qual sairia 30 anos depois, com a aposentadoria.

*Quando eu concluí Mineração havia três ofertas de estágio: uma na Sudene, outra na ICOMI, uma empresa de mineração de manganês, no Pará, e a outra numa empresa de perfuração do solo, em Pernambuco. Pediram pra gente escolher a empresa de nossa preferência. Parte dos alunos ficou dividida. Eu escolhi a Sudene. O curso de Mineração me deu gabarito de entrar na Sudene, mas, naquela época, eu tive de me*

*aperfeiçoar em recursos hídricos. Então, o técnico em Mineração ficou de fora.*<sup>2</sup>

Egresso da mesma oficina do ginásio industrial de Mecânica de Máquinas, Romildo Oliveira também optara por continuar os estudos no ensino técnico, ingressando, em 1966, no curso de Estradas, escolha que lhe possibilitara participar, como estagiário, de um dos maiores projetos de construção de rodovias do Estado do Rio Grande do Norte, ao final da década de 60.

*Eu e outros colegas fomos para o Batalhão de Engenharia e Construção, que, na época, estava sediado em Lajes, uma cidade aqui do interior do Rio Grande do Norte. E justamente foi a escola, que por intermédio do setor competente, nos encaminhou para esse estágio em Lajes. Daí, a obra que o batalhão estava fazendo era a BR-304, que liga Natal à Fortaleza. E nós atuávamos exatamente no trecho, como estagiários, mas produzíamos tal qual os servidores do batalhão.*<sup>3</sup>

Já o ex-aluno Clóvis Dantas Freitas, ao concluir Mineração no final da década de 60, fora encaminhado a Recife, com um grupo de 20 alunos, para participar de uma entrevista na Superintendência Regional da recém criada Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM).

*Daquela entrevista fomos selecionados apenas dois, eu e o amigo Manoel Pontes, para fazer o estágio supervisionado que se realizou durante o curso de operações de sondas de perfuração promovido pela Petrobrás em Salvador, na Bahia. [...] A ETRN foi uma instituição que ofereceu a melhor qualidade de ensino de nossa região e em função disso, foi o alicerce que me deu motivação para que eu pudesse galgar*

2 Idem.

1 MELO, João Maria Cortez Gomes de. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 17 abr. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (36min).

3 OLIVEIRA, Romildo G. Sobre a Escola Industrial de Natal. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 21 jan. 2009. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (18min).

*com muito sucesso diversos degraus na minha vida acadêmica, como graduação em Engenharia de Minas (UFPA), Engenharia Civil (UFRN), Mestrado em Geologia (UFRN) e o Doutorado em Engenharia de Petróleo (UFRN).*<sup>4</sup>

O período compreendido entre as décadas de 1950 a 1980 caracterizava-se pela passagem de um Brasil essencialmente agrícola para um país urbano e semiindustrializado, mudanças decorrentes de ondas de crescimento econômico verificadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com a política de substituição do modelo agroexportador da economia brasileira pelo modelo urbanoindustrial, iniciado pelo governo Vargas.<sup>5</sup>

Até meados dos anos 50, completava-se a substituição das importações de bens de consumo não duráveis, como alimentos e bebidas, e, ao mesmo tempo, avançava-se na produção de bens de consumo duráveis leves. Dos anos 50 ao começo dos 60, a indústria de bens de capital crescera juntamente com a produção de insumos básicos, como aço, petróleo, metais não ferrosos, celulose e papel.<sup>6</sup>

Nessa última fase, que compreendia, em grande medida, a execução do Plano de Metas do governo Juscelino Kubistchek (1956-1961), o país se concentrara na preparação de uma infraestrutura adequada à industrialização nacional, a partir de grandes investimentos em energia e transporte, que trariam duas consequências imediatas: a transformação do petróleo em insumo energético vital para a economia e o desenvolvimento da indústria automobilística.<sup>7</sup>

Os anos conhecidos como “milagre brasileiro”, de 1969 a 1973, marcariam a consolidação de um projeto econômico pautado na aliança entre o capital estatal, os conglomerados transnacionais e o capital privado nacional. O período também representara o auge do crescimento da Petrobrás, da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional, estatais criadas durante o esforço industrial pós-guerra da Era Vargas, nas décadas de 40 e 50. Entre os anos 60 e 70, a criação

das empresas de energia e telecomunicações Eletrobrás, Embratel e Telebrás, possibilitariam ao Estado brasileiro acelerar a modernização da estrutura produtiva do país.<sup>8</sup>

Cabe destacar, no que tange ao Nordeste, o impulso industrial favorecido pela criação da SUDENE, que reunia um vasto programa de incentivos fiscais destinado a atrair capitais do Centro-Sul para a região.<sup>9</sup> Dos projetos econômicos aprovados pela SUDENE para o Rio Grande do Norte, 55% contemplavam a capital do Estado, ampliando, assim, o surgimento de empregos formais em obras comerciais e serviços de grande porte, como a construção de supermercados, pavimentação de vias, extensão das redes de eletricidade e água encanada e instalação de parques industriais.<sup>10</sup>

Ainda no âmbito do Estado potiguar, a década de 1960 ficara marcada pela criação das Companhias de Eletrificação e de Telecomunicações do Rio Grande do Norte – COSERN e TELERN, conquistas que prepararam a economia da capital e do interior para um período de modificações na sua estrutura de produção, a partir da década de 70.<sup>11</sup>

Em sintonia com essa nova realidade, a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte tratara de expandir sua atuação no ensino profissional técnico de nível médio. Assim, por orientação recebida no I Seminário de Ensino Industrial do Nordeste, realizado em novembro de 1967, em Natal, o Conselho de Professores da instituição, em comum acordo com o Conselho de Representantes, considerara imperioso diversificar os cursos técnicos do estabelecimento.

*Considerando [...] que qualquer pesquisa do mercado apontaria o curso de Eletromecânica como aquele que deverá ser escolhido pela Escola, prioritariamente, no plano de expansão dos cursos técnicos, propõe ao Conselho de Representantes a criação desse curso com funcionamento previsto para 1969.*<sup>12</sup>

4 FREITAS, Clóvis Dantas. Comentários sobre a Escola Industrial. Natal, 10 out. 2006.

5 FAUSTO, Boris. História do Brasil. 13 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

6 Idem.

7 MAGNOLI, Demétrio. A nova geografia: estudos de geografia do Brasil. São Paulo: Moderna, 1996.

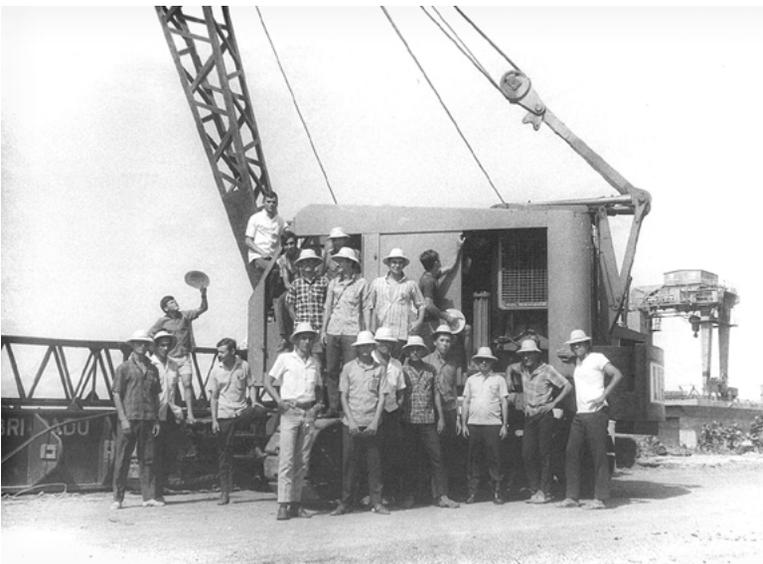
8 Idem.

9 VESENTINI, José William. Brasil Sociedade e Espaço: Geografia do Brasil. São Paulo: Ática, 1998.

10 SILVA, Alexandro Ferreira Cardoso. Depois das fronteiras: a formação dos espaços de pobreza na periferia norte de Natal/RN. Dissertação – Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - UFRN. Natal, 2003. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufrn.br/dissertacoes/alexandrof.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2008.

11 Idem.

12 CONSELHO DE PROFESSORES DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Deliberação nº. 21/CP-ETFRN. Natal, 15 out 1968.



Visita de professores e alunos de Eletrotécnica ao canteiro de obras da Companhia Hidrelétrica da Boa Esperança/PI, 1969

Atenta ainda ao crescimento da infraestrutura urbana, motivado pela distribuição espacial da população brasileira, em função da ampliação e modernização do parque fabril, nesse mesmo ano de 1969, a Escola deliberava pela implantação do curso técnico de Edificações, seguido, em 1973, pelo curso técnico de Saneamento.<sup>13</sup>

O mercado de trabalho para esses futuros profissionais ganhava força com a implementação da política de financiamento habitacional do Estado brasileiro que desencadeara, entre 1964 e 1986, o surgimento de um novo ramo industrial no país, o da construção civil, cujos precursores foram a Companhia Habitacional – COHAB - e o Instituto Nacional de Orientação a Cooperativas –INOOCOP.<sup>14</sup>

Com o lançamento do IV Plano Diretor da SUDENE para o triênio 1969/1971, que contemplava ações voltadas à dinamização do setor mineral do Nordeste brasileiro, bem como, em atendimento às necessidades dos serviços de pesquisa e prospecção mineral das novas empresas autorizadas pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM, a ETFRN decidira criar o curso técnico de Geologia, implantado no ano de 1973. Tendo em vista, ainda, as perspectivas de trabalho abertas com a construção das hidrelétricas do Nordeste para atender à política de industrialização regional, a instituição optara por desmembrar o curso de

13 ETFRN. Agenda - Edição Especial, Natal, n. 235, 1989.

14 SILVA, 2003.

Eletromecânica em duas áreas distintas: Mecânica e Eletrotécnica.<sup>15</sup>

No segmento de energia elétrica, cabe também destacar, em meados da década de 70, a criação das Empresas Nucleares Brasileiras S.A. – NUCLEBRAS, e suas subsidiárias, NUCLAM, encarregadas de executar no país o Programa Nuclear Brasileiro, cuja meta consistia na construção de oito usinas nucleares até 1990.<sup>16</sup>

O setor extrativo mineral também ganhava impulso com a constituição, em 1969, da empresa de economia mista CPRM – Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais, responsável pelo Serviço Geológico do Brasil e pela execução dos programas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), criado na década de 30, e vinculado ao Ministério das Minas e Energia. Partindo de um mapeamento geológico efetuado nos anos de 1970 em todo o território brasileiro, com o apoio de uma rede de unidades operacionais, a CPRM contribuíra para a descoberta de diversas jazidas minerais, na década de 80, dentre as quais as de estanho, no Amazonas, de níquel, em Goiás, de cobre, na Bahia, de fosfato, em Minas Gerais, de caulim e calcário, no Pará. A empresa coordenara, ainda, diversos acordos internacionais, como o levantamento aerogeofísico, em convênio com a Alemanha, e diferentes contratos com a Líbia, Somália, Moçambique, Paraguai e Nicarágua.<sup>17</sup>

Esses e outros programas contemplaram investimentos nos setores primário e secundário da economia nacional, regional e local, estimuladores de projetos nas esferas pública e privada. Todos esses investimentos, em maior ou menor grau, ampliaram o mercado de trabalho no Rio Grande do Norte e em outros estados, com significativo potencial para a inserção dos profissionais egressos dos cursos técnicos da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.

A obtenção do diploma de técnico de nível médio estava condicionada, no entanto, ao cumprimento obrigatório do estágio como exercício orientado da profissão. As primeiras normas regulamentadoras do estágio supervisionado<sup>18</sup> dos alunos da ETFRN

15 FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Projeto de Melhoria do Ensino Técnico Industrial – Acordo MEC/BIRD – período 1984-1987. Natal: ETFRN, [1984?].

16 VESENTINI, 1998.

17 CPRM. Histórico. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br>>. Acesso em: 24 jan. 2008.

18 CONSELHO DE PROFESSORES DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Deliberação nº. 24/71-CP/ETFRN. Natal, 31

datam de 1971, coincidindo com o período em que a direção do estabelecimento começara a organizar o Serviço de Orientação Educacional e Profissional, a cargo da equipe de orientadores educacionais, e o Serviço de Integração Escola-Empresa, sob a coordenação do professor Alcir Veras.

Elaboradas pelo Conselho de Professores, as normas destinavam 1000 horas do currículo para a carga horária do estágio e estabeleciam os critérios de aproveitamento escolar, assiduidade às aulas e conceito pessoal para o preenchimento das vagas colocadas à disposição da EFRN por empresas e instituições.

Membro titular do referido conselho, o professor Jairo Fabrício Alves se recorda que fora o próprio Ministério do Trabalho que convocara as Escolas Técnicas, em 1973, a criar um órgão interno que coordenasse o encaminhamento e acompanhamento de estágios.

*A gente tinha muito cuidado no encaminhamento de estágio. Eram feitas palestras de preparação, ao longo do terceiro ano. Tinha um acompanhamento direto do SIE-E e os alunos já iam sendo preparados, faziam visitas às empresas. Havia uma certa rigidez de disciplina do aluno, então, se ele tinha problema de disciplina, de relacionamento, a gente não fazia o encaminhamento, e quando era encaminhado a gente estava sempre fazendo visitas. Chegávamos às empresas, reuníamos os alunos estagiários e fazíamos a visita, orientando e diagnosticando as dificuldades que eles estavam enfrentando. Depois, nos reuníamos com a diretoria ou a gerência das empresas e colocávamos pra eles essas dificuldades, pra que houvesse uma adaptação melhor. Não houve caso de cancelamento de estágio, era muito raro.*<sup>19</sup>

No início da década de 70, o professor Severino do Ramo de Brito atuava como coordenador dos cursos técnicos da EFRN. Segundo ele, no início de cada ano letivo, a escola elaborava um plano de trabalho, a partir de reuniões com os professores das disciplinas de formação específica, para definir as metas a serem atingidas no ano seguinte.

dez. 1971.

19 ALVES, Jairo Fabrício. Sobre a trajetória do servidor da Escola Industrial à Escola Técnica Federal do RN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, jun. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (50min).

*Os programas dos cursos técnicos eram elaborados pelos professores em função daquilo que as empresas queriam. O Gabinete da Direção da Escola, através de suas assessorias, sua Chefia de Gabinete, fazia esta relação com as empresas através de contatos com os empresários. Visitas in loco eram feitas por mim, como coordenador, e pelos professores, a empreendimentos existentes não apenas no nosso Estado, mas também em outros lugares do Nordeste. Importante assinalar que quase todos os professores eram ligados ao mercado de trabalho e alguns deles possuíam seus próprios negócios. Todos eram profissionais liberais, uns eram independentes, outros professores da Universidade, outros empresários.*<sup>20</sup>

Desde 1959, quando o Ministério da Educação concedera autonomia didática, administrativa e financeira às escolas técnicas, a contratação de pessoal se dava por tempo determinado e regia-se pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No caso da EFRN, do início da década de 60 ao final dos anos 80, passaram pelo quadro docente da instituição cerca de 200 professores nas disciplinas de Cultura Geral e 125 nas disciplinas de Cultura Técnica. Uma média de 50% dessas contratações ocorrera na década de 70. As mulheres representaram apenas 23% do quadro total de professores contratados nesse período, sendo minoria absoluta entre as disciplinas de Cultura Técnica e 35% entre os docentes de Formação Geral. Quanto à qualificação acadêmica desses profissionais, destacavam-se, entre os homens, os engenheiros civis, e, entre as mulheres, as professoras licenciadas em disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais.<sup>21</sup>

Reconhecendo a importância das aulas práticas e de campo para o processo ensino-aprendizagem e para a adequação dos currículos dos cursos à realidade do mercado de trabalho, a EFRN implantara uma metodologia de visitas técnicas priorizando a vocação/demanda de mercado do próprio Estado e da região Nordeste.

20 BRITO, Severino do Ramo de. Da Escola Industrial de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 03 nov. 2009. 1 gravação digital. Sonoro.

21 EFRN. Ficha Individual do Servidor. Natal, 19 fev. 1968.; ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. Curriculum Vitae dos Servidores.; EFRN. Cadastro do Professor.; EFRN. DEE. Divisão de Cursos e Programas. Curriculum Vitae dos Servidores.; ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. Livro de Registro de Empregados da Escola Industrial de Natal, n.2. Natal, 01 mar. 1964.



Visita de concluintes de Eletrotécnica à Estação de Rastreamento de Satélites de Comunicação da EMBRATEL, em Tanguá/RJ, 1986.



Aula prática no laboratório de Biologia, década de 70.

O Relatório de Gestão da ETRN, referente ao exercício do ano de 1971, dava conta que a instituição havia dado ênfase à programação de aulas práticas no perímetro urbano de Natal e no interior do Estado, com várias visitas a minas e obras de construção de estradas, além do acompanhamento à instalação das subestações da COSERN em alguns municípios.<sup>22</sup> Em 78, a escola registrava um total de 25 viagens no perímetro urbano da capital, com visitas a instituições das áreas de saúde, construção civil e eletrotécnica, além de 20 viagens para o interior do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, atendendo aos cursos de Mineração e

22 ETRN. Relatório de Gestão (Exercício de 1971). Natal, 1972.

Geologia, Mecânica, Edificações e Eletrotécnica.<sup>23</sup>

Cabia ao professor, nessas ocasiões, apresentar ao aluno um roteiro contendo informações a respeito da atividade de campo, empresa ou instituição a ser visitada, além das questões técnicas a serem desenvolvidas ou observadas pelos estudantes. A instituição exigia plano-de-aula, roteiro de viagem, relatório e integração do assunto tratado na visita técnica ou aula de campo com as demais disciplinas do curso.

*Nesse período da década de 70 e 80, os professores viajavam muito pra aula de campo. Teve uma época na Escola que tinha até uma cozinha de campanha, do tipo militar. Nós íamos com barracas [...], construímos umas barracas de lona imensas, que cabiam 10 ou 12 meninos, testemunhara o professor Severino do Ramo de Brito. Levava-se toda uma cozinha militar, vamos dizer assim. E se acampava com os professores em algumas regiões do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco. Então, as aulas práticas eram muito mais frequentes. Na construção de estradas, nós íamos com os alunos, ou alugávamos um lugar pra eles viverem lá no campo, enquanto estavam fazendo estágio ou passavam-se semanas nas cidades próximas às construções.*<sup>24</sup>

Um dos aspectos que ajudara a conferir uma conotação mais prática aos cursos técnicos da ETRN fora a aquisição de máquinas e equipamentos provenientes do Leste Europeu, entre o final da década de 60 e início dos anos 80, que propiciaram a montagem dos laboratórios de física, química, biologia, geologia, mecânica, eletrotécnica e edificações.

Tais instrumentos teriam proporcionado a integração dos currículos das diversas disciplinas dos cursos e propiciado sua integração com o desenvolvimento regional, uma vez que a qualidade do material recebido permitira aos professores projetar os trabalhos práticos necessários à formação dos técnicos em serviços tecnológicos, como levantamentos topográficos e hidrogeológicos,

23 \_\_\_\_\_. Relatório de Atividades 1978. Natal, [1979?].

24 BRITO, Severino do Ramo de. Sobre a influência do Regime Militar na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, o estágio dos alunos e as Bolsas PEBE. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 13 maio 2011. 1 gravação digital. Sonoro. (48min).

ensaios técnicos, determinação qualitativa de rochas e minerais, dentre outras atividades.<sup>25</sup>

Essas e outras condições determinariam o aumento considerável da demanda estudantil pelo ensino técnico oferecido pela ETFRN. Basta mencionar que a matrícula da instituição saltara de 214 alunos, em 1961, para 2.297, em 1974, um crescimento da ordem de 1.073% no período, equivalente a uma média anual de 82%.<sup>26</sup>

Vale salientar, no entanto, que muitos alunos, ao concluir o currículo que lhes dava direito ao diploma de ensino médio, voltavam suas aspirações para os cursos superiores universitários em vez do estágio, interrompendo a carreira técnica para ingressar na Academia.

Outros, mesmo tendo cumprido a carga horária obrigatória do estágio, descobririam vocação para áreas profissionais diversas. É o caso das jornalistas Glácia Marilac e Cledivânia Pereira, técnicas em Geologia e Edificações, respectivamente.

Segundo Glácia, sua tendência para a área de jornalismo fora descoberta na própria ETFRN, a partir do incentivo dos amigos e de uma participação nas gravações das teleaulas do Pro-Técnico, exibidas pela TV Universitária de Natal. As viagens de campo proporcionadas pelo curso de Geologia no interior do Estado ampliaram, ainda mais, sua visão de mundo.

*Sou técnica em Geologia, fiz estágio na Petrobrás, que a ETFRN me proporcionou isso e foi fantástico. Adorei todo esse processo. Só não fui exercer essa profissão de técnica porque a ETFRN tinha me preparado muito mais como cidadã do mundo do que como técnica. Então, assim, eu seria uma boa técnica, não tenho dúvida, mas como a ETFRN me deu uma noção muito grande da vida, então ela me abriu muito os horizontes. Eu acho que o grande lance dessa escola é esse, ela não forma só um técnico, ela forma um cidadão e como cidadão ele tem um mundo a seus pés, e tendo um mundo a seus pés, você tem um caminho a trilhar.*<sup>27</sup>

25 FERREIRA NETO, João Faustino. Sobre a trajetória do servidor da Escola Industrial à Escola Técnica Federal do RN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 19 dez. 2007. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (44min).

26 CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ETFRN. Relatório da Administração de Luiz Carlos Abbott Galvão como presidente do Conselho de Representantes da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – 1961/1974. Natal, 18 out. 1974.

27 MARILAC, Glácia. Sua trajetória de aluna no curso de

A exemplo da colega de jornalismo, Cledivânia Pereira também tivera a oportunidade de experimentar a profissão de técnica em Edificações ao estagiar na construção de um hotel na Via Costeira, em Natal, saindo deste estágio direto para a redação de um jornal. Na época, a mídia divulgava a proposta do Ministério da Educação de separar o ensino médio do técnico. Por ter sido aluna da ETFRN, a repórter fora incumbida de fazer a cobertura jornalística sobre a repercussão do fato em Natal.

Nessa polêmica, Cledivânia tinha opinião própria. Achava que o ensino técnico deveria continuar integrado ao médio, contrariando alguns colegas do jornal, que se colocavam a favor da separação, argumentando que o governo federal investia muitos recursos em pessoas que não iriam exercer a profissão.

*Eu ficava debatendo esses argumentos, até que um dia um deles olhou pra mim e disse: 'Você, por exemplo, que fez Edificações e é jornalista hoje! Quer dizer, todo o dinheiro que o governo federal empregou em você durante quatro anos foi por água abaixo, você não utiliza isso'. E eu fiquei dizendo a ele que o que a escola tinha me dado de conhecimento nunca se perderia. Até que um dia eu fui fazer uma matéria de uma obra grande, que estava sendo concluída, que era o viaduto do 4º centenário. E eu não falei com técnico nenhum, eu fui lá, levei um fotógrafo, observei com meus conhecimentos de técnica de edificações [...], eu não fui criticar a obra, [...], mas tinha algumas coisas que eu sei que estavam erradas de cara. Era principalmente de qualidade da obra. E no outro dia eu coloquei a matéria, com as minhas observações, e a matéria foi super elogiada, e esse colonista que havia me criticado [...] foi à redação e disse: 'Olha, eu vim dar a mão à palmatória, porque ninguém que não tivesse o conhecimento técnico que você tem poderia ter escrito'. A partir disso, as grandes obras de infraestrutura daqui de Natal, eu terminei cobrindo.*<sup>28</sup>

Geologia da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1993-1996). Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 28 abr. 2009. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (14min).

28 PEREIRA, Cledivânia. Sua trajetória de aluna no curso técnico de Edificações da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1990-1994). Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 26 jun. 2009. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (18min).

Em 1989, um levantamento estatístico efetuado pela Coordenadoria de Planejamento da Escola Técnica (COPLAN) constatara que, do total de concluintes da ETFRN, no período de 1965 a 1988, apenas 64% foram encaminhados para estágio e 34% diplomados como técnicos.<sup>29</sup> De acordo com o documento, muitas vezes, a instituição encontrava dificuldades na colocação do aluno no campo do estágio, devido, entre outros fatores, às flutuações do setor produtivo local, regional e nacional.

Ao assumir seu primeiro mandato na direção do estabelecimento escolar, em maio de 1979, o professor Marcondes Mundim Guimarães se deparara com um quadro um tanto quanto desanimador em relação aos cursos de Mineração e Geologia, pois se elevava a mais de 500 o número de alunos aguardando oportunidade de estágio, quantitativo que se reduzira à metade no ano seguinte.

*A razão, porém, do elevado número de alunos em busca desses cursos se deve, sobretudo, à euforia observada no período 75/76 com os maciços investimentos no setor mineralógico realizados na Amazônia e na região Centro-Oeste. Todavia, enquanto temos encontrado certa dificuldade, nos últimos dois anos, em colocar nas empresas todos os estagiários de Mineração e Geologia, em virtude da recessão gradual verificada no nível geral das atividades de prospecção e lavra no país, sobra-nos, por outro lado, vagas nos demais cursos, onde é frequente o pedido de estagiários por parte das empresas e não temos mais alunos para encaminhar.*<sup>30</sup>

Concluinte do curso de Mineração em 1977, o vereador George Câmara teve de esperar um ano pela obtenção do estágio. Enquanto a oportunidade não vinha, decidira retornar à sua cidade natal, João Câmara, e dar aulas de inglês e geografia com os conhecimentos que havia obtido nas disciplinas de formação geral, cursadas na ETFRN. Em 79, o setor de estágios da escola o encaminharia, junto com o colega Edilson Lima de Carvalho, à empresa Minério Centauro, onde atuaria, no sul e noroeste da Bahia, realizando pesquisa na área de diamantes. Uma experiência que lhe rendera um contrato de

<sup>29</sup> ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. CPD. Relatório de Dados Estatísticos. Natal, 1989.

<sup>30</sup> GUIMARÃES, Marcondes Mundim. Descrição das atividades extraclasse que vêm sendo desenvolvidas pela ETFRN. Natal, [1980?].



Aula de campo do curso de Estradas na Via Costeira de Natal, anos 80.

trabalho de quase três anos.

*[...] nós ficamos com um desafio muito grande, porque fomos prevenidos de que era uma oportunidade pioneira. Que o que fizessemos de bom ou de ruim lá poderia repercutir em novas oportunidades ou não pra outros colegas. [...] Pra surpresa nossa, dois meses depois, chegaram outros dois colegas, um de Mineração, outro de Mecânica, em seguida, chegaram mais oito. Então, ficamos como se fôssemos corresponsáveis pelo nome da escola. [...] Foi uma experiência muito importante, porque aos 19 anos eu já chefiava uma área. [...] Num momento de muita responsabilidade, a gente se espelhava nos ensinamentos da escola, naqueles conselhos que os professores nos davam: muito cuidado com o que fala, com a postura, então, isso nos ajudou muito a enfrentar aquela experiência.*<sup>31</sup>

A inserção dos egressos do curso técnico de Estradas no campo de estágio constituía outra preocupação dos gestores da ETFRN. Segundo o professor Marcondes, a instituição havia apostado no surgimento de postos de trabalho com a construção da rodovia Transamazônica, iniciada

<sup>31</sup> CÂMARA, George. Seu tempo de aluno na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 25 nov. 2008. 1 gravação digital audiovisual em miniv. (19min).



II Encontro de Técnicos da ETRN, 1981

pelo governo Garrastazu Médici, em 1970, e que pretendia interligar o Nordeste à Amazônia, através de 6 mil km de estradas, com recursos do Plano de Integração Nacional.

*[...] o governo na época prometeu construir uma estrada que saía da Paraíba e chegava à Amazônia, inserindo uma Companhia, de 500 em 500 quilômetros, até chegar a Manaus. Então, começamos a formar técnicos próprios e específicos pra construção de rodovias em matas. [...] Inclusive, no próprio currículo, tínhamos uma cadeira de Sobrevivência na Selva. [...] Pararam a construção e nós ficamos aqui a 'ver navios', sem ter onde colocar nossos técnicos. [...] Todas as semanas, reuníamos a direção da escola pra discutir o que fazer. O objetivo da escola era formação de técnicos, então, o produto você tinha que vender [...]. Noventa e oito por cento dos aprovados em geologia na universidade eram alunos do nosso curso técnico. Então, nós ficamos preocupados com isso, aí pegamos dois professores e dissemos: agora vocês vão andar pelo Brasil, vender nosso curso. Começamos a colocar estagiários no Rio Grande do Sul, no Pará, no Goiás, na Bahia. [...] O próprio aluno, que já estava inserido no mercado, nos ajudava muito na distribuição dos nossos técnicos pelo Brasil.*

32

32 GUIMARÃES, Marcondes Mundim. Sobre a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 20 set. 2007. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (45min).

Para o ex-aluno George Câmara, a capacidade da ETRN de responder, com mais agilidade do que os cursos superiores, naquele momento de industrialização do país, à preparação da mão de obra de que o Brasil necessitava, imprimira uma marca à instituição reconhecida por muitas famílias potiguares, que viram, na formação técnica por ela ministrada, uma oportunidade de ascensão profissional e mobilidade social para os jovens que nela ingressavam.<sup>33</sup>

A despeito dos concluintes que optaram por seguir carreira acadêmica ou mesmo tomar outros rumos profissionais, no período de 1968 a 1998, a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte conseguiu formar 4.073 técnicos de nível médio, que, após integralizarem o currículo do curso, foram encaminhados ao mercado de trabalho e cumpriram a carga-horária de estágio curricular obrigatório.

Os dados, obtidos nos livros de Registro de Diplomas<sup>34</sup> da instituição, permitiram aferir, entre outras informações, o percentual de diplomados em cada curso técnico, a relação de gênero, o ramo e a localização das empresas contratantes. A principal constatação diz respeito ao fato de que, no período citado, procedera do curso de Eletrotécnica o maior percentual de técnicos diplomados pela instituição, correspondendo a 24% dos profissionais formados, seguidos dos cursos de Edificações e Mineração, com 18% e 17%, respectivamente, Mecânica, com 13%, Geologia, 11%, Estradas e Saneamento, 8,5%, cada um.

Ao longo das três décadas citadas, foram inúmeras as empresas e instituições<sup>35</sup>, com sede em todos os Estados brasileiros, que contrataram os estagiários encaminhados pela ETRN. Da análise efetuada, constatou-se que a indústria extrativa mineral fora a que mais absorvera seus egressos, num percentual de 35% dos diplomados. Contribuíram para esse resultado o fato de esse mercado ter absorvido 94% dos concluintes de mineração, 84% dos formandos em geologia e 29,5% dos alunos egressos da mecânica, dentre outros.

Antes de ingressar no quadro de professores de Geologia e Mineração da Escola Técnica Federal

33 CÂMARA, 2008.

34 ETRN. Livro de Registro de Diplomas – Sistema Seriado Anual (n.º 06 ao 09), Sistema de Créditos (n.º 01 ao 12).

35 Agrupadas conforme a Comissão Nacional de Classificação de Atividades Econômicas (CONCLA). Disponível em <[http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE\\_200@CNAE%202.0](http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%202.0)>. Acesso em: 24 jan. 2008.

do Rio Grande do Norte, em 1977, Sérgio Luís Alves de França cursara a oficina de Eletricidade, no ginásio industrial (1969-72), vindo a integrar a primeira turma do curso técnico de Geologia, tendo cumprindo seu estágio nas Empresas Nucleares Brasileiras (NUCLEBRAS), na Amazônia.<sup>36</sup>

Seu colega de docência, João Batista Monteiro, tivera trajetória similar ao concluir o técnico em Geologia, em 77. Obtivera estágio na NUCLAM, subsidiária das empresas NUCLEBRAS, fazendo prospecção de jazidas de urânio em municípios do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

*Nós tivemos uma atuação entre os anos de 78 e 79, e no término de 79, a empresa fechou um projeto e a partir daí eu fui fazer o vestibular para o curso de Engenharia de Minas. [...] Em 88.1, tivemos a oportunidade de termos o concurso público para professor substituto na ETFRN. [...] Nós tínhamos, na época, a possibilidade de realizar as nossas aulas de campo em outros Estados brasileiros. Começamos a visitar empresas no Paraná, no Pará, Minas Gerais, e, a partir daí, criamos um elo muito grande com essas empresas, fizemos grandes amizades, e elas começaram a buscar nossos técnicos concluintes.*<sup>37</sup>

Para o geólogo e professor Marcos Aurélio de Oliveira Maia, técnico diplomado em Mineração, sua atuação no segmento de prospecção mineral na Amazônia constituía uma segunda escola. Ao sair para o mercado como estagiário da ETFRN, em 74, absorvido pela empresa canadense de exploração de níquel, a INCO, adquirida, posteriormente, pela Vale, Marcos Maia vislumbrara um mundo de oportunidades de trabalho, tanto para si, como para os técnicos que viriam depois dele.

Foram seis anos e meio imerso na região do Xingu, ao sul do Pará, acompanhando o início dos projetos Carajás, da Vale, da INCO e da Doce Gel, e conhecendo técnicas de sondagem mineral, até que surgira o convite da Escola para que ele lecionasse

<sup>36</sup> FRANÇA, Sérgio Luís Alves de. Trajetória do ex-aluno e servidor da ETFRN ao CEFET-RN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 10 maio 2009. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (20min).

<sup>37</sup> SOUSA, João Batista Monteiro de. Sobre os cursos de Geologia e Mineração e as oportunidades de estágio e trabalho para os técnicos da ETFRN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 14 jul. 2009. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (16min).

a disciplina de Hidrogeologia, que trata de técnicas de perfuração de poços tubulares. Assim, em 1979, Marcos Maia ingressava no corpo docente da instituição, assumindo, em meados da década de 80, a Coordenadoria de Integração Escola-Empresa (CIE-E), em substituição ao professor Antônio Fernandes de Carvalho.

*Antônio era uma pessoa dedicada full time à escola e foi um dos coordenadores de ciência que mais se destacou pela sua visão de mercado [...]. Com ele, nós conseguimos aprender os caminhos. Fazíamos viagens de automóvel, por exemplo, nós chegamos a ir até à Bahia pra visitar as empresas, porque, no Rio Grande do Norte, nós só tínhamos o seguimento da chelita. A mineração do Seridó era capitaneada pelo grupo Tomaz Salustino, da mineração Brejuí, junto com outras empresas de menor porte, como a Tungstênio Brasil da Barra Verde. Mas elas também proporcionavam estágios, oportunidades de contratação de nossos técnicos.*<sup>38</sup>

A professora de Língua Portuguesa, Leonor de Araújo Bezerra Oliveira, testemunhara, como aluna, os primeiros anos de implantação do curso técnico em Geologia. Fizera parte da sexta turma do curso, ingressa em 78.

*Havia uma dificuldade total, ainda, porque a escola estava implantando o curso [...], lembro que o próprio laboratório estava sendo instalado, os equipamentos estavam sendo pedidos. [...] Eu tive vários professores como Feijão, Sérgio França, Augusto, que ainda eram alunos de Geologia, na universidade. Apesar de todas essas dificuldades havia um empenho muito grande e eu achava isso muito bonito, porque todos os professores tinham vontade que o curso desse certo. E a minha turma foi uma turma muito especial, porque era uma turma de alunos estudiosos, sem falsa modéstia [...]. Havia esse compromisso, tanto de professores, como de alunos, como da própria direção, na época, de oferecer condições mínimas. [...] A gente não tinha aula de campo suficiente, mas fazíamos*

<sup>38</sup> MAIA, Marcos Aurélio de Oliveira. Sobre os cursos de Geologia e Mineração e as oportunidades de estágio e trabalho para os técnicos da ETFRN. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 16 dez. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (26min).

*cotas, até festa de São João a gente fazia pra conseguir dinheiro pra aula de campo. Então, eu acho que pra época supriu o que precisava.*<sup>39</sup>

Após concluir o curso, Leonor fora encaminhada para estágio, em Brasília, na empresa Pesquisa e Exploração de Minérios S.A. (SOPEMI). Ao ingressar no mercado aos 17 anos, sua menoridade a impedira de atuar no trabalho de campo, razão pela qual fora aproveitada nas atividades do escritório, transformando, em relatório, os dados colhidos em campo.

Depois da indústria extrativa mineral, a construção civil aparece em segundo lugar entre os segmentos econômicos que mais absorveram os estagiários da ETRN, no período de 1968 a 1998, conforme dados dos livros de Registro de Diplomas. Responsável pela contratação de 16% do total dos diplomados ao longo das três décadas citadas, esse ramo industrial abriu suas portas para 60% dos concluintes de Estradas e 36% dos alunos de Edificações. Agregado ao referido segmento, o setor de atividades profissionais, técnicas e científicas - no qual figuram, entre outros, os escritórios de engenharia e arquitetura, empresas e órgãos de consultoria em recursos minerais - fora responsável pela contratação de 8% dos diplomados da ETRN, em especial os das áreas de Edificações (17,5%), Estradas (15%) e Geologia (10%).

Evandro Firmino de Souza<sup>40</sup>, Erivan Sales do Amaral<sup>41</sup> e William de Oliveira Barreto<sup>42</sup> são apenas três dos técnicos formados em Estradas pela ETRN e que fizeram carreira profissional na década de 70, entrando, mais tarde, para o quadro docente da Escola Técnica.

O primeiro havia sido encaminhado, em 1971, para estagiar na construtora S. Menegusso & Cia

39 OLIVEIRA, Leonor de Araújo Bezerra. Sobre a trajetória da ex-aluna e servidora da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 09 jun. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (32min).

40 SOUZA, Evandro Firmino de. Depoimento sobre a trajetória do ex-aluno e servidor da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por arilene.lucena@ifrn.edu.br em 28 jul. 2010.

41 AMARAL, Erivan Sales do. Sobre a trajetória do ex-aluno e servidor da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 08 jun. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (21min).

42 BARRETO, William de Oliveira. Sobre a trajetória do ex-aluno e servidor da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 13 jan. 2009. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (18min).

Ltda, no Rio Grande do Sul, só retornando a Natal oito anos depois, tendo exercido, por duas vezes, a função de coordenador de Integração Escola-Empresa da ETRN, de 82 a 83, e de 96 a 98.

Antes de ingressar em Estradas, Erivan Amaral cursara o antigo ginásio industrial. Por volta de 74, seguira para estágio na Transpavi-Codrasa, com sede em São Paulo, embora os três anos em que nela permanecera, exercendo a função de topógrafo, trabalhara na Refinaria Rodolfo Aves, Bahia, na Refinaria Duque de Caxias, Rio de Janeiro, e em Vitória, Espírito Santo. A empresa tinha forte atuação em engenharia civil, com ênfase nas áreas de drenagem e terraplanagem.

A diplomação no curso técnico de Estradas proporcionara, inicialmente, a William Barreto, uma experiência de dois anos na COSERN, como desenhista. Em 1º de outubro de 76, começava a dar aulas de Topografia na ETRN, instituição na qual se aposentara depois de ensinar nos cursos de Estradas, Edificações e Saneamento.

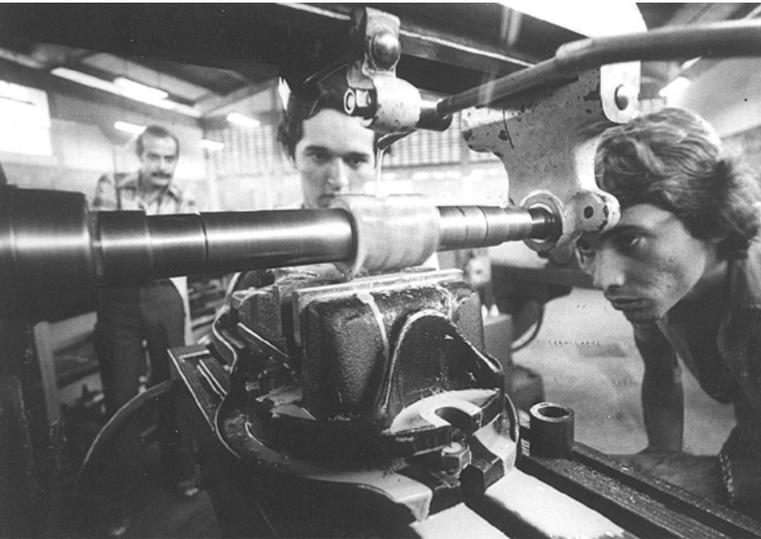
A propósito deste último curso, 64% dos técnicos diplomados na área conseguiram inserir-se no segmento industrial de tratamento de águas, esgotos e resíduos sólidos, atividade econômica que contribuía com 11% da contratação de todos os técnicos formados pela ETRN no período analisado. Metade dos profissionais da área fora absorvida dentro do próprio Estado, pela Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN).

De acordo com William Barreto, o mercado para absorção desses técnicos praticamente se restringia à CAERN, razão pela qual houve uma época em que os alunos apresentavam uma baixa autoestima em relação ao curso. Esse quadro começou a mudar a partir do momento em que um grupo de professores, tendo participado de uma Especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental, imprimira uma nova roupagem ao curso, direcionando-o, também, para a área de meio ambiente. Com isso, novos campos de estágio se abriram para seus egressos, como as Secretarias de Saúde do Estado e dos municípios e as empresas do segmento de alimentos e bebidas.

Conforme os dados obtidos junto aos livros de Registro de Diplomas da ETRN (1968-98), as mulheres representaram um universo de 20% do total dos 4.073 técnicos diplomados nesse período. Edificações e Saneamento foram os cursos com maior percentual de diplomadas, 32% e 29%, respectivamente, enquanto o de Mecânica apresentou o menor índice, apenas 2%. Na análise

efetuada, o curso de Saneamento sobressaía-se, ainda, como o que diplomara mais mulheres do que homens, na proporção de 68% de técnicas contra 32% de técnicos.

Pertencente ao restrito quadro de professoras



Laboratório de Mecânica, década de 80.

que atuavam nas disciplinas de Cultura Técnica da ETFRN, entre as décadas de 70 e 80, Eleucia Bandeira Luz<sup>43</sup> estava concluindo a graduação em Engenharia Civil na Universidade Federal do Rio Grande do Norte quando surgiu a oportunidade de lecionar na Escola Técnica, em 1971. Iniciara sua atividade docente ministrando aulas na primeira turma de Edificações.

A professora confirma a escolha preponderante das alunas pelos cursos de Edificação, Estradas e Saneamento. Recorda-se das adaptações logísticas que a Escola tivera de fazer com o ingresso das meninas nos cursos regulares, a partir de 1975, e ratifica a resistência inicial do ramo da construção civil à entrada das técnicas nesse mercado de trabalho, onde a presença masculina sempre fora predominante.

Egressa do curso de Edificações em 1986, após concluir estágio na empresa Henrique Lage Salineira, em Macau, Ana Márcia Melo Teixeira trabalhara dois anos seguidos como desenhista de projetos, na Construtora Araújo Pereira, em Natal, onde pudera

43 SANTOS, Eleucia Bandeira Luz Monteiro. Sobre a mulher professora nos cursos técnicos da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros e Maria da Guia de Sousa Silva. Natal, 08 set. 2009. 1 gravação digital. Sonoro. (30min).

acompanhar a estrutura completa de uma obra, desde a planta à entrega dos apartamentos.

*Foram sessenta apartamentos e foi uma riqueza pra mim essa experiência porque eu peguei todas as fases da construção civil. A partir das matérias que eu estudei a gente pôs em prática na obra. Outra coisa muito importante pra ressaltar é que eu trabalhava com quase duzentos homens e a única mulher era eu. Então, pra mim foi muito bom, porque eu era muito paparicada (ri). Toda segunda-feira recebia presentes dos peões!*<sup>44</sup>

Dez anos depois, a jornalista Andréa Ramos passava por experiência semelhante, ao terminar o curso técnico de Estradas, em 87. Seu estágio de seis meses na Empresa Industrial Técnica (EIT) lhe rendera uma contratação e a experiência de atuar na construção da Rota do Sol, rodovia que liga Natal às praias do litoral sul.

*Para mim, foi uma experiência riquíssima. Foi a minha primeira experiência no mercado de trabalho. Eu tinha 18 anos, trabalhava numa obra aonde havia 100 homens, e eu era a única mulher. Então, assim, tudo o que eu aprendi na Escola, não apenas a parte técnica, mas a parte de formação humanística me ajudou muito [...]. Eu trabalhava em um canteiro de obras que tinha toda uma informalidade, havia todo um contato direto com pessoas de uma formação diferente da minha e os conhecimentos adquiridos na Escola, de como se relacionar com as pessoas, como lidar com as diferenças em todos os níveis... Isso dá um lastro muito bom pra gente. Deixa a gente muito segura.*<sup>45</sup>

Concentrando os setores têxtil, de bebidas e alimentos, papel e celulose, metalurgia, informática e eletrônica, o ramo da indústria de transformação figura na terceira colocação das atividades econômicas que maior participação tiveram na inserção dos técnicos da ETFRN no mercado de

44 TEIXEIRA, Ana Márcia Melo. Sobre a trajetória da ex-aluna e servidora na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 02 set. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (16min).

45 RAMOS, Andréa. Sobre a trajetória da ex-aluna no curso de Estradas da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 03 nov. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (10min).

trabalho, num total de 12%. O curso técnico de mecânica fora o mais contemplado pelo setor, com a inserção de 53,5% dos seus profissionais. Dentre os segmentos de maior demanda, o ramo da metalurgia, máquinas e equipamentos absorvera 37,5% dos diplomados no curso.

Impulsionada pela curiosidade do trabalho do pai, que fornecia equipamentos da CBV Indústria Mecânica para a Petrobras, a engenheira elétrica Kátia Torres não pensara duas vezes ao optar pelo curso técnico de Mecânica, ingressando na ETFRN em 1984, após concluir o Pró-Técnico. Na determinação de experimentar a profissão que escolhera, no 3º ano do ensino técnico decidira aderir à modalidade de microestágio, cumprindo parte da carga horária do exercício orientado da profissão na unidade da CBV em Camaçari, na Bahia.

*Aí eu me apaixonei ainda mais pelos conhecimentos que consegui adquirir, coisas novas que eu não tinha visto, coisas que eu já tinha visto e estava vendo realmente funcionando na prática, que era o processo de transformação de fato. Eu me senti ainda mais realizada. Quando voltei, voltei com a certeza ainda maior de que era o que eu tinha que fazer mesmo. Era aquilo que eu gostava, não tinha a menor dúvida com relação a isso. Concluído o curso, eu fui estagiar na Petrobras. Passei seis meses lá. Também nessa área, na oficina mecânica, o que para muitos foi algo inédito, porque não se tinha, até então, nenhuma mulher estagiando na oficina. Tinha sim outras mulheres que passavam, mas em setores administrativos, não em setores técnicos.*<sup>46</sup>

Ao longo das três décadas analisadas (1968-98), destacaram-se, dentre as empresas que mais contrataram os estagiários dos sete cursos da instituição, 10 grandes companhias que, juntas, absorveram o percentual de 35,5% dos técnicos diplomados pela ETFRN. Eram, sobretudo, empresas estatais atuantes nos ramos de energia elétrica, água e esgotos, telecomunicações, mineração e construção civil.

Na comparação entre empresas e cursos técnicos, a COSERN, a TELERN e a PETROBRÁS

<sup>46</sup> MARQUES, Kátia Correia Torres. Sobre a trajetória da ex-aluna e servidora da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 09 set. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (17min).



Aula de campo de topografia, década de 80.



Aula de Desenho Eletrotécnico, 1979.

foram as principais responsáveis pela contratação dos estagiários de Eletrotécnica, na proporção de 27%, 12% e 9%, respectivamente. O setor de telecomunicações tivera participação de 21% na absorção dos técnicos dessa área. Em relação ao curso de Mecânica, a PETROBRÁS contribuiu com a contratação de 13% dos profissionais do curso, seguido da BRASINOX (7%) e da Vale (6,5%).

Os estudantes de Geologia e Mineração obtiveram mais campo de estágio nas filiais da PETROBRAS e da Vale, junto aos núcleos regionais da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) e do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), bem como nos diversos pólos das Empresas Nucleares Brasileiras (NUCLEBRAS).

Ao lado das várias companhias dos Batalhões de Engenharia de Construção do Exército (BEC), a Empresa Industrial Técnica (EIT) e o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) tiveram significativa atuação na absorção dos estagiários dos cursos técnicos de Estradas e Edificações. Esses profissionais se beneficiaram, ainda, da expansão do mercado imobiliário em Natal, que possibilitou a vários alunos da EFRN uma colocação nas vagas oferecidas pela Companhia de Habitação Popular (COHAB) e pelo Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Rio Grande do Norte (INOCOOP).

Da mesma forma, o setor público propiciou várias ofertas de trabalho para esses técnicos, seja nas prefeituras da Grande Natal ou junto às Secretarias Municipais de Planejamento Urbano (SEMPULA), Obras e Viação (SUMOV) e de Serviços Urbanísticos (SEMSUR).



*Na década de 80, a comunidade etferniana vivenciaria a fundação do grêmio estudantil, as primeiras eleições diretas para diretor e o início de um novo processo de expansão escolar, física, estrutural e pedagógica. (1981)*

# Gestão democrática e expansão

# 18

## A abertura de um novo processo de renovação

O início de sua primeira gestão à frente da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte coincidiu com o aniversário dos 70 anos da instituição. Naquele ano de 1979, a data foi marcada pela concessão das primeiras Medalhas de Amigo da ETEFRN e de Distinção Especial<sup>1</sup>, criadas no intuito de reconhecer o trabalho de servidores, empresas e instituições com destacada atuação em prol do desenvolvimento do ensino técnico.

Com essa iniciativa, o professor Marcondes Mundim Guimarães pretendia encorajar a participação de todos na consecução das principais metas de seu Plano de Ação Integrada<sup>2</sup>, que visava tornar a instituição cada vez mais voltada para a comunidade e para o mundo produtivo.

Integrante do quadro de professores desde 1967, o novo diretor da ETEFRN, licenciado em Matemática, participou da equipe de gestão da Escola Técnica desde o princípio, tendo passado pelas funções de chefe do Setor de Disciplina, da Divisão de Administração, do Departamento de Ensino e da Coordenação de Planejamento.

Havia acompanhado a instalação da Escola na nova sede, em Morro Branco, e o empenho das administrações anteriores na busca pela consolidação dos cursos técnicos. Por isso, fixara, dentre as principais diretrizes de sua gestão, a meta de aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem, enfatizando o aspecto humanístico-cultural na formação dos técnicos, e, ao mesmo tempo, aplicar uma política mais agressiva na procura de mercado para absorção dos alunos egressos.

*A gente fazia muitas reuniões com os professores e mostrava o objetivo da instituição. O objetivo não é só ensinar Matemática, Física ou Biologia. Você tem de formar esse homem para a vida. Então, todo professor era consciente disso. Você tem uma instituição principalmente*

1 GUIMARÃES, Marcondes Mundim. Portaria nº. 242 e nº. 243-Dr-ETFRN. Natal, 10 set. 1979.

2 ALVES, Agnelo. Marcondes quer ensino dentro da realidade de mercado de trabalho. Tribuna do Norte, Natal, 09 jun. 1979. Crônica Social – informe do editor.; MARCONDES diz que empresas devem participar do processo educacional. Tribuna do Norte, Natal, 26 maio 1979. Pauta Geral.

*profissionalizante, então você tem que vestir a camisa, você não pode ser um empregado da instituição, tem que ser parte da família da instituição [...]. O aluno era a mesma coisa. No início do ano a gente reunia, no ginásio, todos os alunos novatos, pegávamos quatro, cinco ex-alunos pra falar aos novatos e dávamos uma verdadeira aula pra eles. 'Olha, vocês saíram de um ambiente onde podiam faltar aula que não acontecia nada, ninguém lhes acompanhava, não faziam isso, não faziam aquilo, mas agora entraram num ambiente que é o seguinte: vocês vieram aqui pra estudar, em primeiro lugar, vocês agora participam de uma grande família [...]'. Então, a gente mostrava ao aluno que ele fazia parte de uma comunidade. Assim também se fazia com o servidor.*<sup>3</sup>



Marcondes Mundim entrega Medalha Nilo Peçanha ao ex-presidente do Conselho de Representantes, Luiz Carlos Abbot Galvão, set./1979.

A política traçada por sua administração para dar maior visibilidade à ETEFRN e aos cursos por ela ministrados resultara na estruturação da Assessoria

3 GUIMARÃES, Marcondes Mundim. Sobre a trajetória do professor e ex-diretor da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 20 set. 2007. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (44min).

de Comunicação Social, a partir do final de 1980, trabalho encampado pela jornalista Thelma Rabelo, à época, recém ingressa no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O convite lhe fora formulado no ano posterior à sua diplomação no curso técnico de Edificações. Quando aluna, Thelma fizera parte da diretoria do Centro Cívico Escolar Nilo Peçanha, responsabilizando-se pela edição do jornalzinho da entidade estudantil, chamado Comunitec.

*O professor Marcondes sempre foi um homem de grande visão. Desde essa época, início dos anos 80, ele já sabia da importância de se implementar na instituição uma política robusta de comunicação; se preocupava em documentar tudo, tanto através do jornal impresso (fazíamos e distribuíamos a “Agenda” diariamente), quanto através de fotos e da divulgação na mídia local; já valorizava a preservação da memória da instituição. Tanto que, por essa época, começamos a organizar o acervo fotográfico da Escola, eu e a minha querida amiga, Meselemias do Nascimento Idalino: entrevistávamos os servidores antigos e identificávamos as fotos. E eu confesso que, quando vim pra cá, não sabia ao certo nem como uma assessoria de imprensa funcionava, nem o que é que eu ia fazer! Imagina, eu tinha acabado de entrar na universidade! Lembro que eu tinha só 18 anos, e a pressão e a responsabilidade do trabalho do Gabinete eram muito grandes! [...] Comecei a trabalhar, humildemente, a perguntar, a estudar... e fui aprendendo fazendo!*<sup>4</sup>

Thelma costuma dizer que é oriunda da época da pré-história da Escola, quando se usava máquina de datilografia, papel carbono, fotolito e filme de 24 poses. Nada de computador, máquina fotográfica digital ou celular.

Em sua trajetória de 14 anos à frente do setor de Comunicação Social, a jornalista testemunhara todo o processo de democratização escolar que marcara a década de 80 e o início dos anos 90 na ETFRN, como as primeiras eleições diretas para diretor geral, a transformação do Centro Cívico em

4 RABELO, Thelma Maria Franco. Depoimento sobre a trajetória da ex-aluna e servidora da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por arilene.lucena@ifrn.edu.br em 28 jul. 2010.

Grêmio Estudantil, a consolidação da Associação dos Servidores (ASEFRN), fundada em 1972, e a implantação da Seção Natal do Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Educação (SINASEFE), numa iniciativa coordenada pelos professores Lailson Almeida e Enilson Araújo Pereira.

Nesse percurso, uma outra mulher, também ligada à administração, se sobressairia pelo papel de liderança cumprido à frente do Departamento de Ensino e pela posição inédita que ocuparia na instituição ao ser eleita para o cargo maior de dirigente da ETFRN.

Com formação em odontologia, Luzia Vieira de França<sup>5</sup> ingressara nesta Escola em 1970 para lecionar Ciências Biológicas, depois de uma longa experiência de docência em sua terra natal, Pau dos Ferros, e, posteriormente, na capital, nos Colégios Marista, Atheneu e Salesiano e no Instituto Kennedy.

Em 1976, a convite do então diretor, Arnaldo Arsênio de Azevedo, a professora Luzia assumira a incumbência de coordenar, na ETFRN, a instalação do Serviço de Supervisão Pedagógica, conforme recomendação do Ministério da Educação, que patrocinara um curso de seis meses no Rio de Janeiro para representantes de todas as Escolas Técnicas Federais do país.

*Não foi fácil, porque todo o esquema de trabalho foi entendido como uma fiscalização. [...] O professor tinha que preparar as provas e passar pelos supervisores. Agora você imagine que um supervisor com formação pedagógica tinha que analisar uma prova de resistência dos materiais, por exemplo. Pense aí! Precisava ter muito tato, porque você questionava não o conteúdo, mas a forma como o conteúdo estava sendo cobrado do aluno [...]. Eu sei que, com muito trabalho, eles faziam as provas e depois mandavam os resultados para a gente fazer uma análise [...] para ver quais eram as deficiências e os professores foram aceitando. Nunca aceitaram integralmente todos, mas muitos foram aceitando. Agora, uma ação muito produtiva, que persiste até hoje e que não existia antes da supervisão, foram as reuniões pedagógicas, que encontravam também aquela barreira: ‘Vamos lá só para escutar aquilo. É muita filosofia!’ [...] E hoje persistem, porque é inconcebível que se trabalhe numa institui-*

5 FRANÇA, Luzia Vieira de. Sobre a experiência de gestão da primeira mulher a ocupar o cargo de diretora da ETFRN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 13 ago. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (62min).

*ção que você não tenha um momento em que se sente com alguém que trabalha no seu grupo [...] para conversar e discutir.*<sup>6</sup>

O trabalho realizado junto à Supervisão Pedagógica lhe credenciara a assumir a chefia do Departamento de Ensino na gestão do diretor Marcondes Mundim Guimarães, que, em 1983, fora reconduzido ao cargo por mais quatro anos.<sup>7</sup> Entretanto, ao completar dois anos de seu segundo mandato, Marcondes se transferira para Brasília, a convite do então Ministro da Administração, o potiguar Aluizio Alves, sendo empossado na função de Secretário de Pessoal Civil do Ministério.<sup>8</sup>

Com seu afastamento, a professora Luzia seria a indicada pelo ex-diretor para concluir sua administração, que iria até junho de 87.<sup>9</sup> Muitos desafios a esperavam nessa nova empreitada. O país vivenciava um processo de transição política, de luta pelo reestabelecimento da democracia, após 20 longos anos de ditadura.

No âmbito da ETFRN, o primeiro enfrentamento se daria com os estudantes, que, impulsionados pela diretoria do Centro Cívico Escolar Nilo Peçanha, articulavam a elaboração de um anteprojeto de estatuto para criação do Grêmio Estudantil, com base na Lei nº. 398, de 04 de novembro de 1985, que garantia o retorno aos Grêmios Escolares.<sup>10</sup>

O professor universitário Walter Pinheiro<sup>11</sup>, naquela época, aluno do curso técnico de Mecânica, estreara no movimento estudantil, dentro da ETFRN, inicialmente, como líder de classe, elegendo-se, depois, para a presidência do Centro Cívico, junto com a colega Heronilza Ferreira do Nascimento. Fora essa diretoria que fizera a transição da antiga entidade para o Grêmio Estudantil Djalma Maranhão.

De acordo com Walter Pinheiro, nesse processo de transformação houve certa resistência por parte

da direção da Escola Técnica e, principalmente, da Coordenação de Atividades Cívico-Recreativas, responsável, entre outras funções, pelo trabalho de orientação do Centro Cívico. Segundo ele, o confronto acabara resultando na formação de duas chapas: a de Walter e Heronilza e a de Iran e Suzano, esta última apoiada pela gestão da ETFRN, representada pela referida Coordenação. Os primeiros venceram as eleições com 1.200 votos de maioria.

*Então, aí principiou toda abertura política pra os estudantes [...] Começamos a nos movimentar na direção nacional, que era criar uma lei dos grêmios livres e substituir os Centros Cívicos, instituídos pela ditadura militar. [...] E tudo isso teve um impacto muito grande dentro da Escola, porque, no momento que estávamos na campanha do Centro Cívico, enfrentávamos algumas reclamações dos estudantes. Porque a Escola era muito rígida, era uma Escola de formação de um técnico que ia para uma empresa, e um profissional de uma empresa tem que aprender, entre outras coisas, a se comportar conforme a regra da empresa. [...] Nossa responsabilidade era construir um espaço em que este profissional aprendesse que não tinha que cumprir regras porque tinha que cumpri-las, mas ele deveria aprender a relacionar-se com os outros de uma forma mais livre. Então esses elementos iam constituindo a construção desse nosso movimento.*<sup>12</sup>

A primeira eleição para a diretoria do Grêmio Estudantil Djalma Maranhão ocorrera em junho de 86, num pleito disputado pelas chapas “Mudanças já”, presidida por João Batista e Jailton Nascimento, “Construir a nova escola”, formada por João Maria Fraga e Júlio Borges, e “Novos rumos”, liderada por Itaércio Soares e Sandra Cristina.<sup>13</sup> Mil e 45 alunos deram vitória à chapa “Construir a nova escola”.<sup>14</sup>

A partir de então, os questionamentos mais diversos afloraram entre os estudantes e a ânsia de reivindicar, questionar e debater com a direção do estabelecimento escolar. Diante dessa pressão, a professora Luzia Vieira de França fizera um pacto com a diretoria da entidade: reservar um horário fixo às quartas-feiras pela manhã exclusivamente para receber os membros da agremiação.

6 Idem.

7 ETFRN. Diretor da ETFRN toma posse. Informativo Interno, Natal, ano IV, n.55, 20 maio 1983.

8 \_\_\_\_\_. ETFRN ocupa cargos no alto escalão da Nova República. Informativo Interno. Natal, ano VI, n.92, 08 abr. 1985.

9 \_\_\_\_\_. Luzia de França assume direção da ETFRN. Informativo Interno, Natal, ano VI, n.95, 08 maio 1985.

10 \_\_\_\_\_. Alunos discutem anteprojeto do Grêmio. Informativo Interno, Natal, ano VI, n.103, 16 dez. 1985.

11 BARBOSA JÚNIOR, Walter Pinheiro. Sobre o movimento estudantil na sua época de aluno da ETFRN (83-86). Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 24 mar. 2009. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (38min).

12 Idem.

13 ETFRN. Agenda, Natal, n.26, 27 maio 1986.

14 \_\_\_\_\_. Agenda, Natal, n.28, 03 jun. 1986.



Debate entre candidatos a diretor da EFRN promovido pela ASETFRN e Grêmio. Out/1986.

*Não era brincadeira, era barra, precisava ter muita habilidade para lidar com eles. Os meninos extremamente... não vou dizer contestadores, eles queriam saber das coisas, viveram numa época em que não se questionava muita coisa. Começava desde a merenda escolar, de tudo, que é o sistema que está errado, que não é desse jeito, que está havendo muita opressão, isso e aquilo outro. Eu escutava tudo direitinho e dizia 'como é que a gente vai resolver isso aqui?', porque às vezes eram umas coisas um tanto quanto absurdas, mas sempre escutei, acho que por isso que me dei bem com eles.*<sup>15</sup>

Em paralelo às primeiras eleições do grêmio, a Associação dos Servidores da EFRN (ASEFRN) decidira, em Assembleia Geral Extraordinária, que a Escola Técnica realizaria eleições diretas para diretor, sob a coordenação da entidade.<sup>16</sup> Assim, em agosto de 86, toda a comunidade etferniana discutia o anteprojeto das normas do processo sucessório, elaborado por uma comissão formada por representantes dos docentes, funcionários e alunos.<sup>17</sup>

*Estávamos numa época de muita movimentação e agitação no país, então todas as escolas se movimentaram para que a escolha do diretor fosse por voto direto, incluindo funcionários, alunos, professor, enfim, todos.*

15 FRANÇA, 2008.

16 EFRN. Agenda, Natal, n.25, 23 maio 1986.

17 \_\_\_\_\_. Agenda, Natal, n.47, 14 ago. 1986.

*Eu estava há dois anos no cargo, completando o mandato anterior, então disse 'por que não completar um trabalho que comecei?' Era um desafio e eu gosto muito das coisas desafiadoras [...]. Apareceram outros candidatos, parece-me que eram sete ao todo, e eu era a única mulher.*<sup>18</sup>

Além da professora Luzia Vieira de França, dois outros candidatos também faziam parte da sua gestão: Jairo Fabrício Alves, chefe do Departamento de Apoio Didático, e José Gilson Oliveira, diretor de Administração.<sup>19</sup> Candidataram-se, ainda, os professores Carlos Nazareno Pereira da Costa, Alcir Veras, João Batista de Souza Varela, Lailson Almeida e Pedro Bandeira de Moura.<sup>20</sup>

No decorrer da campanha, que contara com a intensa participação do Grêmio Estudantil Djalma Maranhão e da ASETFRN, por meio da organização de prévias e debates, Lailson Almeida e João Varela retiraram suas candidaturas em favor de Carlos Nazareno.<sup>21</sup>

No dia 30 de outubro de 1986, com o apoio de 33,16% da comunidade escolar, Luzia Vieira de França, 50 anos, tornava-se a primeira mulher a dirigir a EFRN por voto direto. Carlos Nazareno atingira 30% da preferência do eleitorado, Gilson Oliveira, 21,4% e Jairo Fabrício, 15,4%.<sup>22</sup> O universo de votantes estivera constituído por 227 professores, 133 funcionários e 3.182 alunos.<sup>23</sup> Já o índice de abstenções correspondera a 34,7% dos estudantes, 4,8% dos docentes e 3% dos funcionários.<sup>24</sup>

*Fui bem aceita porque a maioria disse sim. Tive uma grande maioria de votos entre os professores. Em relação aos alunos, o número não foi tão grande. O candidato escolhido pelos alunos foi o professor Carlos Nazareno. Mas tive um peso grande de votos entre os professores e boa parte dos administrativos. E aí eu comecei uma gestão que era realmente minha.*<sup>25</sup>

18 FRANÇA, 2008.

19 Idem.

20 EFRN. Agenda, Natal, n.58, 04 set. 1986.

21 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Natal, n.61, 15 set. 1986.; \_\_\_\_\_. Natal, n.65, 29 set. 1986.

22 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Natal, n.73, 03 nov. 1986.

23 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Natal, n.72, 30 out. 1986.

24 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Natal, n.74, 07 nov. 1986.

25 FRANÇA, 2008.



Laboratórios de Informática e de Línguas Estrangeiras, anos 80.

Por ocasião de sua posse, ocorrida em maio de 87, a professora Luzia França comprometera-se a renovar e aperfeiçoar a estrutura pedagógica da ETFRN, racionalizar as atividades administrativas, otimizar os mecanismos de comunicação e melhorar os ambientes de trabalho, entre outras metas de seu Plano de Ação.<sup>26</sup>

Desde o início da segunda gestão do professor Marcondes, a ETFRN vinha vivenciando um processo de informatização pedagógica e administrativa e, principalmente, de crescimento de sua infraestrutura interna, possibilitado pelos recursos oriundos do IV Acordo MEC/BIRD (1984-87), firmado entre o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar o Programa de Melhoria do Ensino Técnico, Agrícola e Industrial.

Numa decisão inovadora, a introdução da informática na Escola Técnica Federal do Rio

<sup>26</sup> ETFRN. Diretoria toma posse. Agenda, Natal, n.116, 15 maio 1987.

Grande do Norte se dera, em primeiro lugar, na área acadêmica, com a aquisição de cinco microcomputadores CP-200 e a oferta de cursos extraordinários de Iniciação à Programação em Linguagem Basic, ministrados pelos professores Francisco Assis de Oliveira e Alicsson Guerra, para os concluintes e recém-formados nos cursos técnicos.

<sup>27</sup>

A iniciativa do professor Assis Oliveira constituiria o arcabouço para o desenvolvimento da área de computação na ETFRN e a criação do curso técnico pós-médio de Informática Industrial, no início da década de 90. Segundo ele, muitos dos professores ingressos, posteriormente, na instituição, ex-alunos dos cursos técnicos, decidiram especializar-se nessa área a partir dos cursos básicos que frequentaram naquele período.

*Esses cursos extraordinários eram ministrados numa sala de dimensão 6x6. Eram cinco equipamentos, nós fazíamos turmas com 10 alunos, um equipamento para cada dois alunos. Cada um tinha um tempo de uso. [...] A partir de 86 fomos contemplados com um espaço maior pelo trabalho que vinha sendo feito e pela necessidade também. Então, a gente passou de uma sala de 6x6 pra algo como três laboratórios com dimensão de 5x13. Houve um investimento em novos equipamentos, [...] que foram feitos até em Recife, numa empresa chamada Corisco. Era um computador já com 8 bits, uma máquina de melhor capacidade de programação, e a partir daí começamos a trabalhar com os chamados aplicativos computacionais [...], deixamos de trabalhar com o Basic e passamos a usar a Linguagem Pascal, que dava mais condições de aproveitamento em termo de algoritmo e programação.<sup>28</sup>*

Com a aquisição de microcomputadores COBRA-305 e Itautec-7000, fora possível à ETFRN instalar o seu Centro de Processamento de Dados e desenvolver os primeiros programas aplicados à área acadêmica e administrativa: o de Controle de Estagiários e Egressos, do Registro de Bens Patrimoniais e do Controle Orçamentário e Cadastro de Pessoal, entre outros.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_. Informativo Interno, Natal, ano V, n.69, 13 mar. 1984.

<sup>28</sup> OLIVEIRA, Francisco Assis de. Sobre a trajetória do servidor e ex-aluno do ginásio industrial e do curso de Eletrotécnica da ETFRN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 22 jul. 2008. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (31min).

<sup>29</sup> ETFRN. CPD desenvolve programas. Informativo Interno,



IV Semana de Ciências da ETFRN, 1984.

Em paralelo ao processo de informatização da ETFRN, inúmeras outras ações seriam implementadas, entre 84 e 88, com recursos do IV Acordo MEC/BIRD. O Projeto de Melhoria da Qualidade do Ensino da ETFRN, elaborado por uma comissão interna presidida pelo coordenador de Planejamento, Francisco das Chagas de Mariz Fernandes, fora aprovado sem emendas pelo Ministério da Educação e contemplava cerca de 50 ações reunidas em, pelo menos, cinco diretrizes básicas: reequipagem de todos os laboratórios, aquisição de acervo instrucional e recursos multimídia, ampliação e adaptação de instalações físicas, revisão curricular e capacitação de recursos humanos.<sup>30</sup>

Como fruto desse projeto, resultaram, dentre outras obras, a construção do Laboratório de Estradas (800 m<sup>2</sup>); do prédio de Geociências, com 1.760 m<sup>2</sup> de área construída para abrigar os diversos laboratórios dos cursos de Geologia e Mineração; da Biblioteca Sebastião Fernandes de Oliveira; do Auditório Pedro Silveira e Sá Leitão, com capacidade para 600 lugares, além da reforma da Sala de Projeções, com instalação de sistema de som e vídeo.<sup>31</sup>

Natal, ano V, n.80, 18 out. 1984.

30 FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Projeto de Melhoria da Qualidade do Ensino da ETFRN – Acordo MEC/BIRD. Natal, ago. 1983.

31 ETFRN. ETFRN obras e equipamento. Agenda Especial, Natal,

Em consonância com o Plano de Metas da gestão da professora Luzia França, a qualificação e o aperfeiçoamento docente também seriam contemplados no Projeto de Melhoria da Qualidade do Ensino da ETFRN. Por meio de convênio firmado com o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Paraná, a instituição possibilitara a capacitação de mais de 50 professores nos Cursos Emergenciais de Licenciatura Plena - Esquema I e II, voltados para os profissionais graduados que lecionavam disciplinas da parte de formação especial do currículo dos cursos técnicos.<sup>32</sup>

Houve, ainda, diversas outras oportunidades de capacitação que beneficiaram tanto os docentes da parte de formação geral do currículo, quanto os de formação específica. Algumas dessas iniciativas contemplaram, por exemplo, um grupo de professores de Geociências com um Curso de Aperfeiçoamento em Geologia<sup>33</sup>, outro, com uma Especialização em Metodologia do Ensino Experimental em Física<sup>34</sup> e uma equipe com a Especialização em Metodologia do Ensino de Desenho.<sup>35</sup>

O grupo de professores de Comunicação e Expressão também fora beneficiado com um Curso de Linguística Textual<sup>36</sup>, após a iniciativa de uma equipe de seis docentes de implantar um projeto metodológico inovador intitulado “Sistemática de uma Prática de Leitura na ETFRN”<sup>37</sup>, o qual imprimira um novo direcionamento à disciplina de Língua Portuguesa na Instituição.

Em concomitância à atualização pedagógica do corpo docente, a ETFRN empreendera, ao longo da década de 80, um processo de reestruturação do currículo dos seus cursos técnicos, tarefa que fora

n.205, set. 1988.; \_\_\_\_\_. Agenda, Natal, n.49, 19 ago. 1986.; \_\_\_\_\_. Concluído projeto do Laboratório de Geociências. Informativo Interno, Natal, ano VI, n.103, 16 dez. 1985.

32 \_\_\_\_\_. Agenda, Natal, n.136, 27 ago. 1987.; MEC/CEFET-PR. Curso emergencial de licenciatura plena para graduação de professores da parte de formação especial do currículo de ensino de 2º grau – Esquema II. Curitiba, 1989.

33 ETFRN. Curso de Aperfeiçoamento em Geologia começa terça. Agenda, Natal, n.146, 23 out. 1987.

34 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE ENSINO DE 2º GRAU. SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO GERAL. COORDENADORIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPLETIVA. ETFRN. Anteprojeto do curso de Especialização em Metodologia do Ensino Experimental em Física. Natal, jun. 1989.

35 ETFRN. Curso de pós-graduação começa este mês. Agenda, Natal, n.207, 07 out. 1988.

36 \_\_\_\_\_. Diretora assina convênios em Brasília. Agenda, Natal, n.159, 18 dez. 1987.

37 \_\_\_\_\_. Agenda, Natal, n.05, 11 abr. 1986.

ampliada a partir da institucionalização do Grupo de Avaliação Didático-Pedagógica (G-28). O grupo dos 28 representantes tomara a incumbência de repensar toda a estrutura pedagógica da instituição, empreendendo diversos estudos sobre avaliação, recuperação, exame de seleção, caracterização da clientela, capacitação de recursos humanos, sistema de ensino, currículo e acompanhamento de estagiários e egressos.<sup>38</sup>

Enquanto isso, a direção da Escola dedicava-se a um novo desafio: propiciar as condições para a construção de duas novas unidades de ensino, uma em Currais Novos, outra em Mossoró, conforme previa o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Técnico Agrícola e Industrial do MEC (Protec), cujos recursos, da ordem de 20 milhões de dólares, haviam sido obtidos por empréstimo, no governo João Figueiredo, junto ao Banco Mundial.<sup>39</sup>

Lançado, oficialmente, em julho de 86<sup>40</sup>, pelo Ministério da Educação, o Programa previa a instalação de 200 escolas técnicas, industriais e agrotécnicas, em acréscimo às 57 existentes, até o final do Governo Sarney, devendo atingir cerca de 60 mil estudantes em todo o país.<sup>41</sup>

Nos anos seguintes, entretanto, a ameaça de privatização ou estadualização rondara as escolas da Rede Federal de Educação Profissional, resultando no atraso do cronograma das obras e na estagnação do repasse de recursos orçamentários para as novas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs). Diante desses fatores, a construção da UNED/Mossoró só pudera ser iniciada em janeiro de 1990, tendo sido inaugurada quatro anos mais tarde.<sup>42</sup>

O terreno do campus, dotado de uma área de 9,72 hectares (97.200 m<sup>2</sup>), pertencente à Escola Superior Agrícola de Mossoró (ESAM), havia sido transferido

---

38 \_\_\_\_\_. G-28 distribui encarte. Agenda, Natal, n.149, 10 nov. 1987.; \_\_\_\_\_. G-28 conclui estudos sobre sistema seriado. Agenda, Natal, n.152, 20 nov. 1987. ; \_\_\_\_\_. G-28 debate problemas com a comunidade. Agenda Especial, Natal, ano III, n.205, set. 1988.

39 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. A Educação nas Mensagens Presidenciais (1890-1986), v.2. INEP: Brasília, 1987. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001499.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

40 ETRFN. Agenda, Natal, n.45, 10 jul. 1986.

41 GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ações 85/90 – Realizações do Ministério da Educação período 85/90 – Governo José Sarney. Brasília, jan. 1990. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002550.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2011.

42 ETRFN.. Expansão das UNEDs beneficia municípios. Agenda Especial, Natal, ano VI, maio 1991.

à ETRFN com interveniência da Prefeitura Municipal. Já o terreno para construção da UNED/Currais Novos, com 12 hectares (120.000 m<sup>2</sup>), situado às margens da BR-226, fora doado, pessoalmente, pelo prefeito José Dantas, em agosto de 86.<sup>43</sup> Empecilhos de ordem burocrática impediram que sua transferência fosse efetivada, adiando o sonho do município de receber uma Unidade de Ensino da Escola Técnica Federal.

Nesse contexto de expansão do ensino profissional, no 1º semestre de 1990, a ETRFN implantava sua oitava habilitação técnica, o curso de Segurança do Trabalho, que começara a ser gestado três anos antes. Em seu primeiro exame de seleção concorreram mil e 24 candidatos para as 40 vagas oferecidas.<sup>44</sup> Atendendo, ainda, a uma orientação da Secretaria de Ensino Superior do MEC (Sesu), nesse mesmo ano, a professora Luzia França designara comissão, formada pelos conselheiros Jairo Fabrício, Getúlio Marques, Aristófanos Dantas e Graça Baracho, além da assessora de ensino, Selma Pereira, a fim de preparar projeto para implantação de cursos de nível superior.<sup>45</sup>

Para auxiliá-la na tarefa de interiorizar o ensino profissional federal no Rio Grande do Norte, a diretora da ETRFN confiara a assessoria técnica dos trabalhos ao seu coordenador de Planejamento, o engenheiro civil Francisco das Chagas de Mariz Fernandes, que também fizera parte da gestão do ex-diretor Marcondes Mundim Guimarães. Ex-aluno do Programa de Intercomplementaridade da instituição, no qual cursara o Ginásio Industrial em Eletricidade, Mariz iniciara sua trajetória profissional na ETRFN como mensageiro da secretaria executiva do então Conselho de Representantes, em 1970, aos 15 anos de idade.<sup>46</sup>

Com uma experiência acumulada nas diversas instâncias administrativas nas quais tivera a oportunidade de atuar, em 1990, aos 35 anos de idade, Francisco Mariz se lançara candidato à sucessão da diretoria da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. O processo de escolha fora coordenado pelo Conselho Técnico Consultivo e contara com a organização de debates promovidos pelo Grêmio Estudantil Djalma Maranhão e pela

---

43 \_\_\_\_\_. Agenda, Natal, n.46, 13 ago. 1986.

44 \_\_\_\_\_. Curso de Segurança inscreve 1.024. Agenda, Natal, n.241, 28 dez. 1989.

45 \_\_\_\_\_. Comissão elabora projetos de cursos: CEFET/RN. Agenda, Natal, n.244, 30 mar. 1990.

46 FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Sobre a trajetória do servidor desde a ETRFN até o CEFET-RN. Entrevistador: Celise Marinho e Érika Pegado Cortez. Natal, 2005.

Associação dos Servidores (ASETRN), à época, presidida pelo professor Enilson Araújo Pereira.<sup>47</sup>

Diferente das primeiras eleições diretas, essa disputa só tivera dois candidatos: Francisco Mariz e o professor Otávio Augusto de Araújo Tavares. O primeiro obtivera 77,4% da preferência dos eleitores, elegendo-se diretor da ETRN para o período 1991/1995.<sup>48</sup>

*A minha vida foi muito marcada pela instituição e realmente cada uma das funções que eu exerci, cada um dos cargos que exerci, a partir de mensageiro, [...] teve uma importância fundamental na minha vida. Foram aprendizados no sentido maior, em termos de experiência e também aconteceu a oportunidade de através dessas funções, eu desenvolver tecnicamente uma atividade profissional. Então, ao mesmo tempo em que assumia uma função, aprendia algo novo, e essa oportunidade surgida dava chance ao desenvolvimento de uma atividade profissional e consequentemente de uma realização pessoal.*<sup>49</sup>

A conclusão das obras e a instalação da UNED/Mossoró, inaugurada em dezembro de 1994, constituía apenas um dos desafios das duas gestões consecutivas do professor Mariz. Ao longo do seu primeiro mandato, o fantasma da estadualização das Escolas Técnicas representara uma ameaça constante. Por isso, ao ser escolhido para presidir o Conselho Diretor dessas instituições, o CONDITEC, Mariz concentrara todo o seu empenho no processo de transformação das Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs).

*Nós tínhamos dificuldade de avançar, pois lutávamos, de certa maneira, por uma causa para a qual não havia oportunidade política de concretização. Então, acho que esse foi um grande desafio e uma grande vitória, porque o projeto da cefetização é que viabilizou, realmente, uma certa estabilidade às escolas*

47 ETRN. ETRN realiza consulta à comunidade e escolhe novo diretor. Agenda, Natal, n.254, 27 dez. 1990.

48 \_\_\_\_\_. Eleições. Agenda, Natal, n.253, 22 nov. 1990.

49 FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Sobre a trajetória do servidor desde a ETRN até o CEFET-RN. Entrevistador: Ana Larissa Araújo de Menezes Cardoso. Natal, 10 mar. 2009. 1 gravação digital audiovisual em minivd. (21min).

*técnicas, que viraram Cefets [...]. Se não tivéssemos transposto aquele momento [...] havia uma ameaça muito forte de que essas escolas pudessem cair de grau, sair da esfera do Governo Federal. Então, foi fundamental esse passo e talvez tenha sido um grande desafio enfrentado. Não enfrentei sozinho, enfrentei junto com outras pessoas e o apoio da instituição na luta nacional.*<sup>50</sup>

Nesse processo, um ex-diretor da ETRN tivera atuação decisiva como relator do projeto na Câmara dos Deputados e articulador nacional da Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e do Ensino Tecnológico, o deputado federal João Faustino Ferreira Neto (PSDB/RN).

*Como relator eu passei a fazer algumas audiências públicas, visitei algumas escolas e consegui montar um projeto diferente do que o governo propunha. O projeto do governo era muito restritivo, [...] estabelecia critérios rígidos aos quais poucas escolas se enquadravam [...]. Então, nós demos uma abertura maior ao projeto de transformação das escolas em CEFETs e conseguimos aprová-lo na Câmara a duras penas [...]. Mariz teve um papel importante porque ele mobilizava os diretores, me mantinha informado sobre as ações que precisavam ser empreendidas [...], nos permitiu a mobilização para que se criasse a Frente Parlamentar, então, eu o tive como um grande aliado nesse procedimento.*<sup>51</sup>

A Lei que instituiria o Sistema Nacional de Educação Tecnológica<sup>52</sup>, transformando as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, determinava que sua implantação fosse efetivada de modo gradativo, mediante decreto específico para cada centro. Datada de dezembro de 94, sua aplicação só fora possível três anos depois, com um decreto de

50 Idem.

51 FERREIRA NETO, João Faustino. Sobre a trajetória do servidor da Escola Industrial à Escola Técnica Federal do RN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 19 dez. 2007. 1 gravação digital audiovisual em minivd. (44min).

52 BRASIL. Lei nº. 8.948 de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 09 dez. 1994, p.18882, coluna 1. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

regulamentação dos CEFETs<sup>53</sup>, que lhes atribuía a responsabilidade de ministrar educação profissional de nível básico, técnico e tecnológico, como também o ensino médio, independente do técnico.

Enquanto aguardava a mudança de institucionalidade de EFRN para CEFET-RN, somente autorizada em janeiro de 1999<sup>54</sup>, a direção do estabelecimento escolar trabalhava no sentido de expandir e aperfeiçoar o processo ensinoaprendizagem. Nessa perspectiva, como resultado de um dos compromissos de campanha do professor Mariz, o de reequipar o setor de Recursos Audiovisuais com um estúdio de TV e uma ilha de edição<sup>55</sup>, em julho de 1993, a instituição inaugurava uma nova modalidade de ensino, a educação a distância, com a produção de teleaulas do Pró-técnico e sua veiculação na TV Universitária de Natal, num convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pioneiro no Estado, o programa levaria aulas de Português e Matemática a 16 municípios do Estado, atendidos pelo sinal de transmissão da TVU, atingindo cerca de dois mil estudantes.<sup>56</sup>

No ano seguinte, implantaria dois novos cursos técnicos pós-médio: Turismo e Informática Industrial, ao passo em que finalizaria a Reforma Curricular da EFRN, iniciada em 1988, por meio de uma consultoria com o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Dada a morosidade do processo, a Coordenação Técnico Pedagógica da EFRN tomara para si a incumbência de construir, coletivamente, com a participação da comunidade interna e de parceiros externos, um Projeto Político Pedagógico inovador, que transformaria os 10 cursos técnicos oferecidos em cinco Áreas do Conhecimento: Construção Civil, Geologia e Mineração, Serviços, Informática e Eletromecânica.<sup>57</sup>

53 BRASIL. Decreto nº. 2.406 de 27 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 nov. 1997, p. 27.937, coluna 2. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

54 \_\_\_\_\_. Decreto de 18 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Rio Grande do Norte – CEFET/RN, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jan. 1999, p. 0004, coluna 2. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

55 EFRN. Ilha de edição. Agenda, Natal, n.271, 23 dez. 1991.

56 \_\_\_\_\_. Sintoneze o canal 5: o Pró-técnico está no ar. Agenda, Natal, ano VII, n.310, 04 a 08 dez. 1993.

57 \_\_\_\_\_. Proposta Curricular. Revista da EFRN, Natal, ano 11, n. 9, 1995.



Transmissão de cargo da professora Luzia França para o professor Francisco Mariz, 1991. À direita deste, os professores Enilson Araújo Pereira, presidente da ASETFRN, e Lailson Almeida, coordenador do SINASEFE.

Nesse processo, diversos grupos foram formados para discutir e elaborar as concepções de homem e sociedade, educação e cultura, escola e currículo, professor e aluno, ciência e conhecimento, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, conteúdo curricular, metodologia e avaliação.<sup>58</sup>

Implantado em 1995, no início da segunda gestão de Francisco Mariz, o Projeto Pedagógico rompia com a estrutura rígida dos cursos, oferecendo uma ampla base científica e tecnológica comum às Áreas do Conhecimento e a possibilidade de o aluno especializar-se em determinadas habilitações. O professor Otávio Augusto de Araújo Tavares, um dos inúmeros profissionais docentes e da equipe de pedagogia que integrou o grupo de elaboração dessa Reforma Curricular, explica as concepções do novo projeto:

*A gente já verificava que alguns dos cursos tradicionais não atendiam mais as necessidades da sociedade. Eu prefiro dizer das necessidades da sociedade porque entendo que o mundo do trabalho e o mercado de trabalho estão dentro da sociedade, e a gente não deve preparar só para o mercado de trabalho. [...] A principal mudança do que a instituição oferecia antes, em comparação com o Projeto de 95, é que, antes, a gente tinha uma concepção*

58 \_\_\_\_\_. Turismo e Informática: as novidades para 1994. Agenda, Natal, ano VII, n.310, 04 a 08 dez. 1993.; \_\_\_\_\_. Reformulação curricular: o desafio da inovação. Agenda, Natal, ano VII, n.310, 04 a 08 dez. 1993.

*de formação para o desenvolvimento de ações, de saber fazer bem uma tarefa. Mas a gente não queria somente isso. Queria que o estudante soubesse fazer bem a tarefa, mas entendesse que esse saber fazer estava voltado para uma determinada sociedade, com determinadas características, e que, para que ela mudasse, precisava de um nível de consciência desse aluno de como participar nesse processo social.*<sup>59</sup>

A experiência piloto, no entanto, não durara muito tempo. Em 97, o Ministério da Educação aprovou um decreto desvinculando o ensino médio do técnico<sup>60</sup>, medida que iria de encontro à concepção de currículo idealizada e praticada pela Escola Técnica, como argumenta a professora Graça Baracho:

*O currículo é toda a vida da instituição, ele não se resume apenas à questão de programa de disciplina, mas a todas as atividades que ocorrem na escola. E eu apontaria alguns elementos que eu considero básicos na trajetória do aluno nessa instituição: o ensino de qualidade, o quadro de profissionais, não só professores, mas também funcionários, o que estabelece um bom relacionamento com os alunos, a questão de um acompanhamento por parte da pedagogia, da psicologia, do nutricionista, dos trabalhos assistenciais também prestados ao estudante, além de que nós trabalhamos com educação profissional [...]. Tanto a gente tem essa preocupação de preparar o estudante para continuidade de seus estudos, como também de prepará-lo para enfrentar o mundo do trabalho. [...] é uma escola profissionalizante que une teoria e prática, ou seja, conhecimentos gerais e conhecimentos de formação profissional, e é esse que eu acredito que constitui o nosso grande diferencial.*<sup>61</sup>

---

59 TAVARES, Otávio Augusto de Araújo. Sobre a trajetória do servidor da ETFRN ao CEFET-RN e do Projeto Pedagógico de 95. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 02 jun. 2009. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (37min).

60 BRASIL. Decreto nº. 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2 do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 18 abr. 1997, p. 7760, coluna 2. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

61 BARACHO, Maria das Graças. Sobre a trajetória da servidora da ETFRN ao CEFET-RN. Entrevistador: Arilene Lucena de Medeiros. Natal, 31 mar. 2009. 1 gravação digital audiovisual em minidv. (26min).

No mês seguinte à promulgação do referido decreto, o MEC autorizara as Instituições Federais de Educação Tecnológica a manter o ensino médio, com matrícula independente da educação profissional, desde que correspondente a, no máximo, 50% do total de vagas oferecidas nos seus cursos regulares.<sup>62</sup>

O Plano de Implantação da Reforma da Educação Profissional, a ser executado a partir de então, deveria prever, ainda, o incremento das matrículas mediante a oferta de cursos de nível técnico desenvolvidos concomitantemente com o ensino médio, para alunos oriundos de escolas dos demais sistemas de ensino; cursos de nível técnico destinados a egressos do ensino médio; cursos de especialização e aperfeiçoamento para egressos de cursos de nível técnico; e cursos de qualificação, requalificação, reprofissionalização de jovens, adultos e trabalhadores em geral, com qualquer nível de escolarização.

---

62 BRASIL. Portaria n.º 646 de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei n.º 2.208/97 e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

**IFRN**  
*Editora* ■■■■



Essa obra é fruto do trabalho de pesquisa histórica que teve início com as ações de constituição de acervo documental e audiovisual com vistas às comemorações do centenário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), criado em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices de Natal.

Sua motivação principal residiu na constatação da coexistência de duas comunidades identitárias muito marcantes no percurso dos 100 anos do Instituto: uma formada por ex-alunos e servidores que ainda hoje mantêm uma forte relação afetiva com a Escola Industrial de Natal (EIN) e outra que guarda uma identificação ainda maior com a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN).

Portanto, ainda que remontemos às primeiras décadas do século 20, na tentativa de compreender a acolhida desse projeto de ensino profissional pela população do Rio Grande do Norte, privilegiamos um recorte histórico que contempla, desde o cotidiano da Escola Industrial de Natal (1942-1967), a partir de diferentes aspectos de sua cultura escolar, até a instalação e consolidação da Escola Técnica Federal (1968-1998), que se tornou uma referência nacional no ensino técnico.

Vale dizer, ainda, que a memória dos atores sociais envolvidos no percurso histórico citado constitui o fio condutor desta narrativa, uma vez que foram os depoimentos colhidos junto a ex-alunos, servidores que se encontram em exercício ou aposentados, e membros da comunidade externa, que nos possibilitaram captar os lugares, pessoas e acontecimentos mais marcantes na trajetória escolar dos depoentes, e a partir desses elementos, aprofundar a investigação em outras fontes de pesquisa.

